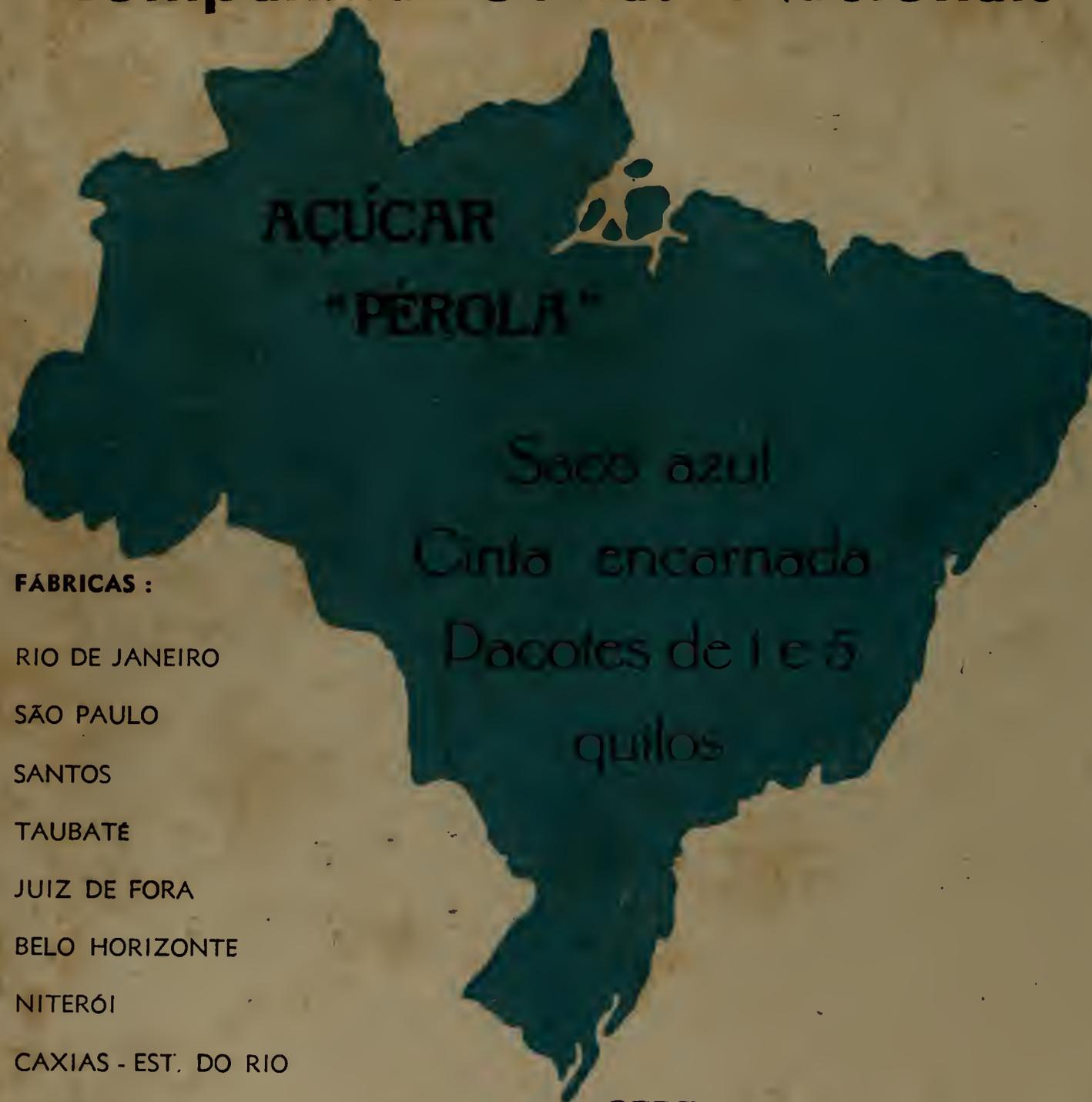


Companhia Usinas Nacionais



FÁBRICAS :

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO

SANTOS

TAUBATÉ

JUIZ DE FORA

BELO HORIZONTE

NITERÓI

CAXIAS - EST. DO RIO

ENTRE RIOS " "

SEDE :

RUA PEDRO ALVES, 319

TELEGRAMAS "USINAS"

TELEFONE 43-4830

RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL



Paulo Wernick

BRASIL AÇUCAREIRO

ANO XIV — VOL. XXVI DEZEMBRO — 1945 N.º 6

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

CRIADO PELO DECRETO N.º 22.789, DE 1.º DE JUNHO DE 1933

Expediente : de 12 às 18 horas
Aos sábados : de 9 às 12 horas

COMISSÃO EXECUTIVA

A. J. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente — Delegado do Banco do Brasil
Alberto de Andrade Queiroz — Delegado do Ministério da Fazenda
Alvaro Simões Lopes — Delegado do Ministério da Agricultura
José de Castro Azevedo — Delegado do Ministério da Viação
Otavio Milanez — Delegado do Ministério do Trabalho

Alfredo de Maya

Antônio Corrêa Meyer

José Rufino Bezerra Cavalcanti

José Carlos Pereira Pinto

} Representantes dos usineiros

Moacir Soares Pereira — Representante dos banqueiros

Aderbal Carneiro Novais

Cassiano Pinheiro Maciel

Joaquim Alberto Brito Pinto

} Representantes dos fornecedores

S U P L E N T E S

Arnaldo Pereira de Oliveira

Gustavo Fernandes Lima

João Carlos Belo Lisboa

Luis Dias Rollemberg

} Representantes dos usineiros

Manuel Neto Carneiro Campelo Junior — Representante dos banqueiros

João de Lima Teixeira

João Soares Palmeira

José Pinheiro Brandão

} Representantes dos fornecedores

Sede : PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42

RIO DE JANEIRO — Caixa Postal 420 — Enderêço telegráfico: — COMDECAR

Fones { Alcool-Motor, 43-5079 e 23-2999; Assistência à Produção, 23-6192;
Caixa, 23-2400; Comissão Executiva, 23-4585; Comunicações, 43-8161 e
23-0796; Contadoria, 23-6250; Estatística, 43-6343; Estudos Econômicos,
43-9717; Fiscalização, 23-6251; Gabinete da Presidência, 23-2935; Ge-
rência, 23-5189; Jurídica, 23-6161; Material, 23-6253; Mecanografia,
23-4133; Pessoal, 43-6109; Portaria, 43-7526; Presidência, 23-6249;
Publicidade, 23-6252; Restaurante, 23-0313; Serviço do Alcool, 43-3798;
Serviço Médico, 43-7208; Técnico Industrial, 43-6539.

Depósito de álcool-motor — Avenida Venezuela, 98 — Tel. 43-4099.

Seção Técnica — Avenida Venezuela, 82 — Tel. 43-5297.

DELEGACIAS REGIONAIS NOS ESTADOS

Enderêço telegráfico: SATELÇUCAR

ALAGOAS — Rua Sá e Albuquerque, 426 — Maceió

BAHIA — Rua Miguel Calmon, 18-2.º and. — Salvador

MINAS GERAIS — Palacete Brasil — Av. Afonso Pena — Belo Horizonte

PARAÍBA — Praça Antenor Navarro, 36/50 — 2.º and. — João Pessoa

PERNAMBUCO — Av. Marquês de Olinda, 58-1.º and. — Recife

RIO DE JANEIRO — Edifício Lizandro — Praça São Salvador — Campos

SÃO PAULO — Rua 15 de Novembro, 228-3.º and., sala 301/309 — São Paulo

SERGIPE — Avenida Rio Branco, 92-1.º and. — Aracaju

DISTILARIAS CENTRAIS

DO ESTADO DA BAHIA — Santo Amaro — End. telegráfico: DICENBA,
SANTO AMARO.

DO ESTADO DE MINAS GERAIS — Ponte Nova (E. F. Leopoldina) — Caixa
postal, 60 — End. telegráfico: — DICENOVA, PONTE NOVA.

DO ESTADO DE PERNAMBUCO — Distilaria Presidente Vargas — Cabo —
(E. F. Great Western) — Caixa postal, 97 — Recife. — End. telegráfico:
DICENPER, RECIFE.

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — Estação de Martins Lage — (E. F. Leo-
poldina) — Caixa postal, 102 — Campos. — End. telegráfico: DICENRIO,
CAMPOS — Fone — Martins Lage, 5.

DO ESTADO DE SÃO PAULO — Distilaria Ubirama — Ubirama — Fone, 35 —
End. telegráfico: DICENÇOIS. UBIRAMA.

BRASIL AÇUCAREIRO

ORGAO OFICIAL DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Registrado, com o n.º 7.626, em 17-10-934, no 3.º Ofício do Registro de Títulos e Documentos e no D. N. I.

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42 - 9.º pav.

TELEFONE 23-6252 — CAIXA POSTAL 420

DIRETOR — Miguel Costa Filho.

Redator principal — Joaquim de Melo.

Redatores — Adrião Caminha Filho, José de Oliveira Leite, Renato Vieira de Melo e João Antônio Mesplé.

Assinatura (anual), para o Brasil	Cr\$ 25,00
Assinatura (anual), para o exterior	Cr\$ 35,00
Número avulso (do mês)	Cr\$ 3,00

Vendem-se coleções a partir do 8.º volume, encadernadas, por semestre. Acham-se esgotados os números de janeiro e fevereiro de 1944. Vende-se também o número especial com o índice alfabético e remissivo do 1.º ao 13.º volume.

As remessas de valores, vales postais, etc., devem ser feitas ao Instituto do Açúcar e do Alcool e não a BRASIL AÇUCAREIRO ou nomes individuais.

Pede-se permuta.

We ask for exchange.

On demande l'échange.

Pidese permuta.

AGENTES :

OTAVIO DE MORAIS — Rua da Alfândega, 35 — Recife — Pernambuco
HEITOR PORTO & C.^a - Caixa Postal, 235 - Porto Alegre - Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

DEZEMBRO — 1945

POLÍTICA AÇUCAREIRA	3
DIVERSAS NOTAS — Montagem de novas usinas — Tabelamento de canas — Arrecadação da taxa de Cr\$ 1,00 — Exportação de açúcar — Adubação	8
REAJUSTAMENTO DE USINAS	12
LEGISLAÇÃO	16
O AÇÚCAR NOS MATERIAIS PLÁSTICOS	16
ATAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.	18
ATOS DO PRESIDENTE DO I. A. A.	26
EDITAIS DO I. A. A.	28
BEET SUGAR DEVELOPMENT FOUNDATION	30
DECISÕES ADMINISTRATIVAS	32
TÉRMO DE CONTRATO	36
RESÍDUOS DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA APROVEITADOS PARA ADU- BAÇÃO	37
O AÇÚCAR E A PRODUÇÃO AGRÍCOLA — Barbosa Lima Sobrinho	38
INDÚSTRIA AÇUCAREIRA ARGENTINA	39
QUADROS DA SEÇÃO DE ESTATÍSTICA DO I. A. A.	40
EXPECTATIVA AÇUCAREIRA CUBANA	44
“BRASIL AÇUCAREIRO”	45
OS MERCADOS EXTERIORES DO AÇÚCAR PERUANO	46
CULTURAS CANAVIEIRAS NO URUGUAI	47
EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA MEXICANA — José Ch. Ra- mirez	48
DA MISSÃO ANCAP	49
A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA DE JAVA	50
CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL	51
PAGAMENTO DE CANAS EM BASES RACIONAIS	53
A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA NO PERU	54
PURIFICAÇÃO DO AÇÚCAR — Jaci Botelho	56
O AÇÚCAR COMO REMÉDIO — Prof. Miguel Manara	60
NOTAS À LITERATURA BRASILEIRA SOBRE O AÇÚCAR NO SÉCULO XIX — José Honório Rodrigues	61
O AÇÚCAR NOS PRIMÓRDIOS DO BRASIL COLONIAL — Basílio de Magalhães	68
OS FAZENDEIROS DE CAMPOS, NO SÉCULO PASSADO — Alberto Lamego	72
DUROS TEMPOS DE VITÓRIA — Afonso Várzea	74
ASPECTOS DA MONOCULTURA AÇUCAREIRA NAS ALAGOAS — Ma- nuel Diégues Júnior	78
O AÇÚCAR ATRAVÉS DO PERIÓDICO “O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL” — Jerônimo de Viveiros	82
TRABALHOS DE HIBRIDAÇÃO EM BARBADOS	84
FOLKLORE DO AÇÚCAR — Joaquim Ribeiro	86
O I. A. A. E A CONTRIBUIÇÃO BÉLICA DO BRASIL	90
RECUPERAÇÃO DA SACAROSE DOS MELAÇOS PELA FERMENTAÇÃO SELETIVA DOS AÇÚCARES REDUTORES	90
BIGLIOGRAFIA	92
BALANCETE DO I. A. A. (Mês de outubro de 1945)	93
ORÇAMENTO DO I. A. A. (Posição em 31 de outubro de 1945)	96
RELATÓRIO DA COOPERATIVA DOS USINEIROS DE PERNAMBUCO LTDA.	97
ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO, POR ASSUNTOS, PAÍSES E AUTORES	106

BRASIL AÇUCAREIRO

Órgão oficial do
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ANO XIV — VOL. XXVI

DEZEMBRO — 1945

N.º 6

POLÍTICA AÇUCAREIRA

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, fez as seguintes declarações em sessão ordinária realizada pela Comissão Executiva dessa autarquia:

“O Sr. José Bezerra Filho não interpretou com felicidade as observações que fiz em torno dos artigos publicados pelo Sr. Joaquim Bandeira.

Não quero explicar à Comissão Executiva os motivos pessoais que tenho para não dar maior importância aos artigos do Sr. Joaquim Bandeira, tendo sabido, como soube, de interferências que houve na elaboração desses artigos — interferências que me merecem desprezo absoluto, integral, invencível. Perdoem-me que o diga, para que conste dos meus esclarecimentos à Comissão Executiva, tanto mais quando essas expressões de desprezo se reportam não ao Sr. Joaquim Bandeira, mas às interferências a que aludi e que não são segredo para ninguém e que refletem paixões de tal maneira subalternas que não merecem, nem podem merecer a minha atenção. Mas vou acrescentar como entendo esses casos e como os entendi sempre.

Temos, nesta Casa, a maior liberdade nos debates, seja na apreciação de todos os problemas da política açucareira, ou no estudo dos próprios assuntos da administração do Instituto. Assim sendo, se há objeções à política que realizamos, por que não as trazem para o seio da própria Comissão, através dos Srs. Delegados dos Estados ou mesmo através da própria presença de produtores que desejem ser ouvidos pelo Instituto? Não negaria ao Sr. Joaquim Bandeira, como a nenhum produtor, a faculdade de criticar, perante a Comissão Executiva, a política do Instituto e o critério de sua admi-

nistração. Teria, assim, oportunidade de responder a essas críticas, na presença de todos, que são, tanto quanto eu, responsáveis pela administração desta autarquia.

Porque não há justiça em querer ver em tudo isso o Presidente do Instituto, quando, realmente, nas decisões desta Casa, existe responsabilidade efetiva e permanente da Comissão Executiva. A Comissão Executiva, tomando parte nos debates, votando todas as decisões, é tão responsável quanto eu pelos atos daqui emanados. O Sr. José Bezerra Filho é tão responsável, nesses aspectos da política açucareira quanto eu o sou, porque eu represento um voto em nossas deliberações, como S. Ex.^a representa também um voto. Para dissociar a responsabilidade, vamos dizer minha, da do Sr. José Bezerra Filho, seria preciso demonstrar que, em todas as questões versadas pelo Sr. Joaquim Bandeira, eu havia votado de uma forma e S. Ex.^a de outra, o que, aliás, não aconteceu. Também entendo, conseqüentemente, que as críticas do Sr. Joaquim Bandeira não foram feitas apenas a mim, mas também ao nosso colega, como à própria representação de Pernambuco e ao seu órgão de classe, como delegados dos usineiros de Pernambuco.

O SR. JOSE' BEZERRA FILHO — Reafirmo que não aprovo, totalmente, as críticas feitas pelo Sr. Joaquim Bandeira à política do Instituto.

O SR. PRESIDENTE — E' também por isso que me recuso a ir para a imprensa responder ao Sr. Joaquim Bandeira. Respondo na imprensa a pessoas estranhas à política açucareira. Essas pessoas não têm o direito de invocar ou pleitear perante o Instituto a faculdade de defender suas teses neste recinto. Mas a elementos da própria classe, que têm seus representantes aqui dentro ou que

podem vir pessoalmente expor suas teses, não respondo, porque entendo que estão deslocando o problema, que o estão levando para um terreno onde não deveria ser tratado; porque estão apenas, vamos dizer, aproveitando a ignorância do público e dos leitores comuns de jornais que não conhecem êsses assuntos pretendendo tirar partido dessa ignorância, quando deviam trazê-los para esta Comissão, porque os conhecemos e sabemos em que razões nos escudamos para decidir. Nós é que seríamos os verdadeiros julgadores dessas questões e não o público, à distância do Instituto e que ignora os motivos por que agimos e, inclusive, os próprios fundamentos da política açucareira. A campanha feita fora do Instituto, com êsse espírito, não é construtiva, mas de mera exploração, que tanto pode ser partidária, como se disse aqui, como de outra ordem. Não creio, aliás, que seja partidária, pois que foi combatida, dentro da Comissão Executiva, pelos próprios correligionários do Sr. Joaquim Bandeira na política federal. Não me cabe analisar, nem me interessa classificar essa campanha, limitando-me a dizer que não está dentro da esfera em que se deveria processar. Procura-se apenas desmoralizar o Instituto, ao invés de auxiliá-lo a resolver os problemas da política açucareira. É uma campanha derrotista e não de construção.

Todos temos os nossos trabalhos e não podemos estar perdendo tempo em responder a campanhas dessa ordem, feitas fora de seu âmbito natural, desenvolvidas longe dos julgadores normais e bem informados da política açucareira.

Por tôdas essas razões, entendi que não devia responder ao Sr. Joaquim Bandeira, como não responderei a produtores que critiquem o Instituto fora de Comissão Executiva, mesmo porque, assim procedendo, estão criticando a representação de seus próprios Estados e a essas representações, e não a mim, é que cabe o direito ou o dever de resposta. Se acham que está errada a política do Instituto e se essa política conta com o voto do Delegado do Estado a que pertencem os censores, devem agir combatendo êsse Delegado dentro de sua própria associação de classe, para que, obtendo maioria nesse órgão, seu representante venha defender-lhes as ideias. Êste é o processo normal, lógico de discutir os assuntos da política do açúcar, sem desmoralizar o Instituto. O que pleiteio e defen-

do, acima de tudo, é esta norma que deve ser geral para todos os produtores: — defenderem as teses da política açucareira sem envenenar seus aspectos e sem criar dificuldades ao prosseguimento dessa política. A campanha feita fora daqui, por êsses processos, é de simples derrotismo, de desmoralização, podendo prejudicar os destinos do Instituto e, conseqüentemente, a continuidade da política do açúcar. Essa é uma campanha contra a própria política do açúcar, em sua substância, em sua essência, em seus fundamentos. E a meu ver, essa atitude, tratando-se de um produtor, revela tão absoluto desprêzo pelos interesses essenciais da classe...

O SR. CASTRO AZEVEDO — Além disso, tomada por quem sempre disse o contrário ainda há dois anos.

O SR. PRESIDENTE — ... que não vejo como atribuir-lhe a consideração de uma resposta de público, mesmo porque se sente, desde o início, a falta de equilíbrio nos argumentos da campanha, como a falta de justiça nas censuras.

Eis porque não respondi e não respondo ao Sr. Joaquim Bandeira. Se tivesse, entretanto, oportunidade de ir a Pernambuco e o Sr. Joaquim Bandeira, ou a classe de usineiros o desejasse, compareceria com a maior satisfação à Cooperativa do Estado, para discutir, aspecto por aspecto, tôdas as arguições do Sr. Joaquim Bandeira, citando, inclusive, o voto que o Delegado de Pernambuco, Sr. José Bezerra Filho, proferiu em tôdas essas questões. Porque, se o Delegado de Pernambuco votou favoravelmente nesses assuntos, a crítica se desloca de mim, para atingir a representação de Pernambuco. Faria, assim, diante dos interessados, a exposição completa de todos êsses problemas. Prefiro essa atitude, ao invés de ir para a imprensa, fazer despesas ainda maiores do que as que o Instituto tem feito e que não são pequenas em matéria de publicidade, para se defender de tantos inimigos que por aí surgem por tôda a parte, exatamente porque defendemos o núcleo de produtores a que pertence o próprio Sr. Joaquim Bandeira, como todos os Srs. Delegados aqui presentes.

O SR. JOÃO S. PALMEIRA — São campanhas facciosas e sobretudo demagógicas.

O SR. PRESIDENTE — Tem aí o Sr. José Bezerra Filho a explicação, de ordem geral, por que não respondi ao Sr. Joaquim

Bandeira. Note S. Ex.^a que se o Sr. Joaquim Bandeira pleiteasse a faculdade de comparecer à Comissão Executiva para fazer suas críticas, eu não a negaria, como não a negaria a qualquer outro produtor de Pernambuco ou de outro Estado açucareiro. S. Ex.^a está autorizado a dizê-lo, porque não tememos críticas e estamos no Instituto para responder pelos nossos atos, para explicar nossa orientação, para fazer sentir a justiça de nossas providências e, também, para corrigi-las quando não sejam acertadas ou quando argumentos poderosos, de boa fé, honestos em tôda a expressão da palavra, nos convençam de que devemos, em benefício de nossa política, mudar de rumo e de orientação.

O SR. JOSE' BEZERRA FILHO — Daí se depreende que os Delegados perante a Comissão Executiva não podem ser responsabilizados por atos e atitudes de alguns de seus representados.

O SR. PRESIDENTE — Nem eu disse isso.

O SR. JOSE' BEZERRA FILHO — E' o que estou fazendo sentir. Quero exatamente acentuar êste aspecto. Não posso culpar o Sr. Corrêa Meyer, por exemplo, Delegado do Estado de São Paulo, pela atitude tomada, ainda não há muito tempo, por alguns de seus representantes usineiros daquele Estado. Também não posso culpar o Sr. Pereira Pinto pelos artigos que o Sr. Luís Guaraná vem escrevendo contra o Instituto. A minha atitude é semelhante a essa.

O SR. CASSIANO MACIEL — A menos que os representantes endossem a atitude do representante.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. José Bezerra Filho não foi atacado.

O SR. JOSE' BEZERRA FILHO — Declarei, expressamente, que fazia restrições e não aprovava totalmente a política do Sr. Joaquim Bandeira. Na minha declaração, aludi, também, a alguns dos pontos estudados pelo Sr. Joaquim Bandeira em seus artigos, que coincidem com reivindicações que tenho feito nesta Casa e que acredito serem de Pernambuco. E' o caso do preço único, como é o do refinado, como é o da margem do atacadista. O Sr. Joaquim Bandeira estudou todos êsses aspectos da questão.

O SR. CASTRO AZEVEDO — E estudou-os muito bem...

O SR. JOSE' BEZERRA FILHO — Creto que, realmente, o assunto está encerrado, nada mais havendo a discutir.

O SR. PRESIDENTE — Em todos os assuntos a que se reporta o Sr. José Bezerra, a Comissão Executiva tem-se manifestado por maioria de seus votos. Se o regime é de votação, devemos respeitar a maioria e sou o primeiro a dar exemplo de acatamento às decisões da maioria. Os que discordam dêsses votos, trabalhem, aqui dentro, por que sejam modificados, pela força dos argumentos que apresentem, em vez de tomarem a iniciativa de campanhas derrotistas que significam, de um lado, desrespeito ao princípio das maiorias e campanhas de descrédito contra a política açucareira que salvou a produção do Norte".

*
* *

Uma agência telegráfica divulgou, há algum tempo, uma noticia, segundo a qual o Sr. Mario Garcia Rocha, Presidente da Comissão de Abastecimento da Venezuela, revelou que, no próximo mês, chegarão àquele país 3.010 toneladas de açúcar adquiridas no Brasil pela referida Comissão. Êste Instituto torna público que a noticia é inteiramente destituída de fundamento. A situação da produção das usinas e do consumo nacional têm levado o Instituto do Açúcar e do Alcool a impedir quaisquer transações de exportação para o exterior. As únicas exportações permitidas foram de açúcar bruto e instantâneo, de engenhos, depois de verificado, através das Comissões de Abastecimento dos Estados interessados, ou outros órgãos competentes, o excesso dêsses tipos de açúcar, acima das possibilidades de absorção dos mercados nacionais.

*
* *

De volta de sua rápida viagem a Pernambuco, em meados de outubro último, o Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, fez à Comissão Executiva dessa autarquia uma exposição sôbre assuntos de que tratou, naquele Estado, relativos à política açucareira.

Declarou de início S. S.^a que, durante sua rápida estadia em Pernambuco, teve oportu-

nidade de comparecer à uma reunião da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, a que se achava presente a quase totalidade de seus associados. Prestou, então, pormenorizados esclarecimentos a respeito das dúvidas e argüições levantadas pela imprensa, sobre a política açucareira e a orientação do I.A.A. desde o aumento dos preços e o problema do preço único, até a atual organização da Diretoria da Cia. Usinas Nacionais.

Sobre o preço único, ouviu e comentou opiniões discordantes e divergências, até mesmo entre os próprios membros presentes à reunião, ao lado de opiniões favoráveis ao seu ponto de vista, o que demonstrava, como acentuara, a importância do problema e a necessidade de imposição de soluções técnicas.

Esclareceu também que, ao contrário do que se alegava, o Instituto não vedava o preço C.I.F., tanto assim que o incluía no Plano de Defesa da Safra, embora estabelecendo a sua correspondência com o preço F.O.B., porque aquêle, a rigor, tem que ser êste, acrescido das despesas decorrentes do transporte da mercadoria para o destino. Nessa demonstração teve o apoio do Sr. Luís Dubeux Júnior, Presidente da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco.

Não dera à exposição caráter pessoal. Entretanto, recordara que, em setembro de 1943, quando o I.A.A., começava a admitir novas quotas de produção, o Sr. Joaquim Bandeira — ausente àquela reunião — em discurso pronunciado no Rio de Janeiro, aplaudira a orientação como a mais aconselhável, ao par de outras medidas que já eram tomadas. Não procediam, portanto, as acusações de que a autarquia açucareira criava dificuldades ao aumento da produção.

Terminara sua exposição, ponderando que, se o Instituto fôra criado para a proteção dos interesses da indústria e da lavoura canavieiras e se orientava pela defesa desses interesses, dada a organização que tem, todos os problemas da classe deviam ser trazidos ao próprio Instituto ou às cooperativas de produtores, não se compreendendo que se levassem para a imprensa campanhas sistemáticas que apenas poderiam concorrer para o desprestígio e amesquinamento do I.A.A.

Por êsse motivo comparecera à Cooperativa dos Produtores de Pernambuco. Indagara, afinal, se, sendo Pernambuco o centro açucareiro de maior significação do país, era justificável que partisse de um de seus pro-

dutores campanha desse gênero contra o Instituto.

Predominou no debate a maior elevação, cogitando-se dos aspectos gerais da política do açúcar, embora pormenorizadamente esclarecidos.

Estivera, também, na Estação Experimental de Curado, tendo observado as experiências que ali se faziam, sobretudo quanto aos problemas da adubação. O serviço parece bem orientado. Aproveitou o momento para acentuar que a subvenção do Instituto não poderia ser afastada dos objetivos dessa experimentação, para destinar-se a outras conveniências da administração, que competem a entidades governamentais. Antes do pagamento de qualquer nova subvenção, a Estação teria de prestar contas da anterior, fazendo-as autenticar pelo representante do Instituto, o Sr. José Ernesto Monteiro, técnico da maior expressão e de grande autoridade em Pernambuco. Confia em que, com o seu desenvolvimento, êsse organismo possa, afinal, ser confiado aos próprios produtores.

Observara, finalmente, os trabalhos realizados pela comissão de técnicos presidida pelo Sr. Manuel Leão, para a qual o I.A.A. contribuía com uma importância, destinada a estudar o problema do tratamento e aproveitamento das caldas resultantes da fabricação de açúcar. Parece ter sido solucionado o problema, mediante o aproveitamento das caldas. A fórmula, embora não proporcione lucros — objetivo a que não se visara — contudo é a menos dispendiosa e está ao alcance de qualquer usina. Os elementos prejudiciais contidos nas caldas se reduzem a seis por cento, o que representa bem uma solução ideal. Com tal resultado, já será possível cumprir a determinação da lei, que veda o lançamento das caldas nos cursos d'água.

*
* *

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho por ocasião daquela visita à Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, foi saudado pelo Sr. Luís Dubeux Júnior, Presidente da mesma, nos seguintes termos:

“Senhores: Mais uma vez temos a honra de ter em nossa casa o ilustre Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Devo dizer aos colegas que, dentro das possibilidades do Instituto do Açúcar e do Alcool fomos atendidos satisfatoriamente quanto às solicitações que recentemente fizemos durante a nossa viagem ao Rio.

Disse dentro das possibilidades porque é tarefa complexa a direção do Instituto, que tem não só que ser mediadora entre produtores, intermediários e consumidores, bem como tem que julgar as reivindicações de diversos Estados produtores do país, cada qual com os seus problemas mais variados.

Além de atender de maneira eficiente à Comissão de Industriais que enviamos ao Rio, em junho, chefiada pelos Srs. Lael Sampaio e Paulo Cabral de Melo, o Instituto estudando a solicitação feita pessoalmente pelo Presidente desta Cooperativa, no Rio, em agosto, nos concedeu uma ajuda de cerca de três milhões de cruzeiros, para a safra ora finda, o que reduziu apreciavelmente a média das nossas despesas de retenção, beneficiando assim, os usineiros e plantadores de cana, assunto que em nosso próximo relatório informaremos aos interessados com maiores detalhes.

Quanto a preços, reconhecemos o esforço do Instituto do Açúcar e do Alcool, e particularmente do seu ilustre Presidente, Sr. Barbosa Lima Sobrinho, em conseguir amenizar o mais possível as diferenças de preços entre os Estados, haja vista as taxas diferenciais hoje cobradas de Campos, de Minas e de São Paulo, para beneficiar os produtores nordestinos, no caso do fornecimento para o Distrito Federal. Esta política, preparatória para obtenção do preço único no país, continua em progresso. Prestigiando a autarquia açucareira que tão bons serviços tem prestado à lavoura canavieira e à indústria açucareira, tenho certeza de que havemos de ver completa esta obra grandiosa — o Instituto do Açúcar e do Alcool — prodigiosa barreira oposta à ruína que ameaçava a nossa secular lavoura em 1930”.

* * *

A Delegacia Regional do I.A.A. em São Paulo divulgou, em fins do mês passado, o seguinte comunicado:

“Conforme o que já foi dito há dias pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, as únicas exportações de açúcar permitidas foram de açúcar bruto e instantâneo de produção de engenhos. E’ o caso da presente exportação.

Há tempos recebemos aqui a missão da ANCAP, do Uruguai, que pretendeu importar açúcar branco para a abastecimento da população daquele país, no que não foi atendida, uma vez que a nossa produção de consumo desse tipo de açúcar não permitia. Aliás, houve solicitações idênticas de outros países que fizeram ofertas até de Cr\$ 200,00 por saco FOB, com o que este Instituto não concordou, de vez que se tornava necessário abastecer antes o nosso mercado interno. O açúcar, cuja exportação foi autorizada, depois de ouvida a Comissão de Abastecimento do Estado de São Paulo, é de inferior qualidade, pois é tipo bruto (prêto), de produção de engenhos banguê. E’ açúcar excedente da safra passada de 1944/45, que ficou todo esse tempo sem obter colocação no mercado. Em idênticas condições existem, só na capital de São Paulo, cerca de 70.000 sacos. E estoques maiores existem no interior, nos Estados do Norte e no Distrito Federal, cuja colocação vem sendo difícil.

Cumpre-nos salientar que durante o período de racionamento o açúcar bruto, que ora é exportado, não sofreu nenhuma restrição no seu comércio, que estava sendo livre.

Para se avaliar a inferior qualidade desse açúcar exportado, basta dizer que o Uruguai, que vem lutando com falta do produto para abastecimento de sua população, não o utilizará para o consumo doméstico, destinando-o para a transformação em álcool.

Note-se ainda que o açúcar bruto não está computado na quota de consumo do Estado, cuja necessidade avaliada em 4.950.000 sacos de açúcar cristal e refinado é suprida por suas usinas — 4.000.000 de sacos, e dos Estados do Norte, 950.000 sacos, — quantidades estas que garantem o abastecimento do mercado até maio do próximo ano, quando se iniciará a nova safra de São Paulo”.

Índice alfabético e remissivo

de

“Brasil Açucareiro”

Do 1º ao XIIIº volume

Preço Cr\$ 5,00

DIVERSAS NOTAS

MONTAGEM DE NOVAS USINAS

A Comissão Especial, composta dos Srs. Mário Lacerda de Melo, Nelson Coutinho, Francisco da Rosa Oiticica, Alcindo Guanabara Filho e Francisco Coqueiro Watson, Chefes, respectivamente, das Seções de Estudos Econômicos, Assistência à Produção, Jurídica, Técnico Industrial e de Fiscalização e Arrecadação do I.A.A., apresentou o relatório do julgamento da concorrência e distribuição das quotas para a montagem de novas usinas, de acôrdo com as Resoluções ns. 103 e 105 da Comissão Executiva.

Fazendo-o, esclarece o relatório que, dos 640.000 sacos de açúcar em concorrência, apenas as quotas correspondentes a 175.000 se acham em condições de ser atribuídas nos precisos termos do edital de concorrência. Sobram, portanto, 465.000 sacos.

Dos Territórios, somente se apresentou um candidato: o que pleiteia a quota destinada a Ponta Porã. Quanto aos Estados, não houve concorrentes às quotas destinadas aos do Norte, à Bahia e ao Rio Grande do Sul e podem ser deferidas as de Minas Gerais e parte das de São Paulo e do Paraná.

Apreciando os motivos dessa abstenção, sugere a Comissão Especial a distribuição dos saldos de quotas entre os concorrentes e outros interessados, dividindo-se em dois grupos — o do Norte até a Bahia, incluindo-se os Territórios, menos o de Ponta Porã, e o do Sul.

Não tendo havido concorrentes do primeiro grupo, o saldo de 200.000 sacos será objeto de outro plano de distribuição.

Relativamente ao segundo grupo, propôs a Comissão Especial que o saldo se distribua dentro do seguinte critério:

- “a) — nos Estados para os quais houve mais de um concorrente, o saldo será considerado do Estado e nêle distribuído;
- b) — os saldos dos Estados para os quais só houve uma ou nenhuma proposta serão englobados e distribuídos entre os concorrentes, ob-

servadas as condições das respectivas propostas e especialmente as de preferência estabelecidas no edital”.

De acôrdo com essa sugestão, terminou a Comissão Especial o seu relatório propondo a distribuição e atribuição das novas quotas aos Estados de Mato Grosso, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Território de Ponta Porã, nos termos do edital da concorrência e das normas que sugeriu em aditamento.

Em discussão preliminar na Comissão Executiva do I.A.A., insurgiram-se, desde logo, os Srs. Pereira Pinto e Moacir Pereira contra o critério proposto para a redistribuição dos saldos, por entenderem que desequilibrará a produção do país, sendo prejudicial à economia das atuais regiões produtoras. Sugeriram se estude devidamente êsse aspecto.

Não se cogitando, porém, de dar pronta solução ao relatório, foi adiado o debate para sessão posterior.

Contendo, entretanto, êsse trabalho aspectos pacíficos, qual o dos concorrentes que se enquadram nos precisos termos do edital de concorrência, passou a Comissão Executiva a apreciar os relatórios parciais. Feita sua leitura, são deferidas as seguintes quotas, para efeito de montagem de novas usinas:

Mato Grosso — 25.000 sacos — Ao Sr. Vail Chaves, de Três Lagoas.

Minas Gerais — 30.000 sacos — Aos Srs. José Caetano Drumond e Gustavo Martins, de Pirapora.

Minas Gerais — 30.000 sacos — Ao Sr. José Bernardino de Oliveira Filho, de Bambuí.

Minas Gerais — 30.000 sacos — Aos Srs. Djalma Pinheiro Chagas e Jovelino Rabelo, de Divinópolis.

Ponta Porã — 10.000 sacos — Ao Governo do Território.

A Comissão Executiva concedeu essas quotas ratificando as ressalvas e exigências constantes dos respectivos relatórios parciais.

* * *

Na sessão realizada pela Comissão Executiva a 26 de outubro findo, foi lido pelo Sr.

Mário Lacerda de Melo, Chefe da Seção de Estudos Econômicos, o parecer da comissão especial designada para proceder ao julgamento das propostas de montagem de novas usinas, relativo aos casos do Norte do Estado do Paraná.

Houve apenas três candidatos às quotas, no total de 80.000 sacos, divididas em quatro parcelas de 20.000. Das propostas desses candidatos somente a da firma Lima, Nogueira & Cia. preenche as condições estipuladas no edital.

Inicialmente, a Comissão Executiva concede ao candidato vitorioso a quota de 20.000 sacos, para a montagem da usina projetada no município de Sertanópolis, devendo, porém, na assinatura do termo de concessão, subordinar-se às exigências constantes do parecer.

Havendo, dessa forma, no Estado, um saldo de 60.000 sacos, sugere ainda a comissão especial que sejam concedidas as seguintes quotas, desde que os concorrentes, dentro de determinado prazo, se subordinem às determinações do edital de concorrência:

Lima, Nogueira & Cia. — Sertanópolis — Mais 20.000 sacos.

Zoroastro Arantes — Jacarèzinho — 25.000 sacos.

Usina Bandeirantes do Paraná Ltda. — Bandeirantes — 15.000 sacos.

Travou-se então longo debate em torno da sugestão. Os Srs. Castro Azevedo e Moacir Soares Pereira entendem que, não tendo os concorrentes preenchido as condições do edital, deviam ser eliminadas as suas propostas, procedendo-se a nova concorrência para a concessão do saldo da quota do Estado.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, considerando a urgência do problema do aumento da produção de açúcar, propôs-se concedesse o prazo de 30 dias para que esses candidatos esclareçam suas propostas.

A sugestão foi aceita, contra o voto dos Srs. Castro Azevedo e Moacir Soares Pereira.

TABELAMENTO DE CANAS

Em telegrama de 16/9/45, o Sr. Roberto Alves de Almeida comunicou ao I.A.A. que alguns colonos da Usina Santa Bárbara ameaçavam paralisar o trabalho.

A Seção Jurídica informou, a respeito, que tivera ciência, há dias, pelo Procurador Regional do Estado de São Paulo, de que alguns colonos daquela usina esboçaram um movimento grevista, alegando o baixo preço pelo qual é paga a cana que entregam à usina.

O Procurador Regional entendeu-se com os interessados, conseguindo anular o movimento grevista.

Acrescentou ainda a Seção Jurídica que os processos em que os colonos da Usina Santa Bárbara pleiteiam reconhecimento de sua qualidade de fornecedores, iriam ser encaminhados à 1.^a Turma de Julgamento naqueles próximos dias, para o devido julgamento.

Em sessão de 29 de setembro, a Comissão Executiva tomou conhecimento das comunicações feitas pela Seção Jurídica, mandando, em seguida, arquivar o respectivo expediente.

ARRECADAÇÃO DA TAXA DE CR\$ 1,00

Em ofício de 9/10/45, dirigido ao Presidente do I.A.A., a Seção de Assistência à Produção apresentou os quadros relativos à apuração da arrecadação da taxa de Cr\$ 1,00 por tonelada de cana fornecida.

A arrecadação global atingiu a..... Cr\$ 3.998.313,40, que ficam vinculados às seguintes aplicações:

	Cr\$
a)—10%—ao Fundo de Assistência às Associações de Plantadores de Cana, destinado a atender ao custeio das despesas de administração da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil e Fornecedores de Cana do país.	399.831,30
b)—40%—para a incorporação ao Fundo de Assistência Social.	1.599.325,40
c)—50%—para o Fundo de Assistência Financeira, destinado à constituição e ampliação do capital das Cooperativas de Plantadores e Fornecedores de Cana. . .	1.999.156,70
	3.998.313,40

Por intermédio da Contadoria, deverá ser feita a transferência das parcelas indicadas nas alíneas a, b e c, da conta geral da arrecadação da taxa de Cr\$ 1,00 para aquelas rubricas especiais.

Por conta do Fundo de Assistência às Associações de Plantadores de Cana, deverão ser feitos os seguintes créditos :

	Cr\$
a)—À Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (20%)	79.996,30
b)—Às demais Associações de de Plantadores e Fornecedores de Cana do Brasil (80%)	319.865,00

A distribuição dos referidos Cr\$ 319.865,00 está prevista nos quadros anexos ao relatório da Seção de Assistência à Produção.

A distribuição para os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Mato Grosso e Santa Catarina não está indicada, por falta de registro de existência de Associação de Fornecedores e Plantadores de Cana, no Instituto.

A distribuição das quotas partes dos Estados de São Paulo e Minas Gerais não está completa, pelo fato dos fornecedores de algumas usinas não estarem sob a jurisdição das Associações de classe em funcionamento nos referidos Estados. Permanecerá, assim, um saldo na distribuição, que será anexado ao que já foi apurado na safra passada.

A Comissão Executiva do I. A. A., na sessão ordinária de 17/10/45, aprovou a distribuição do produto da arrecadação da taxa de Cr\$ 1,00, nas condições da proposta.

EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR

Na sessão efetuada pela Comissão Executiva do I. A. A. a 4 de outubro último, o Sr. Barbosa Lima Sobrinho referiu que teve notícia de entendimentos em tórno de exportação de açúcar de Alagoas para o Uruguai e

os Estados-Unidos. Estranhando o fato, porque cabe ao Instituto, exclusivamente, autorizar essas operações e as tem êste impedido, em face das condições da produção brasileira, mandou divulgar no Norte a seguinte nota, que esclarece o assunto de modo a não deixar nenhuma dúvida :

“O Decreto-lei n. 1.831, de 4 de dezembro de 1939, dispõe, no art. 82: “Nenhuma exportação de açúcar poderá ser feita para os mercados estrangeiros sem ser por intermédio, ou com aprovação expressa do I. A. A.”. O Instituto do Açúcar e do Alcool não deu nenhuma autorização para exportação de açúcar de usina da safra 1945/46, nem poderá dar autorização para exportação, em face da situação de enormes dificuldades para o abastecimento do próprio mercado nacional. Não é demais que se diga que o consumo do país excede à previsão da safra atual, o que explica a necessidade e o dever patriótico de procurar garantir o consumo brasileiro, antes de qualquer outra preocupação, ou interesse”.

ADUBAÇÃO

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, recebeu do Conselho Federal de Comércio Exterior, datado de 29/10/45, um ofício em que êste se refere ao plano de adubação estabelecido pelo I. A. A., inicialmente para os Estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

O Diretor Geral daquele Departamento comunicou haver levado o assunto ao conhecimento dos membros do Conselho, tendo o Sr. Tórres Filho ressaltado a importância da medida adotada pelo I. A. A., não só em relação à lavoura canavieira, mas também no que concerne à lavoura em geral, pelo exemplo que representa aquêlê empreendimento. Por proposta do Conselheiro Tórres Filho foi deliberado que o Conselho se congratulasse com o I. A. A. pela adoção do plano de adubação, resolvendo pedir informações mais completas, a respeito do assunto, informações que deverão servir de subsídio aos estudos a cargo daquele órgão consultivo do Govêrno.

SOCIOS

em Eficiência

Comprovada . . .

"caldo limpo e

filtragem econômica"



O CLARIFICADOR DORR MULTIFEED

O FILTRO ROTATIVO OLIVER-CAMPBELL

Estas máquinas, trabalhando unidas, vêm deixando inteiramente satisfeitos os seus proprietários em todos os principais países produtores de açúcar. Nelas encontrará V. S.^a a máxima eficiência na qual poderá invariavelmente confiar:

DO CLARIFICADOR DORR MULTIFEED obterá a maior quantidade de caldo limpo de cada litro de caldo cru e de cada metro quadrado de superfície de assentamento — com as vantagens adicionais de lamas mais espessas e de menor volume.

Dessas lamas mais espessas V. S.^a obterá uma torta mais fácil de manipular, de baixa polarização, que sai continuamente do **FILTRO ROTATIVO**

OLIVER-CAMPBELL

Os **CLARIFICADORES DORR** converteram-se em equipamentos regulares de 95% das grandes fábricas modernas de açúcar de todo o mundo. Os

O caldo limpo será sempre a chave da fabricação superior.

FILTROS OLIVER-CAMPBELL demonstraram convincentemente, no transcurso de menos de duas décadas, possuir eficiência a baixo custo, em mais de 200 fábricas de açúcar de vinte e cinco países.

O Clarificador Dorr Multifeed, que requer a atenção de um único homem em cada turno, produz um fluxo contínuo de caldo uniformemente limpo. No Dorr é possível reter o caldo limpo e quente durante os períodos de limpeza habitual da fábrica, sem sofrer mudança apreciável no grau pH. E o Filtro Oliver-Campbell, na sua base limpa e seca, contribui com sua manutenção reduzida para a produção mais econômica do açúcar.

Esperamos consultas de todos aqueles que se interessam em produzir açúcares superiores mediante a melhor clarificação.

As lamas mais espessas produzidas pelo Dorr "Multifeed" simplificam a filtragem



DIVISÃO PETREE E DORR
DA COMPANHIA DORR

Engenheiros



570 Lexington Avenue
HAYANA

RIO DE JANEIRO

Nova York, 22, E. U. A.
BUENOS AIRES

REAJUSTAMENTO DE USINAS

Na sessão efetuada pela Comissão Executiva a 26 de outubro último, o Sr. Mário Lacerda de Melo, Chefe da Seção de Estudos Econômicos do I. A. A., procedeu à leitura de seu parecer sôbre a distribuição da quota total de 800.000 sacos, des-

tinada ao reajustamento das usinas de quotas inferiores a 20.000 sacos, nos termos da Resolução n. 111/45, concluindo pela apresentação do seguinte quadro, que indica os saldos existentes nos Estados da Paraíba, Pernambuco e Rio de Janeiro.

PARAÍBA

Usinas	Limites efetivos	Diferença p/20.000 sacos	Limites reajustados	Saldos
Monte Alegre	6.034	13.966	20.000	
Santa Maria	10.867	9.133	20.000	
Tanques	5.753	14.247	20.000	
	22.654	37.346	60.000	62.654

PERNAMBUCO

Usinas	Limites efetivos	Diferença p/20.000 sacos	Limites reajustados	Saldos
C. Ólho d'Água	15.466	4.534	20.000	
C. Serra Azul	4.683	15.317	20.000	
Crauatá	8.000	12.000	20.000	
N. S. Auxiliadora	8.136	11.864	20.000	
Santa Inês	10.496	9.504	20.000	
Sta. Ter. de Jesus	19.895	105	20.000	
Sibéria	7.432	12.568	20.000	
Três Marias	11.633	8.367	20.000	
	85.741	74.259	160.000	25.741

RIO DE JANEIRO

Usinas	Limites efetivos	Diferença p/20.000 sacos	Limites reajustados	Saldos
N. Horizonte	12.937	7.063	20.000	
Pedra Lisa	2.532	17.468	20.000	
Sta. Isabel	12.000	8.000	20.000	
Sta. Luísa	18.720	1.280	20.000	
Sta. Rosa	1.760	18.240	20.000	
Tanguá	10.751	9.249	20.000	
	<hr/> 58.700 <hr/>	<hr/> 61.300 <hr/>	<hr/> 120.000 <hr/>	<hr/> 38.700 <hr/>

Inicialmente, resolveu a Comissão Executiva aprovar a distribuição relativa aos Estados do Rio de Janeiro, Paraíba e Pernambuco, em que, feitos os cálculos se verifica a existência de saldos. Quanto aos demais Estados, será aguardado o parecer do Sr. Antônio Corrêa Meyer, a quem foi dada vista do processo.

Passou-se a considerar, em seguida, o destino a ser dado aos saldos apurados. Após ligeiro debate, decidiu-se fôsse aberta concorrência para seu aproveitamento por novas usinas, devendo a comissão especial, já designada para julgamento das propostas, formular o respectivo edital.

Na sessão seguinte, efetuada a 31 de outubro, por proposta da comissão encarregada das distribuições das referidas quotas, a Comissão Executiva promoveu a aplicação dos saldos mencionados, daqueles três Estados.

1.º — PARAÍBA

Discutida a parte relativa ao Estado da Paraíba, ficou resolvido o seguinte: — “O saldo de 62.654 sacos será aproveitado para a instalação de duas usinas novas, de 32.000 sacos de quota cada uma, abrindo-se a respectiva concorrência, pelo prazo de 60 dias, nas condições legais vigentes”.

2.º — PERNAMBUCO

Ao saldo de 25.741 sacos do Estado de Pernambuco, foi dado o seguinte destino: — “Abertura de concorrência, em Pernambuco, para a instalação de uma usina sob a forma de cooperativa, com o aproveitamento do remanescente do saldo mencionado de 25.741 sacos, e transformação de engenhos de açúcar em usinas”.

3.º — RIO DE JANEIRO

O saldo de 38.700 sacos do Estado do Rio de Janeiro será aplicado da seguinte maneira: — a) — concessão de uma quota de produção de 20.000

E. G. Fontes & Co.

Exportadores de Café, Açúcar,
Manganês

e outros produtos nacionais

Importadores de tecidos e mercadorias
em geral

Av. Nilo Peçanha, 12 - 9.º andar

TELEFONES: { 22 - 5535
22 - 5849
22 - 8058
42 - 3302

CAIXA POSTAL 3

Telegramas **A FONTES - RIO**

Rio de Janeiro

sacos aos lavradores do Município de Itaperuna, desde que se organizem sob a forma de Cooperativa, com a participação dos engenhos existentes, para a fundação de uma usina; b) — Os remanescentes 18.700 sacos do saldo terão a sua distribuição adiada, de acôrdo com a proposta do Sr. José Carlos Pereira Pinto.

Ficam, assim, integralmente distribuídos os 800.000 sacos destinados ao reajustamento das usinas de quotas inferiores a 20.000 sacos, nos oito Estados de maior produção do Brasil.

B) — Montagem de novas fábricas — Redistribuição das quotas não requeridas — Resolução 103 e 105/45:

Segundo os levantamentos procedidos pela respectiva comissão, a situação da distribuição das quotas conferidas, para a montagem de novas usinas nos Territórios Federais em diversos Estados, é a seguinte:

Territórios	A conceder	Concedida	Saldo
Amapá . .	10.000	—	10.000
Acre . . .	10.000	—	10.000
Guaporé . .	10.000	—	10.000
Rio branco	10.000	—	10.000
Iguaçu . .	10.000	—	10.000
Ponta Porã	10.000	10.000	—

A concessão da quota de Ponta Porã foi feita ao próprio Governo do Território.

Estados	Quotas fixadas	Quotas concedidas	Saldos
Mato Grosso .	50.000	30.000	20.000
Amazonas . . .	30.000	—	30.000
Pará	40.000	—	40.000
Piauí	20.000	—	20.000
Ceará	20.000	—	20.000
Rio grande do Norte	10.000	—	10.000
Bahia	30.000	—	30.000
Minas Gerais .	90.000	90.000	—
São Paulo . . .	60.000	—	60.000
Paraná	80.000	20.000	60.000
Rio Grande do Sul	150.000	—	150.000

a) — Das quotas dos Estados, foram distribuídas as seguintes, nessa segunda sessão da Comissão Executiva:

1.º — MATO GROSSO

A Vail Chaves, em Três Lagoas — 30.000 cs.

2.º — PARANA'

a) — A Limã Nogueira & Cia. — Sertanópolis, aumentada a quota concedida de 20.000 para 40.000 sacos;

b) — A Zoroastro Arantes — Jacarèzinho — 25.000 sacos;

c) — A Usina Bandeirante do Paraná Ltda., em Bandeirantes — 150.000 sacos.

3.º — SÃO PAULO

As propostas apresentadas para as quotas do Estado de São Paulo não foram objeto de apreciação nesta sessão, aguardando-se, a respeito das mesmas, o parecer do Sr. Antônio Corrêa Meyer.

4.º — MINAS GERAIS

a) — a José Caetano Drummond e Gustavo Martins, em Pirapóra, 30.000 sacos;

b) — José Bernardino de Oliveira Filho, Bambuí, 30.000 sacos;

c) — Djalma Pinheiro Chagas e Jovelino Rabelo, em Divinópolis, 30.000.

B) — Saldos de quotas a distribuir:

I — TERRITÓRIOS FEDERAIS — Continuam as quotas estabelecidas na concorrência para os Territórios, à disposição dos mesmos, pelo prazo de 6 meses, dando-se aviso aos respectivos Governadores. As quotas são as indicadas na coluna de saldos do respectivo quadro.

II — ESTADOS DIVERSOS — A resolução da Comissão Executiva, em relação aos saldos dos Estados, é a seguinte:

1.º — MATO GROSSO

Distribuir o saldo de 20.000 sacos, acrescido de 30.000 sacos já anteriormente concedidos, na forma do art. 5 da Portaria n. 17 da Coordenação da Mobilização Econômica, por este ato revigorados, entre as usinas já existentes no Estado, em forma de concorrência, relativamente aos fornecimentos de cana e garantia da produção em prazo determinado.

2.º — AMAZONAS, PARA' E PIAUÍ

As quotas, respectivamente, de 30.000, 40.000 e 20.000 sacos, serão conservadas, renovando-se a concorrência pelo prazo de 90 dias, com a declaração de que, na feita de concorrência, as quotas seriam incorporadas ao limite de cada Estado respectivo e distribuídas entre os produtores locais.

3.º — CEARA'

Conceder da quota de 20.000 sacos:

a) — 15.000 à Usina de Cariri, de Açucareira Cearense S. A.;

b) — 1.000 sacos ao Engenho turbinador de Francisco Alves Linhares Filho;

c) — reservar os 4.000 restantes, para reajustamentos futuros.

4.º — RIO GRANDE DO NORTE

Incorporar a quota de 10.00 sacos ao limite do Estado, distribuindo-a entre as usinas locais, na proporção das respectivas sub-limitações.

5.º — BAHIA

A quota de 30.000 sacos será mantida, prorrogando-se o prazo da concorrência por 90 dias, para a montagem da usina em qualquer zona do Estado.

6.º — RIO GRANDE DO SUL

Não se tendo apresentado concorrentes à quota de 150.000 sacos, destinada ao Estado, resolveu a Comissão Executiva, contra os votos dos Srs. Luís Dias Rollemberg e José Carlos Pereira Pinto redistribuí-la entre outros Estados da zona Sul.

A redistribuição foi feita na seguinte base:

a) — Estado de Sta. Catarina . . .	30.000 sacos
b) — " " São Paulo . . .	30.000 "
c) — " " Rio de Janeiro . . .	30.000 "
d) — " " Minas Gerais . . .	60.000 "

Essa redistribuição está sujeita às seguintes condições:

a) -- SANTA CATARINA

Abertura de concorrência, na forma do edital previsto nas Resoluções ns. 103 e 105/45, pelo prazo de 60 dias e para a quota de 30.000 sacos.

b) — SÃO PAULO

A quota de 30.000 sacos será distribuída, de acordo com a proposta a ser feita, oportunamente, pelo Sr. Corrêa Meyer, a quem está sendo afeto o assunto, para estudo.

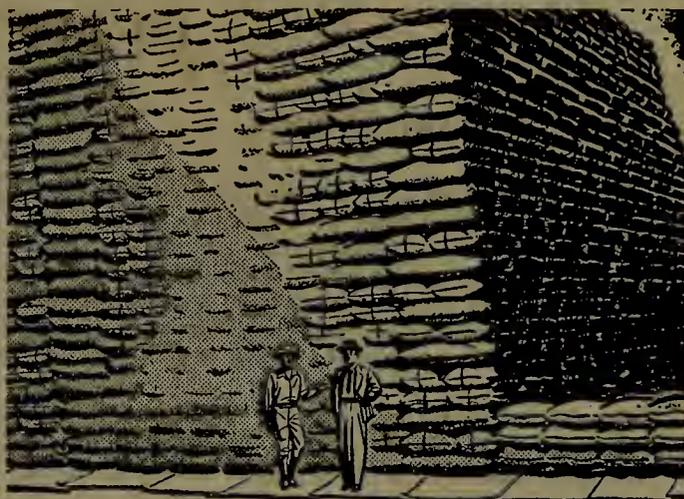
c) -- RIO DE JANEIRO

A quota de 30.000 sacos será incorporada ao saldo de 18.700 sacos, do reajustamento das usinas de quotas inferiores a 20.000 sacos, para estudo e aplicação ulteriores.

d) — MINAS GERAIS

Dos 60.000 sacos da quota do Rio Grande do Sul, atribuídos a Minas Gerais, se destinarão: 40.000 sacos à Distilaria Central de Ponte Nova, para a sua adaptação à produção de açúcar; 20.000 sacos ao Sr. Fileno de Miranda, para a montagem da usina de açúcar, em Dores do Indaiá, na forma indicada na sua proposta entregue ao Instituto.

BRASIL AÇUCAREIRO



Proteja sua Produção Contra a Umidade com SISALKRAFT

Usando SISALKRAFT V.S. elimina a necessidade dos calços—evita a rotura dos sacos—consegue uma proteção absoluta contra a umidade.

Facil de Usar — Facil de Aplicar! Basta estender o Sisalkraft no pavimento de seu armazem e amontoar sobre ele os sacos, à altura desejada. Não é preciso usar calços! Sendo à prova de água, Sisalkraft elimina os perigos da umidade superficial, de uma vez para sempre.

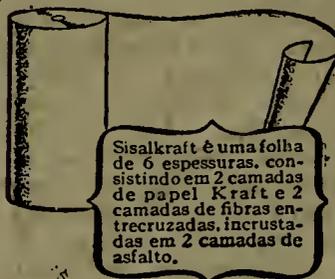
E ao eger SISALKRAFT disfrutará de outra vantagem . . . não há praticamente conhecimento da rotura de sacos, quando protegidos da umidade!

Economize em Mão de Obra e Materiais

Passe em revista os fatos supra. Os sacos podem ser amontoados a qualquer altura! Não é preciso usar calços! Não há estragação de sacos! A facilidade de manipulação e instalação reduz as despesas de mão de obra.

V.S. verificará que o SISALKRAFT lhe poupa dinheiro em quase todo aspeto da armazenagem. Seu custo inicial é baixo; pode ser usado repetidas vezes. Pode ser comprado por menos do que se pagaria somente pelos calços. Oferece muitos outros usos econômicos, tais como o de proteger motores, painéis elétricos, maquinaria, etc.—especialmente durante as épocas inativas.

Peça-nos hoje informações completas.



Sisalkraft tomou o seu lugar no esforço de guerra das Nações Unidas, e talvez não seja obtido em toda ocasião. Isto se deve às dificuldades de transporte, etc.; mas estamos fazendo os maiores esforços para manter seu país devidamente abastecido.

THE SISALKRAFT CO.
205 WEST WACKER DRIVE · CHICAGO, E. U. A.
LONDRES, INGLATERRA SYDNEY, AUSTRALIA
DISTRIBUIDORES: CASA HILPERT S.A.
Av. Rio Branco, 26 - 15.º andar — Rio de Janeiro

LEGISLAÇÃO

ARGENTINA

Visto o disposto no decreto n. 13.693, de 27 de junho próximo passado, ditado em Acôrdo Geral de Ministros, e considerando:

Que é necessário aumentar as disponibilidades de combustíveis líquidos para automotores e atender as necessidades da indústria que não estão cobertas pela produção atual de álcool etílico;

Que atualmente o álcool etílico anidro é a matéria-prima principal para a elaboração de numerosos sucedâneos, tais como a borracha sintética e os plásticos;

Que por isso é conveniente facilitar a instalação de destilarias de álcool etílico anidro proveniente de substâncias amiláceas ou açucaradas (milho e outros cereais, batata, mandioca, melão de cana, sorgo açucarado, etc.);

Que a aquisição por parte do Estado do álcool a produzir é a única forma de assegurar essa instalação;

Que semelhante fabricação permitiria melhor e mais segura utilização dos produtos agrícolas excedentes;

Que é conveniente deixar à iniciativa particular a obtenção da maquinaria e a escolha do método de elaboração;

Que a instalação das destilarias nas zonas de produção das matérias-primas contribuirá para a descentralização econômica nacional;

O AÇÚCAR NOS MATERIAIS PLÁSTICOS

Em relatório apresentado aos membros do Instituto de Investigações do Açúcar, de Nova York, foi anunciada a fabricação de um composto plástico modelável, de materiais de resíduos das fábricas açucareiras e o emprêgo do próprio açúcar para a elaboração de plásticos. O informe sobre "Açúcar e seus subprodutos na Indústria de Plásticos" foi preparado pelo Sr. Louis Long do Instituto de Tecnologia de Massachusetts. O que se vai ler é um sumário do referido informe:

"O interesse dos industriais no emprêgo do açúcar ou de seus subprodutos como material para substâncias plásticas já era evidente em 1929 e muitas tentativas foram feitas desde então para utilizar este rico produto natural. As vantagens da sacarose, como matéria-prima para plásticos, reside em seu quase ilimitado abastecimento como composto orgânico muito puro e barato. Quimicamente tem muitos centros reativos, os quais lhe permitem polimerizar-se rapidamente ou reagir com outras substâncias que podem ser polimerizadas. Até o presente, não obstante os resultados, os trabalhos têm tido interesse puramente teórico, devido à sensibilidade da molécula ao calor e aos tratamentos químicos, o que ocasiona a sua rápida descoloração e à dificuldade de controlar a polimerização para produzir a quantidade dese-

Isto pôsto, atendendo ao proposto pelo Senhor Interventor da Secretaria de Indústria e Comércio, O Presidente da Nação Argentina, em

Acôrdo de Ministros, decreta:

Art. 1.º — Fica a Secretaria de Indústria e Comércio autorizada a abrir concorrência para a fabricação e fornecimento de 120 milhões de litros anuais de álcool etílico anidro produzido no país com milho ou outras matérias primas subministradas pelo Estado, durante um período de 10 anos.

Art. 2.º — São aprovadas as bases e quadro de condições adjuntos para a concorrência.

Art. 3.º — A Secretaria de Indústria e Comércio encaminhará, para sua aprovação pelo Poder Executivo Nacional, o plano de financiamento e utilização do álcool produzido e o de direção e controle da elaboração e distribuição do álcool anidro adquirido.

Art. 4.º — Comunique-se, publique-se, etc.

Buenos Aires, 20 de setembro de 1945.

Farrell.

jável de condições físicas que requer um produto acabado. Por outro lado obteve-se um certo número de triunfos na formação de um composto plástico modelável do bagaço, produto dos resíduos dos engenhos açucareiros, havendo começado sua produção comercial, em pequena escala, na Luisiana.

"A importância da indústria de plásticos como um derivativo para o excesso da produção de açúcar e para a utilização dos seus subprodutos é óbvia se se contempla o grande desenvolvimento desta indústria e a grande quantidade de matérias-primas utilizadas no seu processo de fabricação. Durante os dez anos compreendidos entre 1931 e 1941, a produção anual de todos os tipos de materiais plásticos nos Estados-Unidos elevou-se de 15.855.000 quilos para 226.500.000 quilos, ou seja um aumento de 1.400 %. A sacarose e seus produtos de hidrólise glicose e fructose são matérias-primas potenciais para a formação de plásticos, coloridos ou não.

"O consumo potencial do açúcar ou melão para a produção de ácidos cítrico e láctico para serem utilizados na manufatura de materiais plásticos está claramente determinado e o seu consumo vai aumentar rapidamente em futuro próximo. A aplicação de outros ácidos na indústria de plásticos, que se encontram em estudos, ainda não foi bem determinada". Depois de falar nas vantagens e desvantagens destes ácidos, termina dizendo que "é evidente que, em futuro não distante, este grupo de ácidos orgânicos até agora pouco conhecidos se pode converter em importante mercado para uma apreciável quantidade de açúcar e subproduto".



CONSTRUTORA de DISTILARIAS e INSTALAÇÕES QUÍMICAS S.A

CAPITAL SOCIAL REALIZADO : Cr\$ 15.000.000,00

Oficinas : SÃO PAULO
Rua Passo da Pátria, 1515
Alto da Lapa — Bela Aliança.
Caixa : 3161 - Fone: 5-0617

Teleg. "CODIQ"

Escritório no RIO
Praça 15 de Novembro, 42-3.º pav
(Salas 301/302)
Caixa : 3354 - Fone : 23-6209



A MAIOR ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO DE DISTILARIAS DE ALCÓOL E INSTALAÇÕES QUÍMICAS

Área dos terrenos pertencentes à Cia. — 45.000 m²
600 operários, 60 técnicos e empregados

Fundição de bronze, ferro e aço

Fábrica própria de moto-bombas

Construção de material de usinas de açúcar

Contratou, de 1941 a fins de 1943, 51 distilarias de álcool etílico, todas construídas no Brasil, partindo de melaço, cana, mandioca, milho, laranja e bananas, das quais 30 já funcionando, 12 em montagem e 9 em construção.

Construiu, no ramo de destilação, distilarias de: acetona, álcool butílico, éter sulfúrico, aguardente fina de laranja e banana; benzol, xistos, carvão e madeira.

A capacidade de produção diária das distilarias de álcool construídas por CODIQ é de 345.000 litros, tendo duplicado, desta forma, a capacidade de produção das distilarias de álcool anidro existentes no Brasil, antes da guerra

COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

Publicamos nesta seção resumos das atas da Comissão Executiva do I.A.A. Na seção "Diversas Notas" damos habitualmente extractos das atas da referida Comissão, contendo, às vezes, na íntegra, pareceres e debates sobre os principais assuntos discutidos em suas sessões semanais.

59.^a SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, José Carlos Pereira Pinto, J. C. Belo Lisboa, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Preço de álcool carburante — A Sociedade Rural Brasileira, de São Paulo, em carta de 2/8/45, em face de informações prestadas pelo seu representante junto à Comissão de Combustíveis do Estado de São Paulo, se dirigiu ao Instituto, secundando a sugestão que ao mesmo diz ter sido encaminhada pela referida Comissão de Combustíveis, no sentido de ser fixado o preço do álcool, como carburante, em dez centavos (Cr\$ 0,10) menos do que o preço da gasolina. Depois de examinado o caso pela Seção de Estudos Econômicos, dá-se vista do mesmo ao Sr. J. Bezerra Filho.

Fabricação de álcool direto de cana — Em carta de 21/8/45, as Usinas São José S. A. e Santa Cruz S. A., pedem o seguinte: a) autorização para transformar diretamente em álcool uma parte de cana de açúcar recebida; b) autorização para adquirir cana para álcool, mediante prévio acôrdo com os fornecedores que dispusessem de excesso da quota, por preço correspondente ao preço do álcool, de vez que já não existe paridade entre os preços de açúcar e do álcool no plano da presente safra; c) a fixação do preço pelo qual a usina pode negociar a aquisição de matéria-prima para álcool.

O assunto é objeto de pareceres do Sr. Jacques Richer, Gerente da Distilaria de Campos, e da Seção de Estudos Econômicos, os quais são examinados pela C. E., sendo afinal aprovada a proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser feita uma verificação local, atribuindo-se ao Sr. Joaquim Pinto a tarefa de realizá-la.

Transformação de aguardente em álcool — O Serviço Especial de Requisição e Redestilação de Aguardente — SERRA — em relatório de 26/7/45, subscrito pelos Srs. Fernando Guena, Coqueiro Watson e Guido Coaracy, apresentou à administração os resultados apurados relativamente ao plano de requisição, redestilação e liberação de aguardente, de acôrdo com as Resoluções 65, 66, 67/43, nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina. O relatório é objeto de um parecer do Sr. Moacir Soares Pereira, resol-

vendo a C. E.: — 1.^o — aprovar o parecer do Sr. Moacir Soares Pereira, nas condições da primeira hipótese, isto é, a distribuição de Cr\$ 8.500.000,00, e constituindo-se a reserva da Caixa com a arrecadação da taxa posterior aos cálculos do SERRA; 2.^o — não aprovar a gratificação proposta para os executores e encarregados de escrita do plano de requisição e redestilação de aguardente.

Produção de açúcar — Em ofício de 13/8/45, a Seção de Fiscalização comunica ao Sr. Presidente ter recebido aviso do Inspetor Fiscal Fontenele, de que a Usina Boa Vista, de Vitória Mezer, em Ribeirão Preto, São Paulo, estaria na iminência de paralizar as atividades industriais e agrícolas, em consequência de divergências entre o proprietário e os seus filhos, que são os gerentes da usina.

O Sr. Presidente, dando conhecimento do caso à Comissão Executiva, propõe, o que é aprovado, que seja encarregado o Sr. Cassiano Maciel de verificar o incidente; para, à vista do que fôr apurado, determinar a Comissão Executiva as providências necessárias.

Edital de concorrência — A Seção Jurídica, em ofício de 12/9/45, comunica que o prazo para a concorrência da montagem de novas usinas encerrou-se a 11 do corrente mês e solicita ao Sr. Presidente para determinar quais as seções incumbidas de apreciar as propostas, sendo aceita, por unanimidade, a designação dos Chefes das Seções Jurídica, Assistência à Produção, Fiscalização e Técnico Industrial.

O Sr. Moacir Soares Pereira relatou o processo a respeito da montagem, pelo I. A. A., de uma usina de açúcar em Ubirama, Estado de São Paulo. Contra dois votos é aprovada a sugestão do Sr. Presidente, no sentido de ser aceito o parecer do Sr. Moacir Pereira.

Inscrição de refinaria de açúcar — Em requerimento de 31/7/44, o Sr. Manuel Roche Ximenes, proprietário de uma pequena refinaria de açúcar, em Macaé, Estado do Rio, a qual refina por conta de terceiros, solicita a inscrição de sua fábrica, como refinaria de açúcar. Dá-se vista do processo ao Sr. Bezerra Filho.

Inscrição de fábrica de rapadura — João Cândido da Silva — Ceará, deferido.

Inscrição e transferência de proprietários — Joaci Gonçalves Palhano — Ceará, deferido. Angélica de Sousa Leão — Alagoas, deferido.

Transferência de proprietários — Manuel Costa Dias — Minas Gerais, manda-se arquivar.

60.^a SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, José Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbôsa Lima Sobrinho.

Inscrição de fábricas de rapadura — José Rodrigues da Silva — Espírito Santo. A Comissão Executiva aprova o parecer da Seção Jurídica, de 11/9/45, exarado no processo de interesse de José Rodrigues da Silva, tendo em vista o que dispõe a Resolução n. 92/44, que regulamentou o Decreto-lei n. 6.389, de 30/3/44, deferindo a solicitação de inscrição de engenho rapadureiro constante deste processo e mais os pedidos de inscrição dos processos mencionados no aludido parecer e abaixo relacionados: João Hipólito Vieira, Emiliano José da Silveira, Clóvis Carvalho Lima, Maria Batista, Francisco Mariano dos Santos, Francisco Tomás da Silva, Raimundo Rodrigues de Carvalho, Abraão Caçula de Almeida, Ana Maria da Conceição, Raimundo Antônio do Nascimento, Francisco Tomás da Silva, Pedro Arcanjo Alves, Raimundo Pereira, Teófilo Teodoro de Rezende, José Braz da Silva, José Amarante Batista, José da Costa Ferraz, Felinto Abel de Araújo, Braz de Sousa Melo, Antônio Maranguape da Cunha, Antônio Machado Siqueira, José Manuel de Carvalho, Altivo Faria Lopes, Altino Pereira de Azevedo, Altino Rodrigues do Carmo, Ananias José Corrêa, Aniceto Rodrigues da Fonseca, Aquiles Costa Melquíades, Artur Bonato, Antônio Alves de Barros, Antônio Alves da Silva, Antônio de Aquino Toledo, Antônio Augusto Pimenta, Antônio Caetano da Silva, Antônio Camilo Nogueira, Antônio Calixto Viana, Antônio Corrêa Vaz, Antônio Cosme de Faria, Antônio Felipe, Antônio Furtado da Silva Leite, Antônio Garcia, Antônio Gomes da Cruz, Antônio Gonçalves Marreiro, Antônio Gonçalves Pereira, Antônio Honório de Oliveira, Antônio José Borges, Antônio Lopes Ferreira, Antônio Luís Moreira, Antônio Martins de Melo, Antônio Martins de Oliveira, Antônio Macieira, Antônio Máximo de Mesquita, Antônio de Paula Carvalho, Antônio Pereira de Andrade, Balbino Martins Dias, Antônio Arcanjo de Sousa Melo, Antônio Pereira Campos Jr. Antônio Pereira da Cunha, Antônio Pinto de Sousa, Antônio Ribeiro de Aguiar, Antônio Roberto Neto, Antônio Severino de Meneses, Antônio da Silva Roxo, Antônio Simões de Oliveira, Antônio Teodoro Costa, Antônio Venâncio de Freitas, Antônio Vicente Ferreira, Antônio Venâncio, Antônio Vieira de Brito, Bernardino Evangelista Alves, Benvindo Lourenço Dias, Bento Simões de Castro, Benjamin Ovídio de Paiva, Benjamin do Lago, Benjamin José Figueiredo, Benedito da Silva Gomes Bifencourt, Benedito Marques de Abreu, Benedito José de Oliveira, Belmiro Marques da Silva, Sebastião Tiago de Araújo — Minas Gerais — deferido, Sebastião Coghi — Minas Gerais — Deferido.

Fábricas de aguardente — A Comissão Executiva, tendo em vista o que dispõe a Resolução n. 38/42, de 5/8/42, resolve autorizar o registro das fábricas de aguardente, a que se referem aos interessados abaixo relacionados, deferidos os pedidos constantes dos requerimentos que lhes deram origem: João Mendes Bastos, Raimundo Portela Moura, Miguel Ferreira Barros, Maria José Gomes Costa Lima, Raimundo Alves de Mello, Messias Soares, José Carneiro Veras Coelho, Otacílio Lira Cabral, Amando Xavier da Cunha, Miguel Francisco, Felipe Roos Filho, Eduardo Ferdí-

nando Ditrich, Artur Gerhardt e Olaviano Santos, Manuel Nunes Filho, Antônio Monteiro da Gama, Antônio Ferreira da Fonseca, Marcilio Gonçalves Machado, Dr. Jaime Rosemburg, Abílio Modesto da Silva, Hélio Morganti, Miguel Gramulha ou Miguel Gramura, Antônio Cândido de Paiva Júnior, João Berger, Jerônimo Omêto, João Francisco Dobins Sobrinho, Eraci Gomes, Kich & Schwingel, Pacífico Camargo, Bene Muller, Luís Sfredo Stival, Eugênio Wolfenbutel, Olinto João Zambra, João Rotili, Carlos Oto Lang, Tiadurico Alves de Araújo, Antônio Pontes, José Jacinto Coimbra, Leocádio da Costa Lage, João Alves de Melo, José Ferreira Pinto, José Gomes Mameluck, Arnulfo Barros,

De rapadura e aguardente — Em pareceres aprovados pela Comissão Executiva e anexos aos processos abaixo relacionados, a Seção Jurídica, tendo em vista o Decreto-lei n. 6.389, de 30/3/44 e o disposto na Resolução n. 38/42, de 5/8/42, opina pela concessão das inscrições para a produção de rapadura e aguardente, referentes aos engenhos citados nos mesmos processos, feitas as devidas comunicações: Crispim Alves de Mendonça, João Pedro Brito, Antônio Pita, Emílio Bacart, João Lopes Teixeira, Altino Garcia Machado, Antônio Ernesto Gomes Carneiro.

Inscrição de fábricas e transferência de proprietários — Paulino Júlio Felizola — Ceará, deferido. Jazon Alves de Sousa Camargo — Goiás, deferido. Jacinto Moreira de Araújo — Goiás, deferido.

Transferência de proprietários — Alice Lemos Barreto — Bahia, deferido. Antônio Luís de Oliveira — Minas Gerais, deferido.

Inscrição da fábrica de álcool e montagem de turbina — Joaquim Veloso de Andrade — Minas Gerais, autoriza-se a inscrição da fábrica de álcool e indefere-se o pedido referente à utilização de turbina.

Cancelamento de inscrição — Em pareceres aprovados pela Comissão Executiva e anexos aos processos abaixo mencionados, a Seção Jurídica opina pelo cancelamento, em caráter definitivo, das inscrições referentes aos seguintes engenhos referidos nos mesmos processos: José Rodrigues de Moura, Jorge Auler e José Pereira Soares. Luís Bento Péris — Goiás, manda-se arquivar. Gustavo Poettker — Santa Catarina, manda-se cancelar.

Modificação de espécie — Em pareceres aprovados pela Comissão Executiva e anexos aos processos abaixo relacionados, a Seção Jurídica opina no sentido de serem modificadas as inscrições de açúcar para rapadura dos engenhos de Antônio Alves Moreira, José Lúcio de Oliveira, José Afonso de Sá, Constantino Pereira de Avelar e José Moreira da Silva.

Modificação de espécie e alteração de maquinaria — Avelino Efigênio de Moura — Minas Gerais, deferido.

Modificação de espécie e transferência de proprietário — Luís Marinho Jucá — Ceará, deferido.

61.^a SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, José Carlos Pereira Pinto, Moacir Soares Pereira, Alvaro Simões Lopes, Luís Dias Rollemberg, Joaquim Alberto Brito Pinto, Cassiano Pinheiro Maciel, João Soares Palmeira e Castro Azevedo.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Expediente — Foi lido um telegrama de 19 do corrente, do Sr. Jair Meireles, comunicando ter sido iniciada a montagem da usina de Açúcar da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, do Ministério da Agricultura, em diversos Estados do Brasil.

Voto de pesar — O Sr. José Carlos Pereira Pinto comunica à Casa o falecimento, ocorrido em Campos, do Sr. Manoel Ferreira Machado, um dos mais antigos negociantes naquela cidade, também usineiro, no Município de Campos, sendo aprovado um voto de pesar.

Produção de álcool diretamente da cana — O Sr. Joaquim Pinto procede à leitura do seu parecer sobre os requerimentos dos usineiros de Santa Cruz e São José, relativo à produção de álcool diretamente da cana. O Sr. Pereira Pinto pede e obtém vista do processo.

Fabricação de aguardente — Autoriza-se a Usina Itaiquara de Açúcar e Alcool S. A., São Paulo, a produzir aguardente na fábrica situada na Fazenda Bela, de propriedade da referida empresa.

Estocagem — Aprova-se o parecer da Gerência sobre a liquidação de contas entre a D. P. P. e o I. A. A., relativamente aos tanques do Brun.

Auto de infração — O Sr. Presidente manda ler um telegrama do Chefe de Polícia da Paraíba a respeito dos autos de infração lavrados contra as usinas São João e Santa Helena.

Auxílio e donativos — Aprova-se o parecer do Sr. Moacir Pereira no sentido de ser elevada de 1.000 para 2.000 cruzeiros a contribuição do I. A. A. para o II Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria.

Precipitações pluviométricas — O Sr. Presidente manda ler um quadro elaborado pela Seção de Estudos Econômicos e os gráficos relativos à comparação do regime das chuvas no Estado de Pernambuco durante os períodos em que foram fundadas as safras de 1943-44.

Financiamento — Por proposta do Sr. Presidente, aprova-se a seguinte solução para o pedido de aumento de empréstimos da Cia. Açucareira Alagoana:

1.^o — Conceder à Cia. Açucareira Alagoana um aditamento de Cr\$ 300.000,00 por conta do álcool da Usina Uruba, a entregar ao Instituto ou a terceiros, por ordem ou autorização do mesmo Instituto, dentro das condições previstas na Resolução 85/44, de 5/7/44. 2.^o — A outra parte do em-

préstimo, de Cr\$ 400.000,00 para liquidação, mediante retenção de 30 centavos por litro de álcool de produção da usina Uruba, seria examinada pelo Sr. Gerente do Instituto, à vista do requerimento do interessado, devendo este, previamente, prestar informações sobre o andamento, os orçamentos e os gastos já realizados, relativos à instalação da distilaria da Usina Uruba. 3.^o — De acordo com o parecer da Gerência, será o assunto objeto de decisão da Comissão Executiva, oportunamente.

Preços legais — Dá-se vista ao Sr. Cassiano Maciel do processo relativo às vendas de açúcar realizadas pela Usina Mendonça, em Conquista, Minas Gerais.

Dá-se vista ao Sr. Luís Rollemberg do processo referente à firma Araújo & Cia., de Campina Grande.

Produção de açúcar — Aprova-se a proposta das Seções de Assistência à Produção, Estudos Econômicos e Fiscalização, relativa à distribuição em caráter definitivo dos aumentos de quota de 10 a 20 por cento, autorizados pela Resolução 26/42 e 79/44.

Contrato entre o I. A. A. e a Cia. Açucareira Rio Doce S. A. — Aprova-se a minuta do contrato celebrado entre o I. A. A. e a Companhia Açucareira Rio Doce S. A.

E' também aprovado o termo de contrato celebrado entre o I. A. A. e a Usina Paineiras, E. Santo.

62.^a SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 3 DE SETEMBRO DE 1905

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Alfredo de Maya, Antônio Corrêa Meyer, José Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Expediente — Do expediente da sessão constam os seguintes assuntos, dos quais foi dado devido conhecimento à Casa: Telegrama do Sr. Murilo Coutinho, Diretor do Instituto Tecnológico de Pernambuco, agradecendo a subvenção fixada pelo I. A. A. para aquele estabelecimento.

— Telegrama do Sr. Secretário da Agricultura de Pernambuco, acusando o recebimento da quantia de Cr\$ 75.000,00, remetida pelo I. A. A., em pagamento da subvenção relativa ao ano de 1945.

— A Seção de Fiscalização apresenta um recorte da "Gazeta de Leopoldina", contendo uma carta assinada pelo Sr. José Wenceslau Junqueira, fazendeiro, e industrial no município de Leopoldina, a propósito do prêmio conferido pelo I. A. A. para a Exposição Agro-Pecuário de Leopoldina. A carta contém expressões de elogio e estímulo ao ato do I. A. A.

— Em resposta ao ofício que lhe dirigiu o Instituto, em carta de 14/9/45, a propósito do racionamento de energia elétrica para as usinas de São Paulo, o Sr. Coronel J. Pio Borges de Castro, Presidente do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, endereçou a este Instituto o ofício de 20/9/45, comunicando que está levando ao conhecimento da Inspeção de Serviços Públicos, da Secretaria da Viação e Obras Públicas de São Paulo, repartição auxiliar do Conselho, o assunto em questão.

Bonificação de álcool — De acôrdo com a sugestão do Sr. J. Bezerra Filho, dá-se vista ao Sr. Otávio Milanez do processo relativo à reclamação da Usina Cucaú sobre a bonificação de álcool na safra 1943/44.

Preço do álcool — Atendendo a um pedido da Distilaria dos Produtores de Pernambuco e de acôrdo com o parecer da Gerência, a C. E. resolve mandar entregar à D. P. P., a partir de 15/9/45, álcool-anidro a Cr\$ 1,50 o litro e a Cr\$ 1,40 álcool hidratado acima de 96°.

Compra de adubos — Tendo a Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco solicitado ao I. A. A. pagamento dos adubos adquiridos para a lavoura de cana daquele Estado, resolve a C. E. "autorizar, por exceção, o pagamento solicitado pela Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, na carta de 25/9/45, avisando-a de que não haverá mais nenhum pagamento, sem que esteja elaborado e aprovado o plano de adubação. Desde que não seja apresentado o plano no prazo de 60 (sessenta) dias, cancele-se a autorização da Comissão Executiva do I. A. A. de 20/6/45".

Financiamento — De acôrdo com o parecer da Gerência, resolve-se prorrogar o vencimento das duas últimas prestações devidas pela Usina Tangá, pelo financiamento que lhe foi concedido para instalar uma distilaria.

Tabelamento de cana — Nos termos do parecer do Sr. Soares Pereira, devolve-se à Seção Jurídica o processo relativo à aplicação no Estado do Ceará da tabela de cana do Estado de Santa Catarina.

Montagem de novas fábricas — Para a Usina de Açúcar que está sendo instalada na Colônia Agrícola de Goiás há necessidade de aquisição de cinco cristalizadores.

Aberta a concorrência, foram apresentadas três propostas.

- 1) — **Cia Federal de Fundição** — Preço Cr\$ 276.850,00 — Prazo de entrega, 90 dias.
- 2) — **Codiq** — Preço Cr\$ 178.000,00 — Prazo de entrega, entre 6 e 8 meses.
- 3) — **Cia. Metalúrgica e Construtora** — Preço Cr\$ 165.000,00 — Prazo de entrega 4 meses.

Informa a Seção Técnico Industrial que as especificações técnicas das propostas da Codiq e da Cia. Metalúrgica e Construtora estão em igualdade de condições, havendo a favor da segunda, principalmente, a vantagem do menor prazo de entrega, o que é de grande alcance, no caso.

A Comissão Executiva aprova a compra dos cinco cristalizadores, dando preferência à proposta da Cia. Metalúrgica e Construtora, pelos motivos de menor preço, menor prazo de entrega e motor adaptável às condições locais do Núcleo Colonial de Goiás, onde será instalada a Usina.

— João Cavalcante de Albuquerque e outros, proprietários dos engenhos denominados Sinimbu, Tibiriçá, Retiro, Canabrava, São Sebastião, Baixa Grande, Conceição, Góis, Coité, São Manuel, Furado e Poço, sítos no Município de São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas, solicitam a incorporação das respectivas quotas de produção, para a constituição, sob forma cooperativista, de uma usina que se denominará "Caeté". De acôrdo com os pareceres o pedido é deferido.

63.^a SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 4 DE OUTUBRO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Alfredo de Maya, Antônio Corrêa Meyer, José Carlos Pereira Pinto, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Expediente — Constou de um ofício da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil comunicando ao Instituto a fundação de duas novas associações de plantadores: a Associação dos Plantadores de Cana de Itapemirim, no Espírito Santo e a Associação dos Fornecedores e Lavradores de Cana de Sertãozinho, em São Paulo.

Suprimento de açúcar ao Estado do Maranhão — Devido à reclamação do Sr. Interventor Federal no Maranhão, relativa à falta de açúcar para suprimento ao consumo do Estado, foi examinado o assunto, não só do ponto de vista do suprimento, por meio de embarques de outros centros produtores, como também do ponto de vista da autorização de produção própria, por meio de montagem de novas fábricas no Estado.

Debatido o assunto, a Comissão Executiva resolve aprovar a proposta da Seção de Estudos Econômicos, no sentido de se conceder ao Estado do Maranhão uma quota de 20.000 sacos de açúcar, para a montagem de uma nova usina, por meio de concorrência entre particulares, sem prejuízo da concessão feita ao Ministério da Agricultura.

Tabelamento de cana — A propósito do acôrdo entre usineiros e lavradores do Estado do Rio, o Chefe da Seção Jurídica apresenta longa exposição, que é lida, dando-se vista ao Sr. Joaquim Alberto Brito Pinto.

De acôrdo com a proposta do Sr. João Soares Palmeira, manda-se arquivar o telegrama da Associação dos Plantadores de Cana de Sergipe, pedindo providências no sentido de ser alterada a situação da tabela de preços de canas de fornecedores.

Tributação — Aprova-se a proposta da Seção de Assistência à Produção, relativa à distribuição da arrecadação de remanescentes da taxa de 1 cruzeiro por tonelada de cana.

Montagem de novas fábricas — Em ofício de 10/8/45, o Governador do Território Federal de Ponta Porã, baseado na Resolução n. 103/45, comunica ao Instituto que deseja aquêlê Território se inscrever como interessado em instalar uma usina de açúcar por conta do Govêrno.

A Comissão encarregada do exame das propostas de montagem de novas usinas, examinando o caso, e considerando que não há outro concorrente à montagem de usinas em Ponta Porã, é de opinião que se comunique ao Governador daquele Território a aceitação da proposta, fixando-se-lhe um prazo de 60 dias para o cumprimento das condições e exigências constantes do edital de concorrência. A Comissão Executiva concorda com o parecer da Comissão, por unanimidade.

Instalação de turbina em engenho banguê — Em requerimento de 25/6/45, a firma Barrichelo & Sanjuan, do Rio das Pedras, em São Paulo, pede para instalar um aparêlho turbinador no seu engenho banguê, denominado "Santa Teresa", no referido município. Concede-se a autorização.

Instalação de turbina e autorização de funcionamento de engenho — O Sr. Francisco Alves Linhares Filho, em telegrama de 24/9/45, expedido de Fortaleza, Estado do Ceará, reitera pedido anterior, no sentido de ser autorizado o funcionamento de seu pequeno engenho turbinador na sua propriedade Atêrro, no Município de Guaramiranga. Manda-se juntar o telegrama ao processo sôbre distribuição de novas quotas.

Incorporações de quotas — Em petição de 9/7/45, a Cia. Agrícola Pontenovense recorre da decisão da Comissão Executiva, em sessão de 9/9/43, que indeferiu o pedido de incorporação de quota constante da inicial do processo referente ao engenho de José Otaviano de Melo e à Usina Jatiboca, ambos situados no Estado de Minas Gerais. Nega-se provimento.

Manda-se arquivar os processos de interêsse de José Vieira de Melo Franco, Pernambuco, — e Secundino Alves Prado Filho, Alagoas.

Inscrição de fábricas de rapadura — Florentino Simões dos Santos — São Paulo. A Comissão Executiva aprova o parecer da Seção Jurídica, de 14/9/45, exarado no processo em epígrafe, de interêsse de Florentino Simões dos Santos, tendo em vista o que dispõe a Resolução n. 92/44, que regulamentou o Decreto-lei n. 6.389, de 30/3/44, deferindo a solicitação de inscrição de engenho rapadureiro constante dêste processo e mais os pedidos de inscrição dos processos mencionados no aludido parecer e abaixo relacionados: Aristides de Andrade Junqueira, Alvina Carolina de Jesus e Antônio Augusto de Castro & Filho.

Aprovando os pareceres da Seção Jurídica, a Comissão Executiva autoriza o registro das fábricas

de rapadura dos interessados abaixo relacionados, ratificadas as demais exigências dos pareceres aprovados:

Angelo Tonetti, Rômulo Preato, Adílio Batista de Oliveira, Hermes Caiado, Henrique Fernandes Salazar, João Augusto Barnabé, Sebastião José de Almeida, Elói Moreira da Fraga, Manuel Rodrigues Gonçalves, Luís Falchetto, Joaquim Paulo da Silva, José Camporez, Antônio Cota Minto, Virgílio Salvador, Antônio Nunes Duarte, Antônio Tizoco, Antônio Ventura da Silva, Francisco Vargas Corrêa, José de Vargas Corrêa, José Jacome, Paulo de Vite, Angelo Antônio, Sebastião Macedo, Pedro Gonçalves dos Santos, Antônio Marcelino Pereira, Francisco Viana de Carvalho, Oliveira Vailart, Marino Rossi, Carlos Scheidegger Sobrinho, Sátiro Julião Dunibai, Virgílio de Prá, José Tezarin, Eduardo Lacerda Lima, Francisco Amâncio de Oliveira, Floriano Azevedo Pôrto, Emílio Scheidegger, Francisco Augusto Rosa, Mário Lorenção, José da Silva Braga, João Daros, Osório José de Sousa, Balbina Lousada de Sousa, Agostinho Francisco Miranda, Alzira Ramos Judice, Athaide Alves de Assis, Olegário de Paiva, Antenor Garcia Terra, Miguel Sebriano Souto, Antônio Mendes Linhares, Hildebrando Henrique do Couto, Alcina Rosa de Oliveira, Argentina Pereira Gomes, Felismina Maria da Conceição, Levino Antônio Dias e Benedito Honório da Silveira.

De açúcar — A Comissão Executiva, aprovando os pareceres da Seção Jurídica, resolve autorizar o registro das fábricas de açúcar dos interessados abaixo relacionados, fixados os limites em 50 sacos de açúcar de 60 quilos: Ricardo Berto, José Rufino, José de Barcelos Ferreira, Albertina Hildebrand e Filhos, Albano Emídio, Joaquim Teixeira Marques, Joaquim Teodoro de Moraes, Jerônimo Junqueira de Castro, Floriano Sardinha.

Aumento de limite e averbação de transferência de proprietário — Clotário de Barros Lima — Pernambuco — A Seção Jurídica em parecer de 31/8/45, tendo em vista o fato de ainda estar o engenho em causa registrado em nome de Manuel de Barros Lima, e os documentos de fls. 17, 19, 20 e 28, opina no sentido de ser procedida a averbação da transferência da inscrição para o nome do requerente de fls. 2, e concedido o aumento de 20% sôbre o limite do engenho que passará a ser de 5.184 sacos, feitas as devidas comunicações.

A Comissão Executiva aprova, na íntegra, o parecer da Seção Jurídica.

64.^a SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Alfredo de Maya, Antonio Corrêa Meyer, José Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Expediente — Telegrama de 4/10/45, dos Srs. Pring Torres & Cia., agradecendo e aplaudindo a medida tomada pelo Instituto, relativamente à redução da taxa sobre o álcool industrial, para 65 centavos por litro.

— A Associação de Usineiros de São Paulo dirigiu à Inspetoria de Serviços Públicos da Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas um minucioso memorial, que evidencia as consequências do racionamento de energia elétrica sobre a indústria açucareira, na região de Ribeirão Preto.

Alcool industrial — De acôrdo com os pareceres da Gerência e da Seção Jurídica, resolve-se manter a cobrança da taxa de 30 centavos sobre álcool industrial quando adquirido diretamente pelo industrial ao produtor.

Fixação da quota de produção — Em telegrama de 16/8/45, o Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de Minas Gerais sugere que o I. A. A. submeta ao Sr. Presidente da República um anteprojeto de Decreto-lei, visando à complementação imediata das quotas de todas as usinas dentro das respectivas capacidades de produção em 150 dias.

A Comissão Executiva, em face da documentação da exposição da Seção de Estudo Econômicos, resolve aprovar as suas conclusões, no sentido de não adotar a medida proposta pelo Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de Minas Gerais, mantendo as medidas e providências em vigor ou a vigorar pelo Instituto.

Montagem de novas fábricas — O requerimento de Usina Pirangi S. A., de Palmares, Pernambuco, solicitando instalação de uma refinaria junto à sua usina, foi encaminhado à Comissão encarregada de estudar as novas refinarias, cujo parecer é aprovado, deferindo-se o pedido.

— Sobre o pedido do Sr. Climério Wanderley Sarmento, proprietário da Usina Conceição do Peixe, no Município de São Luís do Quitunde, Alagoas, relativo à instalação de um triturador na sua usina, a Comissão encarregada de examinar e opinar sobre tais casos é de parecer que a instalação de novas refinarias é absolutamente livre, não estando subordinada a nenhuma restrição legal. O parecer é aprovado.

— Elpídio Volpini requer a inscrição de uma refinaria de açúcar montada na cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Aprovados os pareceres da Gerência e do Sr. Pereira Pinto, manda-se fazer a inscrição.

Produção de açúcar — Autoriza-se o funcionamento, a título precário, do engenho de propriedade de Antônio Fonseca e Irmão, Minas Gerais.

Montagem de usina — E' indeferido o requerimento da Empresa Empreiteira de Estradas Ltda. — Estado do Rio.

Assunto de limite — Manda-se arquivar o requerimento de Joaquim Vaz da Costa, Maranhão.

Inscrição de fábricas — Vicente Eugênio de Siqueira, Ceará, deferido; José Teixeira de Siqueira, M. Gerais, deferido.

— Manda-se inscrever as fábricas de rapadura dos seguintes interessados:

Agostino Ferreira dos Santos, João Bissoli, João Botacini, Francisco Stein, Luís Venturim, José Gazola, Pedro Venturim, Pedro Stelzer, Catarina Sesquin, Emílio Scabelo, Felício Coco, Benjamin Sossai, Lázaro Bissoli, Hormino de Azevedo, Francisco Venturim, Marco Zandonadi, Jobe Zandonadi, João Zandonadi, João Batista Raimundo, Mário Pinto, Francisco Falcheto.

Inscrição e transferência de proprietário — Alcebíades Cardoso de Vasconcelos — Piauí, deferido.

65.^a SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Castro Azevedo, Otávio Milanez, José Carlos Pereira Pinto, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Joaquim Alberto Brito e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Fabricação de álcool — Em face do parecer do Sr. Pereira Pinto com referência ao pedido das usinas São José e Santa Cruz, E. do Rio, a C. E. resolve o seguinte: "1.º — Aprovar a proposta de 21/8/45, da Usina São José S. A. 2.º — No caso da Usina Santa Cruz S. A. autorizar o Sr. Letelbe Barroso, Gerente da Delegacia Regional do I. A. A. no Estado do Rio de Janeiro, a verificar se a matéria prima dos fornecedores dessa usina pode ser aproveitada para açúcar em outras usinas da região".

Praga da cigarrinha — Depois de prolongado debate sobre o aparecimento da praga da cigarrinha dos canaviais no Estado do Rio e Rio Grande do Norte, resolve-se o seguinte: 1.º — Aprovar a instituição de um prêmio para quem descobrir processo eficaz de combate à cigarrinha; 2.º — Incumbir o Sr. Antônio Corrêa Meyer de estudar o plano dêsse prêmio e a possibilidade de conferências anuais de técnicos, para o estudo do problema e discussão dos resultados obtidos durante o ano, as Estações Experimentais; 3.º — Oficiar às Estações Experimentais, para que apresentem relatório minucioso da aplicação da subvenção do Instituto, em favor dos trabalhos experimentais da Estação.

Produção de açúcar — A C. E. toma conhecimento das informações prestadas sobre o desenvolvimento da safra em Piracicaba, zona da mata de Minas Gerais e Sergipe.

Limitação — Dá-se vista ao Sr. Castro Azevedo do processo referente à Usina Novo Horizonte.

Tabelamento de cana — Dá-se vista ao Sr. Castro Azevedo do processo relativo ao acôrdo firmado entre usineiros e fornecedores do Estado do Rio.

— Aprova-se a minuta da resolução, apresentada pela Seção de Estudos Econômicos, regulando o pagamento de canas pelas usinas, nos Estados de rendimento inferior a 75 quilos.

Fornecimento de cana — Usina Açucareira Ester S. A. — São Paulo, encaminha-se o processo à Seção de Assistência à Produção.

Minuta de contrato-tipo — Irmãos Sence & Cia. Ltda. — Estado do Rio, aprova-se a minuta.

Aumento decorrente da Resolução n. 74/43 — Mário Pinto Bouchardet — Minas Gerais, concede-se um aumento de 1.134 sacos em caráter definitivo.

Inscrição de fábricas de rapadura — Pedro José da Luz — Piauí — A Comissão Executiva aprova o parecer da Seção Jurídica, de 17/10/45, exarado no processo em epígrafe, de interesse de Pedro José da Luz, tendo em vista o que dispõe a Resolução n. 92/44, que regulamentou o Decreto-lei n. 6.389 de 30/3/44, deferindo a solicitação de inscrição de engenho rapadureiro constante deste processo, e mais os pedidos de inscrição dos processos mencionados no aludido parecer e abaixo relacionados: Manuel Pereira Trindade, Juvêncio dos Santos, José Nascimento, José Raimundo Vieira, José Martins, Joana Cardoso Yales, José Teodoro de Oliveira, Joaquim Mendes de Sousa, Joaquim Gomes Costa, João Vieira de Sá, João Ribeiro de Carvalho, João de Moura Cavalcanti, João Manoel Ribeiro, Francisco Rodrigues Miranda, Elvidio Pereira de Araújo, Martinho Direito, Augusto Rocha Neto, André Avelino de Sousa, Angelo Sebastião de Sousa, Agostinho Rodrigues Cavalcanti, Acelino dos Reis Carvalho, Moysés Baroni, Manuel Gomes da Costa Coelho, João Rodrigues Pires Belfort, Henrique da Silveira Rego Barros, José Ernesto Bezerra Cavalcanti, Antônio Paulino Fontes, Abraão de Sousa Diniz, Rodrigo Assunção, Olímpio Rodrigues de Miranda, Manuel Reveles Pereira, Frutuoso Gomes Câmara, Luísa de Siqueira, Boaventura Pereira da Silva, José Ignácio da Rocha Filho, João Evangelista de Vasconcelos, João da Cunha Figueira, Henrique Ferreira Passos, Gonçalo Ferreira de Sousa, Felizardo Pacheco Fontenele, Raimundo Cândido de Aragão, Eduvirges Maria de Arruda, Antônio de Sousa Lopes, Francisco Vicente Passos, Quinto Mazola, Anselmo Francolino Briatore, José Benedito Moscardo, João de Moraes Campos, Mariano Tomás de Lima.

De aguardente — A Comissão Executiva, tendo em vista o que dispõe a Resolução n. 38/42, de 5/8/42, resolve autorizar o registro das fábricas de aguardente a que se referem os processos abaixo relacionados, deferindo os pedidos constantes dos requerimentos que lhes deram origem:

Sebastião Gregório de Arruda, Inácio da Silveira Cunha, Abílio Augusto Linhares.

De álcool e aguardente — Orlando Chessini Ometo — São Paulo, deferido.

Anistia fiscal — Viúva Miguel Tarsitano & Filhos — São Paulo, manda-se arquivar.

Inscrição de fábrica de rapadura e transferência de proprietário — Belisário Antônio de Figueiredo — Ceará, deferido. Altino Cândido Garcia, José Cândido Garcia e Antenor Fonseca & Irmãos — São Paulo, deferido.

Aumento de limite fábrica de açúcar — Com fundamento nos pareceres da Seção Jurídica, anexos aos processos abaixo discriminados, a Comissão Executiva resolve conceder os aumentos solicitados correspondentes a 20 % sobre os limites atuais das fábricas referidas nos mesmo processos:

Marcionilo Elísio Calado, Severino Jorge Defensor da Cunha, Paulino Lopes Cavalcanti, Manuel Tenório de Albuquerque Lins.

66.^a SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Castro Azevedo, Otávio Milanez, José Carlos Pereira Pinto, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Distilaria Central de Ponte Nova — O Sr. Nelson Coutinho, Chefe da Seção de Assistência à Produção, procede à leitura do projeto relativo à instalação de maquinaria na Distilaria Central de Ponte Nova, para fabricação de açúcar, a cargo da Cooperativa dos Plantadores de Cana de Minas Gerais, transferindo, à mesma, por meio de arrendamento, a Distilaria. Resolve-se encaminhar o assunto à Comissão Especial incumbida de estudar as propostas apresentadas na concorrência para montagem de novas usinas.

Inscrição de fábricas de rapadura — José Ferreira Bastos — Estado do Rio. — A Comissão Executiva aprova o parecer da Seção Jurídica, de 17/10/45, exarado no processo em epígrafe, de interesse de José Ferreira Bastos, tendo em vista o que dispõe a Resolução n. 92/44, que regulamentou o Decreto-lei n. 6.389, de 30/3/44, deferindo a solicitação de inscrição de engenho rapadureiro constante deste processo e mais os pedidos de inscrição dos processos mencionados no aludido parecer e abaixo relacionados:

José Lopes Ribeiro, José Lopes dos Santos, Geraldo Rodrigues, João Monteiro de Campos, João da Rodha Mendanha, João Teixeira da Silva, Joaquim Machado Alferino, João de Deus Veloso, João Dias Coelho, João de Moura Pereira, Djalma Ferreira, Domingos Rangel de Sousa, Elias de Sousa e Silva, Elzira Carmo de Mendonça, Ernesto Ferreira da Costa, Divino José de Oliveira, Eugênio Sabino, Antônio Rodrigues Machado, Armando Muniz, Augusto de Sousa Dias, Bertoldo Penedo de Oliveira, Camilo Lopes da Silva, Antônio Gomes Barbosa, Antônio Teles de Castro, Apolinário Paula de Freitas, Aristides Davila Martins, Artur Freitas Filho, Atilio Sereno, André Simões, Amilton Belisário da Silva, Angelo Ridolfi, Alberto Goulart, Adelino

Correia Sobrinho, Adjar Coutinho de Azevedo, Sebastião de Barros, Vitalino Batista Leite, Lino Pereira Padilha, Salvador José de Araújo, Jafet Batista, Joaquim Antônio de Miranda, Benedito Francisco da Costa, Alfredo Joaquim Gonçalves, Benedito João Padilha, Cecílio Agostinho de Siqueira, Antônio de Sousa Brandão, Antônio Apolinário de Miranda, Afonso Benício Leite, Adílio Sebastião de Lima, Romualdo Vieira de Melo, João Pinto de Paiva, Júlio Henrique de Lima.

Inscrição de fábrica e transferência de proprietário — Joaquim José dos Santos — São Paulo, deferido.

Modificação de espécie — Cristiano Diniz Mascarenhas — Minas Gerais, solicita a modificação do registro do seu engenho situado em Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, inscrito como produtor de açúcar bruto, para açúcar turbinado. O pedido é deferido.

67.^a SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Castro Azevedo, Otávio Milanez, José Carlos Pereira Pinto, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Inscrição de fábricas de rapadura — Raimundo Furtado Bacelar — Maranhão. — A Comissão Executiva, aprova o parecer da Seção Jurídica, de 17/10/45, exarado no processo em epígrafe de interesse de Raimundo Furtado Bacelar, tendo em vista o que dispõe a Resolução n. 94/44, que regulamentou o Decreto-lei n. 6.389 de 30/3/44, deferindo a solicitação de inscrição de engenho rapadureiro constante deste processo e mais os pedidos de inscrição dos processos mencionados no aludido parecer e abaixo relacionados:

Paulo Mesquita Diniz, Manuel Francisco de Sousa, Joaquim Miguel de Albuquerque, João Marinho de Araújo, João Dias Evangelista de Carvalho, Ismar Carvalho, Francisco Miguel de Albuquerque, Pedro Leôncio de Faria, Otaviano Alves Dinis, Manuel Alves de Castro, Joaquim Dinis Rêgo, João Joaquim Teixeira, João Batista de Sousa, Francisco Rodrigues do Nascimento.

De aguardente — A Comissão Executiva, tendo em vista o que dispõe a Resolução n. 38/42, de 5/8/42, resolve autorizar o registro das fábricas de aguardente a que se referem os processos abaixo relacionados, deferidos os pedidos constantes dos requerimentos que lhes derem origem:

Antônio Lauro Gabriel, Alberto de Barros Luz, Antônio Felinto da Cruz, Francisco Arrais Maia, João Afonso de Melo, Argemiro Euclides Araruna, Alípio da Silva Freitas, Janetá Rosa Simon, João Acon, Ernesto José Pereira, Antônio Pedro Carvalheiro, João Moreira de Lima, Antônio Pedro Cavalheiro, Domingos Volpe, João Manuel de Andrade, Sílvio Pilar do Amaral, Irmãos Marchesi, Domingos Ferreira do Amaral, Aldo Lupo, Miguel Petrilli, Otacílio Pereira da Costa, Artur Ribeiro

da Silva, Rodolfo Pereira dos Santos, Fileto Peres de Oliveira, Emílio Finkenauer, Carleto & Irmão, Evaldo Schonhorst, Ernesto Venzke, João Maria Nogueira e Pedro Jorge Carlos Martins, Miguel Martins da Rosa, Martinho Luís Viegas, Soave & Irmão, Carlos E. Zimmermann, Francisco da Silva Moreira, Ursulino Sales, Inácio L. S. Tomé, Mancio Luís da Silva, Olinto Almada, Nelson Pinto Coelho, Wilson Trindade, Frutuoso Rodrigues Xavier.

De aguardente e álcool — José Procópio de Araújo Ferraz — São Paulo, deferido

Inscrição de fábricas e transferência de proprietários — Francisco Alves da Costa — Ceará A Seção Jurídica, em parecer de 20/8/45, tendo em vista o Decreto-lei n. 6.389, de 30/3/44, opina no sentido de ser o engenho em lide inscrito em nome de Manuel Sebastião e, a seguir, em nome do interessado, observadas as formalidades usuais e feitas as devidas comunicações. A Comissão Executiva aprova o parecer da Seção Jurídica.

— Antônio Rodrigues Martins — Ceará. A Seção Jurídica, em parecer de 14/9/45, tendo em vista o Decreto-lei n. 6.389, de 30/3/44, que tornou livre a produção de rapadura, opina no sentido de ser o engenho em causa inscrito em nome de João Raimundo Sena e, a seguir, feita a averbação de transferência de inscrição para o nome do interessado, observadas as formalidades usuais e feitas as devidas comunicações.

A Comissão Executiva aprova, na íntegra, o parecer da Seção Jurídica.

Deslacramento e inscrição de fábrica de rapadura — A Seção Jurídica, em parecer de 29/8/45, tendo em vista o Decreto-lei 6.389, de 30/3/44, opina pelo deferimento do pedido, para o fim de ser ordenado o deslacramento de engenho em causa e, a seguir, sua inscrição no Instituto como produtor de rapadura, observadas as formalidades usuais e providenciando a Seção de Fiscalização as providências de praxe. A Comissão Executiva aprova o parecer da Seção Jurídica.

68.^a SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otávio Milanez, Castro Azevedo, Antônio Corrêa Meyer, Moacir Soares Pereira, José Carlos Pereira Pinto, João Soares Palmeira, Cassiano Pinheiro Maciel e Aderbal Novais.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Consumo de açúcar em Pernambuco — Segundo informações prestadas pela Seção de Fiscalização, no período de 1/9/44 a 31/8/45, o consumo de açúcar de usinas e engenhos, no Estado de Pernambuco, atingiu ao volume de 1.125854 sacos, equivalente a 25 quilos por habitante do Estado. No período de 1/9/43 a 31/8/44 o consumo foi de 1.044.848 sacos, inferior ao do período anterior, não obstante a produção menor da safra 1944/45.

ATOS DO PRESIDENTE DO I. A. A.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, despachou os seguintes processos:

ALAGOAS:

28.716/45 — Amara da Mota Rios — Maceió — Inscrição de alambique — Deferido, em 9-10-45.

31.395/45 — José Otávio Moreira — C. do Paraíba — Comunica que por circunstâncias técnicas a sua usina não pode concluir a moagem das canas fornecidas — Arquite-se, em 11-10-45.

4.263/42 — Miguel Soares de Vasconcelos — Viçosa — Transferência de engenho para Aluísio de Almeida Vasconcelos — Deferido, em 28-9-45.

BAHIA:

1.361/38 — Alexandre Máximo de Brito — Nazaré — Inscrição de engenho — Arquite-se, em 11-10-45.

26.261/45 — Caio dos Santos Seabra e outros — Esplanada — Desistência do pedido de incorporação da quota do Eng.^o "Bonito" à sua usina — Arquite-se, em 9-10-45.

1.325/43 — João Amâncio dos Santos — São Filipe — Modificação de inscrição açúcar para rapadura — Arquite-se, em 1-10-45.

630/42 — Maurício Vilas Boas Ribeiro — Nazaré — Modificação de inscrição, rapadura para açúcar — Deferido, em 5-10-45.

CEARA':

37.040/44 — Eleutério Alves Linhares — Viçosa — Transferência de engenho de aguardente e remoção do mesmo — Deferido, em 2-10-45.

5.965/40 — Joaquim Gregório da Silva — Palma — Transferência e remoção do engenho de Francisco Antônio Batista — Arquite-se, em 1-10-45.

4.845/42 — José Joaquim dos Santos — Barbalha — Transferência de engenho para Antônio Miranda Sampaio — Deferido, em 2-10-45.

6.973/40 — José Pedro da Costa — Aquiraz — Transferência de engenho e aumento de quota — Deferido, em 2-10-45.

13.199/44 — José Pedro de Oliveira — Jucás — Transferência de engenho para João Fernandes de Oliveira — Deferido, em 2-10-45.

GOIÁS:

3.471/43 — Inocêncio Pereira Duarte — Santa Luzia — Transferência de engenho de açúcar — Deferido, em 28-9-45.

MATO GROSSO:

4.886/41 — João Carlos Esteves — Cáceres — Comunica paralisação safras 1940 e 1941 — Deferido, 4-10-45.

MINAS GERAIS:

2.178/42 — Alcides Alceu de Moraes — Uberaba — Transferência de engenho para Sebastião Abadia de Moraes — Arquite-se, em 8-10-45.

6.692/45 — Alfredo Tolentino de Amorim — Guaratinga — Pede devolução da taxa de Cr\$ 0,60 sobre aguardente produzida em 1944 — Deferido, em 29-9-45.

162/38 — Antônio Alves Costa — Sete Lagoas — Solicitando liberação de açúcar apreendido — Deferido, em 28-9-45.

250/43 — Antônio Bernardes Sobrinho — Campos Gerais — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 9-10-45.

6.851/40 — Joaquim Luís Teixeira Borges — Ponte Nova — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 2-10-45.

3.538/43 — Joaquim Pinto de Magalhães — Divinópolis — Transferência de engenho para José de Sousa Rocha — Deferido, em 2-10-45.

2.085/42 — José Alves Ferreira — Frutal — Transferência de engenho de açúcar para Antônio Mariano Filho — Deferido, em 2-10-45.

31.167/45 — José Bernardino de Oliveira Filho ou José Bernardino Filho — Minas Gerais — Solicitando certidão — Deferido, em 28-9-45.

2.198/42 — José Borges da Costa Filho — Campanha — Transferência de engenho para Manuel Joaquim Alves — Deferido, em 2-10-45.

16.717/45 — José Rodrigues da Silva — Eugenópolis — Solicita autorização para assentar mais uma tacha de cobre no seu engenho de açúcar — Deferido, em 11-10-45.

1.665/45 — Otávio Tomás de Magalhães — Guaratinga — Pede devolução da taxa de Cr\$ 0,60 sobre aguardente da safra de 1944 — Deferido, em 29-9-45.

1.667/45 — Reginaldo Machado da Silva — Guarará — Transferência de inscrição de engenho

Beneficiamento de açúcar mascavo e instantâneo — A Açucareira Porto Real S. A., proprietária da Usina Porto Real, no Estado do Rio, pretende adquirir açúcar instantâneo, para refiná-lo e dar a consumo na região que está a Usina incumbida de abastecer. De acôrdo com o parecer da Gerência autoriza-se a operação.

Montagem de nova fábrica — Autoriza-se a transformação em usina do engenho "Boa Esperança", Viçosa, Alagoas, de propriedade do Sr. Guilherme Duarte de Barros.

Inscrição de fábrica de rapadura — E' deferido o pedido de Anacleto de Calais Ribeiro, Jequeiri, Minas Gerais.

de açúcar e remoção da maquinaria para o Município de S. J. Nepomuceno — Deferido, em 1-10-45.

PERNAMBUCO:

33.927/45 — Antônio Lages Melo Filho e Alcebiades de Melo Varejão — Gameleira — Dispensa de moagem na safra 1944/45 — Deferido, em 11-10-45.

33.923/45 — José Lucena de Miranda — Jurema — Permissão para instalar uma destilaria de aguardente — Deferido, em 11-10-45.

33.925/45 — Luís Guedes de Andrade — Macaparana — Modificação de inscrição de açúcar para rapadura — Deferido, em 11-10-45.

4.741/39 — Manuel Barreto Coutinho — Queimadas — Transferência de quota ao engenho São Luís de Itamar Cesar de Moura — Indeferido, em 1-10-45.

PIAUI:

6.878/41 — Joaquim Alves dos Reis — São Miguel do Tapuio — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 2-10-45.

RIO DE JANEIRO:

2.047/39 — José Pereira de Melo Júnior — Sumidouro — Transferência do engenho de Antônio José da Costa — Deferido, em 2-10-45.

32.661/45 — Moisés Pereira Ramos — Campos — Pede vista do processo número 46.022/44, no qual é interessado — Deferido, em 5-10-45.

40.159/44 — Pedro Marques Rosa — Itaboraí — Solicita lhe seja abonada a percentagem a que tem direito na arrecadação de Cr\$ 178.913,40 s/taxa de aguardente — Arquite-se, em 1-10-45.

19.343/45 — Rita Pereira do Rosário — Campos — Solicita devolução de um formal de partilha que se encontra em processo de seu interesse — Deferido, em 1-10-45.

SÃO PAULO:

27.367/45 — Alarico Herval Pimentel — Marília — Inscrição de fábrica de aguardente e rapadura — Deferido, em 4-10-45.

9.502/45 — Álvaro Pérgola — Atibaia — Inscrição de engenho de aguardente — Deferido, em 4-10-45.

1.900/42 — Antônio Volpi — Leme — Inscrição de engenho de açúcar — Arquite-se, em 4-10-45.

8.274/45 — Associação de Lavradores e Fornecedores de Cana — Igarapava — Solicita cópia do mapa de avaliação de cana e produção de Irmãos Machado — Deferido, em 2-10-45.

996/37 — Domingos Crivellari — Piracicaba — Transferência de fábrica de Ricardo Botzelli — Deferido, em 2-10-45.

26.739/45 — Luís Delfini — Rio das Pedras — Transformação de álcool em açúcar, a título precário — Arquite-se, em 5-10-45.

6.714/45 — Luís Coral — Piracicaba — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 11-10-45.

344/41 — Maria Bernardes da Silva (herds.) — Altinópolis — Transferência de engenho para Laudelino Inácio de Arruda — Deferido, em 4-10-45.

2.240/42 — Olavo Ferreira — Lins — Permissão para fabricar açúcar turbinado — Arquite-se, em 28-9-45.

28.704/45 — Refinadora Paulista S. A. — Piracicaba — Cópias das cartas enviadas à Usinas Monte Alegre, dos fornecedores de cana Albino Biazon e Scipião Elias — Arquite-se, em 9-10-45.

22.375/44 — Tadashi Kanguê — Santo Anastácio — Transferência de fábrica de aguardente — Deferido, em 9-10-45.

32.659/44 — Umberto Aldrovandi — Piracicaba — Transferência de engenho de aguardente e álcool — Deferido, em 2-10-45.

SERGIPE:

23.638/44 — Alfredo Rollemberg Leite — Laranjeiras — Permissão para moer a safra de 1944-45 na Usina "Paraíso", de Manuel dos Santos Silva — Arquite-se, em 2-10-45.

FAZENDEIROS, USINEIROS!

COMPREM diretamente da produtora

**ÁCIDO SULFÚRICO
ÁCIDO CLORÍDRICO**

e

ÓLEO DE RÍCINO

OFEREÇAM diretamente à consumidora

**A SUA PRODUÇÃO
DE ÓLEO FUSEL**

Dirijam-se à

CIA. QUÍMICA RHODIA BRASILEIRA

Caixa Postal 1329

S. PAULO

■

AGÊNCIAS:

S. Paulo — Rua Benjamim Constant, 55

Rio — Rua Buenos Aires, 100-100 A

Recife — Rua da Assembléia, 1

Pôrto Alegre - Rua Chaves Barcelos, 167

EDITAIS DO INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

MINUTA N.º 27-45 — RIO, 20 DE
NOVEMBRO DE 1945

CONCORRÊNCIA PARA MONTAGEM DE DUAS USINAS DE AÇÚCAR E DISTILARIAS ANEXAS, NO ESTADO DA PARAÍBA

Pelo presente edital, ficam notificados todos os interessados de que se acham abertas, pelo prazo de 60 dias, as inscrições para apresentação de propostas para montagem de duas usinas de açúcar cristal e distilarias anexas, com a cota de 32.000 sacos de 60 quilos cada uma, nos termos da decisão de 31-10-45, da Comissão Executiva, observadas as seguintes condições:

I — O regime de exploração das usinas será o de absoluta separação entre a atividade agrícola e a industrial, de acordo com o disposto nos arts. 54 e 67 do Estatuto da Lavoura Canavieira.

II — A concessão para montagem das usinas será condicionada à instalação de destilaria de álcool anidro, anexa às mesmas, com a capacidade mínima de 15 litros de álcool por saco de açúcar de 60 quilos, da cota legal atribuída à usina.

III — Os proponentes se obrigam, nos termos deste edital, a reconhecer e admitir fornecedores de cana para a integralização da cota da usina, nos termos do item I.

IV — Em suas propostas os interessados deverão declarar:

a) local onde pretendem instalar a usina e a respectiva destilaria, com a indicação da natureza do terreno, área do local, meios de comunicação e situação da exploração agrícola, se existir;

b) as cotas máximas e mínimas de fornecimento, para transformação em açúcar e álcool, não podendo ser as cotas mínimas inferiores a 400 toneladas;

c) natureza e constituição da empresa responsável pela exploração da Usina e montagem do respectivo capital, se for o caso;

d) plano das instalações industriais de que se comporá o estabelecimento;

e) situação jurídica do imóvel em que serão instaladas a usina e a destilaria;

f) tratamento que pretende dispensar a seus fornecedores, trabalhadores e operários, com observância das condições estabelecidas no Estatuto da Lavoura Canavieira e no Decreto-lei n. 6.969, de 19 de outubro de 1944.

V — As propostas a que se refere o presente edital deverão ser acompanhadas:

a) de prova de nacionalidade brasileira dos proponentes;

b) de prova de idoneidade moral e financeira dos proponentes, mediante atestado de autoridades públicas, federais, estaduais e municipais, e de estabelecimento idôneo de crédito;

c) prova de depósito no Banco do Brasil da quantia de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

§ 1.º — O depósito a que alude a letra c far-se-á mediante guia expedida pela Gerência do Instituto ou por intermédio das Delegacias Regionais respectivas.

§ 2.º — Julgada a concorrência, os depósitos aludidos na letra c ficarão à disposição dos depositantes não vitoriosos, sendo retirados mediante carta liberatória expedida pelo I. A. A. ao Banco do Brasil, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 3.º — O depósito feito pelo proponente vitorioso ficará à disposição do mesmo logo que a usina esteja em funcionamento, e pelo I. A. A. tenham sido julgadas cumpridas tôdas as condições da concorrência.

VI — No julgamento das propostas terão preferência:

a) os candidatos que tenham apresentado os melhores e mais completos planos de assistência social e técnico-financeira;

b) os candidatos que se proponham a lotear a terra para venda aos fornecedores, desde que se responsabilizem pela execução das obras e serviços de interesse coletivo destinados a garantir a segurança, bem-estar e abastecimento dos fornecedores e suas famílias, bem como de seus agregados e dependentes;

c) os candidatos que se comprometam a manter maior número de fornecedores, observadas, porém, as cotas mínimas indispensáveis para assegurar ao lavrador uma existência digna e decente;

d) os candidatos que se propuserem a construir destilarias de maior capacidade relativamente à cota pleiteada.

Parágrafo único — Na distribuição das cotas de fornecimento o Instituto procurará favorecer aos fornecedores do tipo referido no art. 76 do Estatuto da Lavoura Canavieira.

VII — O concessionário, mediante licença prévia do I. A. A. poderá organizar uma empresa de que participe para exploração da usina e destilaria, lavrando-se a competente escritura pública de cessão e transferência de direitos e obrigações.

VIII — O I. A. A. não admitirá à concorrência, nem à transferência de que cuida o item anterior, as sociedades anônimas que não tiverem o respectivo capital subdividido em ações nominativas.

IX — Na concessão para montagem de novas usinas, terão preferência, em igualdade de condições, as pessoas físicas ou jurídicas que não sejam proprietárias de usinas.

X — A usina e a destilaria instaladas com base neste edital, participarão de todos os planos de safra do I. A. A. e estarão sujeitas aos dispositivos

da legislação especial à economia açucareira, inclusive as disposições da Resolução n. 105-45.

XI — Uma vez julgada a concorrência e assinado o respectivo contrato de concessão, o concessionário deverá dar início à montagem da usina e destilaria, dentro do prazo de 6 meses, não devendo ser superior a 24 meses, contados da data da assinatura da escritura, o prazo para o funcionamento da usina.

XII — O concorrente vitorioso, dentro de trinta dias, a contar da data do julgamento da concorrência, deverá fazer prova de propriedade das terras em que será localizada a usina.

XIII — Se dentro do prazo de 6 meses, fixado para o início da montagem da usina, não estiver fundada a lavoura, começada a construção dos prédios, e feitos os contratos para aquisição dos maquinismos, caducará a concessão, que será deferida aos demais candidatos, na ordem da respectiva classificação na concorrência.

XIV — O I. A. A. se reserva o direito de anular a presente concorrência caso julgue não terem sido observadas as instruções em vigor, sem que tal fato possa acarretar qualquer responsabilidade de sua parte, direta ou indiretamente.

XV — As propostas apresentadas nos termos deste edital serão examinadas pelos órgãos técnicos do Instituto do Açúcar e do Alcool e julgadas pela sua Comissão Executiva.

XVI — Os requerimentos para os fins previstos neste edital deverão ser endereçados ao Exmo. Sr. Presidente do I. A. A. e entregues, mediante recibo, na Seção de Comunicações do Instituto, à Praça 15 de Novembro n. 42, 2.º andar, nesta Capital, e nos Estados, nas Delegacias Regionais do Instituto, observada a lei do selo e reconhecidas as firmas do signatário.

Rio, 23 de novembro de 1945.

Guido Coaracy, Chefe da Seção de Comunicações.

CONCORRÊNCIA PARA MONTAGEM DE NOVAS USINAS (RESOLUÇÕES 103-45 E 105-45)

Julgamento das propostas apresentadas. Extrato das atas das 67.ª e 68.ª sessões da Comissão Executiva

A Comissão Executiva em sessões realizadas nos dias 26-10-45 e 31-10-45, apreciando os relatórios apresentados pela Comissão Especial designada para examinar as propostas apresentadas nos termos do edital publicado no "Diário Oficial" de 16 de junho de 1945, resolveu:

Estado de Mato Grosso:

Conceder a Vail Chaves autorização para montar uma usina de açúcar com a cota de 30.000 sacos, cumpridas as condições de sua proposta e observada a legislação em vigor.

Estado do Paraná:

a) considerar vitoriosa a proposta formulada pela firma Lima Nogueira & Cia. (Sertanópolis), concedendo-lhe autorização para montagem de uma usina de 40.000 sacos, sendo 20.000 sacos da cota objeto da proposta e 20.000 em virtude do plano de distribuição dos saldos apurados na concorrência, cumpridas as condições da proposta e observada a legislação em vigor;

b) notificar as firmas Zoroastro Arantes (Jacarézinho) e Usina Bandeirante do Paraná Ltda. (Bandeirantes), no sentido das mesmas declararem, no prazo de trinta dias, se aceitam o regime de separação absoluta entre as atividades agrícola e industrial, previsto nos arts 54 e 67 do Estatuto da Lavoura Canavieira e demais disposições do Estatuto e legislação complementar, para o efeito de lhes serem atribuídas, respectivamente, as cotas de 25.000 e 15.000 sacos de açúcar.

Estado de Minas Gerais:

Considerar vitoriosos os seguintes proponentes, nas condições das respectivas propostas e observada a legislação em vigor:

RECIFE • SERRA GRANDE • MACEIÓ
ALAGOAS

USINA SERRA GRANDE S/A

ASSUCAR
TODOS OS TIPOS

"USGA"
O COMBUSTIVEL NACIONAL

Triângulo Mineiro:

José Bernardino de Oliveira Filho (BambuÍ)
— 30.000 sacos.

Zona Norte:

José Caetano Drumond e Gustavo Martins (Pirapora) — 30.000 sacos.

Zona Oeste:

Djalma Pinheiro Chagas e Jovelino Rabelo (Divinópolis) — 30.000 sacos.

Saldos de cotas a distribuir:

I — **Territórios Federais** — Continuação das cotas estabelecidas na concorrência para os Territórios, à disposição dos mesmos, pelo prazo de seis meses, dando-se aviso aos respectivos Governadores. As cotas são as indicadas na coluna de saldos do respectivo quadro, transcrito nesta ata.

II — **Estados diversos** — A resolução da Comissão Executiva, em relação aos saldos dos Estados, é a seguinte:

1.º — Mato Grosso:

Distribuir o saldo de 20.000 sacos, acrescido de 30.000 sacos já anteriormente concedidos, na forma do artigo 5.º da Portaria n. 17, da Coordenação da Mobilização Econômica, por este ato revigorados, entre as usinas já existentes no Estado, sob forma de concorrência, relativamente aos fornecimentos de cana e garantia da produção em prazo determinado.

2.º — Amazonas, Pará e Piauí:

As cotas, respectivamente, de 30.000, 40.000 e 20.000 sacos, serão conservadas, renovando-se a concorrência pelo prazo de 90 dias, com a declaração de que, na falta de concorrentes, as cotas seriam incorporadas ao limite de cada Estado respectivo e distribuídas entre os produtores locais.

3.º — Ceará:

Conceder da cota de 20.000 sacos:

a) 15.000 sacos à Usina de Cariri, da Cia. Açucareira Cearense S. A.;

b) 1.000 sacos ao Engenho Turbinador de Francisco Alves Linhares Filho;

c) reservar os 4.000 restantes, para reajustamentos futuros.

4.º — Rio Grande do Norte:

Incorporar a cota de 10.000 sacos ao limite do Estado, distribuindo-a entre as usinas locais, na proporção das respectivas sub-limitações.

5.º — Bahia:

A cota de 30.000 sacos será mantida, prorrogando-se o prazo de concorrência por 90 dias, para a montagem de usina em qualquer zona do Estado.

6.º — Rio Grande do Sul:

Não se tendo apresentado concorrentes à cota de 150.000 sacos, destinada ao Estado, resolveu a Comissão Executiva, contra os votos dos Srs. Luís Dias Rollemberg e José Carlos Pereira Pinto, redistribuí-la entre outros Estados da zona Sul.

A redistribuição foi feita na seguinte base:

	sacos
a) Estado de Santa Catarina	30.000
b) Estado de São Paulo	30.000
c) Estado do Rio de Janeiro	30.000
d) Estado de Minas Gerais	60.000

Essa redistribuição está sujeita às seguintes condições:

a) Santa Catarina:

Abertura de concorrência, na forma do edital previsto nas Resoluções ns. 103 e 105-45, pelo prazo de 60 dias e para a cota de 30.000 sacos.

b) São Paulo:

A cota de 30.000 sacos será distribuída, de acordo com a proposta a ser feita, oportunamente, pelo senhor Corrêa Meyer, a quem está sendo afeto o assunto, para estudo.

c) Rio de Janeiro:

A cota de 30.000 sacos será incorporada ao saldo de 18.700 sacos de reajustamento das usinas de cotas inferiores a 20.000 sacos, para estudo e aplicação ulteriores.

d) Minas Gerais:

Dos 60.000 sacos da cota do Rio Grande do Sul atribuídos a Minas Gerais, se destinarão:

40.000 sacos à Distilaria Central de Ponte Nova, para a sua adaptação à produção de açúcar;

20.000 sacos ao Sr. Fileno de Miranda, para a montagem da usina de açúcar, em Dores do Indaiá, na forma indicada na sua proposta entregue ao Instituto, tendo em vista que o proponente foi considerado em igualdade de condições com o Sr. Djalma Pinheiro Chagas, a quem foi outorgada a concessão, em virtude do critério de preferência estabelecido no item IX do edital de concorrência.

Saul Reis, Secretário do Gegente.

BEET SUGAR DEVELOPMENT FOUNDATION

Reunidos na cidade de Denver, Estado de Colorado, industriais de açúcar de beterraba de dezessete Estados norte-americanos organizaram a Beet Sugar Development Foundation, com o objetivo de promover pesquisas para a descoberta de métodos destinados a reduzir as necessidades de mão de obra no campo, fomentar o aproveitamento dos subprodutos da beterraba. A fundação não tem fins lucrativos e o seu orçamento inicial de 50 mil dólares foi imediatamente subscrito. Além dos trabalhos que levará a cabo com o seu pessoal especializado, prestará auxílios a pesquisas individuais dos seus associados e cooperará com as organizações oficiais. As áreas compreendidas na referida organização se estendem de Ohio à Califórnia, isto é, todas as zonas produtoras de beterraba dos Estados- Unidos. São membros da fundação as seguintes empresas: Amalgamated Sugar Company, American Crystal Sugar Company, Franklin Country Sugar Company, Garden City Company, Great Western Sugar Company, Gunnison Sugar Inc, Holly Sugar Corporation, Layton Sugar Company, Los Alamitos Sugar Company, National Sugar Manufacturing Company, Spreckels Sugar Company, Union Sugar Company, Utah-Idaho Sugar Company e as associações de plantadores e fabricantes de açúcar de beterraba, representando as respectivas classes de Michigan, Ohio e Wisconsin. Para administrar a fundação no seu primeiro ano foi eleita uma Diretoria de nove membros.

Estas notas foram aproveitadas de "Sugar", número de setembro de 1945.

S. A. LES USINES DE MELLE

ALCOOL ANIDRO FERMENTAÇÃO

Processo de recuperação das leveduras

MELLE — BOINOT

Fabricação direta do álcool absoluto

Processos azeotrópicos de desidratação

USINAS	Capacidade de produção por 24 horas	Litros
Amália..	10.000	10.000
Baixa Grande..	5.000	5.000
Barcelos..	20.000	20.000
Bom Jesus..	5.000	5.000
Brasileiro..	15.000	15.000
Catende..	30.000	30.000
Cambaíba..	10.000	10.000
Conceição..	15.000	15.000
Cucaú..	15.000	15.000
Junqueira..	20.000	20.000
Laranjeiras..	15.000	15.000
Maravilhas..	15.000	15.000
Miranda..	10.000	10.000
Paineiras..	5.000	5.000
Pontal..	10.000	10.000
Pumati..	22.000	22.000
Queimado..	15.000	15.000
Quissamá..	15.000	15.000
Santa Cruz..	15.000	15.000
Santa Luísa..	5.000	5.000
Santa Maria..	10.000	10.000
Santa Teresinha..	30.000	30.000
São José..	25.000	25.000
Serra Grande..	12.000	12.000
Tanguá..	15.000	15.000
Timbó-Assu..	7.000	7.000
Tiúma..	22.000	22.000
Trapiche..	15.000	15.000
Volta Grande..	5.000	5.000

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Distilaria Central Estado do Rio..	60.000
Distilaria Central Presidente Vargas..	60.000
Distilaria Central Ponte Nova..	20.000
32 distilarias	553.000

ESTABILIDADE ABSOLUTA

FUNCIONAMENTO SIMPLES

ECONOMIA DE MATERIAL

ECONOMIA DE COMBUSTIVEL

USINAS	Capacidade de produção por 24 horas	Litros
Amália..	10.000	10.000
Baixa Grande..	5.000	5.000
Barcelos..	20.000	20.000
Bom Jesus..	5.000	5.000
Brasileiro..	15.000	15.000
Cambaíba..	15.000	15.000
Conceição..	15.000	15.000
Cucaú..	15.000	15.000
Cupim..	20.000	20.000
Fazenda Lídia..	5.000	5.000
Laranjeiras..	15.000	15.000
Leão (Utinga)..	10.000	10.000
Maravilhas..	15.000	15.000
Miranda..	10.000	10.000
Outeiro..	30.000	30.000
Paraíso (Tocos)..	15.000	15.000
Piracicaba..	15.000	15.000
Pontal..	10.000	10.000
Pôrto Feliz..	20.000	20.000
Pumati..	22.000	22.000
Pureza..	6.000	6.000
Queimado..	15.000	15.000
Quissamá..	15.000	15.000
Rocadinho..	7.000	7.000
Santa Bárbara..	8.000	8.000
Santa Cruz..	15.000	15.000
Santa Luísa..	5.000	5.000
Santa Maria..	10.000	10.000
Sapucaia..	6.000	6.000
São José..	30.000	30.000
Serra Grande..	15.000	15.000
Tanguá..	15.000	15.000
Timbó-Assu..	7.000	7.000
Tiúma..	22.000	22.000
Trapiche..	15.000	15.000
Vassununga..	5.000	5.000
Vila Raffard..	20.000	20.000

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Distilaria Central Presidente Vargas..	60.000
Distilaria Central da Bahia..	12.000
Distilaria Central Ponte Nova..	20.000
40 distilarias	595.000

NOTAVEL AUMENTO DE RENDIMENTO
 MAIOR CAPACIDADE DE PRODUÇÃO
 TRABALHO SEGURO E QUASE AUTOMÁTICO
 MELHOR QUALIDADE DO ALCOOL FABRICADO
 na fermentação de:
 açúcar, melaço, caldo de cana, mandioca e cereais.

Representante geral no BRASIL:

ROBERTO DE ARAUJO

RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Vargas, 149 — 9.º andar — salas 17/18 — Tel. 23-0381

DECISÕES ADMINISTRATIVAS

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

CONSELHO FLORESTAL FEDERAL

Sr. Presidente:

O Conselho Federal de Comércio Exterior mostra-se interessado no presente processo n. 1.224, iniciado em junho de 1942, relativo ao "Reflorestamento das terras nas zonas canavieiras".

Um dos últimos pareceres dêste processo foi dado pelo ilustre Conselheiro Cunha Baima, que proporcionou a juntada de cópias de uma exposição de motivos, do texto do projeto para ser convertido em decreto, e da legislação similar baixada pelo Estado de Pernambuco.

O art. 1.º do Decreto n. 105, de 27 de abril de 1938, do Estado de Pernambuco, está assim redigido: "Tôdas as emprêsas, de qualquer natureza, que consumirem lenha ou qualquer outra espécie de madeira em quantidade superior a quinhentas toneladas anuais, terão de manter um serviço de reflorestamento destinado a garantir reservas suficientes para seu próprio abastecimento".

§ 1.º — O número de árvores a serem plantadas será, no mínimo, equivalente à tonelagem de lenha ou madeira consumida".

De acôrdo com essa obrigatoriedade de replantio e levando-se em conta o consumo de lenha pelas principais usinas de açúcar de Pernambuco, teremos os seguintes resultados:

Usinas	Consumo de lenha (Ton.)	Replantio	Área a ser reflorestada
Catende	70.000	70.000 árvores	28 Hect.
Central Barreiros	40.000	40.000 árvores	16 Hect.
Santa Teresinha	34.000	34.000 árvores	14 Hect.
Cucaú	19.000	19.000 árvores	7,6 Hect.
Tiúma	18.000	18.000 árvores	7,2 Hect.
União & Indústria	16.000	16.000 árvores	6,4 Hect.

O rendimento do eucalipto, com 7 anos de idade, é, em média, de 350 metros cúbicos de lenha, por hectare, donde se infere que no fim dêsse prazo essas usinas poderão cortar as seguintes quantidades de lenha:

Usinas	Metros cúbicos
Catende	9.800
Central Barreiros	5.600
Santa Teresinha	4.800
Cucaú	2.660
Tiúma	2.520
União & Indústria	2.240

Cinco anos mais tarde as usinas poderão obter um novo corte, à razão de 185 metros cúbicos por hectare, dando o seguinte resultado:

Usinas	Metros cúbicos
Catende	5.180
Central Barreiros	2.960
Santa Teresinha	2.690
Cucaú	1.406
Tiúma	1.332
União & Indústria	1.184

Isso nos mostra que no fim de doze anos as usinas teriam a seguinte produção de lenha:

Usinas	Metros cúbicos
Catende	14.989
Central Barreiros	8.560
Santa Teresinha	7.490
Cucaú	4.066
Tiúma	3.852
União & Indústria	3.424

Cada metro cúbico de lenha de eucalipto pesa, em média, 600 quilos, portanto, aquêlo volume se converte no pêso seguinte:

Usinas	Toneladas
Catende	8.988
Central Barreiros	5.136
Santa Teresinha	4.494
Cucaú	2.439
Tiúma	2.111
União & Indústria	2.054

Ora, se o consumo atual é conhecido, conforme vimos, e a produção de lenha no fim de doze anos é a que se menciona no quadro acima, podemos estabelecer a seguinte comparação:

Usinas	Consumo atual de lenha (Ton.)	Consumo de lenha em 12 anos (Ton.)	Produção de lenha em 12 anos (Ton.)	Deficit de lenha (Ton.)
Catende	70.000	840.000	8.988	831.012
Central Barreiros	40.000	480.000	5.136	474.864
Santa Teresinha	34.000	408.000	4.494	403.506
Cucaú	19.000	228.000	2.439	225.561
Tiúma	18.000	216.000	2.111	213.889
União & Indústria	16.000	192.000	2.054	189.946

Do que se conclui que, para o consumo atual, essas usinas terão que plantar, anualmente, as seguintes áreas:

Usinas	Hectares
Catende	333
Central Barreiros	190
Santa Teresinha	161
Cucaú	90
Tiúma	85
União & Indústria	76

De tudo quanto fica exposto chega-se à conclusão que o Decreto número 105, de 27 de abril de 1938, de Pernambuco, absolutamente não resolve o problema florestal daquele Estado.

Passemos agora ao exame do anteprojeto de Decreto que "Dispõe sôbre reflorestamento e dá outras providências".

O seu art. 1.º, diz:

"As emprêsas de qualquer natureza que consumirem lenha, madeira, dormentes, postes, ou outros produtos florestais, em quantidade superior a 5.000 toneladas, por ano, ficarão obrigadas a manter um serviço de reflorestamento que assegure reservas suficientes para o seu próprio abastecimento.

§ 1.º O reflorestamento será feito de modo a preencher a cota de duas (2) árvores plantadas por tonelada de produtos florestais consumidos".

Tomando-se por base a obrigatoriedade de replantio estabelecido no projeto, para as emprêsas que consomem mais de 5.000 toneladas de lenha por ano, podemos afirmar que a maioria das usinas de açúcar do Brasil fica isenta dessa obrigação.

Para provar isso transcrevo abaixo o consumo de lenha de 12 usinas de Pernambuco:

Usinas	Toneladas
Treze de Maio	3.720
Pedrosa	2.138
Estreliana	3.291
Aripibu	2.272
Bulhões	3.617
Ipojuca	3.437
Barão de Suassuna	4.292
Mercês	4.444
Muribeca	2.372
Muçurepe	4.509
Petribu	2.296
São José	3.321

A providência em estudo atingirla, certamente, quase tôdas as estradas de ferro do país, enquanto ficariam isentas as usinas de açúcar, médias e pequenas, e quase tôdas as fábricas de tecido, de doce, cerâmica, olarias, etc., que também consomem muita lenha.

Aceitando-se, para argumentar, a base de 5.000 toneladas de lenha como consumo para o reflorestamento obrigatório, e a cota de duas árvores plantadas, por tonelada de lenha consumida, teremos para as principais usinas de Pernambuco, o reflorestamento seguinte:

Usinas	Consumo de lenha atual (Ton.)	Reflorestamento à razão de duas árvores	Área reflorestada obrigatoriamente (hectare)
Catende	70.000	140.000	56
Central Barreiros	40.000	80.000	32
Santa Teresinha	34.000	68.000	28
Cucaú	19.000	38.000	15
Tiúma	18.000	36.000	14
União & Indústria	16.000	32.000	12

Por aí se vê que a área a ser reflorestada duplicou, para as principais usinas, mas, já dissemos anteriormente, quase tôdas as médias e pequenas usinas ficarão isentas do reflorestamento, porque no decreto baixado pelo Governo de Pernambuco a obrigatoriedade de reflorestamento está fixada em um consumo superior a 500 toneladas de lenha, por ano, e no projeto em estudo a obrigatoriedade passa para as emprêsas que consomem lenha em quantidade superior a 5.000 toneladas.

Portanto, o deficit florestal será muito maior do que ficou apontado para Pernambuco.

Para que o decreto que ora constitui assunto dêste estudo possa ser, de fato, eficiente, é indispensável a adoção das seguintes bases:

Exploração em um ciclo ou uma rotação de 7 anos;

Replanteio de 7 árvores, para cada metro cúbico de lenha, ou 12 árvores para cada tonelada de lenha consumida.

Estas bases, se forem aceitas, implicam em nova redação para o artigo 1.º e seu § 1.º.

Quanto ao mais esta Comissão nada tem que objetar.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1945. — Paulo F. Sousa. — Cunha Baima — A. Caminha Filho.

Confere com o original, aprovado por unanimidade em sessão de 16 de novembro de 1945. — João Domingues.

Visto. — A. Araújo Góis, Secretário do Conselho.

("D. O.", 28-11-45).

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Expediente do Sr. Ministro

Dia 29 de setembro de 1945
(aditamento)

Processos despachados:

226.295 (P. 84 (02) (A. 623.2) (D. 5-9) — Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Alagoas e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar no Estado de Alagoas. — Contrato coletivo de trabalho. — Parecer: — O art. 613 da Consolidação das Leis do Trabalho dispõe: "Os contratos

coletivos serão celebrados por escrito, em três vias, sem emendas nem rasuras, assinadas pelas diretorias dos sindicatos convenientes, ficando cada parte com uma das vias e sendo a outra via remetida, dentro de 30 dias da assinatura, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para homologação, registro e arquivamento. Para os efeitos da homologação, cabe, incontestavelmente, à autoridade ministerial rever as condições estipuladas para aferir de sua conformidade com a Lei. No exame efetuado pelas seções especializadas do Departamento Nacional do Trabalho foram impugnados vários artigos da convenção, e atenta a controvérsia que a êsse propósito se travou no processo, parecem-nos fundadas as impugnações: a) ao § 1.º do art. 3.º, — Efetivamente, essa redação dá margem a que a duração do trabalho possa exceder de 10 horas, o que de modo algum a lei geral, aplicável à espécie, permite. Os artigos 58 e 59 da Consolidação fixam a jornada normal de trabalho em oito horas e prevêem o seu acréscimo até dez horas. Além dêsse limite, somente por exceção, pode haver trabalho, e nos termos do art. 61, **verbis**: “Ocorrente necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencionado, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para tender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto”. Nem podem prevalecer contra a regra geral regulamentações especiais anteriores nem será possível invocar, em falta de lei autorizativa, peculiaridades justificativas de excesso. Do mesmo modo, ao recomendar a celebração de contratos coletivos não aludiu a Comissão Permanente de Legislação do Trabalho a qualquer possibilidade de exceção ao regime geral da lei, dentro do qual devem tôdas essas peculiaridades acomodar-se, salvo texto permissivo expresso em contrário; b) ao art. 4.º — Não é possível estabelecer em contrato coletivo a isenção de um pagamento exigido por lei e expressamente determinado pela Consolidação em seu art. 59, § 1.º. O que se poderá verificar é que o pagamento, devidamente apurado em seus quantitativos, seja efetuado em utilidades, também previamente arbitradas em seu valor, o que é coisa diversa. Nesse sentido é de ser alterada a redação do artigo; c) à redação do art. 13. — Nesse ponto tem razão os convenientes. O contrato coletivo apenas obriga os associados dos Sindicatos que o celebram e somente o ato ministerial pode torná-lo extensivo a todos os membros das categorias interessadas. E’ o preceito expresso no art. 612 da Consolidação, **verbis**: “O contrato coletivo, celebrado nos termos do presente capítulo, aplica-se aos associados dos sindicatos convenientes, podendo tornar-se extensivo a todos os membros das respectivas categorias, mediante decisão do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio”. Contudo, será melhor adotar a redação sugerida a fls. 40, do Sr. Diretor da Divisão de Fiscalização, com a correção da palavra **conclusão** que aí se acha por equívoco, e que é **convenção**. Com essas emendas, e adotadas depois as providências sugeridas pelo mencionado Diretor da Divisão de Fiscalização, a fls. 40 **in fine**, opinamos pela homologação do contrato coletivo.

Oscar Saraiva, Consultor Jurídico. — Despacho: — Aprovo. — Alexandre Marcondes Filho.

E’ do teor seguinte o parecer acima aludido: “Mantemos o nosso parecer a fls. 19, contrário à supressão do artigo 13 do contrato coletivo cuja homologação se requer. O “exclusivismo” a que se referiu a primitiva informação do oficial administrativo Vitor do Espírito Santo, e a inaplicabilidade dos ônus do contrato, argumento um tanto diferente e pouco claro, constante da segunda informação daquele competente funcionário, não se justifica, à vista do que dispõem os artigos 612 e 616 da Consolidação das Leis do Trabalho, dando solução legal a êsse aspecto da questão. Todavia, atendendo a que é princípio universalmente consagrado que a todo o ônus deve contrapor-se o respectivo benefício, somos pela alteração do referido art. 13, para a seguinte redação: “A presente conclusão só se aplica aos associados do Sindicato da Indústria do Açúcar, no Estado de Alagoas, e do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar, no Estado de Alagoas”. Ratificando — fora isso — os termos do nosso anterior parecer, submetemos o processo à elevada consideração do Sr. Diretor Gerente, sugerindo a conveniência de solicitar-se, posteriormente, às Delegacias Regionais nos Estados de Pernambuco e Sergipe informações sobre o regime de trabalho adotado na indústria açucareira, em face das referências contidas no parecer de fls. 34 e 35”.

(“D. O.”, 8-10-45).

* * *

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES

Expediente do Gabinete do Sr. Ministro

Processos despachados — 22 de novembro de 1945

340.885 (P. 84 (11) (A.821.1) (D. 29-11) — Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar, de Rio Branco, solicitando aprovação de sua nova Diretoria, Conselho Fiscal e seus Suplentes. Despacho: Nos termos da Portaria n. 44 de 21 de novembro de 1945, do Sr. Ministro, aprovo as eleições realizadas no “Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar, de Rio Branco”, autorizando a posse imediata da Diretoria assim constituída: **Diretoria**: Presidente — Carlos Ribeiro de Almeida, 1.º Secretário — Carlos Peixoto de Oliveira, 2.º Secretário — José de Faria, 1.º Tesoureiro — Jarbas de Sousa e 2.º Tesoureiro — Nelson Dias de Carvalho. **Suplentes da Diretoria**: Sebastião Oliveira Dias, Jaime Jorge Pereira, Amaro Ferreira dos Santos, Geraldo Ribeiro de Almeida e Natali Biajo; **Conselho Fiscal**: Adalberto Ribeiro de Almeida, Bianor Soares e Carlos dos Santos. **Suplentes do Conselho**: Antônio Francisco de Oliveira, João Ferreira dos Santos e José Lauriano de Mesquita. Publique-se. Ao Serviço de Comunicações. — Francisco Ribeiro Dantas, Diretor Geral do Departamento Nacional do Trabalho.

(“D. O.”, 1-12-45).

TÉRMO DE CONTRATO

Térmo de contrato celebrado entre o Instituto do Açúcar e do Alcool e a Companhia Açucareira Rio Doce, regulamentando a concessão para montagem e exploração de uma usina de açúcar e respectiva destilataria, nos termos da decisão de 6 de novembro de 1944, da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Aos dezoito dias no mês de outubro do ano de mil novecentos e quarenta e cinco, presentes no Edifício Taquara, à Praça 15 de Novembro, 42, — 8.º andar, nesta cidade, de um lado o Instituto do Açúcar e do Alcool, daqui em diante denominado "Instituto", representado neste ato pelo seu Presidente, Dr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, nos termos da letra b do artigo dezesseis do Decreto n. 22.981, de 23-7-1933, e do outro a Companhia Açucareira Rio Doce, doravante denominada "concessionária", representada pelo seu Diretor-Presidente, Dr. Temístocles Alves Barcelos Correia e pelo seu Diretor-Comercial, Sr. Albert Scharlé, nos termos do art. 14, dos Estatutos, acordam em assinar o presente termo de contrato regulamentando a concessão para montagem e exploração de uma usina de açúcar e respectiva destilataria nos termos das cláusulas e condições seguintes:

Primeira — A concessionária assume, pelo presente, todas as obrigações resultantes da decisão proferida pela Comissão Executiva do Instituto no processo administrativo n. 33980-44, nos termos da publicação feita no "Diário Oficial" de 20-1-1944, investindo-se, assim, a concessionária, de todos os favores resultantes da mencionada decisão, com observância das condições estabelecidas naquela decisão e neste contrato, e na legislação especial à economia açucaro-alcooleira.

Segunda — A fábrica de açúcar cristal e respectiva destilataria deverão ser instaladas no município de Benedito Valadares, Estado de Minas Gerais (Vale do Rio Doce).

Terceira — A cota da fábrica é fixada em trinta mil (30.000) sacos de sessenta (60) quilos, sen-

do o regime de exploração da usina de absoluta separação entre a atividade agrícola e a industrial, nos termos do art. 54 do Estatuto da Lavoureira Canavieira.

Quarta — Fica a concessionária obrigada a instalar, anexa à fábrica de açúcar, uma destilataria de álcool anidro com a capacidade mínima de quinze (15) litros de álcool por saco de açúcar de sessenta (60) quilos da cota legal atribuída à usina.

Quinta — A concessionária se obriga a encaminhar ao Instituto, no prazo de trinta (30) dias, a contar da assinatura deste contrato, a documentação relativa à situação jurídica do imóvel onde serão instaladas a usina e a destilataria.

Sexta — A concessionária se obriga a criar e manter, em terras de sua propriedade, um campo de experimentação de cana de açúcar, a fim de destinar aos seus fornecedores sementes de boa qualidade e prestar instruções de natureza técnica que digam respeito à cultura de cana de açúcar.

Sétima — A concessionária atribuirá cotas aos proprietários de terras na região em que fôr instalada a usina, de acordo com os contratos-tipos que forem, afinal, aprovadas pelo Instituto, até um limite máximo de mil (1.000) toneladas, para produção de açúcar e para fabricação de álcool.

Oitava — As cotas mínimas de fornecimento não poderão ser inferiores a duzentas (200) toneladas.

Nona — A concessionária loteará terras de sua propriedade para venda aos fornecedores de cotas inferiores a quinhentas (500) toneladas, de acordo com os modelos de contrato que forem, afinal, aprovados pelo Instituto, com observância do que dispõe o Decreto-lei n. 6.969.

Décima — A concessionária se obriga a instalar em terras de sua propriedade um hospital, uma igreja, uma escola primária, dez casas para o pessoal técnico e auxiliares de escritório e casas e pavilhões necessários aos seus operários.

Décima primeira — A concessionária se obriga a prestar gratuitamente assistência escolar e médica aos seus fornecedores de cotas inferiores

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL SEÇÃO JURÍDICA

Concorrência para montagem de novas usinas

(Resoluções 103-45 e 105-45)

Estado de São Paulo

Extrato da ata da sessão de 8-11-45.

A Comissão Executiva do Instituto, em sessão de 8-11-45, resolveu, com referência às propostas apresentadas para a montagem de novas usinas, no Estado de São Paulo, o seguinte:

a) anular a concorrência em face das irregularidades apresentadas em ofício reservado da Comis-

são Especial, as quais chegaram ao conhecimento das aludidas Comissões posteriormente à apresentação dos relatórios sobre as propostas do Estado de São Paulo;

b) comunicar aos interessados essa decisão e proceder à devida publicação no "Diário Oficial" da União;

c) abrir nova concorrência para três (3) usinas de 30.000 sacos de açúcar cada uma;

d) as zonas indicadas no edital da concorrência anterior deverão figurar no edital da nova concorrência como motivo de preferência, em igualdade de condições com as propostas de outras zonas. — Saul Reis, Secretário da Gerência.

("D. O.", 30-11-45).

a trezentas (300) toneladas e respectivos trabalhadores rurais, bem como aos operários e pessoal de escritório da concessionária.

Décima segunda — No loteamento a que se refere a cláusula nona (9.^a) os lotes de terra a serem vendidos aos pequenos fornecedores, de acordo com as condições que forem aprovadas pelo Instituto, não poderão ser inferiores a trinta (30) hectares.

Décima terceira — Nos contratos-tipos a serem assinados entre a concessionária e seus fornecedores e trabalhadores rurais, nos termos dos artigos 15 e 20 do Decreto-lei n. 6.969, serão observadas as condições estabelecidas nesse Decreto-lei, fixados pelo Instituto os descontos a serem feitos.

Décima quarta — Os preços de venda dos lotes de terrenos e dos prédios e de utensílios serão fixados pelo Instituto, tomando-se por base, para esse fim, os elementos constantes da proposta da concessionária, que serão reajustadas, pelo Instituto, às condições efetivas de custo e condições de vida locais.

Décima quinta — A presente concessão caducará:

a) se a concessionária não observar o disposto no art. 54 do Estatuto da Lavoura Canavieira;

b) se a concessionária infringir as tabelas oficiais de preços fixadas pelo Instituto para o açúcar, álcool, melaço ou cana, sem prejuízo das penalidades que no caso couberem;

c) no caso de abandono ou cessação das atividades industriais por uma safra, salvo motivo de força maior, a critério do Instituto, sem prejuízo do disposto no art. 28 do Estatuto da Lavoura Canavieira;

d) no caso de transferência da presente concessão sem prévia audiência do Instituto e sem seu consentimento por escrito;

e) se a concessionária transformar suas ações nominativas em ações ao portador;

f) se a concessionária fôr julgada culpada em atos contrários à economia coletiva;

g) na hipótese em que a concessão venha a ser transferida, por qualquer título, a pessoa física ou jurídica, proprietária de usina.

Décima sexta — A concessionária fica obrigada a cumprir a legislação especial à economia açucareira, bem como as resoluções do Instituto que disponham ou venham a dispor a respeito, sob as penas previstas na cláusula anterior.

Décima sétima — Para os efeitos fiscais é dado ao presente contrato o valor de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros).

Décima oitava — O fôro do Distrito Federal será o competente para conhecer de todas as ações que se fundarem em direitos e obrigações resultantes deste contrato.

Décima nona — O presente contrato será publicado no "Diário Oficial" da União dentro de vinte (20) dias seguintes ao de sua assinatura.

Em seguida disseram os Srs Themistócles Alves Barcelos Correia e Alberto Scharle, em nome da Companhia Açucareira Rio Doce e por ela devidamente autorizados, que aceitavam as obrigações constantes deste contrato, de que se lavrou o presente instrumento em livro especial, nos termos do Provimento n. 4-45, de 18 de agosto de

1945, que, depois de lido e achado conforme, vai assinado por ambas as partes interessadas e pelas testemunhas nomeadas.

Sêlo proporcional por verba da importância de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) pago na Recebedoria do Distrito Federal, conforme consta do "conhecimento" n. 232 — Série A, de 10 de outubro de 1945.

Seguro de acidentes de trabalho, na forma do art. 8.^o do Decreto n. 18.809, de 5 de junho de 1945, feito na Companhia Minas-Brasil, conforme apólice n. 37.977.

Nada mais. — Francisco Franklin, Auxiliar Acadêmico. — Themistocles Alves Barcelos Correia. — Alberto Scharlé. — Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho.

Testemunhas — Cicero dos Santos Oliveira. — Francisco Pinheiro Farias.

,("D. O.". Rio, 6-11-45).

RESÍDUOS DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA APROVEITADOS PARA ADUBAÇÃO

"Sugar", número de setembro, resume um artigo dos técnicos indianos R. C. Srivastava e J. C. Shrikhande, dando conta de um processo de aproveitamento de resíduos da indústria açucareira para adubação dos canaviais. Para uma aplicação, dizem eles, de composto na proporção de 5 toneladas por acre, juntam-se 5,25 toneladas de palhico cortado e 1,75 toneladas de bagaço seco, que se dispõem em pilhas, misturando-se nestas 375 libras de estêrco fresco e 125 libras de melaço. As pilhas devem ser umedecidas até que a decomposição seja completa. Depois de permanecer assim preparado durante dez dias para uma fermentação aeróbica preliminar, o material é colocado em uma vala e coberto com uma leve camada de areia para uma fermentação anaeróbica quente. Nas zonas de chuvas fortes, convém proteger o composto para evitar a ação das águas. Dentro de seis meses deve ser utilizado o material por esse meio obtido. A percentagem de nitrogênio varia de 1 a 12; se a percentagem é de 1,1, estando o composto seco, cinco toneladas do mesmo suprem 125 libras de nitrogênio.

Alcoometria, estereometria e análise do álcool

Dr. Anibal R. de Matos

Preço Cr\$ 15,00
Pelo Correio. Cr\$ 17,00

Na Seção de Publicidade do

Instituto do Açúcar e do Álcool

O AÇÚCAR E A PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Barbosa Lima Sobrinho

Publicação da revista "7 dias" mostra, não há muito, através de estatísticas autorizadas e indiscutidas, que a produção mundial de açúcar atravessava uma fase de grande declínio. Raros países vinham aumentando a sua safra e entre êsses raros países, poder-se-ia acrescentar, nenhum conseguira chegar mais alto que os níveis de produção alcançados antes de 1939, ou mesmo de 1930. O caso de Cuba, por exemplo. Embora atingisse a produção muito superior à que vinha sendo registrada nos últimos anos, estava longe das grandes safras obtidas nas vésperas do colapso de 1930. Nesse conjunto, a situação do Brasil era das mais auspiciosas. Ao contrário dos Estados Unidos, de Havái, de Pôrto-Rico, do Canadá, das Antilhas Britânicas e Francesas, do México, da Argentina, do Peru, da Austrália, da União Sul-Africana e do Paraguai, estávamos em ascensão. No período de 1938 a 1944 — período da guerra — tivemos as maiores safras de nossa história, como se pode ver dos números seguintes, em açúcar de usina:

1938/39	12.702.719
1939/40	14.406.239
1940/41	13.511.832
1941/42	13.839.083
1942/43	14.759.017
1943/44	15.314.442

Infelizmente, a última safra do Nordeste foi baixa, de modo que não podemos ainda passar de 16 milhões de sacos, como teria sucedido, se a sêca não houvesse prejudicado o desenvolvimento dos canaviais de Alagoas e Pernambuco. Outro fator com que se vem lutando é o da dificuldade de aparelhamento das usinas, que no período de 1939 até agora não puderam aumentar, com material de importação, a capacidade de suas fábricas. A tendência, no sul, na próxima safra, será para deixar no campo alguma matéria prima, pela impossibilidade de utilização nas fábricas atuais, a menos que as encomendas, que já seguiram ou estão seguindo para o exterior, sejam atendidas a tempo.

Outro elemento desfavorável, que o produtor encontra na sua campanha, é o da desorganização do trabalho rural, com a escassez de mão de obra. Ainda assim, os números índices da produção brasileira demonstram que, apesar de tudo, o açúcar é das mercadorias, de origem agrícola, que tem tido maior expansão. Num conjunto de 11 mercadorias, apreciadas no período de 1933 a 1943, o açúcar está abaixo apenas do algodão e da mandioca. Mas supera em números índices, a produção do café, do arroz, da batata, do feijão, do fumo, do milho e do trigo. Comparemos os números índices de três produtos — o açúcar, o feijão e o milho — uma vez que não há economia dirigida nesses dois produtos. Temos os seguintes índices de expansão, em 1933 e 1943:

Açúcar	100 — 177
Feijão	100 — 124
Milho	100 — 91

O fumo passou de 100 a 92, a batata de 100 a 137, o arroz de 100 a 158. Quanto ao álcool, a posição é muito mais vantajosa que a do açúcar. No mesmo período de 1933 a 1943, êle passou de 100 a 222. E o açúcar e o álcool não puderam ter medidas de financiamento equivalente às que beneficiam o algodão, e não o puderam, é bem que se diga, pela impossibilidade de obter os recursos necessários.

Êsses números demonstram que a produção agrícola não decresceu apenas quando se tratava de produto sujeito à economia dirigida. O fenômeno foi de ordem geral, como em quase todo o Universo. Outra conclusão é a de que os índices de expansão da produção de açúcar de usina figuram entre os melhores que o Brasil pode apresentar, no conjunto de sua atividade agrícola. Quanto à produção dos engenhos instantâneos, ou de rapadura, já há até indícios de superprodução, com o

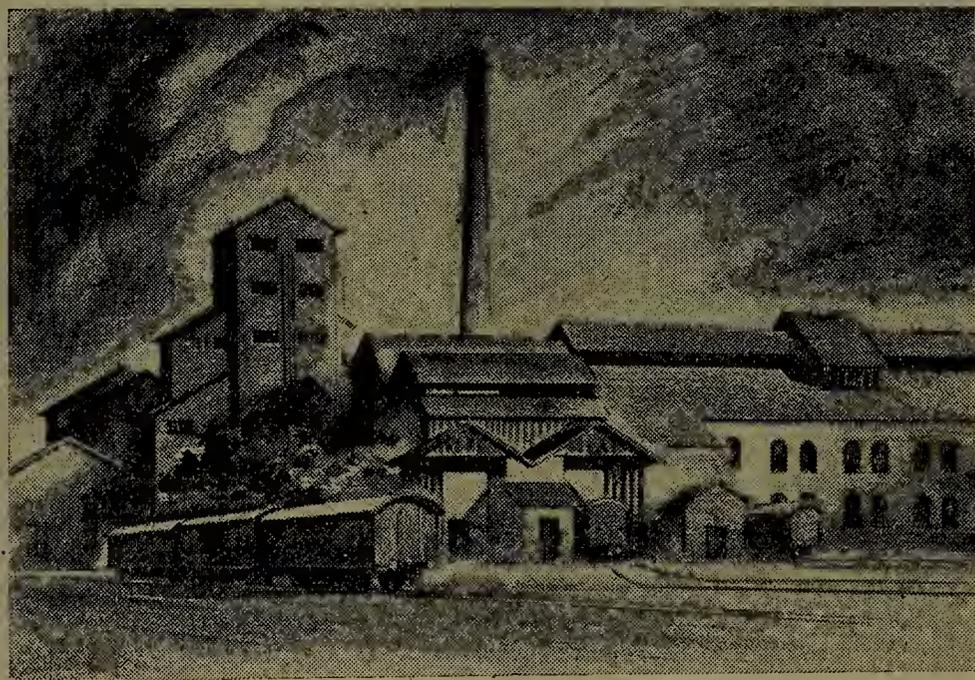
retraiamento das ofertas e a imobilização de alguns estoques existentes, tanto que as Comissões de Abastecimento do Estados mais necessitados de açúcar concordam com a sua exportação, convencidas de que não adiantaria prejudicar o produtor para guardar uma mercadoria que o consumo não reclama, ou não aproveita.

Os que tanto se preocupam com o açúcar, poderiam indagar das razões que explicam a diminuição da produção desses outros artigos. Ou procurar conhecer as medidas que têm sido adotadas, no estímulo à produção de açúcar, assim como o resultado obtido, ou as razões da ineficiência de algumas delas. Mesmo em São Paulo, ou em Minas Gerais, os índices de produção agrícola em geral não são auspiciosos, ou tranquilizadores, o que deveria levar a procurar as causas desse fenômeno num domínio mais amplo que o da simples intervenção do Estado, ou que o da economia dirigida.

INDÚSTRIA AÇUCAREIRA ARGENTINA

A indústria do açúcar na Argentina pode ser resumida nas seguintes cifras: número de engenhos e de refinarias: 40; área semeada com cana: 226.000 hectares; capitais investidos na indústria (cálculo aproximado): 450 milhões de pesos; capitais argentinos: 80%; trabalhadores ocupados na safra: 145.000; salário diário mínimo dos trabalhadores de usina: 5 pesos; salário mínimo para a colheita da cana: 4,30 pesos por tonelada; valor dos salários pagos durante o ano: cem milhões de pesos; valor do transporte ferroviário anual (aproximado): 30 milhões de pesos; produção de açúcar em 1944: 459.367.000 quilos; valor do açúcar em 1944 (a 350 pesos a tonelada): 160 milhões de pesos; produção de álcool em 1944: 33.000.000 de litros; pago ao fisco como imposto sobre o álcool (calculado): 40 milhões de pesos.

Em 54 anos (1891-1944) a indústria açucareira economizou ao país 4.617.000.000 de pesos, valor aproximado do açúcar produzido. Esta soma teria que sair do país caso não existisse a indústria nacional para abastecer o mercado interno.



As máquinas das Usinas de Açúcar dependem, para seu bom funcionamento, da sua lubrificação com *óleos de qualidade e aplicação correta dos lubrificantes.* Com tantos anos de experiência e pesquisas científicas, SHELL dispõe de todos os recursos para ajudar a V. S. na solução dos seus problemas, e convida-o a consultar o Departamento de Serviços Técnicos SHELL.

PRODUTOS
DE PETRÓLEO

SHELL

ANGLO MEXICAN PETROLEUM CO. LTD.



PRODUÇÃO E CONSUMO DE AÇÚCAR

TIPOS DE USINA

POSIÇÃO EM 31 DE AGOSTO DE 1945

Unidade: Saco de 60 quilos

PERÍODO	Estoque inicial	Produção	Importação	Exportação	Transformação em álcool	Consumo	Estoque final
MÊS							
Julho de 1945	1.675.401	1.428.102	—	—	—	1.111.811	2.001.692
Julho de 1944	2.868.741	1.430.673	—	—	—	1.111.718	3.187.696
Julho de 1943	2.721.612	1.259.021	—	346	31.062	1.278.267	2.670.958
SAFRA							
JUNHO/JULHO							
1945/46	2.010.202	3.272.052	—	—	—	3.280.562	2.001.692
1944/45	3.391.814	3.418.792	—	—	—	3.622.910	3.187.696
1943/44	3.408.514	3.521.523	—	2.154	38.554	4.218.371	2.670.958
ANO CIVIL							
JANEIRO/AGOSTO							
1945	4.855.153	7.631.165	—	198.000	—	10.286.626	2.001.692
1944	4.618.491	8.289.465	—	807.045	—	8.913.215	3.187.696
1943	4.821.697	7.325.811	—	172.646	42.932	9.260.972	2.670.958

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

SAFRA DE 1945/46
POSIÇÃO EM 31 DE AGOSTO DE 1945

UNIDADES FEDERADAS	PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DE USINAS (Ses. 60 kg)			Produção de álcool de todos os tipos (Litros)
	Limite (1)	Estimada	Verificada até a presente data	
Guaporé	—	—	—	—
Acre	—	—	—	—
Amazonas	—	—	—	—
Rio Branco	—	—	—	—
Pará	17.552	5.000	622	8.616
Amapá	—	—	—	—
Maranhão	12.039	10.000	—	—
Piauí	3.292	2.000	—	—
Ceará	18.886	17.000	—	—
Rio G. do Norte	55.378	57.000	1.070	—
Paraíba	401.242	490.000	18.817	10.000
Pernambuco	6.087.670	4.500.000	—	—
Alagoas	2.065.551	1.500.000	—	—
Fern. de Noronha	—	—	—	—
Sergipe	1.058.048	850.000	—	—
Bahia	1.021.683	800.000	—	—
Minas Gerais	691.727	560.000	238.666	1.266.992
Espírito Santo	67.068	65.000	16.543	—
Rio de Janeiro	2.768.989	3.400.000	1.486.749	7.017.718
Distrito Federal	—	—	—	—
São Paulo	2.894.643	3.000.000	1.470.049	14.664.419
Paraná	10.000	35.000	17.182	152.041
Iguaçu	—	—	—	—
Santa Catarina	78.265	55.000	17.319	83.500
Rio G. do Sul	6.318	—	—	—
Ponta Porã	6.318	8.000	2.371	—
Mato Grosso	31.403	22.000	2.664	37.343
Goiás	5.125	—	—	—
BRASIL	17.301.197	15.376.000	3.272.052	23.240.629

NOTA: — Além do limite acima, foram concedidas pela Coordenação da Mobilização Econômica (Portaria n. 17, de 5/11/42) e pelo I. A. A. (Resolução n. 103, de 21/3/45), respectivamente, as quotas de 320.000 sacos (40.000 dos quais já estão sendo utilizados e figuram no limite citado) e 700.000 sacos, destinadas à montagem de novas fábricas no Território Nacional, as quais passarão a figurar nos totais das respectivas Unidades Federadas, à medida que forem sendo utilizadas.

(1) — Fica assegurada, no período de cinco safras, a partir de 1944/45, a liberação pelo I. A. A., de todo o açúcar necessário ao consumo nacional.

ESTOQUE DE AÇÚCAR
DISCRIMINAÇÃO POR TIPO E LOCALIDADE — 1945
POSIÇÃO EM 31 DE AGOSTO
 Unidade: saco de 60 quilos

Unidades Federadas	Granfina	Cristal	Demerara	Somenos	Mascavo	Bruto	Total	Resumo por localidade			Nas Dis-tilarias do I. A. A.
								PRAÇA		Nas Usinas	
								Capitais	Interior		
R. G. do Norte . . .	—	408	—	—	—	—	408	399	—	9	—
Paraíba	—	5.953	—	—	—	647	6.600	2.261	1.952	2.387	—
Pernambuco	—	43.926	27.541	314	—	115.399	187.180	71.781	115.399	—	—
Alagoas	—	40.058	4.800	—	—	27.590	72.448	63.957	7.065	1.426	—
Sergipe	—	161.661	3.305	—	3.578	—	168.544	133.122	25.787	9.635	—
Bahia	—	36.350	395	—	—	80	36.825	36.819	—	6	—
Minas Gerais	—	110.357	3.075	—	1.721	6.533	121.686	19.607	—	102.079	—
Rio de Janeiro	—	683.257	63.877	—	—	—	747.134	3.748	—	743.386	—
Distrito Federal	—	46.852	5.523	36	—	11.836	64.247	64.247	—	—	—
São Paulo	—	606.783	53.763	75.570	—	27.610	763.726	78.518	56.029	629.179	—
Demais Un.. Fed.	—	20.655	1.934	—	—	—	22.589	22.589	—	—	—
BRASIL	—	1.756.260	164.213	75.920	5.299	189.695	2.191.387	497.048	206.232	1.488.107	—

ESTOQUE DE AÇÚCAR

1943 - 1945
 POSIÇÃO EM 31 DE AGOSTO
 Unidade: saco de 60 quilos

Unidades Federadas	Todos os Tipos			Tipos de Usina		
	1943	1944	1945	1943	1944	1945
R. G. do Norte	1.115	4.917	408	573	4.185	408
Paraíba	16.728	23.354	6.600	15.529	19.957	5.953
Pernambuco	733.498	691.604	187.180	618.369	478.533	71.781
Alagoas	330.702	490.247	72.448	274.814	445.007	44.858
Sergipe	259.102	281.688	168.544	259.102	281.688	168.544
Bahia	31.604	59.451	36.825	31.586	59.451	36.745
Minas Gerais	64.444	109.266	121.686	64.444	108.973	115.153
Rio de Janeiro	559.248	816.200	747.134	559.248	816.200	747.134
D. Federal	8.820	71.446	64.247	8.820	69.578	52.411
São Paulo	839.855	915.946	763.726	834.326	896.029	736.116
Demais Un. Fed	4.147	8.095	22.589	4.147	8.095	22.589
BRASIL	2.849.263	3.472.214	2.191.387	2.670.958	3.187.696	2.001.692

COTAÇÃO DE AÇÚCAR

(POR SACO DE 60 QUILOS)
1943-1945

AGOSTO

Valor em Cruzeiros

1. TIPOS DE USINA

Praças	Cristal						Demerara							
	MÁXIMA		MÍNIMA		MÉDIA		MÁXIMA		MÍNIMA		MÉDIA			
	1943	1944	1943	1944	1943	1944	1943	1944	1943	1944	1943	1944		
João Pessoa	87,0	101,0	87,0	82,0	134,7	84,9	141,5	—	—	—	—	—	—	—
Recife	69,9	82,0	69,9	82,0	116,5	82,0	116,5	—	—	—	—	—	—	—
Maceió	73,0	92,0	73,0	92,0	109,0	92,0	109,0	60,0	88,0	102,5	60,0	88,0	102,5	102,5
Aracaju	72,0	94,7	70,0	94,7	112,0	94,7	112,0	—	—	—	—	—	—	—
Salvador	68,6	94,7	68,6	94,7	120,0	94,7	120,0	—	—	—	—	—	—	112,8
Belo Horizonte	110,0	129,0	110,0	129,0	150,0	129,0	150,0	—	—	—	—	—	—	—
Campos	89,0	100,0	88,0	98,0	114,0	99,5	114,0	—	—	—	—	—	—	—
D. Federal	70,0	115,0	67,0	115,0	132,0	68,5	115,0	60,0	111,0	124,5	58,0	111,0	124,5	124,5
São Paulo	N/	120,0	N/	120,0	140,0	120,0	140,0	—	116,0	132,8	—	116,0	132,8	132,8

2. TIPO DE ENGENHO

Praças	Bruto					
	MÁXIMA		MÍNIMA		MÉDIA	
	1943	1944	1943	1944	1943	1944
João Pessoa	62,0	84,0	90,0	69,0	62,0	90,0
Recife	70,0	79,0	85,0	77,0	69,0	85,0
Maceió	—	—	—	—	—	—
Aracaju	39,5	78,6	98,6	78,6	39,5	98,6
Salvador	50,0	50,0	105,6	50,0	50,0	105,6
Belo Horizonte	—	—	—	—	—	—
Campos	—	—	—	—	—	—
D. Federal	54,0	108,2	117,5	108,2	53,0	117,5
São Paulo	N/	110,2	125,6	110,2	N/	125,6

ANTÔNIO GUIA DE CERQUEIRA
Chefe da Seção de Estatística

EXPECTATIVA AÇUCAREIRA CUBANA

Este artigo foi escrito por Lowry & Company Inc., especialmente para o "Anuário Azucarero de Cuba — 1945", de onde o traduzimos, especialmente, para os leitores do "Brasil Açucareiro".

Em nosso artigo intitulado "Que restrições se aplicarão ao açúcar no após-guerra?", publicado no Anuário de 1944, focalizamos a semelhança entre as condições que a indústria açucareira enfrenta hoje e as que enfrentou ao terminar a primeira guerra mundial. Presentemente a escassez é ainda mais aguda, devido a que : 1) o mundo tem estado a consumir suas reservas invisíveis durante um período de tempo ainda maior e, no caso dos Estados-Unidos, possivelmente com excessivo ardor; 2) algumas das principais áreas produtoras de cana foram perdidas temporariamente, ocorrendo o mesmo com determinadas zonas de beterraba; 3) a destruição no continente europeu foi mais generalizada que na primeira guerra mundial.

Como resultado, a recuperação da produção, até chegar ao ponto em que possa haver um excedente, possivelmente demore mais, embora seja este ponto um tanto discutível. Depois da guerra passada foram construídas muitas usinas açucareiras e fomentados muitos novos campos de cultura, como resultado dos investimentos especulativos atraídos à indústria açucareira pelos altos preços que prevaleceram durante a guerra e os dois anos imediatamente subsequentes. Recordase haver Cuba somente atingido sua safra máxima em 1925 — sete anos depois do armistício. Hoje em dia ainda existe uma grande parte desse potencial produtivo, não apenas em Cuba, como em áreas temporariamente perdidas ou desorganizadas. Que semelhante recuperação terá de vir mais cedo ou mais tarde, eis algo de que não duvidar os observadores açucareiros mais judiciosos.

Em começos de 1944, o nosso Estado-Maior sentia-se tão otimista quanto à terminação da guerra no fim do verão ou começo do outono, que muitos técnicos açucareiros imaginaram que a Europa colheria uma safra assaz abundante na segunda metade do referido ano e se encontraria bem encaminhada no seu auto-abastecimento açucareiro em 1945. A tenacidade dos alemães lançou por terra todos estes cálculos e tornou necessária a posterior destruição aérea de grande parte das rédes de transporte da Europa continental e o colapso virtual da Alemanha, nações satélites e muitos dos países ocupados. Portanto, as colheitas açucareiras de 1944 foram exíguas e as perspectivas para 1945 não são, nem de longe, animadoras. O prolongamento da guerra durante mais seis meses do que se esperava atrasou a recuperação açucareira em um ou dois anos.

Os produtores de açúcar de cana, em vez de se sentirem um tanto nervosos nestes momentos, estão agora confiantes de que terão uma procura firme e preços razoáveis durante 1946, possivelmente 1947 e — quem sabe? — até 1948. No que

resta de 1945 a situação é extremamente crítica para os países importadores, tais como o Canadá, o Reino-Unido e os Estados-Unidos. No entanto, pouco se pode fazer para aliviar a aguda escassez e os consumidores simplesmente terão que consumir menos açúcar.

Em consequência de se haver desencadeado a procura latente dos países liberados, unida à procura comercial normal das Nações Aliadas, parece que a produção de 1946 não será suficiente para assegurar a todos os consumidores o açúcar que desejam. Portanto, devemos esperar alguma forma de racionamento ou de regulamentação das importações em todos os principais países consumidores em todo o ano de 1946. Isso não significa, necessariamente, o racionamento de 50%, nem sequer 90% do consumo de antes da guerra. As regulamentações serão suavizadas com o avançar do ano; mas provavelmente significa, isto sim, que se manterá intacta a máquina para regular a procura e mantê-la, de certa forma, equilibrada com a oferta, seja qual for essa última.

Quando chegarmos a 1947 devemos esperar notáveis melhoras no quadro do abastecimento, presumindo-se condições climatológicas mais ou menos normais e uma recuperação econômica gradual nas zonas flageladas pela guerra. Mas, devido ao esgotamento dos estoques visíveis e invisíveis, o ano de 1947 deverá ser um ano de acumulação. Os depósitos para trabalho dos refinadores e consumidores industriais terão que ser reconstruídos, para que alcancem níveis mais normais; sendo de presumir que quantidades consideráveis de açúcar voltarão a se encaminhar naturalmente para os armazéns de distribuição e o comércio açucareiro.

Portanto, as perspectivas de Cuba são bastante animadoras para 1946 e 1947; os anos de prova virão — quem sabe? — a ser o de 1948 e os seguintes. Cuba não deve perder de vista que as sementes da escassez são semeadas nos anos de superprodução e preços baixos; enquanto que os excedentes e as condições de depressão se engendram em tempos de escassez e preços altos. O pêndulo oscila invariavelmente com demasiada violência em ambas as direções. Atualmente todos os produtores se esforçam para aumentar a produção ao máximo. Os países que não estão produzindo porque foram devastados ou porque estão desorganizados, mostram-se ansiosos em voltar a produzir. Como o açúcar está escasso e o seu preço é alto, oferece incentivos monetários atrativos aos agricultores e aos industriais. Esses esforços, inevitavelmente, fomentarão a superprodução, seja em um ano, em dois ou em três. E... quanto mais demore a chegar tanto mais violento será o colapso subsequente.

Afortunadamente há uma diferença importante entre a atualidade e as condições de 1918-1920. Os preços são muito mais baixos e há menos probabilidades de que se decomponham com a intensidade verificada em 1920. Portanto não há uma tão grande inflação nos países produtores de açú-

car, nem tanta bonança especulativa nos valores açucareiros. O interesse especulativo em baixar o açúcar nos primeiros anos da década de 1920 contribuiu substancialmente para a excessiva expansão da indústria e para o seu colapso posterior. Durante o conflito atual, quase tôdas as empresas produtoras seguiram normas financeiras muito conservadoras, pagando suas dívidas consolidadas, reduzindo seus empréstimos em bancos e melhorando as instalações materiais (até o ponto em que as grandes limitações de materiais disponíveis permitiram); preferindo essa orientação à de distribuir todos os lucros na forma de dividendos. Portanto, quando chegar, o reajustamento deverá ser muito menos penoso que o verificado no final da década de 1920 e começos da de 1930.

Como resultado das recomendações da Comissão Anderson, da Câmara de Representantes dos Estados-Unidos, ou seja, "que o nosso governo comece, imediatamente, a negociar a compra das safras açucareiras de 1946 de Cuba e Pôrto Rico", é provável que se hajam iniciado conversações nesse sentido entre os representantes dos governos de Cuba e dos Estados-Unidos, quando estas linhas forem divulgadas. Tôda a indústria açucareira de Cuba está, naturalmente, interessada no preço que será pago pela safra de 1946. Também o estão os consumidores dos Estados-Unidos e de outros países do mundo, visto que os seus preços se regularão, em grande parte, pelo contrato cubano-americano. Cuba, sem dúvida, se encontra em excelentes condições para exigir preços altos, mas a sagacidade de semelhante orientação é muito duvidosa. Um preço excessivo traria indubitavelmente como consequência, em Cuba, salários ainda mais altos, e impostos maiores, imposições fixas mais daninhas e agravaria as tendências inflacionistas que se fazem patentes na Ilha.

Cuba, evidentemente, pode apresentar sólidos argumentos em favor de certo avanço no nível atual de 3,10 centavos a libra, l. a. b., mas antes de apresentar condições pouco razoáveis os produtores devem averiguar de que forma terá que se repartir o aumento. Neste sentido acreditamos oportuno repetir as observações da nossa "Revista Açucareira" de agosto de 1944 ao comentar as negociações de compra e venda da safra de 1945:

"Antes de exigir em voz demasiadamente alta um aumento substancial no preço, agradecer-lhes-ia ter alguma idéia prévia sobre a divisão que se dará do citado aumento entre usinas, colonos, operários e arrecadadores de imposto, todos os quais participam do mesmo. Temem o possível efeito inflacionário de um aumento imenso nas rendas totais de Cuba e querem certificar-se de que não estejam pedindo, indiretamente, um aumento de impostos, um aumento nos salários e no custo dos transportes — isto é taxas fixas maiores, para cuja redução teriam que travar uma segunda batalha em futuro não muito distante, quando vier a inevitável baixa na produção e nos preços, ao começarem a entrar em produção e a competir nos mercados mundiais outras áreas açucareiras".

"BRASIL AÇUCAREIRO"

O presente número completa o XXVI volume de "Brasil Açucareiro". Marca ao mesmo tempo o 13.º aniversário do órgão oficial do Instituto do Açúcar e do Alcool, cujo nome primitivo, segundo sabem os leitores, era "Economia e Agricultura". A publicação de "Economia e Agricultura", editada a principio pela Comissão de Defesa da Produção do Açúcar, iniciou-se a 5 de dezembro de 1932.

Muitos produtores já se queixam de que os salários e os impostos absorveram a parte melhor do aumento obtido pela safra de 1945. Como acabarão as coisas em 1946?

Outro aspecto que precisa Cuba ter presente é que a nossa Lei Açucareira termina em 1946. Pode liquidar-se rapidamente, mediante a simples prorrogação de um ano, pois as quotas não começarão a desempenhar papel de importância prática antes de 1947; mas, com o tempo, o Congresso americano terá que revisar mui detalhadamente nosso programa açucareiro de após-guerra. Graças à sua leal cooperação e aos seus magníficos esforços de produção durante os difíceis anos da guerra, é de esperar que receberá Cuba um tratamento equitativo e generoso quando no programa final se tiver de estudar os direitos aduaneiros e as quotas. Mas para isso não deverão ficar na memória dos nossos legisladores recordações amargas de aproveitamento ou especulação nestes momentos.

Tecnologia da Fabricação do Alcool

Dr. Baeta Neves

PREÇO. Cr\$ 50,00

PELO CORREIO. Cr\$ 51,00

À venda no Instituto do Açúcar
e do Alcool

OS MERCADOS EXTERIORES DO AÇÚCAR PERUANO (*)

O açúcar do Peru não desfruta de preferência exclusiva em nenhum mercado do mundo, sendo o nosso um dos poucos países que se encontram em tal situação, a qual é partilhada por Java, a República Dominicana e pela parte das exportações de Cuba excedente à quota fixada pelos Estados- Unidos. Daí resulta que, embora as exportações do Peru somem pouco mais de 3 % das importações mundiais, têm de colocar-se em um mercado de cuja capacidade constituem cerca de 10 %, o que dá idéia mais precisa da importância do nosso país no comércio açucareiro internacional.

Tradicionalmente os principais mercados do açúcar peruano têm sido a Grã-Bretanha e o Chi-

le; o primeiro na sua qualidade de segundo importador do mundo e de principal integrante do mercado livre, com uma capacidade próxima de um milhão de toneladas; o segundo devido à sua vizinhança do Peru, que é o país que mais barato lhe pode vender açúcar em condições naturais e normais. O Chile figura, também, entre os mercados livres de maior importância, sendo o principal da América Latina.

No quadro seguinte estão reunidos os dados relativos às exportações nacionais de açúcar nos último quinze anos, expressos em médias quinquenais:

DISTRIBUIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES NACIONAIS DE AÇÚCAR

Anos Países	1929-33		1934-38		1939-43	
	Toneladas	%	Toneladas	%	Toneladas	%
Grã-Bretanha	166.888	47,53	117.632	38,43	17.726	6,15
Chile	110.231	31,39	114.631	37,45	143.046	49,64
Estados- Unidos	6.600	1,88	28.614	9,35	48.564	16,85
Bolívia	8.960	2,55	18.323	5,99	26.783	9,29
Uruguai	5.204	1,48	7.018	2,29	20.644	7,16
França	23.547	6,71	3.193	1,04	7.868	2,73
Outros países	29.694	8,46	16.669	5,45	23.551	8,18
Total	351.114	100,00	306.080	100,00	288.162	100,00

Os seis países compreendidos no quadro acima absorvem mais de 90 % do total das nossas exportações e dois deles, a Grã-Bretanha e o Chile, absorviam, antes da guerra, as três quartas partes. Pode-se apreciar no quadro a paulatina diminuição das exportações para a Grã-Bretanha, que no quinquênio 1929-33 se elevaram em média a 167 mil toneladas, quase a metade do total, ao passo que no período seguinte, 1934-38, baixaram para 118 mil toneladas ou sejam menos das duas quintas partes da exportação total. No último quinquênio, que corresponde já à segunda guerra mundial, as exportações desceram a cifras muito reduzidas devido ao conflito, mas a diminuição dos anos anteriores é uma demonstração dos efeitos

do protecionismo adotado pelo Império, em prejuízo dos açúcares extra-imperiais, como o peruano. A redução se observaria melhor se apontássemos as cifras anuais, pois as vendas para a Grã-Bretanha em 1931 e 1932 passaram ligeiramente de 200 mil toneladas, baixando, a seguir, sem interrupção e de forma impressionante até 99.616 toneladas em 1937 e 56.353 toneladas em 1938, últimos anos da pré-Guerra.

Há cerca de vinte anos ou seja desde 1924, as exportações nacionais de açúcar para o Chile têm superado a cifra de 100 mil toneladas, com duas únicas exceções (99.100 toneladas em 1927 e 87.876 toneladas em 1932). No quinquênio 1934-38, as exportações para o país vizinho se aproxi-

(*) Captítulo do livro "El Azucar Peruana"

maram da média das exportações para a Grã-Bretanha, que foi desalojada do primeiro lugar a partir de 1937. Nos últimos cinco anos, o volume das exportações para o Chile aumentou fortemente, chegando em 1942 à cifra excepcional, jamais alcançada por outro país, de 209.148 toneladas, estabelecendo como média do quinquênio praticamente a metade desse total, passando assim o Chile a figurar como o primeiro comprador. Também aumentaram as exportações para o Uruguai e para a Bolívia.

Chama a atenção o reduzido volume de açúcar exportado para os Estados-Unidos, tanto mais se se considera que o total de açúcar que esse país importa anualmente se aproxima de três milhões de toneladas. Uma razão para explicar esse fato está na maior proximidade de outras fontes de abastecimento. Cuba especialmente, a República Dominicana e Pôrto-Rico, possuem norte-americanas. Além disso há cerca de dez anos estabeleceu-se nos Estados-Unidos o regime de quotas para as importações de açúcar, de acordo com a Lei Jones-Costigan (1934), para regulá-las, em face da crise de preços e mercados e da extrema agravação da concorrência entre os exportadores.

Sob o sistema em questão, anualmente, o Departamento de Agricultura dos Estados-Unidos determina a quantidade total de açúcares, necessária para satisfazer o consumo do país e a distribui em quotas entre a produção continental de açúcar de cana, a de açúcar de beterraba, as importações de Havai, Pôrto-Rico, Filipinas, Cuba e demais países. Nem todos estes açúcares entram no país nas mesmas condições: os das possessões norte-americanas, como Pôrto-Rico e Havai, não pagam direitos; a maior parte, a quase totalidade das ilhas Filipinas tampouco os paga: os açúcares de Cuba pagam um direito reduzido (antes 0,9 centavos de dólar por libra, agora 0,75) e os dos outros países, como o Peru, pagam o direito integral (antes 1,875 centavos, agora 0,9375) sendo por isso chamados "full duties".

Normalmente a quota dos "full duties" era de cerca de 25 mil toneladas, volume insignificante, mas geralmente aumentado com a parte da quota das Filipinas que estas podiam enviar pagando direitos, o que não faziam por não lhes convir. Dessa forma o Peru pôde exportar para os Estados-Unidos, em certos anos como 1941, uma quantidade apreciável que chegou a 159.222 toneladas. Cabe advertir, para terminar, que há mais de um ano foi suprimido o regime de quotas pelo Presidente Roosevelt sem que este fato represente uma vantagem efetiva para o nosso país, uma vez que o mesmo se encontra em condições de inferioridade, relativamente a Cuba, que paga direitos muito menores e se acha muito mais próxima, o que é de importância decisiva nesta época. Em tempos normais teria sido muito importante a supressão das quotas ou melhor a fixação de uma maior para o Peru e a redução de direitos, mas agora não.

CULTURAS CANAVIEIRAS NO URUGUAI

Em recente visita às regiões do Uruguai onde se vem tentando a cultura da cana, o Sr. William E. Cross, Diretor da Estação Experimental Agrícola de Tucuman, Argentina, teve a oportunidade de observar os excelentes resultados colhidos.

O Sr. Cross visitou canaviais em Salto, Paisandu e na usina Santa Rosa, próximo à cidade de Bela União, no departamento de Artigas. As canas observadas apresentavam excelente estado, tanto mais de destacar se se levar em conta as secas e geadas dos últimos anos.

No entender do técnico argentino, como as chuvas são escassas durante o verão nessas zonas, haverá que utilizar, em escala apreciável, a irrigação, o que se torna fácil dada a presença de numerosos rios. Embora não haja presenciado a colheita, o Sr. Cross, que em anos anteriores realizou em seus laboratórios sucessivos exames com canas uruguaias, é de opinião que as plantas do Uruguai contêm uma quantidade de açúcar satisfatória. A respectiva industrialização permitirá bons resultados comparáveis aos obtidos em outros países subtropicais. Além disso, concluiu o técnico de Tucuman, a cana poderá servir como matéria prima para a produção de álcool.

"Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira"

Barbosa Lima Sobrinho

Preço. Cr\$ 12,00
Pelo Correio. Cr\$ 13,00

À venda nas Livrarias

EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA MEXICANA

José Ch. Ramirez

As fábricas de açúcar do nosso país, no estado presente das suas instalações, têm capacidade para produzir nada menos de 500.000 toneladas, total que seria facilmente absorvido pelo mercado nacional. No entanto, a indústria açucareira não conseguiu chegar a esse ponto máximo da sua capacidade produtiva. Quais as causas de não haver a produção açucareira acompanhado o ritmo acelerado da procura? São várias e complexas; porém, a mais importante, por efetiva e real, é que durante cinco anos de guerra a procura aumentou desproporcionalmente ao seu curso normal. Assim a procura de 1945 alcançou um total de 200.000 toneladas acima do consumo de 1939, ao passo que nos sete anos anteriores, de 1931 a 1938, o aumento gradual foi apenas de 50.000 toneladas.

Deduz-se que se a indústria se mostrou incapaz de acompanhar tão vertiginoso ascenso, foi pela falta de perspectivas de lucros extraordinários que são a característica desta época, pois a barreira da limitação dos preços do açúcar congelou a possível intrepidez dos industriais para efetuar grandes despesas no melhoramento das fábricas, visto não considerarem tais investimentos garantidos por si mesmos, devido à incerteza do futuro no após-guerra.

Outro tanto ocorreu com a matéria-prima; por uma parte faltou aos lavradores a emulação progressista dos industriais e pela outra desalentou-os a inferioridade dos seus rendimentos, que não compensavam um maior esforço produtivo. Isto, porém, não quer dizer que o trabalho material no campo haja decaído, pois, ao contrário, as sementeiras de cana aumentaram; no ciclo 1944-45 foram produzidas mais 2.725.292 toneladas do que em 1938 e comparada com o ano de 1930, em que houve um excedente de açúcar de 10.150 toneladas, a diferença da colheita foi enorme. Quanto às áreas de cultura, em 1943, foram semeados com cana 51.373 hectares mais do que em 1938.

Não procede, pois, a afirmação de alguns observadores mal informados de que a escassez de açúcar tenha por causa uma queda do trabalho; a origem desse desnível reside, de um lado, na exagerada procura ascendente e, do outro, na falta de preparação e de estímulo para satisfazê-la.

O remédio teria sido a adaptação imediata da maior parte das fábricas que precisam modernizar-se para uma maior extração e mais rápida capacidade de moagem, juntamente com a ação técnica nos campos para aumentar o peso das canas. Para tanto são necessárias medidas de proteção em grande escala, que não foram tomadas e cuja falta faz com que não haja esperanças de que a indústria açucareira mexicana possa cumprir a sua missão de satisfazer às necessidades do mercado. Falamos antes da incerteza do futuro; estamos, precisamente hoje, entrando em uma nova

etapa para a humanidade com a cessação da guerra na Europa e, mais ou menos pròximamente, se normalizará a vida e o trabalho nas nações devastadas. Nessa ocasião se porá à prova se a enorme procura interna de 500.000 toneladas de açúcar segue aumentando ou pelo menos se mantém, porque na dúvida é evidentemente difícil que o capital privado trate de criar novas unidades fabris, que com o correr do tempo poderão redundar em fracasso estrepitoso.

Se tal como se encontra, a indústria açucareira pode atender à atual procura excepcional, é lógico que modernizada ficaria apta para servir à população durante muitos anos mais, pois a queda da produção nestes dois últimos ciclos, 44 e 45, deve-se antes a fenômenos naturais que à insuficiência do material. Em 50 anos — de 1890 a 1940 — a produção de açúcar no México aumentou em cerca de 1.160 % e o consumo em cerca de 1.600 %. O deficit entre estas duas percentagens não surgiu lentamente e sim bruscamente, a partir de 1941. O processo de desajustamento melhor se comprova no quadro abaixo:

Ciclos	Produção	Consumo	Diferença para menos
1939-1940 (*)	293.380	362.370	—
1940-1941	323.190	365.570	63.380
1941-1942	418.670	392.950	—
1942-1943	406.460	421.690	27.500
1943-1944	388.120	460.000 (esperado)	50.230

Não se deve esquecer que a seca afetou gravemente as culturas durante os dois últimos anos, o que reduziu o volume da matéria-prima e o respectivo rendimento. Cuba enfrenta os mesmos danos de uma seca prolongada, que se estende por três ciclos e que no último fez baixar a safra de cerca de 40 %. No entanto parece que as perspectivas climáticas no México no ano corrente são favoráveis e, por isso, será possível constatar se a escassez de matéria-prima decorre da escassez de sementeiras, como proclamam alguns críticos. Por outro lado, diz-se que um grande volume de açúcar é exportado, convertido em méis

(*) Até este ciclo existia um estoque considerável nos depósitos da União de Produtores de Açúcar S. A.

e outro se emprega no fabrico de doces e de balas, também exportáveis. Cabe, além disso, ter presente que as cifras de produção podem estar influenciadas pela tradicional sonegação de algumas usinas, que não acusam número apreciável de toneladas do açúcar produzido.

Vemos, pois, que o organismo poderia reagir mas que está doente e se torna necessária uma cura heróica. O mal está na desarticulação e na anarquia, pelo que se impõe, antes de mais nada, a coordenação geral e simultânea, porque de nada servirá os lavradores colherem mais cana e de melhor qualidade se as usinas não têm capacidade para absorver tôda a produção e se, também, pelo antiquado e deficiência dos seus meios extrativos perdem grande parte da riqueza sacarina das canas; a maioria das usinas representam menos de 8.5% de rendimento, quando com o melhoramento científico das terras e das plantas e a modernização das instalações fabris se poderia subir a uns 10 %, diferença que representaria vários milhares de toneladas de açúcar.

Para baratear e tornar mais eficiente o trabalho agrícola é evidente que se deve recorrer à mecanização dos campos por meio de maquinaria agrícola moderna. E' realmente vergonhoso que em muitas zonas canavieiras ainda se utilizem instrumentos primitivos que resultam completamente ineficazes para a cultura racional: o trabalho, assim praticado, resulta lento, custoso e deficiente; em algumas zonas os lavradores compraram coletivamente tratores, mas êstes são casos isolados, quando o que faz falta é a generalização da cultura mecanizada. Também os lavradores estão iniciando o uso dos fertilizantes, graças a haver a Secretaria da Agricultura se oferecido a pagar 50 % das despesas respectivas, mas, por motivos orçamentários, esta repartição limitou tal cooperação a uma única vez e esta mesmo a título experimental; basta dizer que a respectiva dotação é de apenas 100 mil pesos, quando seriam necessários não menos de cinco milhões para beneficiar tão somente 45 % das lavouras canavieiras.

Embora os lavradores façam grandes esforços para irrigar e drenar as respectivas culturas, não podem isoladamente avançar muito neste terreno, de difícil e custosa execução, já que se fazem necessários planos de engenharia e grande número de trabalhadores e de materiais de construção.

Geralmente há magnífica disposição entre os trabalhadores do campo para adotar medidas progressistas, mas para aplicá-las necessitam êles da ajuda econômica do govêrno ou do setor industrial. Entre usineiros e lavradores deveriam estabelecer-se relações mais sólidas, pois na verdade são sócios morais do mesmo negócio, e por não existir uma corrente de maior compreensão entre êles, os primeiros vêem os segundos com certa repugnância depreciativa de "parentes pobres": não estaria mal, criar um organismo de equilíbrio ou de conjugação que reduziria as divergências e estimularia a cooperação.

Em Cuba, Brasil, Argentina e outras nações existem amplas leis reguladoras das respectivas indústrias açucareiras, mas no México carecemos de

fundamento jurídico neste sentido, não obstante a importância econômica das nossas atividades açucareiras e a sua transcendência social. Há dois anos, quando fui representante popular no Congresso da União, elaborei um projeto de Lei Açucareira, que apresentei ao Govêrno Federal. Êsse projeto está dormindo o sono dos justos, mas tenho esperanças de que seja como uma semente que algum dia dará seus frutos.

Projeta-se a construção de grandes usinas: é magnífico tudo quanto represente um progresso para a nossa indústria. Mas, as angústias que hoje enfrentamos pela escassez de açúcar, não as iremos sofrer futuramente quando o excesso da mercadoria sem colocação possível depreciar e arrastar à ruína muitas zonas do país com a falência de oitenta usinas pequenas e médias? Na minha opinião, não se deveria proceder à instalação de novas unidades até não se esgotar a possibilidade da produção máxima dos já existentes, eliminando, é claro, as que pela sua antiguidade inadaptable, significam atraso e vergonha para o desenvolvimento industrial do México.

DA MISSÃO ANCAP

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do I. A. A., recebeu do Presidente e Secretário da Missão ANCAP, ao partir de São Paulo, de volta para o Uruguai, o seguinte telegrama: "Tengo gran placer en nombre mision Ancap volverle agradecer su excelente voluntad para considerar los problemas que recientemente le planteara y al dejar este maravilloso pais al que tanto admiramos y queremos los uruguayos lo saludamos muy atentamente. Ruiz, Presidente; Tochetti, Secretário".

"Os Holandeses no Brasil"

Jan Andries Moerbeek — Motivos porque a Companhia das Indias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a terra do Brasil. Amsterdam. 1624.

Lista de tudo que o Brasil pode produzir anualmente. 1625.

Tradução do Rev. P.º Fr. Agostinho Keijzers e José Honório Rodrigues. Prefácio, notas e bibliografia de José Honório Rodrigues .

À venda nas Livrarias Cr\$ 5.00

A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA DE JAVA

E' verdadeiramente impressionante o desenvolvimento da indústria açucareira de Java. No curso de um século, o rendimento de açúcar por unidade de área aumentou de quase dez vezes, passando de 20 a cerca de 180 **doppel-zentner** por hectare (um **doppel-zentner** corresponde a 100 quilos). Um fato de particular interesse nessa evolução é o de que o aumento é contínuo e até agora não há indícios de que a lei dos rendimentos decrescentes venha a entrar em jôgo. O progresso da indústria javanesa foi objeto de um estudo de autoria do Sr. C. von Dillewijn, em uma revista especializada holandesa, estudo que aparece em resumo no "The International Sugar Journal". A título de comparação, êsse especialista dá a cifra de 30 dz. por hectare como rendimento obtido atualmente na Índia Britânica, cifra essa que foi alcançada em Java em 1860 e para as Filipinas 50 dz. por hectare, ou seja um rendimento atingido em Java em 1880. Seria interessante, diz aquela publicação, que o autor tivesse dado as cifras correspondentes aos rendimentos obtidos no Havai, onde já se chegou a um progresso acentuado, senão igual ao de Java, pelo menos capaz de colocar aquela área em segundo lugar entre os produtores mais adiantados.

Há muitos séculos a cana é cultivada em Java, afirmando-se que a gramínea já era ali conhecida no ano 424 da nossa era. (*) Quando a ilha foi anexada pelos holandeses, o açúcar era um dos produtos — de menor importância, é certo — em que negociava a Companhia das Índias Orientais. A indústria javanesa atravessou muitas vicissitudes, uma vez que o govêrno, detentor do monopólio, se preocupava principalmente em manter os preços no mercado interno. Essa a política seguida até 1830, quando foram adotadas providências visando estimular a produção. Sob nova orientação e a partir de 1870, o govêrno gradualmente retirou-se do contrôle da indústria, limitando-se a estabelecer as condições segundo as quais as empresas podiam adquirir terras e contratar trabalhadores. A indústria tornou-se então uma iniciativa particular.

Quais as razões que explicam o aumento de rendimento por unidade de área que constitui uma característica da indústria açucareira de Java? O Sr. C. van Dillewijn assim resume as que lhe parecem mais importantes. Tem havido uma repetida substituição de variedades. A princípio cultivava-se a White Djapara, que foi substituída pela Black Cheribon, esta por sua vez deslocada pelas canas POJ 100 e 347B, EK 28 e DI 52, posteriormente por outras canas da série POJ, entre as quais se distingue a POJ 2878. Uma outra razão está na substituição dos métodos de cultura nativos por pro-

(*) N. da R. — Segundo Ed. O. von Lipmann, a cana de açúcar foi introduzida nas ilhas das Índias Orientais, no 1.º ano da era cristã. Vd. "História do açúcar", trad. 2.º tomo. Tábua cronológica da expansão geográfica da cana de açúcar.

cessos racionais, sob a supervisão de europeus, modificação essa resultante da passagem da indústria para as mãos de particulares. Pôde-se, assim, exercer um contrôle mais efetivo das moléstias, justamente ao tempo em que o **sereh** atacava as culturas; isso implicava numa melhoria indireta dos processos de fabricação. O estabelecimento de uma organização para controlar os experimentos de campo, permitindo a solução de cada problema pouco tempo depois do seu aparecimento, foi a causa determinante daqueles resultados conseguidos na parte agrícola. O número de experimentos de campo elevou-se gradualmente até atingir o total de 4 mil em 1933, com um total geral de mais de 40 mil para uma área de 20 mil hectares. Estima-se em 100 **gulden** (£8.5s ao par) o custo de cada experimento.

A experimentação agrícola em Java pode ser considerada tão velha quanto a própria indústria, se nela se incluí a comparação de duas variedades que crescem lado a lado, sem repetições e limitadas as observações ao desenvolvimento das mesmas. Mas foi somente quando se estabeleceram estações experimentais na década de 80, que os interessados tiveram as necessárias respostas a tôda uma série de problemas relacionados com o valor potencial das diferentes variedades, os efeitos dos diversos métodos culturais, o tempo mais conveniente para o plantio e outros. Êsse trabalho carecia de unidade até que se fundou, por iniciativa de Geerts, a estação central de experimentação de Pasoeroean. Das atividades ali desenvolvidas resultaram grandes benefícios para a lavoura e a indústria. Verificou-se, por exemplo, que a melhor época para o plantio eram os meses de abril e maio e que o tempo de colheita não tinha maior influência.

Até dez anos passados, o objetivo de cada experimento era limitado, compreendendo um único problema: era um método que custava muito trabalho e muito tempo. Recentemente, têm sido feitas experiências compreendendo vários fatores, empregando-se também o método de análise de Fisher. Mesmo assim, as despesas continuam a ser elevadas. Uma dessas experiências para verificar os efeitos dos fungicidas no contrôle de "Fusarium moniliforme" sobre a POJ 2878, abrangendo uma área de 14 hectares, custou 10 mil **gulden**, ou seja 826 libras.

Os experimentos de pote têm sido empregados com fins puramente científicos; êles não substituem, embora possam ajudar, os de campo. Parece provável que, nos próximos anos, à medida que os problemas se tornem mais complexos, os métodos estatísticos venham a ser empregados mais amplamente do que o são no momento.

São essas as razões apresentadas pelo técnico G. van Dillewijn para explicar os extraordinários progressos da indústria açucareira de Java. Ao comentador de "The International Sugar Journal" que se assina H. M. L. parece que as explicações

CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL

ARGENTINA

Por iniciativa do Instituto Agrário Argentino foi organizada uma comissão especial encarregada de estudar a cultura da beterraba e suas perspectivas econômicas no país. Técnicos, representando diversas entidades públicas e privadas, integram a referida comissão, que buscará uma solução suscetível de estimular as plantações beterrabeiras da Argentina.

EQUADOR

O consulado norte-americano informa, em agosto findo, que o governo equatoriano anunciou oficialmente um déficit de 250.000 quintais de açúcar nos suprimentos do país em 1945, declarando que um decreto foi baixado autorizando a importação livre daquela quantidade do produto. A estação de moagem, que havia começado naquele mês, deve ter sido encerrada neste mês de dezembro, esperando-se uma produção idêntica à de 1944, isto é, 500.000 quintais.

ESTADOS-UNIDOS

Informa o "Boletim Americano" que foram adiadas até 4 de dezembro as negociações para a compra pelos Estados-Unidos da safra cubana de açúcar. Embora a possível interrupção nos subsídios norte-americanos aos gêneros alimentícios, enviados para Cuba, tenha prejudicado essas negociações, o motivo mais importante foi a exigência do Comité Cubano de que os Estados-Unidos deveriam comprar três safras e não apenas a de 1946, como queria a Commodity Credit Corporation (CCC). Autoridades militares norte-americanas no Pacífico acabam de informar ao Departamento da

Agricultura que há presentemente em Java 1.000.000 de toneladas métricas de açúcar em sacos e 400.000 em caixas. Todavia, o Secretário da Agricultura acentuou que, devido à situação interna em Java, não se poderá prever quando esse açúcar será embarcado.

FILIPINAS

Diz o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal" que foram tomadas medidas para a instalação de um Comité de Reabilitação da indústria açucareira das Filipinas, que será composto de três representantes dos plantadores, três dos industriais e um indicado pelas organizações daquelas classes. O Presidente Osmena conferenciou com representantes dos plantadores e industriais, prometendo ação rápida e solicitando um esboço das necessidades mais urgentes da indústria e da lavoura da cana.

Continua a admitir-se que antes de 1945-46 não poderá haver produção de açúcar apreciável. Acreditam alguns técnicos que, se a reorganização se processar em termos adequados, será possível produzir metade da safra normal em 1946-47 e uma safra completa no ano seguinte.

Em Luzon, a pilhagem dos canaviais para fabricação de açúcar bruto e bebidas alcoólicas continua, receando-se que não haja bastante cana para *seedlings*. Na ilha de Negros, sabe-se que a situação dos canaviais é idêntica à de Luzon.

GUIANA HOLANDESA

Pela primeira vez na sua história, esta possessão holandesa foi obrigada a importar açúcar para as suas necessidades internas. O "Weekly Sta-

não chegam às raízes do problema, pois os métodos por ele descritos são utilizados em todos os países produtores e alguns podem reclamar prioridade no uso dos métodos estatísticos. Deve haver, portanto, outras causas. A indústria javanesa passou às mãos dos particulares por volta de 1880, coincidindo a transferência com duas circunstâncias adversas: o enorme desenvolvimento da indústria do açúcar de beterraba e irrupção do *sereh*. Em face dessa dupla calamidade, diz o comentador da revista britânica, a indústria holandesa não desanimou e tratou de reforçá-la com capitais, uma parte dos quais foi empregada na organização de um "staff" científico. A ciência recompensou largamente os industriais, mas parece que o êxito está na maneira por que a ciência era controlada. Pagos pela indústria e responsáveis perante ela, os cientistas eram julgados pelos resultados práticos dos seus trabalhos. Dêsse modo, foi possível pôr em xeque a natural tendência dos homens de ciência para se perderem na teoria. Convém não esquecer que o mesmo processo foi aplicado na indústria do Havai, notoriamente progressistas, com os mesmos resultados.

Não é essa, todavia, a razão única. O método de aquisição de terras também teve a sua influência. A terra é tomada do nativo por um curto período, em geral um ano, e somente na proporção de um terço da área comunal cultivável; em seguida, é devolvida, tomando-se outra área. Em Java não se pratica a soca, sendo a cana uma cultura rotativa que alterna com as culturas nativas, principalmente o arroz. A monocultura, comumente encontrada em outros países produtores, é praticamente desconhecida em Java. Há uma crescente tendência em muitas zonas canavieiras para recorrer a culturas de rotação e tentar as possibilidades da pecuária, com o objetivo de evitar os perigos de depender de uma cultura única. Para o comentador de "The International Sugar Journal" é nesses aspectos que se encontra a verdadeira explicação dos grandes progressos conseguidos pela indústria açucareira de Java e não nos processos técnicos adotados. Isso não quer dizer, conclui, que o trabalho dos especialistas não tenha merecimento; apenas quer sugerir que do exemplo de Java se pode tirar um moral, capaz de servir a outros países produtores.

tistical Sugar Trade Journal", que nos dá essa informação, acrescenta que em 1939, último ano de atividades normais, foram exportadas 8.280 toneladas métricas, ao passo que, em 1944, foram importadas 380 toneladas de Trinidad e da Guiana Inglesa. A crise de produção na indústria açucareira resultou em grande parte da escassez de mão de obra, uma vez que os trabalhadores rurais foram atraídos pelos melhores salários que o Governo pagava nas obras de defesa empreendidas. Só uma plantação perdeu 4 mil trabalhadores. Depois de concluídas as obras, muitos dos antigos trabalhadores da lavoura de cana estabeleceram-se em pequenos tratos, cultivando arroz como fazendeiros independentes. Em 1944, a produção de açúcar foi de 3.570 toneladas métricas, sendo o consumo interno de 5.630 toneladas. O racionamento do açúcar está sendo feito na base de um quilo por pessoa, de três em três semanas.

HUNGRIA

A Hungria dispõe de doze fábricas de açúcar, reduzida este ano, pois a área semeada com beterraba alcança apenas 11.502 hectares contra os 30.480 hectares, média anual do período 1936-1940. Além disso, espera-se que de 30 a 40 % da área semeada não dêem boa colheita devido às condições climáticas, às deficiências da lavoura e aos danos da guerra. A falta de combustíveis e de meios de transporte deverá, igualmente, prejudicar o volume da colheita.

Por isso, contra uma produção normal de 800.000 a 1.000.000 de toneladas de beterraba, a colheita do ano corrente está sendo calculada entre 150.000 e 200.000 toneladas. Conseqüentemente são previstas apenas 20.000 toneladas de açúcar, total reduzido quando comparado com o de 140.000 a 160.000 toneladas fabricado nos anos anteriores à guerra.

A Hungria dispõe de doze fábricas de açúcar, das quais onze com capacidade diária de 1.600 toneladas e uma, com capacidade de 1.000 toneladas. Apenas três fábricas foram danificadas pela guerra e, destas, duas estarão em condições de funcionar novamente ao ser iniciada a safra.

Antes da guerra, a beterraba era produzida em grandes propriedades. Devido à reforma agrária estas propriedades foram divididas. A Hungria exportava cerca de 30.000 toneladas de açúcar anuais antes da guerra. Essas vendas cessaram, uma vez que o país não produz, atualmente, sequer para o seu próprio abastecimento. Ao que se supõe a Checoslováquia e a Romênia poderão exportar certas quantidades de açúcar para a Hungria, sempre que disponham de sobras e julguem compensadores os preços oferecidos. Os estoques existentes na Hungria são insignificantes e só disponíveis para distribuição pelos preços oficiais.

JAVA

Telegramas recebidos da Batávia indicam que, segundo investigações preliminares dos técnicos açucareiros holandeses, existem disponíveis na ilha estoques que oscilam entre 250.000 e 500.000 toneladas.

A maior parte destes estoques está concentrada na parte oriental da ilha e à espera de ensacamento, pelo que se pode considerar esteja reduzida a uma enorme massa que é preciso refinar.

*
*
*

Informações recebidas de Java pela firma norte-americana B. Dyer & Co. indicam que a indústria açucareira da ilha foi tão prejudicada pela invasão japonesa quanto a das Filipinas.

De acordo com essas notícias, a exportação de açúcar foi abandonada em favor de outros artigos alimentares de que os nipônicos sentiam mais premente necessidade. Diz-se ainda que os invasores removeram para o Japão a maquinaria de várias fábricas, deixando cinco em condições de trabalhar normalmente.

MÉXICO

Como referimos anteriormente, a situação açucareira mexicana é das mais difíceis. Tendo o consumo aumentado com maior rapidez que a produção, foi necessário lançar mão do produto importado, o qual, neste período da guerra, chega em quantidades insuficientes e por preços elevados. Em conseqüência desta situação criou-se um mercado negro do açúcar, contra o qual se têm revelado ineficazes as medidas postas em prática pelo Governo.

O seguinte quadro dá idéia do deficit da produção mexicana de açúcar nos últimos anos:

Ano	Produção (Ton.)	Consumo (Ton.)
1941	327.905	365.571
1942	419.845	392.949
1943	412.698	421.688
1944	389.869	446.338
1945	372.431	460.000

Calcula-se que ao terminar o corrente ano haverá no país um estoque de 35.000 toneladas e que, portanto, será necessário importar durante 1946 pelo menos 100.000 toneladas. Para se avaliar o aumento verificado nas importações, basta ter presentes os seguintes números: 1943 — 18.277 toneladas; 1944 — 68.443 toneladas; 1945 — 70.000 toneladas (estimativa).

A União dos Produtores de Açúcar, em recentes comunicados públicos, considerou entre os fatores principais do desequilíbrio: a) diminuição da eficiência do trabalho; b) falta de maquinaria agrícola, especialmente tratores; c) preferência em determinadas regiões pelo cultivo de outras plantas que não a cana, em virtude de deixarem maiores rendimentos para o lavrador; d) escassez de adubação nas culturas; e) deficiência dos meios de transporte e encarecimento dos respectivos fretes.

Além disso, é preciso considerar os desentendimentos entre usineiros e fornecedores, os quais têm determinado certa redução nos fornecimentos de matéria prima às usinas. A ação oficial neste como nos demais setores de atividades açucareiras, vem sendo muito criticada no México. Por isso o problema mereceu da parte do Sr. Miguel Aleman, candidato à Presidência da República, especial atenção, reveladora do propósito de enfrenta enérgicamente a crise da indústria do açúcar no México.

PERU

Segundo informava, em agosto último, o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", os meios autorizados acreditam que a produção açucareira do país em 1945 excederá ligeiramente a cifra de 444.000 toneladas, que foi o total produzido no ano anterior. Essa estimativa é baseada nas condições de tempo favoráveis que prevaleceram durante o mês de junho. Exclusiva a produção de "chancaca", o Peru produziu 28 mil toneladas de açúcar em março e outras tantas em abril, elevando-se o total dos quatro primeiros meses de 1945 a cerca de 105.000 toneladas curtas.

O consumo de açúcar de janeiro a abril é estimado em 55 mil toneladas contra 50.858 no mesmo período de 1944. Quanto à exportação nos quatro primeiros meses de 1945, calcula-se que tenha sido de 104.000 toneladas curtas contra 118.000 no mesmo período do ano anterior.

*
* *

A propósito da indústria açucareira peruana, publicamos à pág. 54 dados referentes aos anos de 1942-43.

RYUKYU

Em número recente, o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal" dá algumas informações sobre a cultura da cana e produção de açúcar nas ilhas Ryukyu, das quais Okinawa, que esteve em grande evidência durante a guerra contra o Japão, é uma das principais.

A influência chinesa nas referidas ilhas é muito posterior à japonesa, especialmente nas esferas econômica e cultural. Um tributo anual era pago pelos habitantes do arquipélago, desde o ano de 1372 até 1875. Em consequência da guerra sino-japonesa, as ilhas Ryukyu passaram à soberania do Japão em 1895.

A cana de açúcar é a principal cultura das ilhas, sendo cultivada em um quarto das terras aráveis. Em regra, existem pequenos estabelecimentos. A produção de cana é industrializada em pequenas fábricas, de preferência para açúcar bruto e melaço. Nas regiões onde se produz cana, a moenda é um implemento que se encontra em todas as fazendas, sendo de uso a tração animal. Além disso, há várias fábricas e refinarias modernas que estão articuladas com a indústria de Formosa. Há apenas uma grande firma de capitais locais, a Okinawa Sugar Company, que possui quatro usinas e mantém sucursal em Tóquio. No período de 1930 a 1939, a produção de açúcar na

Prefeitura de Okinawa foi em média de 92 mil toneladas. No mesmo período, a produção no distrito de Oshima foi de 13 mil toneladas anuais.

UNIÃO SOVIÉTICA

De acordo com os dados oficiais da Repartição de Economia Agrícola, divulgados em agosto findo pelo "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", entre as matérias fornecidas à União Soviética pelos Estados-Unidos, no período de dezembro de 1941 a 31 de maio de 1945, figuram 2.218.600.000 libras de açúcar refinado.

PAGAMENTO DE CANAS EM BASES RACIONAIS

Desde os primeiros tempos da instalação de fábricas modernas na Índia, o governo desse país teve sempre a preocupação de assegurar ao plantador de cana um preço mínimo para as suas safras, que não fosse, na pior das hipóteses, inferior ao custo de produção. A princípio o preço mínimo da cana estava ligado ao açúcar e reajustado de quinze em quinze dias, à semelhança do que se faz em Cuba. Esse sistema, porém, deixava o plantador na incerteza, deliberando-se mais tarde que se estabelecesse um preço para o açúcar e no caso de haver alta nas cotações os plantadores recebiam posteriormente a diferença equivalente. Por sua vez, esse sistema, que favorecia os agricultores, deixava as fábricas numa situação de dúvida quanto ao preço da matéria prima. Depois a indústria foi submetida a um sistema de produção controlada e os preços também foram fixados pelo poder público. Desse modo, parecia que a indústria ficava numa posição mais firme. Na realidade, não era isso o que acontecia. A posição das fábricas continuava precária e por dois motivos: a qualidade das canas varia grandemente de distrito para distrito; as fábricas diferem em equipamento e eficiência técnica, de sorte que a margem estabelecida entre o custo da cana e o preço do açúcar as expunha a prejuízos. Nas fábricas que operam abaixo da média de eficiência, esses prejuízos poderiam ser atenuados, fazendo-se o pagamento das canas de conformidade com a sua qualidade. No entanto, era impraticável tal processo de pagamento, de vez que as fábricas recebem matéria prima de um grande número de pequenos plantadores. Considerando os diferentes aspectos do problema, o técnico indiano C. P. Gupta escreveu um artigo para uma publicação especializada indiana, do qual "Sugar", número de setembro, faz um resumo, de onde aproveitamos estas notas. Propõem o referido técnico um meio de calcular o preço mínimo da cana, utilizando-se como base o preço do açúcar e uma média trienal da recuperação obtida em cada usina. Para completar o sistema, tornando-o mais racional e justo, tanto para a lavoura como para a indústria, sugere "Sugar" que se adote um padrão de eficiência, pelo qual possam ser comparadas as capacidades das fábricas. Desse modo, os agricultores não seriam prejudicados pelas fábricas de baixa eficiência nem as de alta eficiência deixariam de tirar vantagens do seu melhor aparelhamento.

A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA NO PERU

Dados referentes aos anos de 1942/43, divulgados no livro "El azucar peruano"

Dados comparados	Unidade	Quantidades absolutas		Diferença anual ± com relação a 1943
		Ano 1943	Ano 1942	
Usinas em atividade	N.º	15	16	— 1
Extensão cultivada de cana	Hectares	47.746	51.700	— 3.954
Extensão de cana cortada	"	30.526	34.085	— 3.829
Quantidade de cana moída	T. M.	3.517.911	3.964.493	— 446.582
Rendimento de cana por hectare	T. M.	116-271	116-312	0-041
Rendimento de açúcar por hectare	T. M.	12-883	13-740	0-857
Rendimento de açúcar por tone- lada de cana	Quilos	110	118	— 8
Produção total de açúcar:				
Branco	T. M.	91.303	106.362	— 15.059
Exportação	T. M.	258.742	326.812	— 68.070
"Rubia" e "T"	T. M.	21.720	16.329	+ 5.391
Mascavo	T. M.	2.325	1.337	+ 988
"Chancaca" (*)	T. M.	15.700	17.500	— 1.800
Total	T. M.	389.790	468.340	— 78.550
Consumo interno de açúcar:				
Branco	T. M.	49.751	48.027	+ 1.724
"Rubia" e "T"	T. M.	62.094	50.641	+ 11.453
Mascavo	T. M.	—	1.186	— 1.186
"Chancaca"	T. M.	15.587	17.549	— 1.962
Total	T. M.	127.432	117.403	+ 10.029
Exportação total de açúcar:				
Branco	T. M.	41.352	53.067	— 11.715
Exportação	T. M.	139.063	255.463	— 116.400
"Chancaca"	T. M.	2	150	— 148
Total	T. M.	180.417	308.670	— 128.263
Valor da Exportação	Sóes ouro	74.518.263	112.577.750	— 38.039.487

(*) Equivale à nossa rapadura.

PURIFICAÇÃO DO AÇÚCAR

Jaci Botelho

A indústria açucareira, afora a parte agrícola, tem por objeto primordial a obtenção do açúcar isento de impurezas, porquanto a fabricação propriamente dita cabe aos maravilhosos e complexos processos da Natureza.

Dada a sua importância, tanto do ponto de vista do valor de seu produto como alimento de primeira categoria, como do aspeto social desta atividade, no amparo e manutenção de grande massa trabalhadora, suas instalações se revestem de grande vulto em atenção ao volume de aplicação de seu produto, conquanto seja simples o processo de obtenção deste.

Esta atividade industrial consiste na eliminação das diversas impurezas que acompanham a sacarose em tôdas as fases de sua obtenção que, como dissemos, embora simples, no caso da fabricação do açúcar cristal bruto, requer cuidados técnicos mais delicados quando se trata da obtenção de produto para consumo direto.

A operação requerida para purificar o açúcar compreende a "Clarificação ou defecação" que é a principal, no caso do açúcar cristal bruto, a qual se alia ao "Descoramento" na obtenção do refinado ou seja do produto para o consumo direto.

Operações estas cuja separação se faz somente em caráter teórico, porquanto, na realidade, estas se entrelaçam e se realizam simultaneamente.

Desta forma e para nossas apreciações podemos dividir a purificação em duas partes principais: a primeira, partindo de sua solução natural ou seja do caldo de cana; a segunda, do açúcar cristalizado ou em fase próxima à cristalização, constituindo, no primeiro caso o principal produto das usinas, um tanto impróprio para o consumo direto, para uma purificação mais elevada ou seja para a refinação.

Na primeira parte usa-se o tradicional e eficiente método da cal, auxiliada pelo calor e que com os recursos dos modernos e aperfeiçoados aparelhos mecanizados, oferece satisfatório resultado industrial.

Na segunda, além da cal, requer o emprêgo de outros produtos químicos e elevada assistência técnica.

Os processos industriais de purificação abrangendo as duas partes acima mencionadas compreendem, cada uma métodos diversos e êstes, fases distintas.

Em qualquer dêstes métodos e fases procura-se resguardar, tanto quanto possível, a integridade total da sacarose, a qual é passível de sofrer destruição em presença das impurezas.

O tratamento do caldo de cana pela cal, o qual, normalmente, de composição complexa contendo, ao lado da sacarose, as principais impurezas conhecidas, se realiza com o auxílio do calor. daí resulta a formação de um precipitado volumoso e que, dada a sua natureza, facilita grandemente sua separação por meios mecânicos.

Êste precipitado, resultante da ação da cal sobre as impurezas é variável em quantidade e com-

posição, porquanto, a proporção e natureza daquelas decorrem da variedade da cana e também da mesma variedade, cuja composição do caldo é diversa segundo a época da colheita e composição química do solo.

Como sabemos, tais processos fundam-se em ações mecânicas, físicas e químicas representadas pela precipitação, combinação química, separação por filtração adsorção e finalmente a cristalização e centrifugação.

E para a realização daquelas ações são empregados, em adequadas condições, determinadas substâncias, as quais são denominadas de acôrdo com suas propriedades, "Defecantes" e "Descorantes" sobre as quais faremos algumas apreciações.

Antes, porém, devemos examinar cada uma daquelas ações gerais, assim:

Ação mecânica: — As soluções naturais de açúcar apresentam-se, normalmente, contendo em suspensão detritos de natureza diversa e dimensões várias, visíveis a olho desarmado, os quais podem e devem ser separados. E para êste fim servem-se de separadores que retendo, por efeito mecânico, tais particulares, deixa a solução em condições de ser encaminhada às ulteriores operações. Também a centrifugação e a separação concomitante dos cristais, da massa cozida, é exclusivamente um recurso mecânico.

Ação física: — Uma das mais importantes é a ação do calor, porém, não podemos separá-la de modo absoluto, pois, em parte resulta da presença de substâncias químicas adicionadas à solução.

Admitindo a presença daquelas substâncias, podemos apreciar a ação física aí desenvolvida, a qual se apresenta sob diversas modalidades, como sejam: adsorção que, como sabemos, é uma resultante da energia de superfície; concentração hidrogeniônica; ponto iso-elétrico; manifestações elétricas gerais e, finalmente, cristalização.

Os fatores auxiliares da purificação, nesta categoria de fenômenos, são os corpos inertes ou tornados inertes por combinações químicas realizadas no seio do líquido ou exteriormente. Dentre aquêles destacam-se os precipitados de sulfito, carbonato e fosfato de cálcio, o kieselguhr e os carvões animal e vegetal.

Tais substâncias agem pelo fenômeno da adsorção e seu poder adsorvente varia segundo o estado de divisibilidade de suas partículas assim como o estado físicoquímico do meio, condições que permitem fixar, mais ou menos intensamente, em suas superfícies as partículas coloidais das impurezas.

Condições estas inerentes às propriedades tanto do adsorvente como do adsorvido, relativamente ao estado de divisão de suas partículas e do comportamento, ou seja, de sua orientação elétrica no campo magnético.

Comportamento êste resultante da orientação, em certos casos, da presença, na molécula, de certos agrupamentos atômicos polares os quais determinam a electroforesis.

Conforme verificações experimentais, para a determinação daquela orientação, chegou-se à conclusão de uma conversão anódica para diversas substâncias, tais como: sais insolúveis de cálcio, caolim, **kieselguhr** e os carvões animal e vegetal.

Em certos casos, alguns colóides electropositivos, ou sejam os que apresentam conversão catódica, podem tornar-se electronegativos segundo o meio seja de caráter básico. E' o que se nota com relação às proteínas.

Apresentam conversão catódica o hidrato coloidal de ferro, as histonas e protaminas, o azul de metileno, o violeta de metila, etc.

Esta conversão subordina-se à intensidade de carga oposta de seus grupos polares da molécula e inerente à configuração estereoquímica.

Os adsorventes em geral, tais como os de natureza mineral e insolúveis, agem por efeito de seu estado de divisibilidade ou da amplitude de superfície que podem oferecer.

Explica-se assim a ação do carvão animal que, resultante da carbonização do complexo organomineral constituinte do tecido ósseo, oferece uma estrutura característica com relação à superfície ativa. E também a do **kieselguhr** que, por suas pequeníssimas dimensões alia a ação dos alvéolos resultantes de sua trama, ampliam enormemente sua superfície.

A concentração hidrogeniônica, assim como o ponto iso-elétrico, intervêm na ação adsortiva dos colóides, tanto protéicos como gomas e pectinas, os quais em determinado pH, ou seja o ponto iso-elétrico, apresentam o mínimo de viscosidade e o máximo de instabilidade.

A cristalização, que é primordialmente um processo físico de purificação de muitos corpos sólidos, é amplamente empregada na indústria açucareira.

Pois as substâncias de composição química definida ao se cristalizarem, suas moléculas se agrupam, libertando-se das impurezas, para constituírem sólidos de forma geométrica regular, geralmente, característica das substâncias que cristalizam.

Ação química: — E' a resultante das combinações moleculares por simples adição ou substituição, ou dupla decomposição, como acontece com o hidróxido de cálcio, gás carbônico e sulfuroso, ácido fosfórico e fosfato ácido de cálcio, hidrosulfito de sódio, etc.

A reação provocada por estas substâncias, quando conjunta e convenientemente empregadas, provocam a formação de precipitados insolúveis no seio do líquido a depurar, e, proporcionando a realização das ações físicas citadas mais acima, concorrem para a purificação.

A ação química deve ser acompanhada com o máximo cuidado, pois, é principalmente nesta fase da purificação do açúcar, que pode ocorrer o risco de uma elevada inversão da sacarose e assim diminuir a eficiência de cristalização.

Devemos salientar, como sabemos, tôdas estas condições se realizam industrialmente com meios

adequados e que são passíveis de obedecer a índices predeterminados, os quais presidem às corretas e eficientes condições de qualidade e de rendimento.

*
* *
*

Examinemos agora as condições de temperatura e algumas propriedades das diversas substâncias empregadas na purificação do açúcar.

Calor: — A temperatura exerce considerável influência no processo de obtenção do açúcar, pode-se mesmo dizer, reside nesta modalidade de energia a base fundamental da indústria do açúcar, pois, por efeito de diferença de temperatura é que se consegue a separação do açúcar de suas soluções.

Além daquela função principal, concorre como complemento da defecação, e, de modo acentuado, na cristalização. Devemos salientar que a eficiência de ação decorre de limites definidos e que ultrapassados estes sua ação é prejudicial.

No aquecimento do caldo de cana e das soluções açucaradas, para a coagulação da albumina e aglutinação dos colóides já adsorvidos e formando os complexos precipitados resultantes dos produtos químicos adicionados, o excesso de calor provoca a inversão da sacarose, decomposição da glucose e caramelização destas. Por outro lado, na dissolução do cristal para as operações de refinação, a temperatura elevada permite maior percentagem de dissolução o que corresponde, finalmente, à economia de combustível. À temperatura elevada, a densidade relativa é menor, isto facilita as operações de filtração, pela diminuição da viscosidade, resultando aumento de velocidade de filtração.

Esta ação pode ser assim resumida: Precipitante das albuminas; acelerante da velocidade das reações químicas; diminuição da viscosidade e, finalmente, separadora, por evaporação do líquido de dissolução.

Cal: — Êste produto, cuja aplicação da indústria açucareira data de época próxima à do conhecimento da obtenção do açúcar, é de grande significação na purificação dêste. Além de aliar seu baixo custo à qualidade de ser inofensiva à saúde humana, aliás, necessária mesmo à economia vital, evita a decomposição de parte da sacarose, no decurso de sua preparação. Concorre, além disso, e principalmente, para a realização, por modificação do pH do ponto iso-elétrico das proteínas, gomas, etc.

Gás sulfuroso: — Êste gás, resultante da combustão do enxôfre elementar ou dos compostos sulfurados como as pirites, é empregado como complemento da purificação do açúcar e sua ação reveste-se de grande importância pela ação neutralizante do excesso de cal.

Dêste último fato resulta a formação de um precipitado que contribui na aglutinação dos colóides orgânicos, além de exercer função descolorante, graças às suas propriedades redutoras.

Sua obtenção, realizada em fornos adequados, nas próprias usinas, deve ser cercada de cuidados especiais a fim de evitar sua oxidação, a qual o

transforma em anidrido sulfúrico, que em presença da água se converte em ácido sulfúrico, de grande ação inversiva sobre a sacarose.

Gás carbônico: — Constituindo a base da simples ou dupla carbonatação, age de forma idêntica à do gás sulfuroso, porém, sua ação descorante é menos acentuada devido sua maior estabilidade química, pela qual sua ação inversiva é muito menor do que a do SO_2 . O seu emprêgo é menos frequente do que o do gás sulfuroso.

São estas as principais substâncias químicas empregadas, propriamente, na obtenção do açúcar bruto.

A segunda parte, ou seja a purificação mais elevada, parte do açúcar já cristalizado ou, ainda, da fase próxima à sua cristalização. Neste caso as substâncias purificantes são acrescidas de outras de natureza diversas, assim:

Acido fosfórico: — A solução dos açúcares cristalizados, brutos, contém ainda alguma quantidade de impurezas insolúveis e coloidais, em suspensão, tais como: fragmentos de bagaço, argila, areia, albuminas, gomas, pectinas, matéria corante, etc., que escaparam à primitiva depuração. O ácido fosfórico conjuntamente com a cal são as substâncias defecantes de maior uso até bem pouco tempo atrás e eram usadas principalmente nas fábricas que utilizavam os filtros sistema Williamson. Por combinação deste ácido com a cal no seio da solução de açúcar, há formação de volumoso precipitado de fosfato tricálcico, o qual elimina parte apreciável da côr e, como esta encerra a maior parte do ferro coloidal este processo tem certas vantagens sobre os mais novos.

Fosfato tricálcico coloidal: — A formação do precipitado de fosfato tricálcico no seio da solução de açúcar contendo impurezas coloidais, proporciona, quando aquêle sofre um princípio de cristalização, um arraste ou aprisionamento de grande parte daquelas impurezas. A formação, porém, deste precipitado, no seio do líquido, tem o inconveniente de requerer a junção, em tempos diferentes, de substâncias de grande atividade química e que, por mínima que seja esta diferença, não se deixa de observar ação prejudicial.

Por isso justifica-se o emprêgo de um fosfato tricálcico gelatinoso ou coloidal, obtido fora do líquido açucarado, usando-se para este fim o fosfato monocálcico e uma solução em calda de açúcar de sucrato de cálcio.

Embora de grande eficiência como aglutinante, tem o inconveniente de dificultar a filtração sob pressão, chegando mesmo a ameaçar ruptura do filtro.

Terra de infusórios: — Esta substância é um pó branco ou ligeiramente róseo, neste caso, consequência de presença de minerais metálicos, no processo de calcinação, constituído por inumeráveis e microscópicas carapaças de diatomáceas e cuja composição química é de sílica quase pura. Foi primeiramente introduzida na refinação por Wiechman, como auxiliar da filtração. Usa-se atualmente na maioria das Refinarias em combinação com os filtros sob pressão. Pela filtração com o auxílio desta terra há adsorção de grande parte de

colóides, porém, pouca da côr. Proveniente de organismos unicelulares diversos os quais constituem mais de 8.000 espécies, apresentam configurações características e peculiares e que tem grande influência com relação às suas propriedades adsorventes.

Hidrosulfito de sódio: — Como, e principalmente, descorante, o hidrosulfito de sódio é grandemente empregado na indústria açucareira em geral. Sua ação descorante se realiza graças ao seu múltiplo poder redutor, como seja, o do hidrogênio nascente do hipotético grupo SO , do sulfito de sódio e do SO_2 , todos resultantes de sua decomposição, quando em contato com a água.

Azul ultramar: — E' empregado como alvejante ou seja para mascarar o matiz amarelado do cristal branco. E' um pó azul de composição química complexa, na qual se constata enxôfre, alumina, sílica e soda. E' inalterável ao ar, à água e à luz, porém, decomponível pelos ácidos orgânicos e minerais com desprendimento de H_2S e SO_2 .

Indantreno: — E' também um corante azul, empregado com o mesmo fim do do azul ultramar. E', ao contrário deste, um composto orgânico pertencente à série antracênica e goza de grande estabilidade em relação aos ácidos, álcalis etc.

Carvão: — A ação do carvão é de grande importância na depuração do açúcar, pois, além do extraordinário poder descorante alia o de defecante. As propriedades descorantes do carvão foram descobertas simultaneamente pelos farmacêuticos Lowitz e Figuier, russo e francês, respectivamente, em 1791. Sua aplicação na indústria açucareira, no caso do carvão animal, data de 1811, sob a forma pulverulenta e de 1828 na forma granulada.

O carvão animal ou seja o resultante da carbonização dos ossos, encerra, quando novo, cerca de 10 % de carbono, o qual se acha difundido no seio de seu veículo mineral, integrante do tecido ósseo. Para sua completa eficiência deve corresponder a determinadas características físicas e químicas.

Carvão ativo: — Em determinadas condições de carbonização, o carvão vegetal pode apresentar elevado poder descorante. E' o caso dos carvões ativados, os quais se apresentam mais ou menos esponjosos e, portanto, oferecendo grande superfície ativa. Este estado esponjoso é obtido diversamente, uns são pelo efeito de produtos químicos juntados a matéria-prima de sua fabricação e outros por carbonização em atmosferas de gases apropriados, processos estes que constituem patentes e segredos industriais. Os mais conhecidos são os designados comercialmente como: Norit, Carbonorit, Acticarbono, Anticromos, etc. Além destas substâncias existem no comércio à disposição da indústria açucareira, numerosos produtos defecantes e descorantes cuja base são os descorantes conhecidos, tais como, combinações de cloro, sulfitos, etc., os quais, bastante eficientes em suas ações, infelizmente não deixam de alterar mais ou menos intensamente o açúcar.

**CADA PEÇA DA CORRENTE
SS-600K-2
PARA ESTEIRAS DE CANA
DA LINK-BELT Co.
É O PRODUTO DE LONGAS
EXPERIÊNCIAS, PARA UM**

**"Extra"
em seu Serviço**

BARRAS LATERAIS: De aço especial, com seções corretamente proporcionadas, para máxima resistência. Os pinos e orifícios são cuidadosamente trabalhados, oferecendo adaptação e ajuste perfeitos.

ROLOS: Trabalhados acuradamente e de superfície endurecida, funcionam suavemente com um mínimo de desgaste.

PINOS: Forjados — de aço especial e cientificamente tratado a quente.

LUBRIFICAÇÃO A ALTA PRESSÃO: Os pinos são desenhados especialmente para facilitar a lubrificação por alta pressão nos rolos e juntas de corrente.

Vantagens: 1.º, facilidade para engraxar; 2.º, lubrificação positiva; 3.º, proteção contra areia e poeira; 4.º vida mais longa para a corrente.

BUCHAS: Admitem tolerâncias mínimas e funcionam como verdadeiros mancais para os rolos e pinos, um especial tratamento a quente torna as buchas extremamente resistentes e depois de montadas, formam uma só unidade com a corrente.

As correntes Link-Belt, SS-600 K-2 para esteiras de cana, são as mais duráveis e perfeitas. O seu desenho cuidadoso e a perfeição dos seus detalhes, fazem dela a corrente mais procurada nas modernas USINAS DE AÇÚCAR EM TODO O MUNDO.

Representantes exclusivos:

CIA. IMPORTADORA DE MÁQUINAS

RIO

NEW YORK

SÃO PAULO

BRASIL AÇUCAREIRO

DEZEMBRO, 1945 — Pág. 59

O AÇÚCAR COMO REMÉDIO

Prof. Miguel Manara

De "La Industria Azucarera", de outubro próximo passado, extraímos este estudo de evidente atualidade, cujo conhecimento será oportuno aos nossos leitores.

Se é princípio assente cientificamente que o açúcar representa a principal fonte de energia, mediante o fornecimento de força e calor ao corpo humano, e que em condições normais a atividade muscular está ligada exclusivamente à sua combustão, de tempos mais recentes é a constatação experimental de que, independentemente dessas ações principais, o açúcar desempenha, também, na economia orgânica outras funções, determinadas especialmente pela propriedade química específica da sua molécula.

Chegamos a estes conhecimentos, observando certos estados patológicos, originados na perda e também na diminuição das reservas de açúcar no sistema de trocas do organismo, podendo estes estados mórbidos melhorar ou curar-se apenas com o fornecimento de açúcar ao organismo. Além disso, as possibilidades terapêuticas deste precioso alimento não são desconhecidas nem mesmo dos leigos e, como freqüentemente ocorre na medicina, foi precisamente o empirismo o ponto de partida destas novas investigações, as quais levaram às seguintes conclusões:

- 1.º — Que o açúcar é um dos meios mais eficazes para reduzir a hiperacidez gástrica;
- 2.º — Que o açúcar é um ótimo regulador da secreção clorídrica da mucosa gástrica;
- 3.º — Que o açúcar pode fazer desaparecer rapidamente a cefalalgia habitual;
- 4.º — Que o açúcar é um bom remédio para a insônia;
- 5.º — Que o açúcar pode ser utilizado como laxante.

Entramos, pois, em pleno campo terapêutico e o que é importante podemos consolar-nos, pois, ao menos, uma vez entre muitas, o medicamento não é tão amargo como se diz em geral.

E' um fato importante poder estabelecer, mediante o exame do conteúdo de açúcar no sangue, hoje de uso corrente, quais as indicações convenientes ou inconvenientes para a absorção de açúcar por via bucal. O capítulo correspondente a estas pesquisas não está ainda terminado, porque às variações do conteúdo de açúcar no sangue de um organismo se apontam também outras manifestações e modificações sobre as quais não se pôde dar ainda classificação precisa, não podendo, portanto, falar-se delas nesta publicação.

As primeiras comprovações estabelecidas são as seguintes: em condições normais do estômago, a absorção da solução de açúcar pela mucosa gástrica é apenas perceptível, devido a que a maior parte dela seria absorvida pelo duodeno, e que as soluções concentradas conduzem sempre a uma diminuição notável da acidez do estômago. Se, ao contrário, a mucosa gástrica se encontra alte-

rada pela presença de ulcerações ou de simples ataques de gastrites, a absorção se torna em seguida mais intensa e mais rápida por parte das mesmas mucosas alteradas. E' sabido que a úlcera gástrica e a duodenal são sempre acompanhadas de exagerada hipersecreção quando, segundo alguns patologistas, não é por ela própria provocada.

Destas observações foram deduzidos os modos de tratar com notáveis resultados a hiperacidez e especialmente a hipersecreção contínua noturna, com pequenas doses de solução hipertônica de açúcar, as quais afora serem absorvidas imediatamente, desenvolvem ação benéfica sobre todo o quimismo gástrico, proporcionando ao paciente melhora decisiva. Não está ainda bem esclarecido por meio de que processo se consegue deter a secreção do ácido clorídrico; somente se sabe que a ação antiácida de uma solução de açúcar é tanto mais forte quanto mais rapidamente é absorvida. Daí surge a hipótese de que o conteúdo de açúcar no sangue e na secreção gástrica sejam independentes, no sentido de que o aumento de um produziria a redução do outro e vice-versa.

Mais do que a qualidade do açúcar é a quantidade e a concentração introduzida no estômago que produzem uma ação importante e eficaz. Uma pequena quantidade em muito líquido tem ação reduzida, porque não produz suficientes intercâmbios osmóticos. Parece que os melhores resultados são obtidos com pequena quantidade de soluções concentradas (30 gramas de açúcar em um copo de água). A percentagem máxima de açúcar no sangue, depois de ministrado o produto por via bucal, não seria igual para todos os indivíduos e não teria qualquer relação com a percentagem glicêmica preexistente.

As variações do conteúdo de açúcar no sangue, desde as mais elevadas às mais baixas, dão lugar a outros fenômenos químicos importantes, que têm sido aproveitados pela terapêutica. Um deles é provocado durante a diminuição da quantidade de açúcar, dos estados anormais aos normais, observando-se forte apetite que aumenta gradualmente, pelo que se pode ampliar com eficácia a alimentação, mesmo naquelas pessoas que habitualmente comem pouco ou têm repugnância pelos alimentos. Obtém-se desta maneira notável aumento de peso em pessoas débeis e incapazes de assimilar a alimentação diária.

Os fenômenos gástricos produzidos pela diminuição do açúcar hemático, abaixo da percentagem normal, são iguais aos fenômenos produzidos por injeções de insulina ou adrenalina. Estas substâncias, juntamente com a hipoclicemia que determinam, produzem aumento de ácido clorídrico no estômago e, conseqüentemente, maior apetite.

Com a diminuição da percentagem de açúcar no sangue abaixo do normal, além da sensação de fome, pode-se sentir uma sensação de debilidade acompanhada de suores. A fome chega à

NOTAS À LITERATURA BRASILEIRA SÔBRE O AÇÚCAR NO SÉCULO XIX

II

José Honório Rodrigues

Todos êsses atos administrativos do período anterior à Independência têm a mesma filiação ideológica dos atos do século XVIII já apontados. Entrávamos numa fase de renascimento econômico. A sacudidela que sofríamos então fêz aparecer novos teóricos e novos projetos de reforma.

Favorecidos os novos senhores de engenho com a proibição da execução, apesar das restrições da nova lei, empenharam-se em refazer sua economia ameaçada. E' nesta hora de recuperação que começa a aparecer grande quantidade de trabalhos relativos ao açúcar. Todos sentiam que era necessário reformar, melhorar, procurar novos métodos que fizessem retornar o açúcar à sua fase de grandeza.

Os meios empíricos, os pobres e custosos meios de produção precisavam ser revolucionados. As experiências que encetam, as reformas que propõem, são inspiradas, tôdas, pela, situação econômica que se tornara precária. Era necessário desagrar o açúcar. O acúmulo de idéias de reforma não podia produzir efeito e torná-la aplicável de um momento para outro. Era indispensável, na frase de Rodrigues de Brito, "pôr as idéias em melhor digestão".

Enquanto a fase anterior havia sido de trabalho e esforço nos canaviais e nas fábricas, produzindo-se sempre e cada vez mais, a que se inaugura na primeira década do século XIX é de tentativas de melhorar a produção, que continuava a decair. (13)

sua máxima intensidade quando o açúcar sanguíneo desceu abaixo do normal e apareceu o ácido clorídrico no estômago.

Por outro lado, com a diminuição rápida do açúcar hemático, não controlado suficientemente pelo sistema nervoso vegetativo, verificam-se facilmente cefaléias que são tanto mais violentas quanto mais baixa é a glicemia. O fato de que muitas cefaléias habituais estão relacionadas com a deficiência de açúcar no sangue se demonstra pela circunstância de que a oportuna dosagem de açúcar as faz desaparecer. Êsses pacientes geralmente se queixam de insônia, mas é suficiente mi-

E' o que se reflete, claramente, na literatura dos dois períodos. No início do século XVIII, vemos obras panegíricas como a de Prudêncio de Amaral, ou a obra de fixação da paisagem social e econômica, como a de Andreoni. Numa e noutra, a abundância não disfarça a pobreza literária. Apenas estudos técnicos ou obras de reconstrução político-econômica.

José Maria dos Santos Lopes foi o primeiro negociante a seguir o rumo traçado nos fins do século XVII por Joaquim Inácio Siqueira Bulcão. Sua inovação consistira em facilitar a moagem das canas de açúcar. Os velhos engenhos precisavam de cem bois para fabricar 1.800 pães de açúcar. O novo processo consistia em manobrar o engenho com vinte e oito bois apenas, na fabricação da mesma quantidade de açúcar.

Apresentado o processo à Mesa da Inspeção da Bahia, concedera esta ao citado negociante o privilégio exclusivo durante dez anos, de explorar em todos os portos do Brasil os novos engenhos que inventara. (14) As aquarelas à tinta da China que representam os modelos do Engenho de José Maria dos Santos Lopes encontram-se no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa. (15)

(13) A exportação de açúcar, que em 1809 era de 21 milhões de libras, caíra em 1812 a 14 milhões. Cf. Representação e Memorial do Centro de Industria e Comercio açucareiro Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887, p. 12.

nistrar-lhes repetidamente soluções de açúcar para que o sono se torne normal e tranqüilo. Não se deve olvidar que o costume dos nossos avós, de tomar infusões açucaradas de anis, tília e outras substâncias para poder dormir, os beneficiava devido ao açúcar. Em soluções concentradas o açúcar é laxante, mas se não se pretender êste resultado basta aumentar a água das soluções.

Para concluir, pode-se afirmar que as pessoas, que, com mais intensidade, se queixam das afeções acima mencionadas, são precisamente aquelas que mais facilmente se tornam vítimas das depressões do sistema nervoso e vegetativo.

O negociante José Maria dos Santos Lopes não estava satisfeito com invenção tão prática. Andava preocupado com um problema que lhe parecia inconciliável: a escravidão, tão necessária e útil aos povos da América, tão indispensável à agricultura do açúcar, tabaco e algodão, era também prejudicial à saúde dos mesmos povos, pois logo que desembarcavam os negros no pôrto da Bahia causavam prejuízo e dano considerável a toda a cidade. Traziam moléstias originárias da costa africana, e adquiriam na viagem novas doenças, com que infeccionavam os ares, causando epidemias e diminuindo a saúde e robustez dos baianos. Os escravos eram transportados aos montões, expostos durante o dia à venda na porta da residência dos donos, e à noite alojados em casa apertada, aos quatrocentos ou mais. Na Praia da Bahia, sítio populoso e comercial, se recolhiam os negros e também ali residiam e negociavam os comerciantes. A grande maioria do povo girava nesta Praia, onde efetuava seus negócios e compras, sofrendo assim a contaminação.

Lembrava o negociante que no Rio e em Pernambuco eram os negros vendidos fora da cidade, evitando-se, dêste modo, o contato perigoso à saúde. Propunha, então, edificar fora da cidade da Bahia, à sua custa e com prévia aprovação médica, uma casa para depósito de escravos. Para a realização dessa "providência política", como a denominava, pleiteava que os proprietários de escravos pagassem 600 réis de entrada por cabeça e se obrigassem a não vendê-los nem desembarcá-los noutra sítio, sob pena de perdê-los ou serem os mesmos confiscados a favor da Real Fazenda (16). O Conselho Ultramarino decidiu pedir parecer ao Governador da Capitania, que foi desfavorável às pretensões do negociante. (17)

Ao lado das inovações práticas, surgem os teóricos e economistas da reforma agrícola.

Neste período é quase impossível separar o Reformador do Senhor de Engenho. Acumulam as duas funções, transformam os engenhos em laboratórios de experiências e pesquisas. Na nova ciência química ou ciência física, como dizia João Rodrigues de Brito, encontravam o caminho das reformas e inovações.

Vamos alinhar, aqui, algumas figuras que, permeáveis a influências estrangeiras, pretenderam imprimir novos rumos à fabricação do açúcar. Às vezes, nem só os senhores de engenho tentaram contribuir para o novo rumo do açúcar. Estrangeiros possuídos dos benefícios da introdução de novos métodos, ou simplesmente desejosos de aventuras, observavam os defeitos e falhas que arruinavam o açúcar.

Vale a pena lembrar algumas das medidas propostas por um pequeno grupo de homens doutos e inteligentes. Veremos, então, como o açúcar custou a se libertar do jugo da rotina.

Certamente, ninguém foi mais erudito e mais científico do que Miguel Calmon du Pin e Almeida, Marquês de Abrantes. Seu livro exerceu enorme influência e até hoje representa o mais alto nível atingido por uma obra dedicada a um produto do Brasil.

Êste artigo procura apenas trazer novas notas à literatura brasileira no século XIX ou reparos a certas figuras que tanto trabalharam para evitar a situação lastimosa que ameaçava agravar-se.

E' com Manuel Ferreira da Câmara Betencourt (1764-1830) que se inicia realmente o interesse pela aplicação da química à produção açucareira. Sua competência e cultura facilitam a grande obra que lhe estava reservada. Cabe, aqui, onde temos relacionado as variações cíclicas da nossa estrutura econômica com o espírito renovador, talvez por ela influenciado, registrar êste acontecimento de proporções incalculáveis. Um senhor de

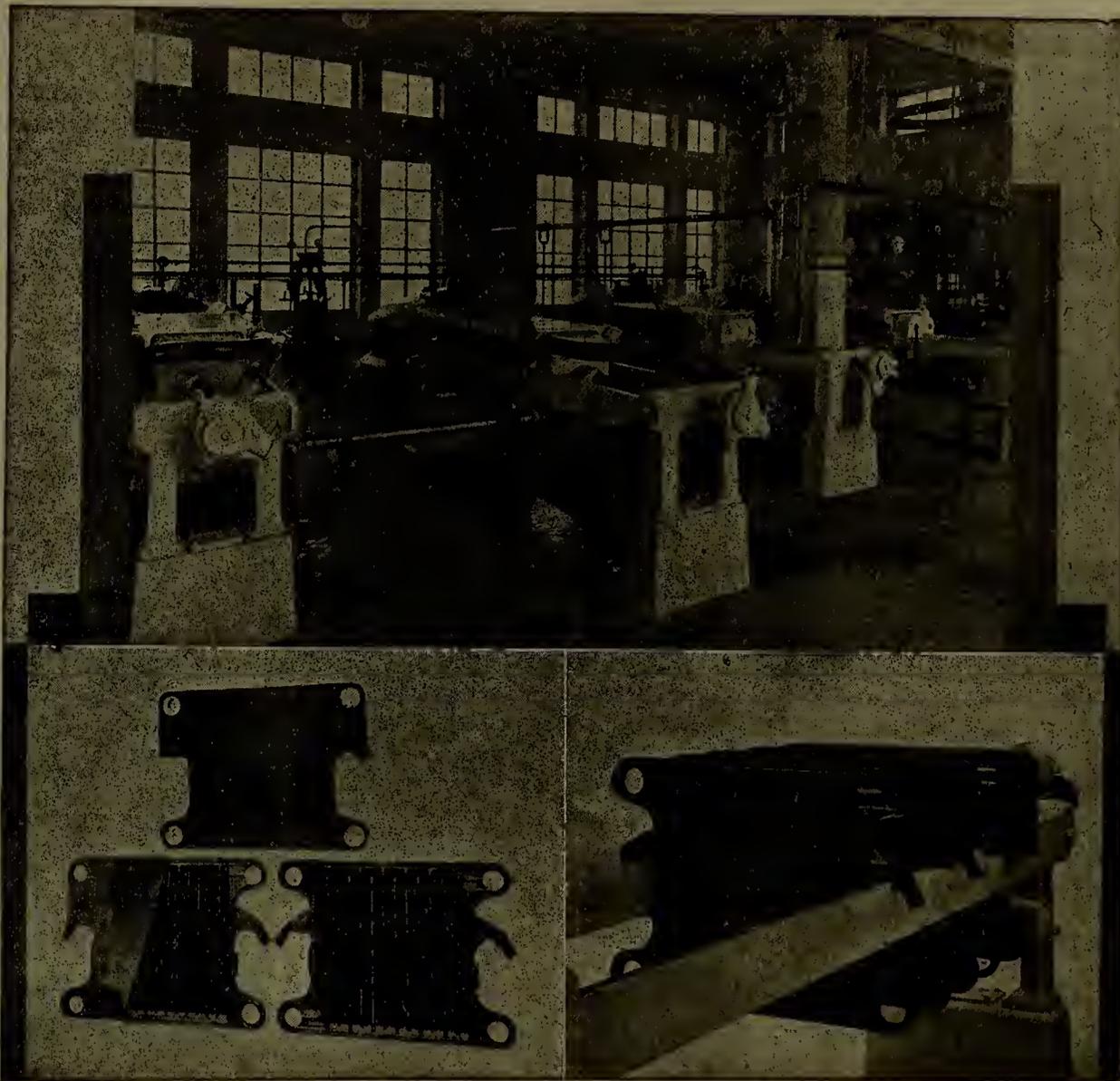
(14) Provisão da Real Junta do Comercio, pela qual faz mercê a José Maria dos Santos Lopez do privilegio exclusivo... Lisboa, 4 de agosto de 1802, in Anaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXXVI, doc. 28.371.

(15) Vide doc. n. 28.374-28.375. id., vol. XXXVII.

(16) Requerimentos (5) de José Maria dos Santos Lopez, negociante matriculado e estabelecido na cidade da Bahia, Anais da Biblioteca Nacional, vol. XXXVII, doc 28.366-28.370.

(17) Provisão do Conselho Ultramarino, pela qual ordenou que o Governador da Bahia informasse com o seu parecer a pretensão a que se referem os documentos antecedentes. Lisboa, 16 de junho de 1806, (Doc. n. 28.372); (e) Informação do Governador Conde da Ponte, desfavorável a todas as pretensões do negociante José Maria dos Santos Lopez. Bahia, 7 de outubro de 1806 (doc. n. 28.373). Anais da Biblioteca Nacional, vol. XXXVII.

APV



Aparelhos de placas tipo HER para Pasteurização de Caldo de cana, com
seções de Recuperação e de Vapor de baixa pressão

LANDMANN, FILHOS & CIA. LTDA.

AVENIDA IPIRANGA, 484—SÃO PAULO

Agentes

THE ALUMINIUM PLANT AND VESSEL COMPANY, LTD.

— London, S. W. 13 —

engenho inicia uma das maiores revoluções agrícolas no Brasil: aproveita e ensina a química aplicada à agricultura.

Já no fim do século passado, Manuel Ferreira escrevera um valioso e pequeno estudo sobre Ilhéus; na verdade, êle pertence mais a êste século XIX, que tanto lhe deve, quer nas inovações agrícolas, quer nas boas e grandes iniciativas mineiras.

Em 1807, em carta assinada do Engenho da Ponte, e dirigida ao Governador da Bahia, comunica Manuel Ferreira a descoberta que fizera para a extração da potassa. De volta de sua viagem à Europa, tratando de purificar as decoadas para o fabrico do açúcar, encontrou muriato de potassa no mel. Havia, então, grande interêsse pela potassa e não se sabia como extraí-la. Foi durante suas pesquisas no Engenho da Ponte que concluiu que "tôdas as plantas que se queimam e leixiviam para ter decoadas para o fabrico do açúcar dão lexivias mais ou menos ricas de potassa, contendo sempre muito muriato de potassa". (18)

A descoberta e o pedido de Manuel Ferreira para que se remetesse a amostra da potassa ao Presidente da Real Junta do Comércio, a fim de lhe procurar saída no Reino ou fora dêle, foram encaminhados pelo Governador Conde da Ponte para o Visconde de Anadia e o Presidente da mencionada Junta. (19)

O que revela de importante êste documento é que Manuel Ferreira, "senhor de engenho do Recôncavo e encarregado de ordens régias de observações mineralógicas e meteorológicas nesta capitania, presentemente nomeado Intendente de Minas Gerais" (20) se dedicava especialmente, em pesquisas realizadas no seu próprio engenho, a purificar o açúcar e, provavelmente, a investigações de química aplicada ao açúcar.

Se Manuel Ferreira conseguira extrair potassa, ajudara enormemente a fabricação do açúcar, pois usava-se, então, não só a cal, mas potassa ou soda como purificadores de açúcar.

Manuel Jacinto de Sampaio e Melo foi a princípio professor de Filosofia na cidade de Lamego. Proprietário do engenho São Carlos, localizado no têrmo da vila da Cachoeira, sentiu sua obrigação de tudo fazer para a melhoria de nossa indústria "que caminhava a passos largos para a decadência total". A obrigação lhe advinha do fato de

julgar que "só hum Filosofo, Senhor de Engenho, ativo e diligente, pode descobrir cousa util aos Engenhos". Suas experiências não provocaram somente a zombaria pública; acarretaram-lhe enormes despesas e dificuldades no funcionamento do seu engenho.

Êle próprio escreve que antes de conseguir resultados efetivos despendeu em tentativas baldadas dez mil cruzados, além de perder várias safras. Experiências custosas como estas motivaram a acusação de que seu engenho não fôra feito para utilidade e sim para divertimento. A mofa pública não o abateu. Êle mesmo conta e responde ao escárneo: "Puseram ao Engenho o nome de Engenho da Filosofia; fizeram-lhe versos satíricos e disseram o que bem lhe pareciam; mas em breves tempos se conhecerá que o resultado dêsse meu chamado divertimento são milhões anuais em proveito dos particulares e, por consequência, do Estado, no que tenho sumo prazer. Quanto aos sarcasmos e sátiras, não me causam admiração: porque leio na História literária que grandes homens, que adiantaram as ciências opondo-se a opiniões ainda que erradas, geralmente recebidas, tiveram mau pago". (21)

A má vontade, a inveja e a zombaria causaram a Sampaio e Melo outras dificuldades.

Quiseram impedir-lhe o direito de aproveitar a água do Rio Caquende. Não se conformando, requereu provisão ao alvará que o mantivesse no seu direito, tendo o corregedor da comarca convocado todos os oficiais da Câmara para, em reunião de 25 de julho de 1802, se pronunciarem sobre a existência ou não de prejuízo público com o mencionado aproveitamento das águas do Rio Caquende. Procedida a vistoria por parte dos vereadores da Câmara, foi despachado favoravelmente o ofício da corregedoria e atestado por uns

(18) Carta de Manuel Ferreira da Camara Bettencourt e Sá para o Governador da Bahia, Engenho da Ponte, 26 de junho de 1807, Anais da Bib. Nac. do Rio de Janeiro, vol. XXXVII, doc. 29.941.

(19) Ofícios (2) do Governador Conde da Ponte para o Visconde de Anadia... Bahia, 10 e 25 de julho de 1807. Anais da Biblioteca Nacional, vol. XXXVII, docs. 29.939-29.940.

(20) *Ibid*

(21) Novo método de fazer açúcar ou Reforma geral dos engenhos. Prefácio. Foi reimpresso no Brasil Açucareiro, junho, 1942, p. 21-24.

poucos moradores o nenhum prejuízo público do uso das águas daquele rio. O Conselho Ultramarino decidiu mandar passar provisão a Manuel Sampaio para que se pudesse utilizar da água do Rio Caquende, apenas com a condição de deixar a necessária para o uso público. (22)

Não foram poucos os trabalhos e fadigas de Manuel Jacinto de Sampaio e Melo na luta empreendida pela melhoria dos meios açucareiros de produção. Não seria exagêro considerá-lo com a maior figura de reformador do século XIX.

(22) Requerimento de Manuel Jacinto de Sampaio e Melo, no qual pede provisão ou alvará que o faça manter no direito de aproveitar a água do Rio Caquende... Anais da Bib. Nav., vol. XXXVII, doc. n. 26.874. Vide também documentos ns. 26.875 a 28.880.

NOVA BIBLIOGRAFIA SÔBRE O AÇÚCAR NO SÉCULO XIX

II

- 33) STIER, Julio (1844) — in TAUNAY, Afonso d'E. Taunay: Rio de Janeiro de antanho. Impressões de viajantes estrangeiros. São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1942. (Especialmente p. 314-315).
- 34) GARDNER, George — *Travels in Brazil*. 2nd. edition. London, Reeve, Benham and Reeve, 1849.
(Trad. brasileira: Viagens no Brasil... Trad. de Albertino Pinheiro. São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1942).
- 35) Parecer sobre o aparelho de fazer açúcar que Thomaz Pedreira Geremoabo assentou no seu engenho denominado — Novo — situado na margem esquerda do rio Paraguassú. Bahia. Typ. da Viúva Bezerra, 1852. 11 p. 2 mapas.
- 36) MANSFIELD, Charles Blachford — *Paraguay, Brazil, and the Plate*. Letters writte nin 1852-1853 by C. B. Mansmiel. With a sketch of the author's life by the rev. Charles Kingsley. Cambridge, Macmillan & Co., 1856.
(Vide comentário em Alfredo de Carvalho: *Bibliotheca Exotica Brasileira*. publicada... sob a direção de Eduardo Tavares. Rio de Janeiro, Paulo Pongetti & Cia., 1930, v. III, p. 293-297).
- 37) FERRARI, José — *Engeneida*. Poema didactico-heroi-comico. Bahia, Typographia de Carlos Poggetti, 1853. 2 vols.
- 38) CARSON, João Monteiro — *Primeiro relatório apresentado á presidencia da Bahia, sobre os melhoramentos da cultura da cana, e do fabrico do assucar*. Bahia, Typ. de A. O. da França Pueira e Cia., 1854. 48 p.
- 39) REIS, F. A. de Carvalho — *Breves considerações sobre a nossa lavoura*. S. Luiz, Typographia do Progresso, 1856. 52 p.
- 40) PICARD, Adriano — *Monographia da canna de assucar da China chamada sorgho saccharifero ou o fabrico do assucar, do rum, do vinho, da cidra, da cera, do pão e de muitos outros productos ao alcance de todos*, pelo Dr. Adriano Picard. Traduzida e acrescentada com varias reflexões e notas explicativas pelo Desembargador Henrique Velloso d'Oliveira. Rio de Janeiro, Typ. de M. Barreto, 1857. VII, 132 p., 2 p. in.
- 41) *Brazil and the brazilians, portrayed in historical and descriptive sketches*, By rev. D. P. Kidder and rev. J. C. Fletcher. Philadelphia, Childs & Peterson, 1857.
(Trad. brasileira: O Brasil e os brasileiros (Esboço historico e descritivo). Trad. de Elias Dolianiti. Revisão e notas de Edgard Sussekind de Mendonça. São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1941. 2 vols.)
- 42) SOARES, Sebastião Ferreira — *Notas estatísticas sôbre a produção agricola e carestia dos generos alimenticios no Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro, Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Cia., 1860. 366 p.
- 43) SILVA CASTRO, Joaquim José da — *Chronica do Mosteiro de N. S. do Monserrate da Paraiba do Norte*. Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras. t. 27 (1864), p. 119-147.
- 44) SOUZA, Sebastião Ferreira — *Elementos de estatistica comprehendendo a theoria da sciencia e a sua applicação á estatistica commercial do Brasil*... Rio de Janeiro, Typ. Nacional. 1865, XXIX, 302 p.

- 45) SOARES, Sebastião Ferreira — Esboço ou primeiros traços da crise comercial da cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864. Rio de Janeiro, Laemmert, 1865. VII, 136 p.
- 46) AGASSIZ, Louis (e) Elizabeth Cary — Voyage au Brésil, par M. Mme. Agassiz, 1865-66.
(Trad. brasileira feita da ed. de Paris, L. Hachette, 1869: Viagem no Brasil 1865-1866). Trad. de Edgard Sussekind de Mendonça. S. Paulo, Cia. Edit. Nac., 1938).
- 47) Resumo estatístico e histórico da província de S. Paulo e alguns artigos sobre edifícios da Capital. S. Paulo, Typ. Imparcial de J. R. A. Marques, 1866. 2 p. in., 198 p.
- 48) Documentos ineditos.
- 49) REBELLO, Henrique Jorge — Memoria e consideração sobre a população do Brasil. Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras., t. 30, 1867, p. 1-42.
- 50) OLIVEIRA, A. R. Velloso de — Memoria sobre o melhoramento da província de S. Paulo applicavel em grande parte às províncias do Brasil. Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras., vol. XXXI, 1868, p. 5-106.
- 51) BURTON, Richard F. — Explorations of the highlands of the Brazil; with a full account of the gold and diamond mines. Also canoeing down 1500 miles of the great river São Francisco, from Sabará to the sea. London, Trisley Brothers, 1869, 2 vols.
(Trad. brasileira: Viagens aos planaltos do Brasil (1868). Trad. de Americo Jacobina Lacombe. S. Paulo, Cia. Edit. Nac., 1941, 3 t.)
- 52) Estatística do commercio marítimo do Brazil do exercicio de 1869-1870. 1.^a Parte. Commercio de longo curso. Organizada pela comissão dirigida pelo Dr. Sebastião Ferreira Soares. Rio de Janeiro, Typog. Nacional, 1874. 3 vols.
- 53) MARQUES, Cezar Augusto — Dicionario Historico Geografico da Provincia do Maranhão. Maranhão. Typographia Frias, 1870.
- 54) Estatística do commercio marítimo do Brazil do exercicio de 1871-1872. 4.^a parte. Commercio interprovincial de cabotagem dos generos nacionais. Organizada pela comissão dirigida pelo Dr. Sebastião Ferreira Soares. Rio de Janeiro, Typ. Nac., 1880. 576 p.
- 55) Introdução retrospectiva da estatística do commercio marítimo do Brazil do exercicio de 1874-1875. Organizada pelo Dr. Sebastião Ferreira Soares. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1883. XXII, 136 p.
- 56) Estatutos da Companhia Engenho Central de Quissaman aprovados pela Assembléia Geral dos Srs. Accionistas na reunião extraordinaria de 6 de novembro de 1875. Rio de Janeiro, Typographia do Apostolo, 1875.
- 57) GODOY, Joaquim Floriano — A Provincia de S. Paulo. Trabalho estatístico historico e noticioso. Destinado a Exposição Industrial de Philadelphia (E. U.). Rio de Janeiro, Typ. do Diario do Rio de Janeiro, 1875. 147 p.

"A defesa da produção açucareira"

(2.^a edição)

Leonardo Truda

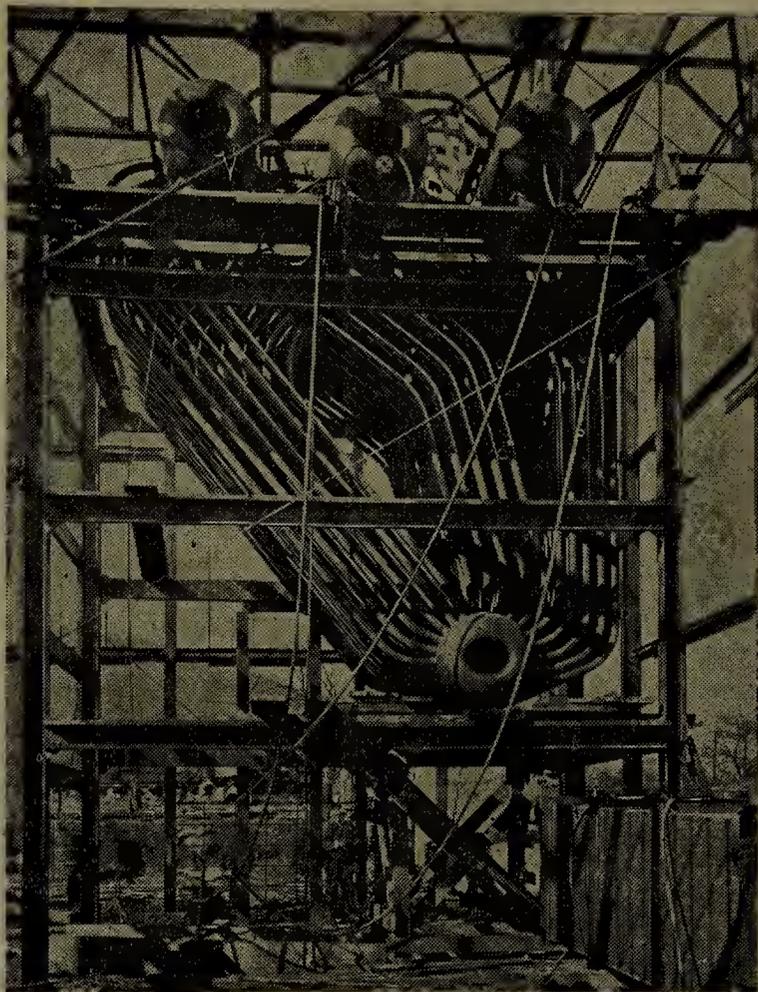
Preço. Cr\$ 12,00
Pelo Correio. Cr\$ 13,00

Sociedade Termotécnica Mellor Goodwin Ltda.

REPRESENTANTES DA

Combustion Engineering Company, Inc.

NEW YORK — E. U. A



CALDEIRA C-E, TIPO ESPECIALMENTE DESENHADO PARA
VAPORIZAÇÃO RÁPIDA

ECONOMIZADORES, PREAQUECEDORES DE AR, CALDEIRAS DE TODOS
OS TIPOS — EQUIPAMENTOS COMPLETOS DE PRODUÇÃO DE VAPOR

MONTAGEM — PROJETOS — CONSULTAS

Escritório Central: Rio — RUA BUENOS AIRES, N.º 100 - 6.º andar

TELS. 43 - 2199 e 43 - 9249

Filial de São Paulo:—RUA 7 DE ABRIL, N.º 34 - 6.º andar - Salas 603/604

TEL. 4 - 1467

ECONOMIZE
COMBUSTIVEL

MEDIANTE

NOSSOS EQUIPAMENTOS

PARA A QUEIMA
RACIONAL DE

LENHA,
CARVÕES NACIONAIS,
RESIDUOS VEGETAIS
BAGAÇO, ETC.

O AÇÚCAR NOS PRIMÓRDIOS DO BRASIL COLONIAL

XII

Basilio de Magalhães

PROCEDÊNCIA DA "SACCHARUM OFFICINARUM" E ENGENHOS ANTERIORES A EXPEDIÇÃO DOS IRMÃOS SOUSAS (1530-1533)

Ainda não se pôde indicar com positiva certeza o sítio do Velho-Continente donde nos veio a cana-de-açúcar, muito embora se saiba que ela teve como ponto de partida para o Brasil, uma das ilhas da costa ocidental da África, ocupadas no séculos XV pelos destemidos descobridores lusos, dos quais foi supremo e afortunado gonfalonheiro D. Henrique-o-Navegador.

Bem antes de encerrar-se a Idade-Média, com a tomada de Constantinopla pelos osmânlis em 1453, já a *saccharum officinarum* viçava em Chipre, Creta, Rodes, no Egito e na Sicília, e da "pérola do Mediterrâneo" foi que (segundo o testemunho de João de Barros e de Sebastião Münster) a transplantaram os portugueses para a ilha da Madeira, ao mesmo tempo que contratavam técnicos italianos, "mestres entendidos no fabrico do açúcar".

Afrânio Peixoto, em sua interessante "Nota preliminar" às "Geórgicas brasileiras" (Rio, 1941), preferindo o assêrto de velho cronista lusitano à moderna autoridade de von Lippmann, diz o seguinte: — "O Brasil foi o açúcar... De antes viera a cana, de Sicília aos Algarves. Dom Henrique manda Diogo de Teive, em 1452, fundar engenho na Madeira, reservado o têtço da produção para o seu erário: o primeiro doce foi para presente a príncipes e nobres. O açúcar passou, das boticas, para as mercearias e armazéns. Chegou-se a prover Lisboa de umas 120.000 arrobas por ano, para o reino, o restante para Flandres, a Provença, Sul de França, Veneza".

E' fora de dúvida que a ilha da Madeira, graças ao imortal infante a quem coube frutuosamente encetar a mais gloriosa missão histórica da terra de Afonso Henriques, — de meados do século XV quase aos fins do século XVI, constituiu o grande empório do

açúcar de Portugal e do Velho-Mundo, até ser superada pelo Brasil. Dos seus engenhos trabalhados por escravos africanos (engenhos que chegaram a cêrca de 150 no ano do descobrimento do Brasil), tirado um quinto da produção (não um têtço) para o erário da Ordem de Cristo (da qual foi grão-mestre o infante D. Henrique), o restante abastecia Portugal, exportando-se ainda boa parte para as cidades marítimas da Itália e para os Países-Baixos. Basta dizer que o açúcar da Madeira interessou consideravelmente aos maiores banqueiros germânicos da época, os Welsers e os Fuggers, como se pode ler em von Lippmann. ("História do açúcar", vol. II, pág. 14).

Afrânio Peixoto, entretanto, não atribui à ilha da Madeira a *saccharum officinarum* que gerou a indústria canavieira do Brasil. Eis o que conta êle, logo a seguir (pág. VII): — "De Cabo-Verde, cêrca de 1532, veio a São Vicente, capitania de Martinho (sic) Afonso. Depois, vai a cana de açúcar ao norte, Bahia, Pernambuco, Paraíba. Se os primeiros engenhos de São Vicente ficam em 6, ao fim do século, Cardim contra 36 na Bahia (confirmando Anchieta). Em 1580, diz Fortunato d'Almeida que o açúcar exportado orça por dois milhões e oitocentas mil arrobas..." Martim Afonso de Sousa fundou, de fato, em 1532, as vilas de São Vicente e Piratininga, mas só dois anos depois recebeu a doação de cem léguas de terras nas costas do Brasil, onde surgiram as capitânicas de São Vicente e do Rio de Janeiro (esta última criada por Mem de Sá, em 1568, continuando, porém, como pertencente ao primitivo donatário).

Ouçá-se, entretanto, o que, baseado em tudo quanto colheu, sôbre o assunto, em Raynal, Ramúsio, Knapp, Ritter e Vaccaro, assegurou von Lippmann (loc. cit.): — "Em 1444, os portugueses apossaram-se dos Açores; em 1456 e 1462, dos dois grupos de Cabo Verde; e, em 1472, das ilhas de São Tomé, Príncipe e Ano Bom, no gôlfo da Guiné. Também nessas ilhas prosperou a cana, tendo-se manda-

do mestres da Madeira, **para fazerem açúcar melhor e mais duro**, e, quando o Rei D. João II de Portugal desterrou numerosos judeus, estabeleceram-se êstes em São Tomé, começaram a plantação em grande escala, de modo que ocupavam às vêzes 150 a 3.000 escravos negros, e instalaram muitos engenhos. Em 1550, seguiam para lá verdadeiras frotas de açúcar, e 60 engenhos produziam, calculando-se pelo dízimo pago ao Rei, desde aproximadamente 1520, mais de 150.000 arrobas, em pães de 15 a 20 libras”.

Com a transplantação da **saccharum officinarum** do seu maior empório ao noroeste da África para outro arquipélago e para as ilhas do mar de Guiné concorda plenamente o erudito e proibido João Lúcio de Azevedo, em seu excelente volume “Épocas de Portugal econômico — Esboços de história” (Lisboa, 1929), onde ocupa 75 páginas (223 a 298) o capítulo intitulado “O império do açúcar”. Aí, com efeito, assevera êle o seguinte (pág. 237): — “Da Madeira e dos Açores passou a cultura a Cabo Verde e São Tomé”.

Existindo, portanto, a cana de açúcar nas ilhas da Madeira e de São Tomé, assim como nos arquipélagos dos Açores e de Cabo Verde, de qualquer um desses pontos poderiam ter vindo mudas para o Brasil.

Varnhagen, o “pai da nossa história”, não informa, com a sua habitual precisão, de que possessão portuguesa na costa ocidental da África foi que veio para os nossas plagas a **saccharum officinarum**. Mas é lícito inferir do que diz êle sôbre os começos da donataria de São Vicente que a cana de açúcar nos chegou provavelmente da ilha da Madeira ou da de São Tomé.

Vale a pena ler todo o trecho em que o egrégio escritor se refere às duas vilas fundadas em 1532 por Martim Afonso de Sousa, e que consta do vol. I (pág. 214 da 3.^a ed. integral) da sua “História geral do Brasil”: — “Foi igualmente esta capitania a primeira que apresentou um engenho de açúcar moente e corrente, havendo para êsse fim o donatário feito sociedade com alguns estrangeiros entendidos neste ramo da mecânica agrícola, como os Venistes, Erasmos e Adornos, sem dúvida no Brasil mestres e propagadores de tal indústria, que primeiro permitiu que o país se pudesse reger e pagar seus funcionários, sem sobrecarregar o tesouro da metrópole. Se alguns dêstes não eram já vindos das ilhas da Madeira e, São Tomé, não há dú-

vida que muitos dos principais operários daí vieram, não só para o Brasil, como para as colônias tropicais da América espanhola, onde ainda são portugueses muitos nomes nos engenhos, como **saфра, chumaceira**, etc. A capitania de São Vicente contava, aos dezesseis anos de fundada, seis engenhos, mais de seiscentos colonos e muita escravaria africana; e a vila de Piratininga, dentro de dez anos mais, transferida para melhor local, conseguia do donatário um foral próprio, com a data de 5 de abril de 1588”.

Por aí se vê que o Visconde de Pôrto-Seguro atribuía às ilhas da Madeira e São Tomé maior importância do que aos arquipélagos dos Açores e Cabo Verde, como centros principais da fabricação do açúcar português.

Aproveitarei, contudo, o ensejo, para notar que, não obstante o informe seguro, dado por Pero Lopes de Sousa, em seu “Diário da navegação”, e o relato de Varnhagen, acima transcrito, quanto à vila de Piratininga, — alguns dos mais recentes autores de compêndios de História do Brasil” ou a confundem com a de Santo André da Borda do Campo, como Joaquim Silva (à pág. 39 da ed. de 1944), e Vicente Tapajós (à pág. 51 da ed. de 1944), ou se esquecem de ter ela existido, como fêz Hélio Viana (às págs. 27 e 37 da edição de 1945).

E’ raro encontrar quem afirme, com segurança, donde e quando foi que a cana de açúcar veio para o Brasil. Creio que o primeiro a admitir a procedência da ilha da Madeira, foi o jesuíta José Rodrigues de Melo, em nota aos seus poematos “De rusticis Brasiliae rebus” (Roma, 1781) e depois o Conselheiro Frederico Leopoldo César Burlamaqui, em sua “Monografia da cana de açúcar” (Rio de Janeiro, 1862).

Afrânio Peixoto, como já se viu, assegura que ela foi transplantada de Cabo Verde para cá, em 1532. Isso, entretanto, não é fácil demonstrar, à luz de documentos fidedignos.

Eu próprio, à pág. 257 de minha “História do comércio” (Rio, Alves, 1943), escrevi: — “Nas duas únicas capitanias que se não malograram (São Vicente e Pernambuco), deu-se logo princípio à cultura da cana de açúcar, trazida da Madeira e de Cabo Verde”. Mas, em face de novos estudos sôbre a matéria, vejo-me obrigado a ampliar o âmbito da última proposição, que passará a ser redigida

da seguinte maneira: “trazida provavelmente das ilhas da Madeira ou de São Tomé, se é que não nos veio dos arquipélagos do Cabo Verde e dos Açores”.

Ouçá-se o que refere um dos mais pro-bidosos investigadores da matéria, Edmund O. von Lippmann, em sua “História do açúcar” (Vol. II, pág. 31): — “A cana foi levada para o Brasil de São Tomé, onde faziam escala os navios de viagem para a Índia, e talvez também de Madeira, segundo Handelman, primeiro para São Vicente, no sul, onde o governador Afonso de Sousa mandou levantar dois engenhos”.

O engano do historiador tudesco, quanto ao número dos engenhos a que se associou no Brasil o fundador de São Vicente, originou-se de contratos firmados por Martim Afonso e seu irmão, em 1534, na capital lusitana, com outros portugueses, e que, lavrados em Lisboa, foram depois registrados no cartório da Fazenda Real de São Paulo, para os quais em tempo hábil se transcreveram do primeiro Livro de Registro das Sesmarias, conforme asserção de frei Gaspar da Madre de Deus, em suas “Memórias para a história da capitania de São Vicente” (pág. 169 da 3.^a ed.).

Cumprir ser lida com o máximo cuidado a exposição feita pelo referido escritor e que é a seguinte: — “Consta por duas escrituras lavradas em Lisboa, registradas no cartório da Fazenda Real de São Paulo, que Martim Afonso de Sousa e Pero Lopes de Sousa celebraram contrato de sociedade com João Veniste, Francisco Lôbo e o piloto-mor Vicente Gonçalves, para o efeito de se levantarem dois engenhos nas capitanias dêstes donatários, obrigando-se êles a darem as terras para isso necessárias nas capitanias respectivas; de sorte que no engenho construído na capitania de Martim Afonso, teria êle a quarta parte e uma cada um dos três sócios, João Veniste, Francisco Lôbo e o piloto-mor; da mesma forma seriam três partes dos mencionados três sócios, e uma de Pero Lopes no outro engenho, que se erigisse em suas terras. Consta mais, expressamente, que Martim Afonso satisfez a condição, assinando as terras no engenho de São Jorge, situada na ilha de São Vicente, e consignando mais, para refeição do dito engenho, as terras que haviam sido de Rui Pinto, as quais ficam no fundo da ilha de Santo Amaro, ao norte do rio da vila de Santos, aquêle rio que forma a barra, a barra

grande do meio...” E acrescenta: — “Foram vários os apelidos do sobredito engenho, por terem sido também diversos os seus donos, em tempos diferentes: no princípio, chamavam-lhe **Engenho do Senhor Governador**, por ser do donatário; ao depois, **Engenho dos Armadores**; e últimamente **São Jorge dos Erasmos**, segundo tenho visto no livro das vereações de São Vicente. Martim Afonso, Francisco Lôbo e o piloto-mor venderam suas partes ao alemão Erasmo Scheter; últimamente os filhos dêste dono compraram também o quinhão de João Veniste, e, por isso, se ficou chamando o engenho **São Jorge dos Erasmos**”.

Tendo havido dois contratos, era lícito supor se instalassem dois engenhos nos lotes vizinhos, doados aos irmãos que dirigiram, um como chefe e o outro como seu imediato, a expedição de 1530-1533. Entretanto, assim não aconteceu, porquanto só se traduziu em realidade o contrato firmado por Martim Afonso de Sousa com os seus três sócios, os quais, sendo os mesmos que figuravam no ajuste celebrado com Pero Lopes de Sousa, parece que não obtiveram dêste a designação das necessárias terras para a instalação e abastecimento (de canas) do engenho, donde a inoperância do acôrdo mercantil, que devêria dar início à indústria canavieira na capitania de Santo Amaro.

Parece que Pero Lopes de Sousa não dispunha, então, de recursos pecuniários, que lhe possibilitassem cuidar sèriamente dos três vastos quinhões, com os quais foi galardoado nas costas brasileiras, tanto que deixou em completo abandono o mais meridional dêles, as “Terras de Sant’Ana”. Moço ainda (nascera em 1501 ou 1502) e aspirando legitimamente à glória e à fortuna, lá se foi para várias expedições, uma com Tomé de Sousa (seu parente), em 1533 ou 1534, outra para o ataque de Carlos V aos piratas argelinos, em 1535 e, finalmente, como capitão-mor de uma armada de 6 velas (de uma das quais era comandante Tomé de Sousa) e que partiu em começos de 1539 para as Índias, donde, regressando em fins do mesmo ano, consta haver perecido (não se sabe bem se por naufrágio, se em combate com alguma belonave corsária) nas alturas da ilha de São Lourenço, chamada depois Madagascar.

Pero Lopes de Sousa foi aquinhoado com as três capitanias do Brasil em 1534, isto é,

no mesmo ano em que recebeu ordem de embarcar na armada de Antônio de Saldanha, que foi a Túnis no ano seguinte. Assim, em 1534, é de presumir que o autor do "Diário da navegação" se houvesse limitado apenas a imitar o irmão mais velho na boa idéia do contrato para o levantamento de um engenho de açúcar na sua donataria de Santo Amaro.

Mas, retornado da expedição contra os piratas berberescos, consorciou-se em 1536 com a rica herdeira de um falecido feitor da Casa da Índia, e que seguiu o exemplo de D. Ana Pimentel. Esta, durante duas longas ausências de seu marido (Martim Afonso de Sousa estêve sucessivamente no extremo-levante de 1534 a 1539, como "capitão-mor do mar da Índia", e de 1542 a 1545, como "capitão-mor e governador das partes da Índia"), tomou as precisas providências (entre as quais a remessa de gado vacum, provávelmente o primeiro introduzido no Brasil) em prol da colonização da capitania de São Vicente. E a espôsa de Pero Lopes de Sousa, D. Isabel de Gamboa (viúva desde 1539), não se olvidou completamente dos seus interêsses em nosso país).

Tal qual fizera o marido, pôs à margem qualquer tentativa em prol das "Terras de Sant'Ana". Pelas de "Santo Amaro" não foi muito grande o seu entusiasmo. Êste manifestou-se principalmente com relação à capitania "chamada de Santa Cruz" (segundo Varnhagen, ob. cit., vol. I, pág. 206), porém mais conhecida pelo topônimo indígena de "Itamaracá".

Malograda a idéia da instalação de engenho no lote de terras que recebera entre os dois do irmão mais velho, Pero Lopes de Sousa nomeou seu loco-tenente em Itamaracá a Francisco de Braga, cuja administração foi desastrada, visto como, por motivos ignorados, mas seguramente de gravidade, o referido Braga se indispôs com o enérgico e afortunado donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, o qual lhe "mandou dar uma cutilada no rosto, obrigando-o a, por isso, retirar-se da capitania, que durante algum tempo ficou quase em abandono", conforme Capistrano de Abreu, apoiando-se em frei Vicente do Salvador (Varnhagen, ob. cit., vol. I, pág. 228).

Segundo o loco-tenente de Itamaracá, a quem se deve a fundação da capital, a Vila

da Conceição, e que também ali devia levantar um engenho de açúcar, foi João Gonçalves, que estivera na ilha ao tempo de Pero Lopes de Sousa e depois mereceu ser nomeado para aquêl alto cargo por D. Isabel de Gamboa. Antes, porém, de tal pôsto exercia êle, por mercê que lhe fizera Pero Lopes de Sousa, em 8 de fevereiro de 1538 (veja-se a nota de Rodolfo Garcia, a pág. 229 do vol. I da citada obra de Varnhagen), os ofícios de feitor e almoxarifê da capitania de Itamaracá. O Visconde de Pôrto-Seguro, referindo-se ao sobredito João Gonçalves, assegura não sômente que êle foi "ao depois nomeado almoxarife e feitor régio", como ainda (e isso baseado em Frei Gaspar da Madre-de-Deus) que êle "contratara a fábrica de um engenho de açúcar, que não sabemos se levou a cabo".

Ao que se infere de cronistas e historiadôres, João Gonçalves não pôde assumir a loco-tenência da capitania de Itamaracá, por ter ido parar nas Antilhas o patacho que o trazia de Lisboa em 1539 ou 1540. Tomou então conta do govêrno dela o comandante de três navios que pela mesma ocasião haviam partido de Portugal, trazendo gente e mantimentos para a mencionada donataria, por ordem e a serviço de D. Isabel de Gamboa. Chamase Pedro Vogado. Não pôde, todavia, continuar como dirigente de Itamaracá, por haver a sobredita donatária escolhido outro loco-tenente, o qual não chegou a assumir o seu pôsto, pois que, como informa frei Vicente do Salvador, lá "se foi por essas capitánias abaixo, como fêz o Braga, deixando esta em têrmos de se acabar de despovoar".

A salvação da nascente colônia deveu-se, nessas conjunturas, aos próprios moradores, que tiveram a excelente idéia de escolher para seu chefe a Miguel Álvares de Paiva (natural de Vila-Verde, em Portugal, e que, já possuindo bens de fortuna, viera ainda moço para a dita ilha, em companhia de sua mulher, D. Beatriz Mendes). Sabe-se que êle ainda governava Itamaracá, por volta de 1547 e 1548, visto como, ao ocorrer o assédio de Iguaraçu pelos índios, enviou aos sitiados não só barcos de mantimentos, como socorros de gente e armas, consoante a asserção de Sebastião de Vasconcelos Galvão, em seu "Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco", vol. I, pág. 325.

Não conseguimos informação alguma, que mereça fé, sôbre a instalação dos primeiros

OS FAZENDEIROS DE CAMPOS, NO SÉCULO PASSADO

Alberto Lamego

XIV

CORONEL FRANCISCO RIBEIRO DE VASCONCELOS

Em 1881 alguns fazendeiros de São Gonçalo, que visitaram o **Engenho Central do Limão**, o primeiro ali fundado, vendo as vantagens que oferecia na fabricação do açúcar, resolveram levantar outro na mesma freguesia e constituíram uma sociedade com o capital de 280 contos.

Eram sócios: D. Maria de Sousa Gomes, Dr. João Ribeiro de Azevedo, Comendador Inácio Ribeiro de Azevedo Veiga, Tenente Vicente Ribeiro da Silva Vasconcelos, Dr. Júlio de Miranda e Silva (Barão de Miranda) Dr. José Pinheiro de Andrade, Manuel Ribeiro de Azevedo Arêas e Vicente Gomes de Sousa.

Prosseguindo no plano que traçamos, diremos como era constituído o **Engenho Central de São José**:

A parte mecânica foi confiada a Thomson, Black & Cia., e procedente da importante casa inglesa.

Possuía a seguinte aparelhagem:

Para **moagem**, máquina horizontal de cêrca de 50 cavalos, distribuição dupla, transmissão também dupla, bomba monta-caldo, moendas de cinco cilindros de 1500x750, condutor de canas e de bagaço, sendo êste pelo sistema de raspadeiras.

Defecção. Quatro defecadores a serpentina, de capacidade de 27 hectolitros, cada um.

Eliminação. Dois eliminadores gêmeos, totalizando 40 hectolitros.

Deslodagem. Um *barbateur*.

Evaporação. Um tríplice-efeito diferencial com 200 metros de superfície de aquecimento.

Filtração. Filtro mecânico de lã, com superfície única.

Cozimento. Duas caldeiras, cozinhando no vácuo, sendo uma inglesa, de capacidade de 30 hectolitros e outra francesa da Casa Mariolle Frères, de 45 hectolitros.

Dissolução da massa. Uma *malaxeur*, comum.

Turbinagem. Quatro turbinas de 1.000 à ação indireta.

Cristalização. Caixas metálicas para todos os jactos.

Além da máquina da moenda, existiam duas correspondentes às caldeiras de cozimento a do tríplice efeito; a das turbinas, que também atuava sôbre o *malaxeur* e uma bomba de espumas; duas especiais, que aspiravam água de dois poços, para o abastecimento geral e duas outras menores que serviam à alimentação das caldeiras.

3 caldeiras produziam o vapor no total de 300 metros de superfície de aquecimento.

Notável pela sua distribuição e escolha dos aparelhos, foi êsse engenho, já chamado **Usina de São José**, que deu passo seguro na queima direta do bagaço verde em fornos do sistema Thomson.

A iluminação era feita a gás corrente, por gasômetro calculado para 50 bicos e colocado em um pequeno edifício separado, onde ficavam as retortas e balança de pesagem das canas.

engenhos de açúcar da ilha de Itamaracá. Mas o autor da obra acima citada afirma que Miguel Álvares de Paiva foi dono de três engenhos, que ali fundara, e que se chamavam "Mariana", "Bujari" e "Japomim". Chegou a possuir grande fortuna, provavelmente oriunda da indústria canavieira, e um dos seus

descendentes, Diogo de Paiva, "cavaleiro fidalgo e rico proprietário, foi Ouvidor e Capitão-mor de Itamaracá, em época, porém, ignorada, mas anteriormente a 1625".

E aí está ao aspecto que nos interessa tudo quanto sabemos sôbre o quinhão setentrional de Pero Lopes de Sousa.

Tinha uma pequena via-férrea e que se dirigia à fazenda do Veiga, de propriedade da sócia D. Maria de Sousa Gomes, 30 vagonetes e uma pequena locomotiva.

A destilação da aguardente era feita por um alambique do hábil caldeireiro Aimé Rousseau.

A usina triturava por dia 90.000 quilos de cana e foi inaugurada em 28 de agosto de 1881.

Depois a **Usina de São José** passou a ser de exclusiva propriedade do Coronel Francisco Ribeiro de Vasconcelos, homem trabalhador e de uma energia de ferro, inquebrantável, que se tornou o maior fazendeiro e usineiro de Campos.

O seu primeiro cuidado foi fazer uma completa reforma dos aparelhos da usina, substituindo-os pelos mais aperfeiçoados e de maior capacidade para o fabrico do açúcar e do álcool.

Adquiriu em seguida os sítios e fazendas, não só os que ficavam mais próximos da usina, como as mais distantes e entre estas as da **Floresta** e do **Guriri**, abundantes em matas, donde era extraída a lenha de que precisava para os serviços da fábrica.

Também comprou as **Usinas do Limão, do Partido e da Abadia**, que foram demolidas por sua ordem, incorporando as suas terras ao seu patrimônio, ficando assim com uma área imensa para o cultivo da cana, donde colhia, anualmente, cerca de cem mil toneladas. O açúcar fabricado excedia ao dôbro do que saía das turbinas das outras usinas, o que se pode provar com o limite da sua produção, imposto pelo I. A. A., que é de 277.640 sacos de 60 quilos.

Há poucos anos resolveu o Coronel Vasconcelos vender o seu importante estabelecimento fabril, que foi adquirido por 30 mil contos pelo "Sindicato Anglo-Brasileiro", "com reserva de algumas fazendas e entre estas a de Guriri, situada nas proximidades da estação da Leopoldina Railway, do mesmo nome, onde na baixada existem imensas pastagens que contêm no sub-solo extensos lençóis de turfa. No alto da colina, ainda se via até o ano passado um magnífico solar construído pelo Comendador Joaquim Ribeiro de Castro, que, infelizmente, não se achava inscrito, como monumento histórico, no "Patrimônio Histórico e Artístico Nacional" e que foi entregue ao camartelo demolidor,

tendo desaparecido, como muitos outros que deixaram, apenas, a sua lembrança.

O Coronel Vasconcelos, devido às despesas feitas com a compra de tantas propriedades, reforma da usina e à grande crise açucareira, teve o seu estado financeiro afetado, mas, ao tempo da venda da **Usina de São José**, a sua situação era próspera, devido ao Decreto de Reajustamento Econômico e a outras sábias providências que ampararam a indústria açucareira, e entre estas, a criação do I. A. A., que afastou do mercado os mercenários baixistas, principais responsáveis pela situação aflitiva dos usineiros e lavradores.

A **Usina de São José** é hoje dirigida pelo Sr. E. Sladen, benquisto inglês, que serve no Brasil há mais de 30 anos e que em Pernambuco foi gerente e diretor da **Usina Tiúma** e ali lhe nasceram 3 filhos.

Convidado pelo Sindicato, assumiu as funções de gerente em 1938.

E' notável a transformação da usina sob a sua direção.

O número de moendas foi aumentado, formando um conjunto de 16 rolos, sendo, na média, de 94% a extração do açúcar da cana, rivalizando com as melhores de Cuba.

A destilaria foi acrescentada com mais uma coluna, de sorte que a produção do álcool anidró, que era anualmente de dois milhões de litros, passou a ser de seis milhões, só a superando em quantidade a grande destilaria do I. A. A., em Martins Lage, que pode produzir 12 milhões de litros, quando tiver matéria prima, o que, pensamos, só conseguirá quando assentar moendas, para extrair o caldo das canas que forem fornecidas.

O aspecto da usina é atualmente outro.

Novas vivendas confortáveis foram levantadas nos seu terrenos, tanto para o dirigente como para os seus auxiliares.

As antigas casas de operários desapareceram e foram substituídas por modernas, com todo o conforto de higiene.

O hospital, de iniciativa do Sr. Gonçalo de Vasconcelos, foi ampliado com um novo pavilhão e os operários ali recolhidos são tratados com todo o carinho pelos enfermeiros e é visitado, diariamente, pelos médicos e pelo diretor, Dr. Antônio Pereira Nunes.

A sede da freguesia dos Goitacás, próxima à usina, foi iluminada a eletricidade, à custa da Usina de São José, melhoramento que agradou aos seus moradores.

DUROS TEMPOS DE VITÓRIA

Afonso Varzea

Nos anos que precedem o testamento de Vitória de Sá, senhora de engenho, a alta administração do Rio de Janeiro viveu a enfrentar situações de crise, bastando atentar em que, do meio da centúria (1645) à data daquela documental peça, nada menos de treze governadores estiveram à testa dos destinos da cidade e seus territórios: Duarte Correia Vasqueanes (1645/1648), Salvador Correia de Sá e Benevides (1648), Duarte Correia Vasqueanes (1648), Salvador de Brito Pereira (1649/1651), Antônio Galvão (1651/1652), D. Luís de Almeida Portugal (1652/1657), Tomé Correia de Alvarenga (1657/1659), Salvador Correia de Sá e Benevides (1659/1662), Tomé Correia de Alvarenga (1660), Agostinho Barbalho Bezerra (1660/1661), Govêrno da Câmara (1661), D. Pedro de Melo (1662/1666), D. Pedro de Mascarenhas (1666/1669).

Anos houve em que se fêz sentir a autoridade de três governadores, como 1648: duas administrações de Duarte Correia Vasqueanes, separadas por uma de três meses de Salvador Correia de Sá e Benevides. Vasqueanes e Salvador eram parentes, da mesma família do criador da origem lusa da cidade, o bravo Estacio de Sá, em que se entrôncava Vitória de Sá. Nesse agitado período de treze governadores, nada menos de seis vêzes estêve o supremo poder local na mão de parentes da rica senhora de engenho, três parentes que administraram duas vêzes, sendo o terceiro Tomé Correia de Alvarenga. Dos governos da família o mais longo coube a Salvador Correia de Sá e Benevides, que estêve no poder três anos, entre 1659 e 1662.

Foi Salvador um dêsses guerreiros-comerciantes sem escrúpulos, intervindo na exploração do monopólio do comércio transoceânico colonial como um dos senhores da Companhia Geral do Comércio do Brasil.

CRISE DOS AGUARDENTEIROS

Dos administradores que se sucedem de 1648 ao encerramento da existência de Vitória de Sá estêve mais tempo no poder D. Luís de Almeida Portugal, que procurou lutar da

melhor maneira contra a crise desencadeada desde o fim da administração Vasqueanes, em 1648. Teve de resistir o fidalgo, mais tarde agraciado com o condado de Avintes, à cupidez dos Sá, velhos donos do Rio de Janeiro, liderada pelo tremendo desembaraço de Salvador, agindo sobretudo por intermédio de sua emprêsa de comércio transatlântico.

Esta reagiu logo depois, ao voltar o poder à família de Vitória com a subida de Tomé Correia de Alvarenga, o qual forçou o fechamento de dezenas de engenhos aguardenteiros da Capitania, a fim de ajudar as frotas de Salvador na importação de vinhos e álcool potável fabricados em Portugal.

Metendo tudo quanto era Sá nos altos postos de administração, o oligarca Alvarenga manobrou desastradamente na ruína da lavoura canavieira e da indústria açucareira-alcooleira, donde o abandono de fazendas e engenhos por proprietários, dirigentes e técnicos de raça básica europóide, de passo com a fuga dos escravos para os recessos boscosos da Serra do Mar e maciços desta destacados, organizando Quilombos de defesa da liberdade momentâneamente conquistada, aldeias fortificadas donde desciam ao assalto dos comboios de viajantes e comerciantes serpenteando nas difíceis trilhas de cavaleiros e de carros de bois, ou das organizações agrárias que se esforçavam por sobreviver.

A coisa montou a ponto de exigir a reação militar cristalizada no Corpo de Milicianos, cujos grupos de contra-ataque eram entregues ao comando de gente perita em entradas na massa verde da floresta espessa, donde para êsses comandantes da repressão o apelido de Capitães do Mato.

A PRIMEIRA REVOLUÇÃO SOCIAL

Com o Sá mais voraz, Salvador Correia, que já governara em 1648, acentuou-se a crise, donde intervenção mais enérgica da corporação, a Câmara, conseguindo do executivo o restabelecimento da atividade alcooleira local, embora sujeita à taxa de 10\$000 por pipa de aguardente.

A fim de sustentar sua política ultramarina, indispensável às negociatas da empresa de comércio transatlântico de que era diretor, Salvador, alegando buscar refôrço as Reais Quintos, empreendeu viagem aos centros de mineração tentados na Capitania, deixando no govêrno o primo Alvarenga.

A miséria popular chegara a tal ponto que explodiu a primeira revolução social em terra carioca, liderada por Jerônimo Barbalho Bezerra, Diogo Lôbo Pereira, Lucas da Silva, e Jorge Ferreira Bulhões, sendo deposto Alvarenga e alçado ao poder Agostinho Barbalho Bezerra, tão fraco para o transe que acabou entregando a gestão das coisas à Câmara, um dos primeiros exemplos dêsse tipo de govêrno no sul do Brasil.

O clímax do mal estar econômico coincide com as administrações mais curtas do período de crise: Alvarenga 1 mês, Agostinho 3 meses, Câmara 2 meses — pois já a 6 de abril de 1661 entrava Salvador na cidade à frente de tropas em sua maioria compostas de índios e de escravos, tanto o elemento americano mongolóide, como o africano negroíde, se desgastaram nas guerras do Brasil.

A tomada do poder a Alvarenga pelos revolucionários dera-se a 8 de novembro do ano anterior, sendo banido o governante deposto, decisão que ia ficar por modelo nos movimentos dessa natureza em nosso país.

Em 1662 entrega Salvador a administração a um "homem forte", o Coronel do Exército Colonial luso D. Pedro de Melo, veterano das campanhas d'África, a quem estavam destinados dois agudos problemas financeiros: arrancar da população na miséria quotas de entrada para o dote de dois milhões de cruzados à princesa real Catarina, a consorciar-se com Carlos II de Inglaterra, e para a indenização de quatro milhões de cruzados aos Estados Gerais, preço da paz com a Holanda negociada por intermédio da Inglaterra.

O pagamento da última, em prestações anuais, admitia, além de dinheiro, contribuições em açúcar e fumo, de sorte que mais uma vez na história do Brasil saía o doce alimento como moeda, qual o recebera Mem de Sá na integralização de vencimentos de governador geral da colônia.

Vitória de Sá faleceu na administração de D. Pedro de Mascarenhas, reacionário dos mais cruéis. Teria a senhora de engenho, uma aristocrata, terminado os dias de acôrdo com o governador, tirânico opressor das camadas populares vítimas de tantas crises de desorganização econômica? Mascarenhas governou muito de acôrdo com os jesuítas, sempre ciosos das propriedades territoriais que vinham do nascimento do Rio de Janeiro de origem lusa, e Vitória de Sá, em suas declarações de última vontade, mostra-se dadivosa para os padres de São Bento e sêca para com os continuadores de Inácio de Loyola. Sinal de que a rica dama finou-se amuada com o arbitrário chefe do organismo executivo que fôra, durante tanto tempo, pacífico e gostoso usufruto nas mãos de sua família?

A RUÍNA DAS SAFRAS

Passados dez anos do falecimento da famosa dama do patriciado carioca, a crise açucareira reclamava ainda solução no Rio de Janeiro de fim de século.

O movimento de importação e exportação de que, a meio da centúria, tirara tanto proveito o audaz e inescrupuloso Salvador Correia, estava a cargo da frota anual do reino, num comércio transatlântico que era monopólio da metrópole.

Em 1677 o comboio que chegou à Guanabara não contou com mais de sete navios para a torna-viagem, decorrendo daí tal redução de praça que mais de 2.000 caixas de açúcar ficaram em terra, quando já ia adiantada uma safra de grande produção.

A Câmara, sempre mais sensível às necessidades da comunidade, qual sucede com os órgãos coletivos de govêrno, logo reclamou para o reino, por intermédio de seus oficiais, argumentando que no ano imediato, 78, seriam precisos mais de 20 navios, a fim de pegar o açúcar das duas safras, do contrário total ruína desabaria sôbre as populações da Guanabara.

Descontadas demoras maiores nas escalas, o que por via de regra acontecia, os bojudos e pesados veleiros de carga seiscentistas partiam de Lisboa depois de bem entrada a boa estação, em geral com um mês sôbre o solstício de verão, a fins de julho, chegando

ao Rio de Janeiro em setembro. Terminada a descarga eram entregues para revisão e reparos aos carpinteiros da ribeira, cujas carreiras e galpões tanto se alinhavam da banda carioca com do lado de Niterói, estaleiros dispondo das esplêndidas madeiras das mantas de floresta fechada locais, então muito mais chegadas ao mar que atualmente. Dentro os lenhos para construção naval muito era louvado o Sapipinhaem, como diziam ao tempo, por ser infenso ao guzano, verme que perfurava os cascos.

A miséria desses duros tempos de Vitória de Sá prolongou-se por tal forma que, com seis anos sobre o falecimento da senhora do Camorim, provisão régia, acudindo aos dramas de dívidas, estabeleceu que só podiam ser penhorados os rendimentos dos engenhos e lavouras, de vez que os núcleos canavieiro-açucareiro não subsistiriam sem a "fabrica e os escravos necessarios".

A fim de atender, por outro lado, à conveniência dos credores, a providência ficou limitada ao prazo de seis anos, a modo que terminado o interregno a 1 de março de 1680 logo começaram as execuções, desfabricando-se os engenhos de Gaspar da Costa Carneiro e de Manuel da Silva Borges, entrando as cadeias a se encherem com os escravos dos moradores, como eram chamados os donos dos núcleos e seus principais, muitos deles com residência na parte urbana compreendida entre os morros do Castelo e de São Bento, qual as teve a própria Vitória, localizados de preferência na então travessa da Alfândega.

A COLÔNIA SOFREDO PELO AÇÚCAR

Os oficiais da Câmara logo reclamaram à autoridade real a volta a decisão similar àquela que, durante mais de lustro, velara por "que se não fizessem penhoras em as fabricas dos engenhos e partidos de canas a fim de se não desfabricarem os engenhos". A meio do ano de 1686 a situação dos engenhos, principal sustentáculo das populações crescendo entre a Guanabara e o delta do Paraíba, de um lado, entre a cidade de São Sebastião e o Golfão da Ilha Grande, do outro lado, era de miséria na maior parte dos casos, compreendendo-se então quanto a Capitania mostrava-se fraca para sustentar o surto de expansão da política internacional da metrópo-

le que fincara em agosto de 1680, na riba setentrional do Prata, a Colônia do Sacramento, baluarte planejado para enfrentar Buenos Aires na fixação das lindas luso-brasileiras pela margem norte do estuário.

No mesmo mês da fundação Vera Mujica, com sua tropa de espanhóis buenaienses e guaranis das Missões, retomara o reduto iniciado por Manuel Lôbo, posto avançado restituído em 1683, em virtude de pacto firmado em 1681.

A sustentação da Colônia, que malviverá como exclave até o século imediato, muito afastada do real extremo meridional da fronteira na Laguna e, mais tarde, no Continente de São Pedro — o Rio Grande do Sul de agora — ficou, durante aflitos anos, a cargo da economia de exclusiva base agrária do Rio de Janeiro, onde a ruína da lavoura era simplesmente terrível em 1686, com as execuções por dívidas.

Os credores vendiam inflexivelmente as fábricas dos engenhos, os partidos de cana, os escravos dos moradores — e então advertiam angustiados os oficiais da Câmara ao monarca: "faltando quem cultive as canas e mais lavouras, se faria muito menos açúcar, e verião de vasio as frotas", os comboios que, anualmente, tinham por missão levar as riquezas da colônia à Corte.

A crise canavieira-açucareira prejudicava a manutenção da "nova povoação do Sacramento", invalidando com isso um bote de política internacional dos mais audaciosos na história de nossas fronteiras meridionais.

"Geografia do açúcar no Leste do Brasil"

Prof. Afonso Várzea

À venda nas Livrarias

COMPAGNIE DE FIVES - LILLE

SOCIEDADE ANÔNIMA

CAPITAL: 200.000.000 Frs.

Sede social e Administração — 7, RUE MONTALIVET, 7 — Paris

Usinas do Norte Em Fives-Lille

Fresnes Sur

Escaut & Lille

Usina do Centro

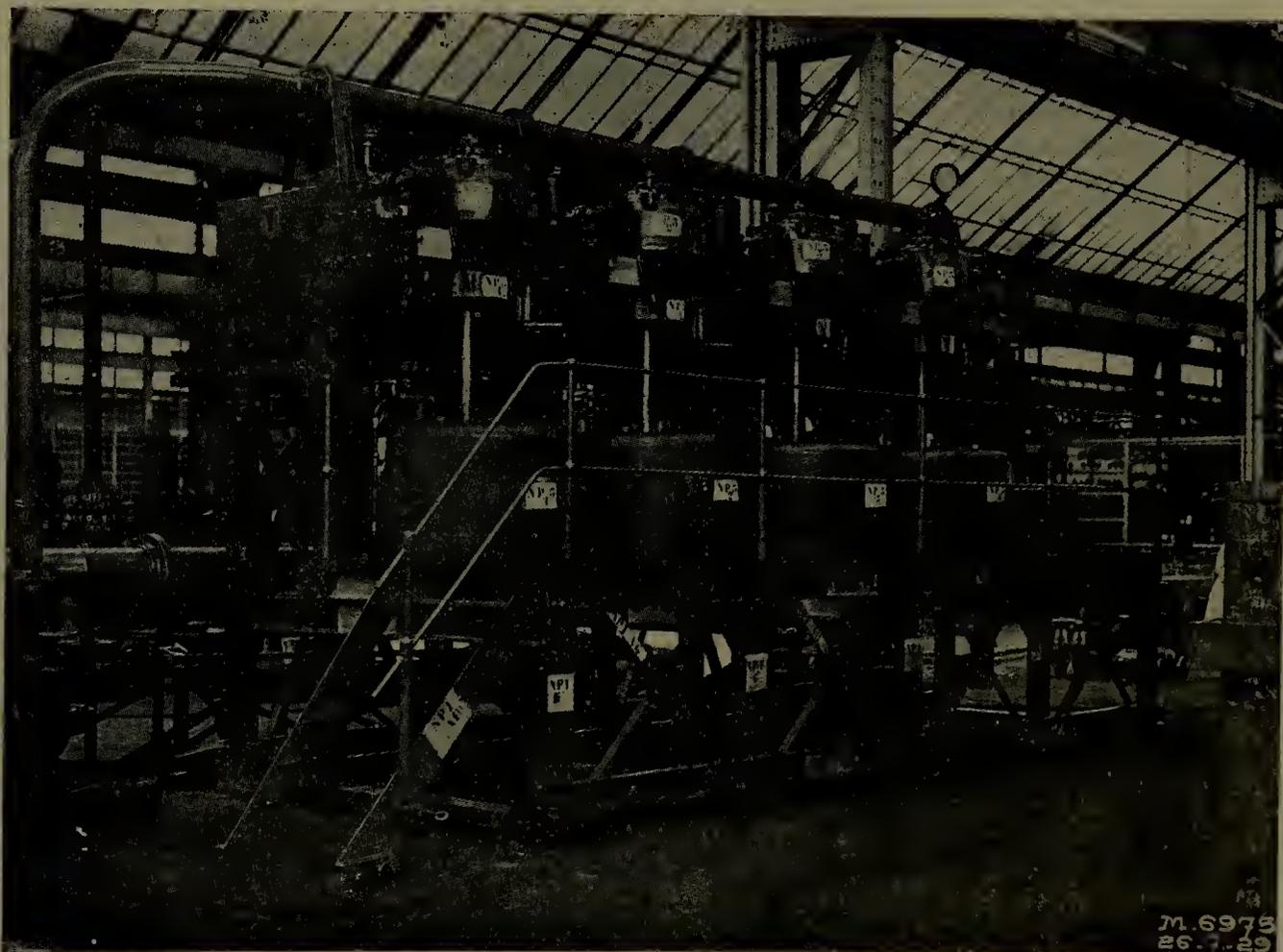
Em Givors

Rhône

TÔDAS AS MÁQUINAS E APARELHOS PARA USINAS DE
AÇÚCAR E REFINARIAS

INSTALAÇÕES COMPLETAS PARA FABRICAÇÃO DE ÁLCOOL

DISTILAÇÃO — RETIFICAÇÃO — DESIDRATAÇÃO



INSTALAÇÃO DE 4 CENTRIFUGAS DE 36'' x 18''

Representante para o Brasil :
SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES HENOT LTDA.
Edifício Castelo — Avenida Nilo Peçanha, 151 - Sala 110
RIO DE JANEIRO
Agentes em Campos: MACHADO VIANNA & CIA.

ASPECTOS DA MONOCULTURA AÇUCAREIRA NAS ALAGOAS

Manuel Diégues Júnior

O domínio que a monocultura açucareira logo assumiu, na economia alagoana, veio facilitado não só pela riqueza que a produção proporcionava, mas também pelas condições adequadas de terreno para o cultivo da terra. O solo, pela água e pelo massapê, e o clima das Alagoas permitiram o fácil desenvolvimento da cultura no território alagoano.

Junta-se a estas causas o trabalho humano, a orientação do senhor de engenho aliada à eficiência do escravo negro, e têm-se as razões pelas quais encontrou a cultura açucareira nas Alagoas notável progresso, de modo a deixar de lado a produção de outros gêneros. A monocultura do açúcar foi facilitada, nas Alagoas, pelas condições propícias que encontrou o seu desenvolvimento.

Apesar de se ter prendido à cultura da cana, à sua exclusividade, havia em engenhos pequeno plantio de outros gêneros: do feijão, do milho, da mandioca, da macaxeira, das batatas, de legumes. Mas isso, evidentemente, não em grande escala, e quase apenas para consumo próprio; tanto que sempre houve necessidade de importação. Gêneros alimentícios a maioria das vezes eram comprados fora: na feira, em vilas, importados.

A princípio houve nas Alagoas cultura desenvolvida de tabaco, a que se referem cronistas coloniais. Antonil, por exemplo. O S. J. registra, no seu sempre valioso sôbre as riquezas do Brasil, que o tabaco das Alagoas e o da Cachoeira da Bahia eram o melhor fumo do Brasil. Do alagoano, adianta, particularmente: a produção cada ano era de 2.500 rolos, com um preço de 16\$620, "por ser melhor o tabaco" (1); notícia essa que Aires do Casal, nos princípios do século XIX, confirma, acrescentando que era "de tão boa qualidade que se comprava quase cinquenta por cento mais caro que o da Bahia" (2).

Já antes, do período holandês, há referências ao tabaco, como recorda Watjen, ao

dizer que, durante a invasão batava, a produção alagoana prosperava; e documentos holandeses consideravam excelente o produto (3). Pelo relatório de Verdonck verificase que, em 1630, a monocultura da cana de açúcar ainda não havia dominado a economia regional; outros produtos tinham mais importância. Era nas Alagoas que se abastecia a população pernambucana. O gado era a principal riqueza dos seus habitantes; e de grande quantidade de mandioca que plantam, a maior parte da farinha vai para Pernambuco. Também peixe sêco era remetido para o Recife (4).

Mas, a crescente absorção da cana de açúcar, reclamando sempre terras e mais terras, alastrando-se por todos os terrenos de massapê, foi levando à diminuição a produção dos outros gêneros: da mandioca, do feijão, do milho, das verduras. Foi também esquecido o tabaco.

O algodão foi outro produto que sempre figurou na vida econômica das Alagoas. Sua introdução deve-se ao Ouvidor, José de Mendonça de Matos Moreira, que, paradoxalmente era, ao morrer, senhor de cinco engenhos de açúcar, dos melhores das Alagoas. O aparecimento do algodoeiro verificou-se nos últimos anos do século XVIII. Fraca e indecisa a princípio, a cultura do algodão só nos meados do século XIX começou a tomar vulto.

Na segunda metade do século passado sua posição cresceu, e o algodão teve um grande surto de progresso nas Alagoas. Foi então que procurou fazer sombra ao açúcar, como de fato fêz. Período houve em que as rendas provinciais viviam do algodão. Do alto preço obtido pelo algodão.

Em relatório de abril de 1865, o Inspetor da Tesouraria Provincial, Dr. Mariano Joaquim da Silva, afirmava: "A grande importân-

(3) *Domínio Colonial Holandês no Brasil*, trad. de Pedro Celso, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1938.

(4) *Descrição das Capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte*, in "Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano", n. 55, ano XXXIX, 1901.

(1) *Cultura e Opulência do Brasil por suas minas e drogas*, Cia. Melhoramentos, São Paulo, s/d.

(2) *Corografia Brazilica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil*, Edições Cultura, São Paulo, 1943, tomo II.

cia, que continua a ter quer em relação comercial, quer em relação industrial, o algodão, o mais importante dos produtos de exportação desta província, e o desenvolvimento de sua cultura, é a origem mais poderosa do crescimento de nossas rendas". O açúcar estava relegado a segundo plano. O algodão atingia, então, a sua fase áurea; alcançava preços compensadores. Mais do que compensadores.

E era isto que determinava a procura do plantio do algodoeiro, a ponto de muito agricultor desistir da cana de açúcar, então com sensível baixa de preço, para se dedicar ao algodão, cujo preço alto era remunerador dos trabalhos empregados.

A fase prestigiosa do algodão foi a da guerra interna dos Estado-Unidos. Cessada a luta, o algodão brasileiro caiu; e nas Alagoas o reflexo da situação se fez sentir com a baixa dos preços, com o desaparecimento das procuras, com a falta de sua saída. O açúcar porém, mantinha-se suportando a situação apesar da crise em que se debatia.

No século XIX as crises de farinha documentam a deficiência da produção. No "Diário das Alagoas", de 27 de abril de 1859, registra-se: "Não só na barca **Maria & Deolinda** como também no brigue **S. Bárbara** veio grande porção de farinha, montando a 1.600 sacos. Seja bem vindo este socorro do Rio, e sirva de lenitivo a falta da que podíamos ter do interior da nossa província". Também da Bahia era importada farinha de mandioca.

E essa falta acentuava-se nos engenhos, pois para os senhores de engenho eram encaminhadas grandes porções das quantidades importadas do Sul. O "Diário das Alagoas" chama a atenção para essa circunstância: "Chegarão 2.000 sacas com farinha, 600 foram vendidas á população e a outra a quem? Aos Srs. de engenhos". (n. 108, de 12 de maio de 1859).

Uma nota de "O Liberal" aconselhava aos proprietários a plantarem mandioca, pois havia reclamações contra o alto preço da cuia em São Luís do Quitunde; e acrescentava: quem não planta, tendo terrenos para fazê-lo, não podia queixar-se do preço da farinha (5). O que se verifica, não há esconder, é a carência de produção de gêneros alimentícios para consumo dos próprios engenhos.

Ao comêço do século XVIII, em 1718, contava Alagoas, somente a vila das Alagoas, 23

(5) *O Liberal*, n. 181, de 31 de agosto de 1878.

engenhos, número êsse que ascendeu a 47 em 1730. Em 1749 possuía a comarca 61 engenhos. Nas últimas décadas do século XVIII, segundo se depreende de um trabalho contemporâneo (6), havia na vila de Pôrto Calvo 33 engenhos, dos quais quatro de fogo morto; na das Alagoas 30 engenhos; e na de Penedo 9 engenhos. Segundo as freguesias, assim se localizavam: 12 engenhos, todos de bestas, na de Pôrto Calvo; 11 em Camaragibe; 5 em São Bento; 3 em Una; 2 em Meirim (uma parte); 10 na Alagoa do Sul; 9 em São Miguel; 8 na Alagoa do Norte; 3 em Santo Antônio Meirim (outra parte); 7 em Penedo; 2 em Poxim. Nos primórdios do século XIX o número de engenhos estava elevado para 120 "reputados bons", segundo Vilhena (7). Era de 316 o número de banguês na metade do século XIX, época em que se registra o surto da produção do açúcar, de modo a anotar-se, em 1859, a existência de 479 engenhos.

O incremento do número de fábricas documenta o interêsse com que a cultura da cana foi olhada nas Alagoas. Não se diga, entretanto, que a cultura fôsse economicamente satisfatória; longe disso. A economia do açúcar debatia-se, então, em uma de suas crises mais agudas, que vinha, de certo modo, prejudicar o ritmo progressista da existência do banguê.

Agrava essa situação o deslocamento do eixo econômico para o Sul, que se repetia no século XIX com a expansão da produção cafeeira. Primeiro, fôra no período colonial com a grande migração humana para as zonas de mineração; depois, o progresso da cultura do café, em pleno século XIX, arrebatava ao Nordeste a hegemonia econômica. São estas duas épocas que trazem à cultura do açúcar prejuízos financeiros, se bem que a estrutura econômica tenha procurado resistir como, de fato, resistiu, aos impulsos das novas fontes de riqueza, então surgidas no país.

Daí foi que mais se arraigou o exclusivismo da cultura açucareira. O banguê sofria os seus primeiros desencantos, mais agravados nos fins do século XIX com o aparecimento da usina. O desenvolvimento técnico da produção criava dificuldades à vida do banguê — do banguê que tinha na água, nos bois,

(6) *Idéia da população da capitania de Pernambuco*. in "Anais da Biblioteca Nacional", vol. XL, 1918, Rio, 1923.

(7) *Cartas Soteropolitanas e Notícias Brasili-lícas*, Bahia, 1922.

nas bestas, nas "entrosas", no trabalho escravo, os seus elementos fundamentais, os sustentáculos de sua vida.

O fastígio do banguê encontra aí, nos arrancos progressistas da usina, sua hora amarga. A usina começa a açambarcar tudo. A grande economia do açúcar faz concorrência à pequena, representada pelo banguê. Já não é preciso mais a água, o boi, o escravo: isto ficava para o passado. O passado brilhante do banguê.

Este passado, o do esplendor do banguê, fôra dos séculos anteriores. O XIX já apresenta os indícios de declínio do prestígio do banguê; o lugar do açúcar passava a ser ocupado pelo café, no Sul. Assim, o final do século é apenas o ponto culminante desta situação desagradável para o engenho.

Em todo o século XIX encontram-se em jornais anúncios de venda de engenhos; alguns não explicam o motivo; outros não o escondem. É o caso do proprietário do engenho "Cachoeira de Baixo" que confessa "falta de suficientes fôrças"; ou o de Antônio Pantaleão Bezerra Monte Negro que convoca seus credores por achar-se impossibilitado de pagar-lhes sem alienação de seus bens (8).

Falando linguagem clara, o dono do engenho "Subaúma Grande" anuncia a venda da sua propriedade para acabar com suas dívidas" (9). Com o engenho se vendiam também 25 escravos e 40 bois mansos.

Também Francisco Henrique da Silveira, senhor do engenho "Boa Vista", anuncia a venda de sua propriedade "por não ter fôrças para o trabalho do mesmo" (10); fôrças, de certo, financeiras, como as alegadas por Dona Germana, viúva de Antônio Joaquim da Silveira Gijuri, ao anunciar a venda do seu engenho "Boa Hora" pelo fato de "não ter fôrça para trabalhar com êle" (11).

E não somente estas; vendas sem motivos alegados são comuns em jornais do século XIX, como é também comum protesto contra vendas de propriedades por ter dívidas o senhor do engenho. De Pernambuco, protesta-se contra a venda do engenho d'água

(8) *Diário das Alagoas*, de Maceió, n. 46, de 25 de fevereiro de 1861.

(9) *Idem*, n. 81, de 11 de abril de 1863.

(10) *Idem*, n. 85, de 15 de abril de 1861.

(11) *Idem*, n. 31, de 9 de fevereiro de 1863.

do Sr. Máximo Marinho da Rocha Wanderley "porque êsse engenho está sujeito a grande débito do Sr. Máximo" (12).

Aliás, os anúncios de vendas de engenhos nos facilitam um conhecimento melhor da situação das propriedades; da falta de outras culturas, por exemplo. Fica-se sabendo, além disso, que o terreno é ótimo para plantação de cana; como também que as terras se prestam para outros produtos, mas não são cultivados. Ainda engenhos com mata — "com excellentes mattas" alguns; outros "com matta virgem".

De algumas dezenas de anúncios de vendas de engenho que tivemos ensejo de encontrar, somente em três se faz alusão à existência de plantio de mandioca: um, o engenho "Pirajá", "com muitos e optimos terrenos tanto para o plantio de canna, como de mandioca, e outros cereais" (13); outro, o "São Francisco", incluindo na venda, além de escravos, animais de roda, bois mansos para carro, vacas, carros, carroças, plantação de capim, mais "vinte mil covas de mandioca plantada este anno" (14); o terceiro, o "Espêlho", que possuía plantadas oito mil covas ou mais de mandioca, além de possuir casa de farinha com seus pertences (15).

Na escritura de compra e venda do engenho "Cumbe", em 1872, se faz alusão a um "aviamento de fazer farinha", de certo existente na propriedade.

(12) *Idem*, n. 158, de 12 de junho de 1862.

(13) *Idem*, n. 136, de 15 de junho de 1859.

(14) *Idem*, n. 156, de 12 de julho de 1859

(15) *O Liberal*, n. 201, de 24 de setembro de 1878.

"**Álcool Absoluto**"

Dr. Anibal R. de Matos

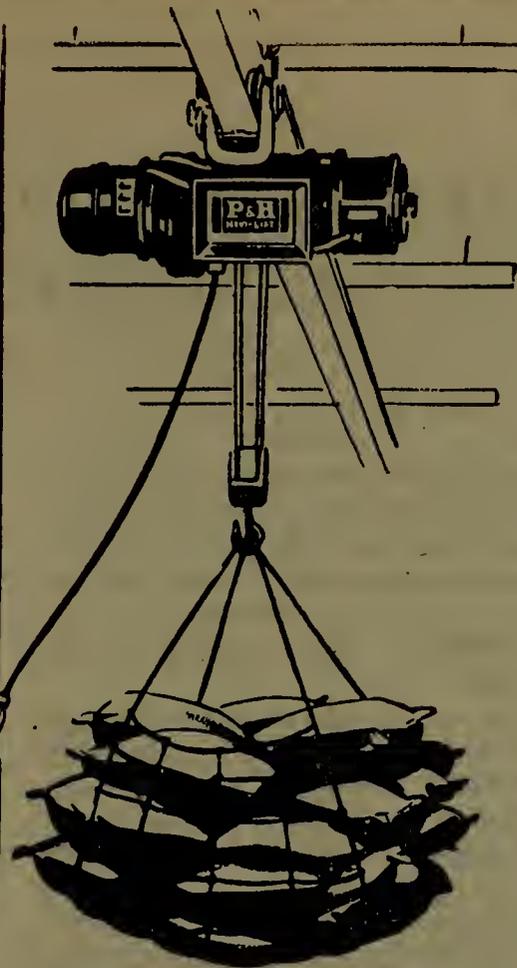
Preço Cr\$ 6,00

Pelo Correio Cr\$ 7,00

**À venda no Instituto do
Açúcar e do Álcool**



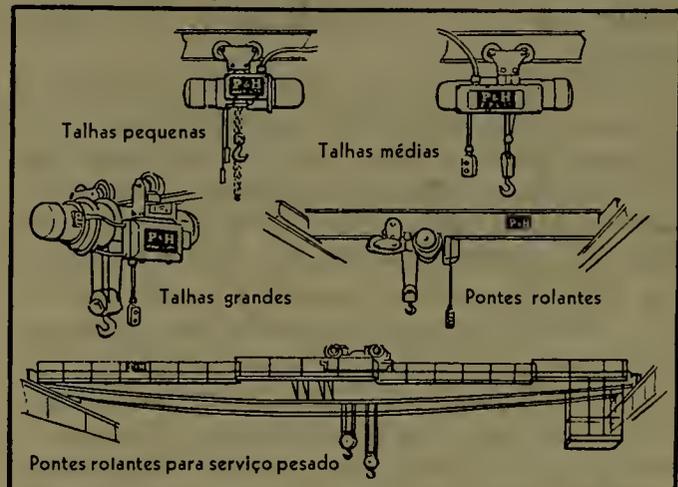
Fabricadas para tôdas as correntes, alternada ou contínua, em capacidades até 15 toneiadas.



MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS PESADAS PELO SIMPLES APERTAR DE UM BOTÃO

Apertar um botão — isso é tudo o que se precisa fazer para movimentar cargas pesadas com esta moderna talha elétrica P&H. A talha levanta, transporta e coloca peças e materiais exatamente onde são necessários.

As talhas "Hevi-Lift" são usadas no mundo inteiro para poupar esôrço e tempo dos operários, reduzindo as despesas de movimentação de cargas. Seu desenho cuidadoso e melhor construção asseguram o menor custo possível de operação e de conservação. Há modelos "Hevi-Lift" para todos os fins. Peça ao representante que lhe mostre como as talhas "Hevi-Lift" podem economizar-lhe dinheiro.



Escritório Central:
4400 W. National Avenue - Milwaukee, Wisconsin, U.S.A.
Enderço Telegráfico: "HARNCO"

HARNISCHFEGER
CORPORATION
ELETRODOS PARA SOLDAR - MOTORES - ESCAVADORAS - SOLDADORES DE ARCO - CRUAS - CRUAS ELÉTRICAS

Estabelecida em 1884

REPRESENTANTE EXCLUSIVO PARA TODO O BRASIL

CIA. DE ANILINAS, PRODUTOS QUÍMICOS E MATERIAL TÉCNICO

RUA DA ALFÂNDEGA, 100/102 - CAIXA POSTAL, 194 - RIO DE JANEIRO

FILIAIS EM TODOS OS ESTADOS

O AÇÚCAR ATRAVÉS DO PERIÓDICO "O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL"

XVI

Jerônimo de Viveiros

Não se iludia a "Sociedade Auxiliadora de Indústria Nacional" quando se lisonjeava por ter indicado um modo prático e fácil de operar-se a transformação dos canaviais brasileiros, povoados na sua quase totalidade com a espécie de cana chamada caiana, que se degenerara pela velhice.

Em verdade, o processo sugerido era executável. O Governo, porém não o aplicou de maneira completa. Acudindo aos canaviais de Campos, que, de fato, salvou de destruição, deixou em abandono o resto da cultura canavieira do país, tão velha quanto a do município fluminense. Afigurou-se-lhe ser um problema regional, quando êle o era extensivo a todo o Brasil açucareiro, que todo êle plantava cana caiana.

Entretanto, a História atestava esta verdade.

A primeira variedade *saccharum officinarum* que entrou no país foi a denominada creoula.

Floresceu admiravelmente esta planta até o começo do século XIX prodigalizando riqueza a quem a plantava, tal a boa qualidade do açúcar com ela produzido. Foram décadas de prosperidades para os engenhos êsses da segunda metade do século XVIII.

Mas eis que envelhece a creoula um dia, e a velhice principia a definhar. Todavia, o dinheiro amealhado não permite alarme entre os lavradores de cana. Naqueles tempos, uma safra diminuta pouco incomodava aos fazendeiros. Só mais tarde, quando o mal ameaçava destruir tôda a cultura canavieira, foi que se estabeleceu o pânico. Mas quis a Providência que coincidissem essa época com a introdução no país da espécie chamada caiana. Trouxe-a da Guiana Francesa, segundo refere o Padre Luís Gomes dos Santos, o General Manuel Marques, que deu essas primeiras mudas do útil vegetal aos paraenses. Em 1810, já estava ela na Bahia, donde foi transportada para o Rio por ordem do Marquês de Barbacena. Aí por volta de 1813, os lavradores de Campos a tinham em quantidade suficiente

para substituir a creoula nos seus canaviais, e assim salvar a sua indústria açucareira. Com a caiana voltaram as grandes safras, os lucros compensadores.

Para logo, foram esquecidos os dias amargos da creoula. Imprevidentemente, continuaram os lavradores fluminenses com os mesmos processos de plantio e cultura. A cana creoula sustentou-se por mais de um século; a caiana, porém, degenerou-se no fim de quarenta anos, pois já em 1850 eram bem sensíveis os prejuízos dos lavradores. Repetiram-se então as mesmas cenas do começo do século, só com a diferença de que na segunda catástrofe não havia a riqueza do tempo da primavera.

Salvaram os canaviais de Campos as mudas das variedades caiana e roxa, importadas pelo Governo. Mas, como acentuamos, não se estenderam as medidas governamentais ao resto da lavoura canavieira da nação, aliás, provavelmente sujeito aos mesmos males que a do município de Campos.

Em janeiro de 1867, os jornais da Côrte noticiavam que o mesmo mal, que tinha flagelado a cultura de cana de Campos, batia às portas da Bahia.

Sousa Dantas, que era, então, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, não esperou que do Governo reclamassem os baianos providências. Pressuroso, em data de 14 de fevereiro, pediu êle informações ao Presidente da Bahia, Dr. Ambrósio Leitão da Cunha.

Confirmando na sua resposta a notícia de que "a moléstia dos canaviais ia grassando espantosamente pelos diversos distritos açucareiros da província e que não havia sementes novas, que chegassem para acudir de pronto ao reclamo de todos os proprietários rurais," Leitão da Cunha esclareceu o assunto, remetendo ao Ministro o relatório de um técnico, João Martins da Silva Coutinho, que havia *in loco* estudado a questão.

Periclitante, no conceito de Silva Coutinho, era a situação da cultura de cana na Bahia.

Vejam os esta parte do seu relatório:

“A velhice é a causa da degeneração da cana caiana nesta província, como aconteceu em Campos e outros lugares em que se cultivava essa planta. Em todos os sêres organizados realiza-se o *senectus est morbus*, na planta como no animal, mais cedo ou mais tarde, conforme a educação física e a influência dos agentes exteriores. Não duvido que a imperfeição da cultura e a irregularidade das estações concorressem para que o mal se manifestasse mais cedo e forte. Estas circunstâncias, porém, não o determinaram por si só, como pensam algumas pessoas. E a perfeição das variedades salangô e roxa, no meio da caiana definhada, não deixa a menor dúvida a tal respeito. Vi um canavial completamente morto em capoeira de mais de sessenta anos. Não foi, pois, também, a pobreza da terra que determinou a moléstia, nem tão pouco os vermes, como alguém supõe. O verme aparece quando a planta lhe presta alimento, ou se decompõe; não é causa, é consequência da putrefação”.

“Nestas circunstâncias, é urgentíssima a substituição da semente, e o mais cedo que fôr possível”.

“Se no fim de cinco meses, não se fizer a plantação de novas variedades, perdem-se mais duas safras, e bem se pode avaliar quais não devem ser as consequências de tão grande calamidade”.

“Em Nazareth, disse-me um fazendeiro que há dois anos compra açúcar para o gasto de sua casa”.

“Alguns têm despendido suas economias, outros, desesperados, estão dispostos a abandonar a indústria”.

“A produção tem decrescido de uma maneira assustadora, achando-se reduzida à quarta parte do que era há três anos”.

“O mal propaga-se rapidamente. Em Santo Amaro apareceu em alguns pontos e é provável que não tarde em outros municípios”.

“Como não se trata de negócio individual e sim de uma questão que entende com a riqueza pública e influi poderosamente sobre as rendas do Estado, é de rigorosa necessidade que o governo tome a dianteira na distribuição de novas sementes. Bastará o carregamento de três navios grandes, penso eu”.

Tais informações não satisfizeram ao Conselheiro Sousa Dantas, que oficiou em 29 de abril ao Governo da Bahia, avisando-o de que seguia por ordem do Ministério, para esta providência, o químico do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, de nome A. Krauss, com o fim de observar, na própria localidade, a moléstia que atacava os canaviais baianos, e recomendando que ao mesmo fôsse prestada toda a coadjuvação de que carecesse para o bom desempenho da comissão, inclusive os reativos do laboratório da Escola de Medicina.

E querendo que a missão fôsse coroada de êxito, Sousa Dantas deu a Krauss as instruções que lhe haviam de nortear os trabalhos.

Transcreveu-as o “O Auxiliador da Indústria Nacional”, no seu número de setembro de 1867, donde tiramos esta cópia:

“Instruções para o Sr. Krauss, químico do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, colhêr os elementos para estudo da moléstia da cana de açúcar na Bahia.

CONDIÇÕES DO TERRENO

Deve o Sr. Krauss examinar se a cana doente aparece em toda a qualidade de terreno, como sejam os adubados e não adubados.

Nestes últimos distinguirá os secos e os úmidos, barrentos e arentos, e conforme a porção de humos que possam conter.

Verificará a idade dos canaviais, e se fôr possível a proveniência das mudas; examinando se êsses elementos dão a conhecer alguma influência sobre a moléstia.

Examinará se a moléstia já se manifesta em canas cujas mudas vieram de fora, ou se estas mostram tendência a contraí-la.

Quando encontrar partidas intactas, procurará discriminar as condições todas que possam distingui-las das afetadas.

De todas as variedades de terrenos em que encontrar ou canas perfeitamente sadias ou doentes tirará amostras, não só na superfície, como em diversas profundidades, que devem ser acondicionadas com todo o cuidado, a fim de poderem ser analisadas no laboratório do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura.

Correspondentes às amostras de terras colherá outras de canas para os mesmos fins.

Sendo importante conhecer-se a profundidade até onde penetram as raízes das canas, convém ao pé de uma soqueira cavar uma vala profunda e desmorronar cuidadosamente uma das paredes com água, por ser este o único meio de poder pôr à mostra as raízes capilares sem as arrebrantar.

CONDIÇÕES ATMOSFÉRICAS

E' indispensável indagar se depois de sêcas, ou de chuva prolongada, a moléstia da cana apresenta alterações e em que sentido. Ou se há notícia de que ela tenha aparecido depois de alguns dêstes estados anormais da atmosfera.

AÇÃO DE ORGANISMOS ESTRANHOS

Deve-se averiguar se a moléstia se tem manifestado depois dos estragos de lagarta, ou com aparecimento de uma espécie de broca, barata ou piolho, Se êssês insetos se apresentam simultânea e subseqüentemente à invasão da moléstia?

Se nos canaviais doentes aparece o terreno coberto de limo verde, pardo ou prêto? Ou se são as próprias canas invadidas por êle.

De todos os insetos nocivos e limos, recolherá amostras.

ALTERAÇÃO DA SEIVA

Para reconhecer se a moléstia provém de alteração da seiva, devida a causas predisponentes será preciso:

Analisar o caldo da cana fresco, e nos diversos estados de progresso da moléstia.

Enquanto se determina assim a quantidade de açúcar e a sua transformação, quer em ácido acético ou em matérias mucilaginosas, se deverá estudar pelo microscópio se o tecido celular ou vascular da cana sofreu alteração ou se apresenta ingurgitamentos.

MEIOS EMPREGADOS

Deverá outrossim indagar quais são os meios que se tem tentado para ali combater a moléstia das canas e que resultados produziram.

Se há períodos de recrudescência, e quais?

E se acontece com a cana o mesmo que com a batata na Europa, a qual abandonada

no chão, depois de acometida da moléstia, dá tubaras perfeitamente sadias no ano seguinte.

Além disto, deverá colhêr todos os dados que dizem respeito à cultura, como sejam, tempo de plantação e de safra, duração da mesma, número e época das limpezas e espaçamentos, convindo que traga mudas das diversas variedades de canas".

Qual teria sido o resultado da missão de Krauss?

Embora não lhe tivéssemos lido o relatório, que foi publicado na revista do Instituto Fluminense de Agricultura, podemos afirmar não ter a sua comissão modificado o processo adotado pelo govêrno para salvar os canaviais atacados do mal, pois em 1870 a Câmara Municipal da vila de Santa Luzia, na província de Sergipe, pedia à Sociedade Auxiliadora sementes de canas, visto como degenerada achava-se a sua cultura. Para atender a esta solicitação, recorreu a diretoria da prestimosa agremiação ao instituto fluminense, que era o órgão do govêrno, encarregado de tal serviço.

Prova ainda esta ocorrência a existência do mal, três anos depois da viagem de Krauss à Bahia em terras sergipanas.

Como se vê, a moléstia continuava a propagar-se.

Voltou, por isso mesmo, o persistente mal a preocupar a comissão de agricultura da "Auxiliadora", a qual pediu, a respeito do caso a opinião do Dr. Pedro Dias Gordilho Pais Leme, um dos lavradores mais ilustres daqueles tempos.

Interessante a resposta de Pais Leme, dada em 20 de março de 1870.

Entre outras considerações dizia êle:

"Nestes últimos anos, a moléstia das canas tem feito sérios estragos na província da Bahia, e na do Rio o mal desenvolveu-se de preferência na cana caiana".

Como de costume, tratou-se da importação de novas sementes, como medida salvadora, não se procurando indagar as causas de semelhante mal, nem os meios de removê-lo. Neste sentido escreveu o Dr. Coutinho, e mais tarde partiu para a Bahia o químico do Instituto Fluminense de Agricultura, que publicou um relatório na revista do mesmo instituto'.

“Em nossa fazenda fiz estudos, e prossigo em novas investigações, mui lentas, é verdade, pois só têm lugar na época de sementeira, mas até hoje não obtive uma prova sequer que me demova da opinião que emiti em 1867. Afirimo com convicção que a boa escolha da semente, e a preparação mecânica e química do terreno são os elementos não só para prevenir o mal, como para regenerar a cana”.

“Bem que mui lento, êste processo é mais seguro, e serve de estudo àquele, que observa o desenvolvimento das canas”.

“A importação de novas sementes é vantajosa quando preparamos terreno próprio para recebê-las”.

“Temos muitos exemplos que atestam a ineficácia de tantas fadigas”.

“Boas sementes de vegetais e animais de boa raça em mãos inexperientes definham e morrem sem deixar sequer um espécime medíocre”.

Nos dias presentes, não se pode negar a justeza dêstes conceitos.

TRABALHOS DE HIBRIDAÇÃO EM BARBADOS

Instalada em Barbados, a Estação Experimental de Cana das Antilhas Britânicas atende às necessidades das lavouras canavieiras daquela ilha e mais Trinidad, Jamaica, St. Kitts, Antigua, St. Lúcia, Grenada e St. Vincent, as quais, em conjunto, produzem anualmente cerca de 500 mil toneladas de açúcar. Essas ilhas apresentam grandes diferenças de condições, como sejam solo, duração da estação de crescimento, incidência de moléstias, etc. Dificilmente um “seedling” pode combinar todos os caracteres desejáveis e atender a tôdas as exigências dessa área tão diversificada. Por isso, o trabalho da estação é orientado no sentido de fornecer a melhor variedade para cada área. A necessidade dominante era a de desenvolver um tipo que melhor se adaptasse às condições naturais de crescimento nas Antilhas. Variedades que obtiveram êxito completo em outras zonas, falharam completamente nas Antilhas, porque o seu período de crescimento não se adaptava à região.

A primeira tarefa da estação consistiu em reunir material de hibridação com o qual pudesse obter os melhores “seedlings”. Assim, a estação começou a trabalhar com dois materiais básicos, um de canas nobres dentro da espécie “S. officinarum” e outro de origem mista de canas nobres e selvagens. De 40 mil “seedlings” nobres, produzidos em dez anos, apenas quatro chegaram ao estágio comercial, a saber, B. 2935, 3013, 3127 e 3439. B. 3013 e 3127 estão plantados em pequena escala em Barbados, parecendo, todavia, que não se adaptam às outras colônias. B. 2935 adapta-se aos solos ricos, com pequena precipitação e em áreas dêsse tipo

predomina em Barbados e St. Kitts. B. 3439 tem um limitado valor em Barbados, enquanto se comporta bem em Trinidad e Jamaica. Essa variedade vem sendo plantada em outras ilhas. As novas variedades aludidas representam o que de melhor se conseguiu com os cruzamentos dentro da espécie “S. officinarum” parecendo, portanto, que a possibilidade das canas nobres está esgotada. Conseqüentemente uma melhoria apreciável para as atuais canas comerciais somente pode vir da mistura dos “sangues” nobre e silvestre. A Estação Experimental preparou material de cruzamento entre “S. officinarum, S. spontaneum e S. barberi” os “seedlings” obtidos foram novamente cruzados com canas nobres, tais como B. H 10 (12). Êsse trabalho de nobilitação produziu dentro de poucos anos algumas variedades excelentes, como sejam: B. 34104, B. 35187, B. 35245, B. 37161 e B. 37298. De um modo geral, essas variedades, além de sobrepujarem os “standards” quanto aos rendimentos, adaptam-se a condições mais variadas. Assim, é de esperar que B. 34104, B. 37193 e B. 37161 venham a substituir as grandes plantações de Ubá e Co. 213, existentes nos solos pobres de Trinidad, Antigua e Jamaica, podendo ainda substituir as canas nobres plantadas nos solos de boa qualidade. B. 35187, acredita-se, pode revelar resistência ao mosaico nos solos da Jamaica e assim deslocar POJ 2878 nas áreas de solos ricos, onde essa variedade é cultivada em razão da sua resistência ao mosaico. Além disso, as cinco variedades acima aludidas foram selecionadas de aproximadamente 9 mil “seedlings” nobilitados de um ano, ou seja na proporção de 1 para 1.800, quando a seleção dos “seedlings” de canas nobres se fez na proporção de 1 para 10.000. Isso prova, conclui “Sugar” (número de janeiro) de onde recolhemos estas notas, que o trabalho de nobilitação apresenta resultados positivos, capazes de justificar o abandono do trabalho de hibridação com canas nobres.

“A economia dirigida na
indústria açucareira”

Dr. O. W. Willcox

(Tradução de Teodoro Cabral)

Preço. Cr\$ 12,00

Pelo Correio. Cr\$ 13,00

A venda nas livrarias e no I. A. A.

FOLKLORE DO AÇÚCAR

Joaquim Ribeiro

Folklore e ecologia — O papel dos rios nas zonas canavieiras — Os rios nordestinos — O Paraíba do Sul; seu influxo na região campista — O tema da chuva e da enchente no folkllore canavieiro — O rio no cancionero.

XXVI

Já temos amplamente demonstrado a íntima ligação do folkllore com o paisagismo local das regiões canavieiras.

A flora e a fauna sempre aparecem no cancionero e no romanceiro, denunciando a identificação do homem com a terra, com a lavoura e com os bichos do meio.

Todo folkllore está subordinado às condições ecológicas.

A ecologia é que dá ao fundo humano das tradições populares o colorido regional e o sabor pitoresco, da linguagem dialetal, nascida das variações determinadas pelo ambiente.

Agora, vamos falar sobre um dos elementos geográficos do meio: os rios.

Não se trata, aqui, de repetir as idéias gerais da antropogeografia a respeito das rêsdes fluviais.

O que pretendemos é fixar o papel específico dos rios em nossas duas maiores zonas canavieiras: a do Nordeste e a de Campos.

Essa caracterização tem grande importância, pois é fundada nela, que se pode salientar com esplêndida nitidez, a diferença entre a zona nordestina e a região campista.

Em ambas regiões, o papel dos rios tem influxos bem diversos e fortes.

Essa diferença já foi magistralmente analisada pelo antropogeógrafo fluminense, Alberto Ribeiro Lamego, no magnífico livro intitulado sugestivamente "O homem e o brejo".

Esta obra, editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, representa admirável contribuição para a Geografia Humana no Brasil. É segura e bem documentada monografia sobre a região campista, encarada sobre o tríplice aspecto: a terra, o homem e a cultura (o meio e o homem); em todos os seus capítulos, as observações novas, os dados inéditos e as inferências ainda não divulgadas revelam a argúcia e o discerni-

mento do autor. Nenhum outro estudioso jamais escreveu sobre a mesma região com maior amplitude ou maior profundidade. Alberto Ribeiro Lamego, além de conhecedor da região, dispõe de cabedal científico bastante para observá-la com exatidão e interpretá-la com agudeza. Trata-se de magistral pesquisa antropogeográfica, profunda e objetiva.

É nessa obra que encontramos salientada, com máxima clareza, a diferença entre o papel dos rios no Nordeste e em Campos. O paralelo é sugestivo e bem fundamentado.

Tais são as palavras de Alberto Lamego:

"Salienta Gilberto Freire a importância dos pequenos rios na civilização nordestina do açúcar. São eles, com seu equilíbrio volumétrico e sem intermitências de alagamentos diluvianos, que permitem a fixação do colonizador, tornando possível a sedentariedade rural.

Os grandes cursos de água, "por excelência os rios do bandeirante e do missionário", são os dispersadores do pioneiro heróico, levando-o com a mobilidade de suas massas formidáveis para as entradas defloradoras de ínvias plagas sertanejas. No Nordeste, os grandes rios "só em parte, e nunca completamente, se prestaram às funções civilizadas de comunicações, regulares e dinamização útil".

"Um rio grande daqueles, quando transbordava em tempo de chuva, era para inundar tudo, cobrindo canaviais e matando gado e, até, gente. Destruindo. Devastando. Lavoura e pecuária eram quase impossíveis às suas margens, porque tanto tinha de fácil o estabelecimento, quanto de fatal a destruição pelas enchentes, pelas cheias que, ou dizimavam as manadas ou lhes corrompiam o pasto e, em vez de beneficiarem as plantações, destruíam-nas completamente ou em grande parte".

Nisto sobretudo é que a civilização açucareira do Norte difere da campista. A base física é diversa. Tôda a formação dêste grande núcleo meridional se deu exatamente sobre a planície baixa e marginal a um grande rio.

Não basta a luta pertinaz que vimos, do homem contra o homem, pela posse dessa gleba a fecundar. Ao mesmo tempo, há a luta contra o rio. Contra suas tremendas inundações devastadoras. Contra seus brejos, suas lagoas, seus banhados, tremedais e alagadiços disseminados por tôda parte, roubando terras de lavoura, obstruindo comunicações, fermentando epidemias explosivas". (Obra citada, págs. 160/61).

E frisa ainda :

"O Paraíba é, sem dúvida, útil, com seu transporte de pequenas embarcações. Longe, porém, daquela importância essencial dos pequenos rios nordestinos que Gilberto Freire iguala à do carro de boi na ligação à indústria açucareira. O rio é, antes de tudo, um inimigo que se espreita, em expectativa de suas periódicas destruições. E' a matriz do pântano que se combate". (idem, pág. 161).

Aí está a diferença do papel dos rios. No Nordeste, os pequenos rios exercem influxo decisivo como elos de ligação. Em Campos, ao contrário, é apenas um grande rio, que, periodicamente com as suas enchentes, devasta os canaviais e alaga as terras, alimentando brejos e lagoas.

No folklôre nordestino, encontramos alusões aos rios, que favorecem o estabelecimento das lavouras. No "Folklôre Pernambucano" encontro os textos :

.....
 Tuas matas, os teus rios
 Deixo com pesar profundo,
 Tu pra mim tens mais encantos
 Do que tudo que há no mundo!

 Formosas margens do Una
 Eu te deixo, meus amores,
 Assim o querem tiranos
 Nossos cruéis opressores.

(Obra citada, págs. 429/430).

Ainda referente ao rio Una, registra o mesmo folklorista pernambucano a seguinte "cantiga" :

Nas tuas margens, oh rio !
 Se cantava e ria outrora,
 E, hoje, triste mudança !
 Tudo geme, tudo chora !

Nos dias de tinguijadas
 Que folganças ! que folia !
 Ao som da estúrdia viola
 Belo peixe se comia.

Hoje tudo está mudado ;
 Nem mais se canta nem ri,
 Nem se fala em tinguijada,
 Só se cuida, oh ! morte ! em ti.

Cheio de gratas lembranças
 Eu choro os dias passados
 Dias outrora felizes
 E hoje tão desgraçados.

Majestoso pátrio rio,
 Recolhe os suspiros meus ;
 S'eu morrer da peste ou fome,
 Pátrio rio, adeus, adeus...

(idem, pág. 440).

Pereira da Costa anota esta cantiga com o seguinte informe: "Cantavam-se êstes versos em Palmares em 1856 no período da epidemia do "cholera-morbus". O rio, a que se refere a poesia, é o Una, que banha a cidade".

Gilberto Freire fala no "complexo do rio", a seu ver, muito desenvolvido entre as gentes da zona açucareira do Nordeste.

Um "pé de cantiga", fixado na tradição poética da região, é o seguinte :

"Foi na beira lá do rio"

Aparece em diversas quadras populares, tais como :

Foi na beira lá do rio
 Que encontrei o meu amor
 No lugar que te encontrei
 Nasceu um pé de fulor.

Foi na beira lá do rio
 Que atirei um limãozinho
 Caiu água, foi ao fundo
 Sem machucar os peixinhos.

No cancionero ribeirinho do Nordeste, o rio é quase sempre um convite ao lirismo...

Já o mesmo não acontece com os temas locais do folklôre campista. O Paraíba do Sul é celebrado por suas enchentes, por seus estragos. A trova é antes trágica que lírica e relata antes desgraças que o amor. De

um violeiro da Baixada colhi a seguinte versalhada, que dá bem a idéia das cantigas ribeirinhas do sul :

Desde que eu sou nascido
Nunca contei novidade
Vou contar a cheia grande
Que inundou tôda cidade.
Como a noite era escura,
Ninguém viu a água subindo,
Mas depois de manhãzinha,
Tôda gente foi fugindo.

Adeus, fazenda, adeus, pasto,
Adeus, Campos, tão formosa,
Pro alto da serra
Vai tôda gente da roça.

Vi carreiro andando a pé,
Lavrador de canoeiro,
Vi doutor montado em boi,
De trem de ferro vaqueiro.

Vi igreja dentro d'água,
Das casas só chaminé,
Marreco sentado em cadeira
Numa cama jacaré.

Saracura no telhado,
Vi macaco tomar banho,
Dentro d'água na baixada
Bicho de todo tamanho.

O sabiá ficou rouco,
Lagartixa constipada,
Usina debaixo d'água,
Jararaca embriagada.

Tudo que vi nesta cheia
E' caso de admirar,
Vi gente perder dinheiro
Até o rio vaziar.

Dêsse gênero e dêsse tom são os documentos populares do cancioneiro do Baixo Paraíba.

Além do tema da "enchente", outro assunto contraditório e relativo à ecologia é a "lagoa". Numa terra de brejos e de alagadiços, salpicada de lagoas (lagoa de Cima, Canaia, Paraíba, Saudade, Brejo-Grande, Pedras, Onças, Lagoa Feia, Cacumanga, Piabanha, Peru, Mergulhão, Camabaíba, Conchas, Capões, dos Paus, Colomins, Mulaco, Raza, Sentinela, Colhereiras, Sussanga, Tambor, Carioca, Frecheiras, Vermelha, o brejo Capão-dos-Porcos, lagoa do Campelo, etc.), a freqüência do tema no cancioneiro não tem nada de extraordinário. E' um reflexo natural do ambiente :

Quando chove na lagoa
Ururau fica escondido,
Jacaré dia de chuva
Tem medo de ser comido.
Atirei com meu bodoque
No paturi da lagoa
O paturi mergulhou,
Lá se foi a caça boa.
A cana fica mais doce
Plantada ao pé da lagoa.
Tenho pena de mulher
Que anda no mundo à toa.
Lagoa Feia o teu nome
Foi pôsto para enganar
Tem tanta coisa bonita
Pra caçar e pra pescar.

Tôdas essas quadras retratam o influxo ecológico.

Nessas regiões, sujeitas a enchentes, outro tema mui vulgar é o que diz respeito às "chuvas".

Tanto em Campos como nas zonas canavieiras do Nordeste, os lavradores de cana conhecem as previsões do tempo.

No sul, em geral, se guiam pelo canto previsor das saracuras, que, em grande número, ciscam pelos brejos e lagoas.

No norte, são mais comuns as previsões ligadas à lua :

Lua nova trovejada
Oito dias é molhada.
Se ainda continua
E' molhada tôda a lua.

Ou ainda :

Lua nova de agosto
carregou
Lua nova de agosto
trovejou.

(Pereira da Costa, ob. cit., pág. 16).

Alberto Lamego no livro "Na planície do solar e da senzala" menciona ainda o fato do folclore campista referente às procissões para fazer chover. Embora a terra esteja sujeita a enchentes, há ainda épocas de secas ameaçadoras. Nessas procissões cantam orações populares, de pitoresco sabor.

Referências bibliográficas — Alberto Ribeiro Lamego, o Homem e o Brejo; idem, Na planície do solar e da senzala; Pereira da Costa, Folclore pernambucano; Honório Silvestre, Aspecto antropológico do rio Paraíba do Sul (in *Jornal do Comércio*); Gilberto Freire, Casa Grande e Senzala; idem, Nordeste; Joaquim Ribeiro, Folclore tapio-cano (Baixada fluminense, trabalho ainda inédito).

SEISA

Soc. EXPANSÃO INDUSTRIAL SUL AMERICANA LTDA

Rua da Candelaria, 9

RIO DE JANEIRO - BRASIL

9º andar — Salas: 902/4

CAPITAL Cr\$ 2.000.000,00

Telegramas:

"RIOSEISA"

Fones: 23-6241 e 43-1609

ASSOCIADOS À

THE O'BRIEN MACHINERY CO.

Filadélfia U. S. A.

REPRESENTANTES E DISTRIBUIDORES NO BRASIL, DE:

A. B. FARQUAR CO.
New York, U. S. A.
ASHWORTH & PARKER LTD.
Reverside Works, Bury, England
CAMPBELL & MCKEE CO. LTD.
Canadá
COOPER BESSEMER CORP., the
Grovc City, Pa. U. S. A.
COOPUS ENGINEERING CORP.
Worcester, Mass., U. S. A.
FACTORY SALES & ENGINEERING, INC.
New Orleans, U. S. A.
FAWCETT-PRESTON & CO. LTD.
Dock Road, Bromberough, Cheshire, England
FOSTER INTERNATIONAL CORP.
New York, U. S. A.
GULF STATES SULPHUR CO., INC.
Gretna Pa. U. S. A.
H. R. SHEPPARD
Hanover, Pa., U. S. A.
HOWE SCALE CO., the
Rutland, Vermont, U. S. A.
JOHN KING & CO. (LEEDS) LTD.
London, Leeds, Glasgow, England.
LESTER-PHOENIX, INC.
Cleveland, Ohio, U. S. A.
MONOPUMPS LIMITED
London, England.
NASH ENGINEERING CO.
South Norwalk, Conn., U. S. A.
NEW YORK BELTING & PACKING CO.
(UNITED STATES RUBBER EXPORT CO. LTD.)
New York, U. S. A.
ORELAND EQUIPMENT COMPANY
Oreland, Penn. U. S. A.
SIGMUND PUMPS (GREAT BRITAIN) LTD.
Team Valley, Cateshead, England.
THE FURNIVAL STEEL CO.,
Sheffield, England
UNION CHAIN & MFG. CO., The
Sandusky, Ohio U. S. A.
UNION IRON WORKS.
Erie, Penn., U. S. A.
UNION STANDARD EQUIPMENT COMPANY
New York, U. S. A.
WELDON TOOL COMPANY, The
Cleveland, Ohio, U. S. A.
WESTERN STATES MACHINE CO., The
Hamilton, Ohio, U. S. A.

Prensas hidráulicas, equipamento agrícola, transportadores, locomóveis.
Máquinas a vapor verticais e grupos termo-elétricos.

Agentes de compras no Canadá.

Motores Diesel estacionários e marítimos e grupos eletrogenos até 2000 HP.
Turbinas a vapor, queimadores de óleo, sopradores, ventiladores, filtros de ar.
Engenheiros consultores, material para Usinas.

Moendas e equipamento para Usinas de Açúcar.

Trilhos, material ferroviário.

Enxôfre.

Motores Diesel, estacionários e marítimos, grupos eletrogenos até 50 HP.
Balanças de todos os tipos.

Especialidades para minas — usinas de minério.

Máquinas para moldagem de plásticos e ligas metálicas.
Bombas:

Bombas de vácuo rotativas.

Gaxetas, papelões, hidráulicos, especialidades de borracha.

Material p/Usinas químicas (recondicionado).

Bombas centrífugas, instalações hidráulicas, equipamento contra fogo.
Aços em geral.

Correntes e esteiras transportadoras.

Caldeiras a vapor para todos os tipos.

Máquinas para fábricas de chocolate e bombons (recondicionadas).
Ferramentas.

Centrifugas "ROBERTS" para Usinas de Açúcar.

CONSULTAS e INFORMAÇÕES DETALHADAS com

SEISA

Soc. Expansão Industrial Sul Americana Ltda.

RUA DA CANDELARIA, 9 — 9.º andar — Salas 902-4

TELEFONES: 23-6241 e 43-1609 — RIO DE JANEIRO

Agente em São Paulo:

COMÉRCIO BRASILEIRO DE MÁQUINAS "COMBRAL" LTDA.

Rua Florêncio de Abreu, 364 — São Paulo

End Teleg. Combrali — Tel. 3 - 5600

BRASIL AÇUCAREIRO

DEZEMBRO, 1945 — Pág. 89

O I. A. A. E A CONTRIBUIÇÃO BÉLICA DO BRASIL

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, recebeu da Standard Oil Company of Brasil, o seguinte :

"Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1945 — Instituto do Açúcar e do Alcool.

Prezados Srs.

A finalidade da presente é expressar a V. S.^{as} na pessoa do Dr. Barbosa Lima Sobrinho, D. D. Presidente desse Instituto, os nossos agradecimentos pela cooperação que nos foi dispensada quando nos vimos a braços com o problema da execução do programa de construções das Forças Armadas Norte-Americanas no norte do país.

Devido, em grande parte, ao gesto espontâneo e a ampla cooperação que sempre distinguiram a pessoa do Dr. Barbosa Lima Sobrinho, foi que conseguimos levar a cabo a missão que nos foi confiada, o que como é do seu conhecimento, contribuiu de maneira acentuada para acelerar o fim da guerra com a vitória final das Nações Unidas. A cooperação a que acima nos referimos é aquela citada em nossa carta de 29 de maio de 1942, em que declaramos o recebimento do material que nos foi cedido espontânea e gratuitamente por esse

Instituto, para assegurar de maneira decisiva o abastecimento da base aérea de Natal, quando a construção da mesma se processava.

Como é do conhecimento de V. S.^{as} os tanques ns. 1 e 2, situados no Brum, em Recife, de propriedade desse Instituto, ainda se encontram em nosso serviço, tendo cessado, entretanto, com o término da guerra, a razão dos mesmos continuarem a ser utilizados de modo gratuito. Assim sendo, trazemos êste fato ao conhecimento de V. S.^{as}, consultando sobre a possibilidade de continuarem os tanques acima referidos no armazenamento de produtos de petróleo, em virtude dos nossos tanques não serem suficientes para atender o fornecimento do mercado de Recife, porém numa base comercial, isto é, mediante pagamento de aluguel e seguro dos mesmos.

Externando mais uma vez os nossos agradecimentos pela acolhida cavalheiresca com que sempre fomos honrados, e no aguardo de sua resposta subscrevemo-nos, rogando aceitar nossas cordiais saudações.

Atenciosamente.

Standard Oil Company of Brasil"

RECUPERAÇÃO DA SACAROSE DOS MELAÇOS PELA FERMENTAÇÃO SELETIVA DOS AÇÚCARES REDUTORES

Há um certo número de microrganismos (fungos) que pode fermentar os açúcares redutores, não sendo, porém, capazes de atacar a sacarose. Entre êsses fungos estão as espécies "Mucor circinelloides", "M. mucedo", "M. erectus", "M. alternus" e "M. rouxii". Nas experiências que realizou para

recuperar a sacarose dos melaços pela fermentação seletiva dos açúcares redutores, o químico mexicano Hector Calles utilizou algumas das espécies acima mencionadas. O seu trabalho foi publicado numa revista especializada do México, tendo sido resumido no número de maio de "Sugar".

A experiência teve início com a aclimação do organismo a um melaço de 45° Brix, no qual o processo de fermentação seguiu o curso reproduzido no quadro abaixo:

	Início	Estado depois da fermentação (horas)		
		24	48	72
Brix	48	40,6	39,5	37,9
Pol. (direta)	17,0	13,2	17,2	17,2
Sacar. Clerget	17,9	13,8	17,7	17,2
Açúcares redutores	10,6	7,1	4,2	3,9
Sólidos	51,1	33,4	32,4	32,1
Cinza	4,11	9,8	9,6	9,5
Pureza aparente	37,1	32,3	43,5	44,1
Pureza real	35,0	41,3	54,6	58,1
Não açúcares	22,6	12,5	10,5	10,1
pH	4,9	—	—	—
Alcool	—	4,8	3,7	4,8

O efeito da fermentação foi diminuir o volume de açúcares redutores e aumentar a pureza dos melaços de 37,1 para 58,1. Em seguida, adicionou-se ao melaço fermentado 50 por cento do seu volume de álcool de 95, a fim de precipitar as impurezas e evitar a fermentação secundária; depois adicionou-se leite de cal em quantidade bastante para precipitar as outras impurezas orgânicas. O sedimento produzido pelo álcool e a cal foi filtrado e lavado com 50 por cento de álcool, e o filtrado dessa operação acusou a seguinte composição: Polarização (direta), 9,2; açúcar Clerget, 9,7; açú-

cares redutores, 1,5; cinza, 2,1; sólidos, 12,6; pureza real, 76,9; não-açúcares orgânicos, 1,4. O álcool contido nessa solução foi destilado e o líquido residual tratado com a quantidade de cal necessária para converter a sacarose em sacarato tricálcico, que foi filtrado, pôsto em suspensão em água e decomposto por intermédio de CO. Depois de filtrado o carbonato obtido nessa operação, o líquido continha 10,2 por cento de sacarose Clerget com uma pureza de 84,2, que pode ser adicionado ao caldo clarificado da usina.

PARA SERVIÇO DE LONGA DURAÇÃO, ISENTO DE INTERRUPTÕES: CORRENTES "REX" PARA ESTEIRA INTERMEDIÁRIA



V. S. pode confiar inteiramente nas correntes "Rex", série 900-907E, para esteira intermediária. Elas têm a resistência e a capacidade para resistir ao desgaste e à corrosão, necessárias ao funcionamento eficiente em usinas de açúcar. São de ferro maleável e reforçadas onde o desgaste é maior. O material não se acumula entre a corrente e os pinos porque ela é do tipo tambor, de dois pinos, nem se deposita entre as taliscas porque as bordas são superpostas em direção contrária à da marcha.

Para instalações onde as condições de serviço são extremamente severas, a corrente "Rex" para esteira intermediária pode ser fabricada de metal Z, o metal férreo



fundido que é 25 % mais forte e altamente resistente ao caldo de cana. Para completas informações, procure o distribuidor local ou escreva à Chain Belt Company, 1735 West Bruce Street, Milwaukee 4, Wisconsin, U. S. A. Departamento de exportação: 19 Rector Street, New York, N. Y., U. S. A.



CORRENTES DE AÇO "REX" PARA TRANSPORTADORES DE CANA

São uma excelente escolha para este serviço. O pino de liga de aço, o rôlo e a bucha, esmeradamente retificados, são montados sob pressão. Não têm prazo de uso e mantêm o passo por mais tempo.



CORRENTES "REX" PARA BAGAÇO

São mais fortes e resistentes ao desgaste do que outras correntes de igual peso. Dois tipos: de aço, montada sob pressão (mostrada acima) ou fundido, de ferro maleável ou metal Z.



CORRENTES PARA USINAS DE AÇÚCAR

Transportadores Intermediários de Bagaço e Cana

Distribuidores para a Brasil:

ALMEIDA FONTES IMPORTADORA S. A.

SÃO PAULO — Rua Florêncio de Abreu, 475
RIO DE JANEIRO — Rua do Senado, 184-A
PÓRTO ALEGRE — Rua Vig. José Inácio, 40

BRAZILCO LIMITADA

Av. Marquês Olinda, 222 - Recife

DANTAS & KRAUSS

Caixa Postal 154 - Aracaju

SIMTRAL SOC. IMP. DE MÁQUINAS, TRATORES E ACESSÓRIOS LTDA.

Caixa Postal 1341 — Bahia

BIBLIOGRAFIA

Mantendo o Instituto do Açúcar e do Alcool uma Biblioteca, anexa a esta Revista, para consulta dos seus funcionários e de quaisquer interessados, acolheremos com prazer os livros gentilmente enviados. Embora especializada em assuntos concernentes à indústria do açúcar e do álcool, desde a produção agrícola até os processos técnicos, essa Biblioteca contém ainda obras sobre economia geral, legislação do país, etc. O recebimento de todos os trabalhos que lhe forem remetidos será registrado nesta seção

"THERE'S WORK FOR ALL", por Michael Young e Theodor Prager, — Edição de The New Democracy, Nicholson & Watson, Londres.

Há doze anos havia na Grã-Bretanha cinco milhões de homens, mulheres e crianças cuja existência dependia dos subsídios oficiais. Milhões de indivíduos viam-se obrigados a permanecer inativos embora necessitassem desesperadamente de alimento, vestuário e habitação. Milhões deles tornaram-se homens taciturnos, sem respeito próprio e descrentes da sua cidadania. Milhões, finalmente, não conseguiam libertar-se do medo do desemprego que podia atirá-los a essa situação de privações e humilhações.

Pela segunda vez em vinte e cinco anos a guerra eliminou o desemprego. Se a falta de trabalho houvesse perdurado nos últimos cinco anos os britânicos teriam perdido a batalha. Por isso, depois da vitória, toma fôrça crescente a idéia de que, se o desemprego não fôr evitado, a Grã-Bretanha acabará perdendo a paz.

Os autores dêste trabalho, economistas londrinos, procuram ajudar a solução do problema. Na análise que fazem do mesmo, tanto na paz como na guerra, encontram resposta às perguntas fundamentais que todos formulam ao discutir a questão do desemprego: porque há na paz mais trabalhadores do que trabalho e porque, ao contrário, na guerra é o trabalho que excede aos trabalhadores.

LAPSES FROM FULL EMPLOYMENT", por A. C. Pigou — Edição de Macmillan & Co. Ltd., Londres.

Professor emérito de economia da Universidade de Cambridge, o autor se propõe neste pequeno livro assegurar ao leitor um conjunto mínimo de conhecimentos para bem compreender o problema do desemprego. Sem entrar na apreciação de nenhum dos planos elaborados para solucionar a questão da falta de trabalho o Prof. Pigou consegue, no entanto, dar ao leitor base segura para se situar devidamente na questão sobre a qual repousa o sucesso de todos os reforços de consolidação da paz democrática.

DIVERSOS

BRASIL: — Rumos da Política Rodoviária, de Yeddo Fiuza; Anais da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", vol. 1; Agricultura e Pe-

cuária, ns. 268/269; Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo, ns. 114 e 117; Boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro, ns. 452 a 455; Boletim da Associação Comercial do Amazonas, n. 50; Boletim Econômico, n. 9; Boletim Geográfico, n. 24; Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, n. 132; Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior, n. 7; Boletim da Câmara de Reajustamento Econômico, n. 59; Chile, n. 4; O Campo, n. de outubro de 1945; Economia, n. 77; O Economista, n. 307; Imposto de Consumo, n. 78; Ministério da Agricultura, S. I. A. ns. 87, 175, 629 e 846 e S. D. A. ns. 228, 259, 264 e 265 e "Brincar e Aprender", bol. n. 18; O Mundo Motorizado, n. 199; Mundo Automobilístico, n. 10; O Observador Econômico e Financeiro, n. 117; A Rodovia, n. 68; Revista de Química Industrial, n. 160; Revista do D. N. C., n. 147; Revista Bancária Brasileira, n. 154; Revista Brasileira de Geografia, n. 4; Revista Industrial de São Paulo, n. 10; Vitória, ns. 621 e 625.

ESTRANGEIRO: — Anuário Azucarero de Cuba 1945; América Industrial, n. 4; Annuaire Statistique de la Société des Nations, 1942/1944; The Australian Sugar Journal, n. 5; Boletim Americano, ns. 456 a 460; Boletim Mensual de la Oficina Comercial del Gobierno del Brasil, Buenos Aires, n. 9; Boletim Estadístico, n. 577; Banco de la Nación Argentina, Memoria y Balance General del 53.º Ejercicio Correspondiente al año 1944; Cámara de Comercio Argentino-Brasileña, n. 360; Cadernos Mensais de Estatística e informação do Instituto do Vinho do Pôrto, n. 68; Cuba Económica y Financiera, n. 234; Foundryman's News Letter, n. 3; Fortnightly Review, ns. 232 a 235; Gaceta Algodonera, n. 260; Guia de Importadores de Indústrias Americanas, n. 9; La Industria Azucarera, ns. 623 e 624; The International Sugar Journal, n. 561; Lamborn Sugar-Market Report, ns. 40 a 43; El Mundo Azucarero, n. 5; Oficina Mecânica Moderna, n. de setembro, outubro e novembro de 1945; Planificación Económica, n. 32; El Rotariano Argentino, ns. 223 e 224; Revista de la Cámara de Comercio Uruguayo-Brasileña, ns. 76 e 77; Revista Industrial, n. 11; Revista del Comercio Exterior, n. 6; Sugar Beet Journal, n. de novembro-dezembro de 1945; Spectrographer's News Letter, n. 12; Sugar, n. 10; The United States Quarterly Book List, n. 3; Weekly Statistical Sugar Trade Journal, ns. 40 a 42.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

BALANÇETE EM 31 DE OUTUBRO DE 1945

A T I V O

Inversões	Cr\$	Cr\$
Biblioteca do Instituto.....	179.323,70	
Construção de Distilarias Centrais.....	26.910.092,70	
Distilarias Centrais — Custo de Instalação.....	70.472.131,60	
Imóveis	4.711.679,90	
Laboratórios	130.948,30	
Móveis e Utensílios.....	2.945.212,00	
SAM/Material Permanente	97.945,00	
SAM/Tanques, Maq. Bombas, Aces. e Instalações	2.751.798,33	
SAM/Terrenos e Edificações.....	230.065,60	
SAM/Vagões-Tanques	500.000,00	
SAM/Vasilhames e Tambores.....	1.168.220,18	
SAM/Veículos	695.050,06	
Títulos e Ações.....	10.707.000,00	121.499.467,37
Operações de Crédito e Financiamento		
Caixa de Empréstimos a Funcionários.....	410.923,20	
Empréstimos Diversos	52.394.869,20	
Empréstimos a Produtores de Açúcar.....	12.357,80	
Empréstimos a Refinarias.....	14.858.188,60	
Financiamento a Distilarias Particulares.....	19.194.024,95	
SAM/Adiantamento para Compras de Alcool.....	2.194.544,53	89.064.908,28
Contas de Regularização		
Açúcar c/Despesas	3.235.093,60	
Aluguéis	569.565,90	
Anuário Açucareiro.	1.425,00	
Bonificações	43.654.136,60	
Comissões	961.585,50	
Contas a Classificar (Saldos Devedores)	10.022.929,80	
Despesas de Viagem	941.374,80	
Despesas do Edifício Taquara.....	372.245,10	
Despesas Gerais	2.396.140,00	
Diárias	734.753,50	
Distilarias Centrais — Despesas de Fabricação.....	5.961.125,40	
Distilarias Centrais — Mão de Obra.....	982.023,80	
Estampilhas	13.904,00	
Fundos para Propaganda	973.430,13	
Gratificações	1.643.446,80	
Instituto Nacional de Tecnologia C/Subvenção	74.999,00	
Instituto Tecnológico do E. de Pernambuco. C/Sub.....	120.000,00	
Portes e Telegramas	328.377,40	
Prêmios e Demais Despesas de Seguro.....	49.806,50	
Revista Brasil Açucareiro.....	133.872,60	
SAM/Despesas do Alcool-Motor.	1.721.984,50	
SAM/Despesas s/Alcool Anidro.....	3.344.285,30	
Salário Família	249.000,00	
Vencimentos	5.592.311,30	84.077.816,53
		294.642.192,18
A transportar		

Transporte. 294.642.192,18

Material de Consumo e de Transformação

Distilarias Centrais — Almoxarifado.....	2.358.741,18	
Distilarias Centrais — Matéria Prima.....	3.189.979,75	
Material de Escritório.....	722.219,00	6.270.839,93

Valores Realizáveis

Compras de Açúcar C/Reversão.....	12.989.016,50	
Distilarias Centrais — Produtos Elaborados.....	256.201,12	
Livros e Boletins Estatísticos.....	1.058.587,20	
SAM/Álcool Anidro C/Depósito Geral	56.035,20	
SAM/Álcool-Motor C/ Fabrico	9.723.476,80	
SAM/Compras de Álcool.....	1.262.342,00	25.345.658,82

Créditos Diversos

Contas Correntes (Saldos Devedores).....	21.849.549,80	
Distilarias Centrais — (Idem)	862.433,50	
Letras a Receber	53.063,00	
SAM/Contas Correntes (Saldos Devedores).....	12.079.205,35	34.844.251,65

Disponibilidades

Banco do Brasil — C/Arrecadação.....	91.040.096,90	
Banco do Brasil — Créditos à Disp. da Seção de Câmbio	100,30	
Banco do Brasil — Depósito C/Juros C/Movimento.	9.126.783,00	
Banco do Brasil — Depósito C/Juros C/Taxas S/Açúcar de Engenhos.	9.724.221,60	
Caixa	309.203,10	
Delegacias Regionais C/Suprimentos.....	11.870.242,10	
Distilarias Centrais C/Suprimentos.....	3.594.741,30	125.665.388,30

Contas de Compensação

Açúcar Depositado em Penhor.....	6.000.000,00	
Banco do Brasil — C/Créditos	130.000.000,00	
Depositários de Títulos e Valores.....	2.001,00	
Títulos Depositados em Garantia.....	300.000,00	
Títulos e Valores Apenhados.....	1.003.000,00	
Valores Cauçionados	293.904,00	
Valores em Hipoteca	30.544.012,80	168.142.917,80

TOTAL	Cr\$	654.911.248,68
-----------------	------	----------------

PASSIVO

	Cr\$	Cr\$
Patrimônio		
Reserva Patrimonial Geral.....	80.976.478,40	
Reservas Patrimoniais Especiais:		
Distilarias Centrais — Reservas p/Substituições.....	3.679.173,50	
Reserva p/Substituições	11.599,30	
	<u>3.690.772,80</u>	84.667.251,20
Reservas		
Reservas p/Depreciações	1.217.232,70	
SAM/Locação de Vagões-Tanques.....	250.000,00	
SAM/Reserva do Alcool-Motor	9.636.094,91	
SAM/Reserva p/Depreciações	1.717.711,90	
	<u>12.821.039,51</u>	
Fundos Especiais		
Fundo de Assist. às Associações e Plantadores de Cana.....	65.607,80	
Fundo de Assistência Financeira.....	3.000.798,40	
Fundo de Assistência Social.....	3.342.499,30	
Fundo de Bonificações	11.783.426,70	
Fundo de Donativos.....	1.480.380,45	
	<u>19.672.712,65</u>	
Reserva de Previsão		
Reserva de Previsão		152.772.422,15
Exigibilidades		
Depósitos de Engenhos.....	110.300,00	
Contas Correntes (Saldos Credores).....	23.219.869,80	
Depósitos Especiais	7.383.100,84	
Distilarias Centrais - Contas Corr. (Saldos Credores).....	460.254,70	
Distilarias Centrais — Depósitos Especiais.....	952.798,60	
Ordens de Pagamento.....	6.455.755,00	
SAM/Contas Correntes (Saldos Credores).....	1.934.888,12	
SAM/Vales Emitidos S/Alcool Motor.....	1.337.055,40	
SAM/Vales Emitidos S/Alcool Motor (Em Liquidação).....	2.909,96	
	<u>41.856.932,42</u>	
Contas de Regularização		
Arrecadações Diversas	35.165.175,00	
Contas a Classificar (Saldos Credores).....	13.669.101,90	
Distilarias Centrais — Alcool Aldeído	1.000,00	
Distilarias Centrais — Alcool Anidro.....	6.246.834,00	
Distilarias Centrais — Alcool Industrial.....	1.483.102,90	
Distilarias Centrais — Óleo de Fuzel.....	13.830,00	
Juros	3.000.180,90	
Livros e Boletins Estatísticos—Recebimentos Diversos.....	44.716,60	
Multas	32.270,00	
Rendas do Edifício Taquara.....	582.387,40	
Revista Brasil Açucareiro — Recebimentos Diversos.....	61.565,80	
SAM/Alcool-Motor- — Filtragem	31.105,50	
SAM/Sobras e Vazamentos	3.190,50	
SAM/Vendas de Alcool-Motor	9.058.529,15	
SAM/Vendas de Alcool S/Mistura	835.095,70	
Taxa de Açúcar de Engenhos.....	2.106.305,70	
Taxa de Açúcar de Usinas.....	52.724.269,90	
Taxa de Estatística.....	44.867,60	
Taxa S/Aguardente	1.006.815,70	
Taxa S/Alcool	47.881.329,90	
Taxa S/Fornecimento de Cana.....	986.207,80	
	<u>174.977.972,95</u>	
Contas de Compensação		
Créditos à N/Disposição.....	130.000.000,00	
Depositantes de Títulos e Valores.....	293.904,00	
Depósitos de Títulos em Garantia.....	300.000,00	
Outorgantes de Hipoteca.....	30.544.012,80	
Penhor Mercantil	7.003.000,00	
Títulos e Valores Depositados.....	2.001,00	
	<u>168.142.917,80</u>	
TOTAL	<u>Cr\$</u>	<u>654.911.248,68</u>

RIO, 31/10/45.

LUCIDIO LEITE — Contador Geral.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

ORÇAMENTO PARA 1945

POSIÇÃO EM 31 DE OUTUBRO DE 1945

VERBAS	DESPESAS ADMINISTRATIVAS				DESPESAS ESTATUTÁRIAS			
	ADMINISTRAÇÕES: CENTRAL E REGIONAIS				FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA			
	Despesa mês: OUTUBRO	Total Despesas	Crédito Anual	Saldo Crédito Anual	Despesas mês: OUTUBRO	Total Despesas	Crédito Anual	Saldo Crédito Anual
VERBA 1. ^a — PESSOAL	648.484,00	6.266.427,30	11.601.600,00	5.335.172,70	222.976,50	2.053.811,30	3.892.474,00	1.838.662,70
VERBA 2. ^a — MATERIAL	61.792,50	549.341,80	1.057.300,00	508.458,20	15,00	356.884,00	79.500,00	277.384,00
VERBA 3. ^a — SERVIÇOS DE TERCEIROS	304.356,40	2.121.448,00	3.236.440,00	1.114.992,00	62.122,70	597.834,80	900.000,00	302.165,20
VERBA 4. ^a — ENCARGOS DIVERSOS .	63.681,80	881.961,20	1.896.200,00	1.014.238,80	2.552,40	22.545,70	36.500,00	13.954,30
TO T A I S Cr\$	63.681,90	9.819.178,30	17.792.040,00	7.972.861,70	287.666,60	3.031.075,80	4.908.474,00	1.877.398,20

RIO, 14/11/1945

LUCÍDIO LEITE — Contador Geral.

COOPERATIVA DOS USINEIROS DE PERNAMBUCO LTDA.

RELATÓRIO APRESENTADO E APROVADO NA SESSÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO, NA SEDE DA COOPERATIVA DOS USINEIROS DE PERNAMBUCO LIMITADA — PARECER DA COMISSÃO FISCAL — DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO EM 31 DE AGÔSTO DE 1945

Foi o seguinte, o texto do Relatório apresentado pelo Conselho de Administração, à Assembléia Geral realizada em 10 de dezembro, na Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco Ltda., aprovado por unanimidade de votos:

Prezados consócios:

Cumprimos o dever de submeter à apreciação e julgamento dos associados desta Cooperativa, as contas, o balanço encerrado em 31 de agosto de 1945 e o relatório das nossas atividades na safra 1944-45, de acordo com as exigências legais e as prescrições estatutárias.

ASPECTOS GERAIS

Temos a registrar neste exercício, com intenso júbilo, o término da guerra, êsse terrível flagelo desencadeado pela ambição criminosa de algumas nações imperialistas, que por tanto tempo enlutou a humanidade. Venceu a causa do Bem e da Justiça, e o triunfo das Nações Unidas afastou para sempre o pesadelo da tirania fascista mundial. Orgulhamo-nos, como brasileiros, do concurso do noso país, integrado na comunidade das Nações Unidas, e a relevante atuação da nossa força expedicionária nos campos de batalha da Europa há de ser sempre destacada nos fastos da nossa história. Rendemos ainda a nossa homenagem à Marinha de Guerra Nacional e à Aeronáutica, que com tanto brilho atuaram na defesa da pátria, bem como à nossa brósia Marinha Mercante, pelo seu denodado esforço no sentido de manter o intercâmbio tão necessário entre as diversas regiões brasileiras.

No exercício social em revista, tivemos ainda de enfrentar duras contingências resultantes do conflito mundial. A safra de 1944-45 foi produzida e em grande parte distribuída na vigência da guerra. Além disso, não era possível pretender que imediatamente após a cessação das hostilidades, se restabelesse a normalidade da situação. As dificuldades do transporte marítimo, que tão grandes inconvenientes causaram ao escoamento da nossa produção nestes últimos anos, embora reduzidas, ainda representaram obstáculos a transpor. Felicitamos, contudo, de poder comunicar aos nossos associados que essas dificuldades foram superadas, processando-se a distribuição do nosso produto em regulares condições, tendo sido insignificante o remanescente da safra finda em 31 de agosto último.

Suprimos as necessidades do mercado regional e atendemos às exigências da nossa freguesia com as quotas que normalmente fornecíamos, apesar da redução da nossa safra em comparação com a safra anterior.

PRODUÇÃO DA SAFRA

Alcançou a safra de 1944-45 o volume de 4.723.057 sacos de diversos tipos de açúcar, relacionados nos mapas anexos a êste relatório.

A redução verificada em confronto com as safras anteriores foi inferior às previsões pessimistas, justificando a nossa confiança em que as obras realizadas pelos usineiros nas suas propriedades



Sr. Luís Dubeux Júnior

agrícolas, possam diminuir os efeitos perniciosos das longas estiagens.

Apresentamos abaixo um quadro comparativo da nossa produção no último quinquênio:

Safras	Sacos
1940/41 (Intra-Limite)	4.357.188
(Extra-Limite)	131.945
1941/42	4.546.337
1942/43	5.087.720
1943/44	5.476.512
1944/45	4.723.057

A safra de 1943/44 foi a maior já registrada na nossa história açucareira, e a de 1942/43 esteve bem próximo desse limite. A safra ora em análise foi inferior àquele nível máximo em cerca de 14% mas ainda assim foi superior às de 1940/41 e 1941/42. Verifica-se, portanto, que entre os índices máximo e mínimo da nossa produção nesse quinquênio, houve uma diferença que não atingiu a 20%.

PREÇO DA SAFRA

O Instituto do Açúcar e do Alcool fixou em Cr\$ 94,70 na safra de 1944/45 o preço para o saco de açúcar cristal de sessenta quilos, pôsto a bordo, inclusive impôsto de consumo. Este preço equivaleria a cerca de Cr\$ 87,50 no armazém em Recife, líquido de impôsto de consumo, porém sujeito a despesas gerais e de retenção da Cooperativa.

Desenvolveu o Conselho de Administração seus esforços no sentido de efetuar o maior número possível de vendas C.I.F. e procurando clientes industriais e varejistas de modo a poder cobrar um adicional no preço de 5% permitido pelo plano de safra elaborado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool.

Apesar das entregas de açúcares para o abastecimento dos centros consumidores de Rio e São Paulo às grandes refinarias dali, ao preço F.O.B. "standard", tal foi o esforço contínuo e a atenção aos negócios da organização que tivemos a satisfação de obter em média geral sobre toda a produção uma melhora de preço de mais de Cr\$ 3,00 em saco sobre a estimativa de Cr\$ 87,50 bruto.

Foi obtido o preço médio bruto de Cr\$ 90,89 126/1.000 para o açúcar cristal básico, por saco de 60 quilos, na safra 1944/45, sujeitos às despesas com a colocação e retenção do produto.

DESPESAS

Cresce anualmente o movimento da nossa Cooperativa, aumentando os nossos encargos. Necessitamos manter um corpo de auxiliares eficientes para atender às variadas tarefas que nos cumpre executar e é oportuno declarar que a Cooperativa tem sido uma das organizações mais solícitas em ir ao encontro das justas necessidades dos seus dedicados colaboradores, tendo sempre aderido em primeira linha a todos os aumentos de salário necessários

ao equilíbrio orçamentário dos funcionários, bem como concedendo gratificação anual de balanço e bônus de Natal.

As dificuldades que enfrentamos para escoamento da produção pela deficiência dos transportes marítimos, aumentaram as despesas, com o ônus de pesadas armazenagens, seguros e juros do financiamento dessa produção, realizado, em parte, pelos Bancos da praça.

Desde a fundação da Cooperativa, o I. A. A. nos concede um auxílio anual por saco de açúcar que de nós recebe em warrantagem, para fazer face às despesas com a retenção do produto. Esta bonificação na safra de 1944/45, atingiu a cifra de Cr\$ 2.653.530,00, que representou valiosa ajuda para em última análise, melhorar o preço médio do açúcar na safra, o que nos cumpre agradecer deixando aqui consignados os nossos agradecimentos.

Essas despesas, que foram descontadas do preço médio bruto do açúcar cristal a que nos referimos no tópico anterior, alcançaram a importância de Cr\$ 1,23 por saco.

PREÇO LÍQUIDO DA SAFRA

O preço líquido de açúcar cristal por saco de 60 quilos, na safra comentada, foi, assim, o de Cr\$ 89,65 9098/10.000 consoante se verifica pelos dados constantes dos capítulos precedentes.

VENDAS DE AÇÚCAR AOS REFINADORES ASSOCIADOS

Ao contrário do que sucede com relação às entregas de açúcar às grandes refinarias do Rio e São Paulo com quotas asseguradas através dos planos de safra de cada ano, as vendas aos refinadores de açúcar associados à Cooperativa, foram muito interessantes para a média geral do açúcar cristal. Elas foram sempre efetuadas a preços bem acima dos estabelecidos para os refinadores sulinos, constituindo uma demonstração de alta colaboração dos beneficiadores de açúcar aqui radicados, para com seus colegas. Disto testemunham todos os componentes do Conselho de Administração, bem como o digno representante dos plantadores de cana. Além de ser estudada cada venda, foram sempre as mesmas objeto de contratos de corretores gerais, de modo que se pudesse constatar a época da transação.

ESCOAMENTO DA SAFRA

Conforme já referimos anteriormente, o problema da distribuição do nosso produto ainda assumiu graves aspectos na safra em revista. Enfrentamos um largo período de dificuldades no tráfego marítimo e o restabelecimento normal do serviço de transporte por mar não se poderá processar rapidamente.

Tivemos de aproveitar todas as oportunidades que se ofereceram para facilitar o escoamento da safra. Dentro dessa orientação, e devidamente autorizados, utilizamos navios estrangeiros para transporte do nosso açúcar, mesmo para portos nacionais, embora em menor quantidade que na safra

anterior. Ainda assim, foi apreciável a nossa quota transportada nesses vapores, conforme o quadro que damos a seguir:

Rio de Janeiro	5.209 sacos
Minas — via Rio	1.000 "
Minas — via Santos	2.000 "
Santos	61.700 "
Paraná — via Santos	8.000 "
Rio Grande	11.950 "
Pelotas	66.998 "
Pôrto Alegre	24.000 "
Belém	5.000 "
TOTAL	185.857 "

A êsse total devem ser acrescidos vários lotes de refinado e granfina atingindo a cêrca de 400.000 sacos o açúcar escoado de Pernambuco em vapores estrangeiros

O frete nesses navios é mais alto, o que importa em redução do preço médio do açúcar. Contudo, não houve prejuízo para os produtores pernambucanos porque obtivemos do I. A. A. uma bonificação de Cr\$ 300.000,00 para compensar essa diferença de frete, sôbre os açúcares que embarcamos para portos nacionais em vapores estrangeiros, e cobramos o excesso de frete que ainda se verificou, dos compradores.

EXPORTAÇÃO PARA O ESTRANGEIRO

As vendas para o estrangeiro nesta safra ficaram limitadas a 250.000 sacos, sendo 200.000 para o Uruguai, dos quais, 100.000 de cristal e 100.000 de refinado granulado; e 50.000 sacos para a Argentina, sendo 25.000 sacos de cristal e 25.000 de granfina.

Em face da redução afinal verificada na safra do Estado, e de todo o país, pode parecer estranho que se tivesse exportado açúcar para o exterior. E' preciso, porém, considerar-se que a estimativa inicial da safra foi muito otimista e a escassez de transporte indicava que se continuasse aproveitando as possibilidades de escoamento que se oferecessem. As exportações para o Uruguai foram feitas em obediência a um convênio firmado anteriormente pelo nosso país com aquela nação vizinha, extinto na corrente safra e não mais renovado.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O financiamento concedido pelo I. A. A. à Cooperativa por saco de açúcar recebido das Usinas, em forma de warrantagem, alcançou na safra 1944/45, a cifra de Cr\$ 121.189.800,00, relativos a 1.905.500 sacos.

O financiamento total aos fabricantes, feito pela Cooperativa, atingiu a Cr\$ 242.830.845,90, sendo a parte independente de warrantagem obtida com os recursos da Cooperativa, crédito dos Bancos locais e giro comercial.

Além dêsse financiamento, a Cooperativa ainda realizou outras operações de crédito em favor dos seus associados num valor de Cr\$ 16.115.000,00 tôdas elas liquidadas normalmente, e figurou como interveniente, em dezenas de contratos efetua-

dos pelos produtores com as organizações bancárias, realizando inúmeros pagamentos por conta de financiamento e retrovenda.

COMPRA DE MERCADORIAS PARA OS ASSOCIADOS

Atendendo às dificuldades na obtenção de mercadorias de que necessitavam os nossos associados, realizou a Cooperativa, na safra analisada, importantes operações de compra dos artigos abaixo mencionados, em benefício dos seus associados, sem delas auferir qualquer lucro e unicamente para atender a solicitações justas de seus cooperados:

Charque	Cr\$ 29.286.300,50
Enxôfre	Cr\$ 2.521.923,40
	Cr\$ 31.808.233,90

CAPITAIS E RESERVAS

O capital subscrito pelos acionistas é atualmente o de Cr\$ 4.491.400,00 achando-se quase inteiramente realizado, conforme se verifica do seguinte quadro:

Em 1940 (em formação)	4.492.900,00	
Em 31-Agosto-1941	4.528.100,00	902.300,00
Em 31-Agosto-1942	4.529.400,00	1.803.100,00
Em 31-Agosto-1943	4.996.800,00	2.820.000,00
Em 31-Agosto-1944	5.009.100,00	3.905.800,00
Em 31-Agosto-1945	4.921.400,00	4.572.000,00

A diferença de Cr\$ 87.700,00 observada no valor do capital subscrito, entre a safra passada e a encerrada em 31 de agosto de 1945, provém da retirada do nosso quadro social, da firma M. C. do Rêgo Barros, em consequência da venda de sua fábrica de açúcar, a Usina São João da Várzea.

O nosso fundo de reserva atinge, atualmente, o total de Cr\$ 820.305,80, com a importância de Cr\$ 193.015,60 que levamos a esta conta, neste exercício em obediência ao artigo 16 dos nossos Estatutos sociais.

FISCALIZAÇÃO

Como de ordinário, estivemos subordinados à fiscalização oficial efetuada pelo Departamento de Assistência às Cooperativas do Estado. Os nossos serviços de contabilidade continuaram também contratados com os conhecidos peritos Deloitte, Plender, Griffiths & Co., que examinaram periódicamente os nossos documentos, supervisionando tôda a nossa contabilidade, fiscalizaram e conferiram o nosso balanço, fornecendo-nos o certificado usual de conferência de nossas contas.

TRANSAÇÕES

O movimento geral da Cooperativa, levando em consideração tôdas as suas operações, atingiu a expressiva cifra de cêrca de Cr\$ 600.000.000,00 importando em Cr\$ 452.495.490,50, o volume de nossas vendas de açúcar. Temos a felicidade de mais uma vez poder comunicar aos nossos associa-

dos que não se registrou o menor prejuízo nas nossas transações o que adquire grande significação diante do vulto das operações que realizamos.

RELAÇÕES COM O INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCÓOL

Foram as mais cordiais as nossas relações com o Instituto do Açúcar e do Alcool, que continua prestando assinalados serviços à economia açucareira do país. O digno Presidente do I. A. A., Dr. Barbosa Lima Sobrinho, tem procurado sempre dar justa solução aos problemas que interessam à nossa produção, com alto senso de equilíbrio, sendo credor da admiração que aqui lhe tributamos pela sua atuação à frente daquele órgão. A nossa orientação no sentido de prestigiar a autarquia açucareira se inspira no reconhecimento pela sua ação de soerguimento e estabilidade da economia açucareira do Brasil, que, iniludivelmente, vem produzindo ótimo resultado.

Desejamos ainda assinalar a honrosa visita de S. Exa. ao nosso Estado e a esta Cooperativa, em princípios de julho. Além de vários contactos mantidos com o Conselho de Administração e com grupos de produtores, S. Exa. foi recebido em reunião especial dos usineiros em nossa sede, onde, perante grande número de associados teve a oportunidades de esclarecer diversas questões de interesse da classe, e de comunicar oficialmente que o Instituto abriu um crédito de dez milhões de cruzeiros destinados à aquisição de adubo, para amortização após a colheita das safras beneficiadas. Do referido crédito coube Cr\$ 6.700.000,00 a Pernambuco, sendo: Cr\$ 4.020.000,00 para os fornecedores e Cr\$ 2.680.000,00 para os usineiros.

Para tratar de interesses vultosos desta Cooperativa junto àquela autarquia, foram ao Rio vários emissários nossos, sendo que por duas vezes o Gerente, Dr. Gil Maranhão. Uma comissão de usineiros de que se destacaram os Srs. Drs. Lael Sampaio e Paulo Cabral de Melo defendeu com o maior empenho os interesses da classe na elaboração do plano da nova safra e do novo regime de tabelamento de cana. Finalmente o Presidente do nosso Conselho de Administração, Sr. Luís Dubeux Júnior, como o faz anualmente, esteve durante o mês de agosto em contacto com a administração do Instituto na respectiva sede, tendo conseguido solucionar satisfatoriamente várias questões importantes para a classe, relativas à liquidação da safra finda.

Durante toda a safra, contamos com a assistência do Dr. Miguel Arraes de Alencar, Delegado Regional do I. A. A. neste Estado, sempre presente às reuniões semanais que instituímos para debater os assuntos relacionados com as tarefas da referida autarquia. O Dr. Arraes deixou porém a Delegacia, distinguido para exercer as funções de Assistente Técnico da Presidência do Instituto. Por esse motivo e em agradecimento aos bons serviços prestados à economia açucareira de nosso Estado, foi-lhe prestada carinhosa manifestação, promovida por esta Cooperativa.

Em substituição ao Dr. Arraes, assumiu a Gerência da Delegacia o Dr. Humberto Costa Pinto, em cujo dinamismo vimos encontrando sincero de-

votamento aos assuntos de interesse de nossa classe, ligados ao Instituto do Açúcar e do Alcool.

REPRESENTAÇÃO JUNTO A COMISSÃO EXECUTIVA

O Dr. José Bezerra Filho, Delegado dos usineiros pernambucanos na Comissão Executiva do I. A. A. continuou prestando valiosos serviços à nossa classe, nesse delicado cargo, defendendo os nossos interesses junto à autarquia açucareira, com brilho e dedicação, fazendo jus ao nosso reconhecimento.

A COOPERATIVA E A LAVOURA CANAVIEIRA

Como representante da Associação dos Plantadores e Fornecedores de Cana de Pernambuco, o Dr. José Vieira de Melo Filho prestou, mais um ano, a sua inteligente e proveitosa colaboração ao Conselho de Administração desta Cooperativa, na parte referente à distribuição do nosso açúcar, cooperando nessa tarefa pelo interesse da sua classe em relação ao preço médio geral do açúcar que serve de base para o pagamento da cana. A intervenção desse representante dos plantadores de cana nos trabalhos de administração desta Cooperativa, constitui um símbolo valioso da colaboração necessária entre os agricultores e industriais do açúcar, em benefício geral.

RELAÇÕES COM AS AUTORIDADES ESTADUAIS

Esta Cooperativa continuou recebendo de todas as autoridades estaduais a melhor cooperação no esclarecimento e solução das várias questões que dependeram de contacto com diversos representantes do Governo. Somos reconhecidos a esse constante apoio que é a prova do prestígio que continua merecendo a nossa organização.

CONCLUSÕES

Ao encerrar-se mais uma exercício social da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco Limitada, podemos afirmar, com segurança, que essa organização tem prestado relevantes serviços aos seus associados, organizando de modo eficiente a distribuição do produto mesmo através dos anos difíceis da guerra, financiando os produtores, facilitando-lhes e fortalecendo-lhes o crédito, defendendo intransigentemente os interesses dos seus associados. A administração atual tem a consciência tranqüila de haver envidado os seus melhores esforços no sentido de desenvolver a nossa organização e aperfeiçoar os seus serviços, para o que contou com o zelo e a dedicação da Gerência e de seus esforçados funcionários e com a cooperação dos produtores.

Os dados fornecidos neste relatório e os mapas a êle anexos esclarecem o movimento verificado na safra de 1944/45 e os fatos mais importantes que, a nosso juízo, mereceram destaque.

Ficamos à inteira disposição dos nossos associados para quaisquer outras explicações que forem julgadas necessárias.

SITUAÇÃO GERAL DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA

O açúcar, naturalmente sujeito à superprodução nos tempos de paz, e de **dumping** em situação normal de comércio, é hoje, transitóriamente, mercadoria escassa no mercado mundial.

A produção caiu na maior parte dos países que não sofreram das destruições da guerra, e foi seriamente afetada em regiões coloniais e da Europa, onde o incêndio, o desmonte, o abandono e a desorganização deixaram sua marca profunda.

O Brasil, a braços com grave crise ao mesmo tempo agrária e financeira, tem conseguido manter o nível de sua produção, sem poder, entretanto, cobrir o crescente aumento de consumo, nem muito menos atender a reconstituição dos estoques invisíveis, esgotados com as dificuldades de transporte trazidas pela guerra.

Se a produção açucareira em geral se conservou no país a mesma, no Nordeste e especialmente em Pernambuco, o deficit de produção se vem acentuando. Sendo a quota estabelecida pelo Instituto para nosso Estado de cerca de 6.000.000 de sacos, tivemos na safra finda, menos um milhão e trezentos mil sacos e não esperamos obter ainda melhoras na safra nova.

É evidente a existência de uma crise agrária na produção açucareira de Pernambuco, a exigir providências congregadas de todos os setores da administração pública e particular que possam interferir na sua debelação.

Por outro lado, o aumento vertiginoso da inflação tem tornado insuficientes e inadequados todos os reajustamentos de preços até agora concedidos. O próprio Instituto do Açúcar e do Alcool possui estatísticas rigorosas evidenciando ter o valor do açúcar permanecido muito abaixo do alcançado pelos demais gêneros de primeira necessidade, o que se de um lado mostra a ação daquela autarquia em defesa do consumidor brasileiro, torna evidente e flagrante um enorme desajuste da economia nacional em detrimento do produto que há mais tempo concorre para a riqueza da nação.

Ao elaborar-se o plano da nova safra esta Cooperativa, depois de acurados estudos sobre os custos agrícola e industrial, enviou ao I. A. A. um circunstanciado memorial onde se evidenciava ficar um saco de açúcar sem margem de lucro, além dos juros mínimos de capital imobilizado, por Cr\$ 115,00 FOB.

Em face, porém, da resistência encontrada de parte de outras autoridades, só foi possível conseguir o preço de Cr\$ 112,00 FOB para a nova safra. Imediatamente depois, verificou-se o aumento geral dos salários de 30% e o encarecimento dos transportes.

Enquanto isso, os compradores no exterior mostram-se dispostos a pagar preços bem compensadores, sem que possamos vender em virtude das necessidades do mercado interno.

Quando se discutia o plano da nova safra, a Cooperativa procurou também sustentar, perante o Instituto, a tese de que, em face da marcha progressiva da inflação, não seria justo fixar-se um preço imutável para toda a safra, devendo o mesmo ser revisto desde que se modificasse o quadro dos custos de produção.

Na data em que fazemos o presente relatório, está em curso a safra de 1945/46. E vemos que o valor apurado pelo açúcar se mostra absolutamente insuficiente para cobrir as despesas com a sustentação das atividades agrícola e industrial.

Tudo indica, pois, a necessidade de um justo equilíbrio entre êsses dois extremos, de forma a defazer-se tão grave contradição econômica.

Se não podemos nos aproveitar dos preços remunerativos do mercado externo, o que seria um tônico para a nossa indústria, é justo que as autoridades competentes permitam uma imediata revisão nos preços do produto para venda ao consumo nacional de modo a amparar a lavoura, a indústria e a causa do próprio operariado que depende da prosperidade das fábricas.

LUÍS DUBEUX JUNIOR

Presidente do

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

COOPERATIVA DOS USINEIROS DE PERNAMBUCO LTDA.

Parecer do Conselho Fiscal da COOPERATIVA DOS USINEIROS DE PERNAMBUCO LIMITADA apresentado à Assembléia Geral Ordinária da dita Cooperativa:

Nós, abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da COOPERATIVA DOS USINEIROS DE PERNAMBUCO LIMITADA, usando das atribuições que nos são conferidas pelos Estatutos sociais, e tendo em vista a perfeita ordem e regularidade que encontramos nas operações e nos negócios da Sociedade, relativos ao ano social findo em 31 de agosto próximo passado, verificadas mediante acurado exame que fizemos em livros, inventários, documentos, contas, balanço e demais peças constantes do Relatório da Diretoria referente ao dito ano social, somos de parecer que seja aprovado pela Assembléia Geral Ordinária, a reunir-se em dezembro próximo, o mencionado Relatório bem como todos os documentos supra-aludidos.

Recife, 14 de novembro de 1945.

MANUEL CAETANO DE BRITO
JOSE JAIME DE QUEIROZ MONTEIRO
EDGAR PIERECK.

COOPERATIVA DOS USINEIROS DE PERNAMBUCO LIMITADA

BALANÇO GERAL EM 31 DE AGOSTO DE 1945

A T I V O

	Cr\$	Cr\$	Cr\$
IMOBILIZADO —			
Ao preço de custo ou de transferência, menos vendas —			
Imóveis		406.904,20	
Maquinismos		227.802,80	
Móveis e Utensílios		682.449,30	
		<u>1.317.155,80</u>	
MENOS: —			
Depreciação sobre —			
Imóveis	110.271,00		
Maquinismos	98.697,40		
Móveis e Utensílios	253.299,70		
		<u>462.268,10</u>	
		854.887,70	
Títulos de renda — ao preço de custo (Art. 17 dos Estatutos) —			
Cia. Siderúrgica Nacional —			
1.500 ações do valor nominal de Cr\$ 200,00 cada uma		300.000,00	
Cauções		3.835,00	1.158.722,70
		<u>3.835,00</u>	
REALIZÁVEL —			
Inversões — ao preço de custo ou de transferência		27.625,00	
Estoques —			
Açúcar —			
No Recife — ao preço médio de venda	2.520.923,00		
Mercadorias para fornecimentos —			
Aos preços médios de custo	4.270.669,00		
		<u>4.270.669,00</u>	
A transportar	6.791.592,00	27.625,00	1.158.722,70

A T I V O

	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Transporte	6.791.592,00	27.625,00	1.158.722,70
Valor de mercadorias a receber	<u>2.747.827,20</u>	9.539.419,20	
Devedores diversos — Associados —			
Integralização de capital	349.400,00		
Contas de fornecimentos	306.175,00		
Contas correntes	419.840,80		
	<u>1.075.415,80</u>		
Instituto do Açúcar e do Alcool	2.655.348,50		
Distilaria dos Produtos de Pernambuco S/A.	1.160.932,90		
Devedores por duplicatas Cr\$ 21.143.506,10			
. MENOS: —			
Duplicatas descontadas .. Cr\$ 21.039.366,30	<u>104.139,80</u>		
Devedores diversos	783.266,70		
Juros a receber	38.054,00		
Selos e estampilhas	<u>24.001,90</u>	5.841.159,60	15.408.203,80
DISPONÍVEL —			
Bancos		8.685.334,50	
Caixa		<u>101.121,80</u>	8.786.456,30
CONTAS DE REGULARIZAÇÃO —			
Despesas Comerciais — Safra 1945/1946			<u>9.829,20</u>
CONTAS DE COMPENSAÇÃO —			
Devedores por título endossados		2.895.000,00	
Devedores por títulos em cobrança		<u>5.595,60</u>	<u>2.900.595,60</u>
			28.263.807,60

P A S S I V O

	Cr\$	Cr\$	Cr\$
NAO EXIGÍVEL —			
Capital		4.921.400,00	
Fundo de Reserva (Art. 16 dos Estatutos) ..		820.305,80	
Reserva Especial		1.160.932,90	6.902.638,70
EXIGÍVEL —			
Associados —			
Contas Correntes	6.789.729,80		
Retornos	1.831.329,70	8.621.059,50	
Retenção autorizada		67.131,10	
Diversos credores		4.217.998,70	
Bancos		5.554.384,00	18.460.573,30
			25.363.212,00
CONTAS DE COMPENSAÇÃO —			
Títulos endossados		2.895.000,00	
Duplicatas em cobrança		5.595,60	2.900.595,60
			28.263.807,60

LUÍS DUBEUX JUNIOR,

Presidente.

GIL MARANHÃO,

Gerente.

CARLOS SELVA,

Chefe do Escritório.

ANTONIO TENORIO VALENÇA,

Contador — Dipl. Reg.º n.º 41.718.

Ao Conselho de Administração da
Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco Limitada
Recife.

Confrontamos o Balanço Geral supra com os livros da Cooperativa e tôdas as informações e explicações que pedimos nos foram fornecidas.

Segundo nosso critério o dito Balanço acha-se levantado de modo a exhibir a verdadeira situação financeira da Cooperativa em 31 de agosto de 1945, conforme as referidas informações e explicações e de acôrdo com os saldos que constam dos livros mencionados.

Recife, 27 de novembro de 1945.

DELOITTE, PLENDER, GRIFFITHS & CO.
Peritos em contabilidade

COOPERATIVA DOS USINEIROS DE PERNAMBUCO LIMITADA
DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS"

EM 31 DE AGÔSTO DE 1945

D É B I T O		C R É D I T O	
DESPESAS GERAIS		TAXA DE PRODUÇÃO	
Valor dispendido nesta safra	4.837.486,80	Valor da taxa cobrada aos nossos Associados de acôrdo com o artigo 13.º dos nossos Estatutos	7.556.110,40
DESPESAS DE RETENÇÃO			
Idem, idem	599.290,80		
IMÓVEIS			
Depreciação de 10% sobre o valor dos mesmos	32.959,20		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS			
Idem, idem	46.485,70		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS — Agência Rio			
Idem, idem	1.019,40		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS — Agência de São Paulo			
Idem, idem	178,20		
MAQUINISMOS			
Idem, idem	14.345,00		
FUNDO DE RESERVA			
Valor transferido para esta conta, de acôrdo com o artigo 16.º dos nossos Estatutos	193.015,60		
RETORNO AOS ASSOCIADOS			
Valor creditado aos produtores de Refinado não financiado, por estarem isentos das "Despesas de Retenção"	94.189,20		
Valor creditados aos nossos Associados, correspondentes às sobras líquidas verificadas na aplicação da taxa cobrada sobre a produção nesta safra	1.737.140,50		
	<u>1.831.329,70</u>		
	7.556.110,40		<u>7.556.110,40</u>

LUÍS DUBEUX JUNIOR
 Presidente
CARLOS SELVA
 Chefe do Escritório

GIL MARANHÃO
 Gerente
ANTONIO TENORIO VALENÇA
 Contador — Dipl., Reg.º n.º 42.718

BRASIL AÇUCAREIRO

DEZEMBRO, 1945 — Pág. 105

ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO

POR ASSUNTOS, PAÍSES E AUTORES

Julho a Dezembro de 1945, Nos. 1 a 6 do vol. 26.º de "Brasil Açucareiro"

— A —

ABASTECIMENTO

Quotas de abastecimento do açúcar da safra de 1945/46 — Resolução n. 108/45	28
Com. de Abast. do Est. do Rio — tabelamento de preços em julho de 1945 ..	63
Nos Estados-Unidos	83
Suprimento de açúcar nos EE. UU.	188
Quota do D. F. — a propósito de uma nota do "Correio da Manhã"	246
Açúcar para a França	247
Manutenção do racionamento no D. F. — informe do I. A. A. ao Sr. R. Meira Lima	351
Extinta a Com. de Racionamento de Combustíveis Sólidos e Líquidos de São Paulo	475
O açúcar pernambucano e o abastecimento de São Paulo — entrevista L. Du-beux Jr.	479

ADUBAÇÃO

Plano do I. A. A. para Pernambuco, Alagoas e Sergipe	558
Resíduos da indústria açucareira aproveitados para adubação	585

AGUARDENTE

Decreto-lei n. 1390 do governo fluminense sobre sua tributação	5
Regulamento de Fiscalização das aguardentes	473

ALCOOL

Alcool-motor para os médicos	86
Plano de defesa de sua produção — safra 1945/46	152
Distribuição, em São Paulo — carta do Sindicato da Indústria de Cerveja	248
Produção cubana — Importação pelos EE. UU.	306
Preço — sobre um "suelto" do "Correio da Manhã"	350
Distribuição do álcool industrial na safra 44/45	353
Movimento em Cuba e na Argentina	411
Caixa do Alcool — resposta ao "Correio da Manhã"	460
Plano de defesa — modificação da alínea "a" do art. 23 da Resolução 110/45	464
Recolhimento à Caixa do Alcool — Resolução 115/45	466
Custo diferencial do álcool — C. M. P. . . .	474

BRASIL AÇUCAREIRO

Produção em Cuba	507
Decreto do Governo argentino sobre fornecimento de álcool etílico	564

AUTARQUIAS

Decreto-lei federal n. 7.659, estendendo benefício aos representantes de autarquias	4
---	---

AUTOS DE INFRAÇÃO

Oriundos de produção extra-limite — Resolução 106/45	16
--	----

— B —

BETERRABAS

Beet Sugar Development Foundation ..	578
--------------------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA

A indústria açucareira no Brasil, no "Weekly Statistical Sugar Trade Journal" ..	96
"Condições de vida do trabalhador na agro-indústria do açúcar" — Correio da Manhã	108
"Geografia do Distrito Federal"	134
"Importância do açúcar" — Ademar Vidal	234
"Condições de vida do trabalhador na agro-indústria do açúcar" — O Jornal	310
"Condições de vida do trabalhador na agro-indústria do açúcar" — O Jornal ..	339
"Condições de vida do trabalhador na agro-indústria do açúcar" — Correio da Noite	380
Julgamento do Concurso de Monografias do I. A. A.	445
"El azucar peruana"	452
Comentário do "Correio da Manhã" sobre matéria do "Brasil Açucareiro" e resposta da revista	461
Notas à literatura brasileira sobre o açúcar no século XIX — José Honório Rodrigues	512
Notas à literatura brasileira sobre o açúcar no século XIX — José Honório Rodrigues — II	609
"Anuário Azucarero de Cuba 1945"	542
13.º Aniversário de "Brasil Açucareiro"	593
"There's work for all", por Michael Young e "Lapses from full employment, por A. C. Pigou	640

— C —

COMBUSTÍVEL

Liberção da gasolina, no D. F. — instruções do C. M. P.	172
---	-----

COMÉRCIO

Normas para a indústria açucareira, no Paraguai	13
Do álcool — circular n. 48 da D. R. I. — do Ministério da Fazenda	62
Venda da safra cubana de 1945	89
Normas reguladoras das vendas de açúcar cubano.	90

COMISSÃO EXECUTIVA

Resolução n. 106/45 — autos de infração oriundos de produção extra-limite	16
Resolução n. 107/45 — plano de defesa da safra 1945/46	17
Resolução n. 108/45 — quotas de distribuição e abastecimento do açúcar da safra 1945/46	28
Resolução n. 109/45 — normas para pagamento de cana de fornecedores	33
Resolução n. 110/45 — plano de defesa da produção de álcool — 1945/46	152
Resolução n. 111/45 — reajusta usinas de quotas inferiores a 20.000 sacos	250
Resolução n. 112/45 — distribui, entre usinas, aumentos de limite de produção	253
Resolução n. 113/45 — dá nova redação à alínea "a" do art. 23 da Resolução 110/45	464
Resolução n. 114/45 — dá nova redação ao art. 3.º da Resolução 110/45	464
Resolução n. 115/45 — sobre recolhimento à Caixa do Alcool	466
Resolução n. 116/45 — sobre melhoramentos das fábricas de açúcar dos tipos banguê e turbinador	466

CONSUMO

Açucareiro no mundo, em 1945	92
--	----

CONTABILIDADE

Balancete e orçamento do I. A. A. — maio 1945	136
Balancete e orçamento do I. A. A. — junho 1945	236
Balancete e orçamento do I. A. A. — julho 1945	343
• Balancete e orçamento do I. A. A. — agosto 1945	453
Balancete e orçamento do I. A. A. — setembro 1945	544
Balancete e orçamento do I. A. A. — outubro 1945	641

CONVÊNIO

Prorrogação até 1946 do Acôrdio Internacional do Açúcar	243
Convênio Internacional do Açúcar	249

BRASIL AÇUCAREIRO**CULTIVO**

A cachaça como adubo para canaviais e pastagens — A. de J. Gonzalez	93
Contrôle do florescimento da cana de açúcar — M. L. Dutt	94
Contrôle dos ratos dos canaviais do Havai	100
A mecanização da lavoura de cana	102
Plano de fornecimentos de adubos pelo I. A. A.	143
Verba para o plano de distribuição de adubos a usineiros e fornecedores do Nordeste	146
Cultura mecânica da beterraba	323
Mecanização da lavoura	416
"Jeeps" na agricultura	450
Mecanização da lavoura de cana	504
A cana entregue à usina deve ser bem despontada — William E. Cross	508
Reflorestamento das zonas canavieiras — Cons. Flo. Fed.	580
Culturas canavieiras no Uruguai	595
Trabalho de hibridação em Barbados	633

— D —

DIVERSOS

Fundada a Cooperativa Mista dos Produtores de Açúcar de Sergipe	80
Falecimento de Norman Rodger	188
Cooperativa Mista dos Produtores de Sergipe Ltda	209
Solidariedade com a política açucareira	249
Homenagem ao Presidente da Coop. de Usineiros de Pernambuco	450
Associação dos Fôrneiros e Lavradores de Cana de Sertãozinho	526
Dr. Miguel Arrais	534
A ANCAP e o I. A. A.	538
4.º Campeonato de Cortadores de Cana de Piracicaba	533
Sôbre ataques do Sr. Joaquim Bandeira ao I. A. A.	552
Impressões do Sr. Barbosa Lima Sobrinho sôbre a situação açucareira pernambucana	554
Discurso do Sr. Luís Dubeux saudando o Sr. Barbosa Lima Sobrinho	554
Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar de Rio Branco	583
Telegrama da Missão ANCAP ao Sr. Barbosa Lima Sobrinho	597
O I. A. A. e a contribuição bélica do Brasil	639
Relatório da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco — 1945	645

DOCTRINA

Caracterização da figura do fornecedor — Primeira Turma de Julgamento da C. E.	164
--	-----

— E —

ECONOMIA

Recomendações do Conselho Federal de Comércio Exterior sobre política açucareira	3-62
Criada a Junta Nacional do Açúcar, na Argentina — Decreto-lei n. 678/45	5
Normas para a indústria açucareira no Paraguai — Decreto-lei n. 9153	13
A ação e os serviços do I. A. A. — entrevista E. Teixeira Leite	66
Influência dos preços tetos — Barbosa Lima Sobrinho	80
Problemas da lavoura canavieira, debatidos pelo Presidente do I. A. A. na Coop. dos Usineiros de Pernambuco	144
Os custos de produção, os preços do açúcar e as novas bases de pagamento da cana — estudo da Seção de Estudos Econômicos	173
Economia açucareira na Austrália	192
Problemas açucareiros no Norte — exposição do Sr. Barbosa Lima Sobrinho na C. E.	245
A crise mundial do açúcar — Barbosa Lima Sobrinho	283
A situação do açúcar no mundo	284
A situação açucareira mundial	388
O problema mundial do açúcar	390
Causas fundamentais da atual escassez de açúcar — John D. Gardner	401
Situação do abastecimento no mundo	459
O açúcar e a produção agrícola — Barbosa Lima Sobrinho	586

ESTATÍSTICA

Recenseamento canavieiro na Argentina	86
Filiação da S. de Estatística do I. A. A. ao I. B. G. E.	172
Quadros da Seção de Estatística — maio 1945	76
Quadros da S. de Estatística do I. A. A. — junho 1945	382
Quadros da S. de Estatística do I. A. A. — julho 1945	482
Quadros da S. de Estatística do I. A. A. — agosto 1945	588
Censo canavieira argentino	496

EXPORTAÇÃO

Açúcar brasileiro para a França	247
Sobre exportação de açúcar brasileiro para a Venezuela	552
Sobre exportação de açúcar bruto para o Uruguai	555
De açúcar de Alagoas para o Uruguai e EE. UU.	558

— F —

FINANCIAMENTO

A indústria açucareira na Argentina	88
Assistência financeira aos plantadores de cana — Correio da Manhã	341

BRASIL AÇUCAREIRO

Assistência financeira aos plantadores de cana	378
--	-----

FITOPATOLOGIA

O "carvão da cana" de açúcar e os insetos — Kenneth J. Hayward	98
Contrôle dos ratos nos canaviais do Havai	100
Mosaico — Jaci Botelho	200
Variedades residentes à broca	292
O açúcar através do periódico — "O Auxiliador da Indústria Nacional"	630

FOLKLORE

Folklore do açúcar — XXI — Joaquim Ribeiro	129
Folklore do açúcar — XXII — Joaquim Ribeiro	228
Folklore do açúcar — XXIII — Joaquim Ribeiro	335
Folklore do açúcar — XXIV — Joaquim Ribeiro	420
Folklore do açúcar — XXV — Joaquim Ribeiro	528
Folklore do açúcar — XXVI — Joaquim Ribeiro	634
Planta de cana — Ademar Vidal	132
Cambiteiros — Ademar Vidal	232
Bôca de fornalha — Ademar Vidal	338
Pequena contribuição ao folclore da cana — Raimundo Estrêla	532

FORNECIMENTO

Compensação aos plantadores de cana na Argentina — art. 12 do Decreto-lei n. 678/45	7
Normas para pagamento de canas de fornecedores — Resolução n. 109/45	33
O tabelamento da cana e o preço do açúcar — entrevistas de Joaquim Pinto, João Soares Palmeira, Crisóstomo de Oliveira, Alfredo de Maya e Moacir Soares Pereira	68
Tabela diferencial de pagamento de cana, em Campos	146
Caracterização da figura de fornecedor — Primeira Turma de Julgamento da C. E.	164
Preenchimento de mapa de fornecimento	170
Os custos de produção, os preços do açúcar e as novas bases de pagamento da cana — estudo da Seção de Estudos Econômicos	173
Exposição do Sr. J. Proença na C. E. sobre tabelamento de cana, no E. do Rio	244
Quotas de fornecedores junto às usinas de São Paulo — Dalmiro Almeida	376
Normas para pagamento de cana — nova redação ao art. 3.º da Res. 109/45	465
Arrecadação da taxa de Cr\$ 1,00	557
Greve de colonos na Usina Sta. Bárbara	557
Pagamento de cana na Índia	601

FUNCIONALISMO

Recurso do Sr. Gileno Dé Carli — DASP	474
---------------------------------------	-----

— G —

GEOGRAFIA ECONÔMICA

A refinação do açúcar no sudoeste da China — George W. Muller Jr.	290
O Peru como exportador de açúcar	406
A União Soviética restaura sua indústria açucareira	408

— H —

HISTÓRIA

Agricultura e economia açucareira no século XVIII — José Honório Rodrigues — II	112
Agricultura e economia açucareira no século XVIII — José Honório Rodrigues — III	210
Agricultura e economia açucareira no século XVIII — José Honório Rodrigues — IV	312
Agricultura e economia açucareira no século XVIII — José Honório Rodrigues — V	427
Notas à literatura brasileira sobre o açúcar no século XIX — José Honório Rodrigues — I	512
Notas à literatura brasileira sobre o açúcar no século XIX — José Honório Rodrigues — II	609
Os fazendeiros de Campos no século passado — A. Lamago — IX	120 +
Os fazendeiros de Campos no século passado — A. Lamago — X	218 +
Os fazendeiros de Campos no século passado — A. Lamago — XI	324 +
Os fazendeiros de Campos no século passado — A. Lamago — XII	434 +
Os fazendeiros de Campos no século passado — A. Lamago — XIII	522 +
Os fazendeiros de Campos no século passado — Alberto Lamago — XIV	620 +
O açúcar através do periódico "O Auxiliador da Indústria Nacional" — Jerônimo de Viveiros — XI	122
O açúcar através do periódico "O Auxiliador da Indústria Nacional" — Jerônimo de Viveiros — XII	219
O açúcar através do periódico "O Auxiliador da Indústria Nacional" — Jerônimo de Viveiros — XIII	329
O açúcar através do periódico "O Auxiliador da Indústria Nacional" — Jerônimo de Viveiros — XIV	444
O açúcar através do periódico "O Auxiliador da Indústria Nacional" — Jerônimo de Viveiros — XV	524
O açúcar através do periódico "O Auxiliador da Indústria Nacional" — Jerônimo de Viveiros — XVI	630
Vitória de Sá, senhora de engenho — Afonso Várzea	125
A dama do Garay — Afonso Várzea	224
Dinheiros de dona Vitória — Afonso Várzea	331

BRASIL AÇUCAREIRO

O açúcar nos primórdios do Brasil colonial — Basílio de Magalhães — VIII	205
O açúcar nos primórdios do Brasil colonial — Basílio de Magalhães — IX	320
O açúcar nos primórdios do Brasil colonial — Basílio de Magalhães — X	424
O açúcar nos primórdios do Brasil colonial — Basílio de Magalhães — XI	518
O açúcar nos primórdios do Brasil colonial — Basílio de Magalhães — XII	616
Uma carta de Cairu a Miguel Calmon	222
O meio geográfico do açúcar em Alagoas — Manuel Diégues Júnior	325
Os engenhos alagoanos durante o domínio holandês — Manuel Diégues Júnior	436
A guerra dos engenhos — Mário Sete	446
Duros tempos de Vitória — Afonso Várzea	622
Aspectos da monocultura açucareira nas Alagoas — Manuel Diégues Júnior	626

— I —

INSTALAÇÃO DE FÁBRICAS

Concorrência para montagem de novas usinas e distilarias — edital do I. A. A.	64
Instalação de uma usina no Peru	247
Edital de concorrência para montagem de usina e distilaria no vale do São Francisco	368
Idem, idem no Maranhão	369
Instalação de turbina em banguê — Res. 116/45	467
Relatório do Julgamento da Concorrência	556
Parecer da comissão de julgamento das propostas de montagem	557
Edital de concorrência para montagem de duas usinas na Paraíba	576
Julgamento de propostas apresentadas	577
Têrmo de contrato entre o I. A. A. e a Cia. Açucareira do Rio Doce para montagem de uma usina	584

— L —

LEGISLAÇÃO

Decreto-lei federal n. 7659 sobre benefício aos representantes das autarquias	4
Decreto-lei do governo do Est. do Rio, n. 1390, relativo ao imposto sobre aguardente	4
Decreto-lei n. 678/45, do governo argentino, criando a Junta Nacional do Açúcar	5
Decreto-lei n. 9159, do governo do Paraguai, estabelecendo normas para a indústria açucareira	13
Decreto n. 513 do governo do Ceará sobre imposto a que está sujeita a venda da rapadura	462
Decreto do Governo argentino sobre fornecimento de álcool etílico	564

— M —

MAQUINARIA

Máquinas para a fabricação de açúcar . . . 340

MEDICINA

Açúcar significa saúde 108
 Pesquisas científicas sobre o açúcar 280
 A dieta da rapadura no vale do São Francisco — Raimundo Estrêla 386
 Medicina popular do açúcar — Folklore do açúcar — XXIV 420
 Fermento para alimentação à base de melão e caldo de cana 462
 Vitaminas na cana e no caldo 498
 O açúcar como remédio — Prof. Miguel Manara 608

MELAÇOS

Matéria prima para solventes — Walter M. de Oliveira 104
 Produtos químicos à base de 150
 O melaço na criação do gado 298
 Fermento para alimentação à base de melão e caldo de cana 462
 Melaços e carvão vegetal 493
 Recuperação da sacarose dos melaços pela fermentação seletiva dos açúcares redutores 639

METEOROLOGIA

O regime das chuvas em Pernambuco . . . 372

— P —

PREÇOS

Do açúcar no Estado do Rio, segundo tabelamento da C. Esp. de A. do E. do Rio 63
 O tabelamento da cana e os preços do açúcar — entrevista dos Srs. J. Pinto, J. Soares Palmeira, C. de Oliveira, Alfredo de Maya e M. Soares Pereira 68
 Influência dos preços tetos — Barbosa Lima Sobrinho 80
 Aumento, em São Paulo — telegrama do Sr. Barbosa Lima Sobrinho ao Sr. Fernando Costa 149
 Os custos de produção, os preços do açúcar e as novas bases de pagamento da cana — estudo da S. de Estudos Econômicos 173
 Tabela de preços, em Pernambuco 334
 Do álcool — sobre um suelto do “Correio da Manhã” 350
 A curva dos preços do açúcar — M. Lacerda de Melo 476

BRASIL AÇUCAREIRO**PRODUÇÃO**

Açucareira, no mundo, em 1945 92
 De álcool em 1945/46 — plano de defesa 152
 Os custos de produção, os preços do açúcar e as novas bases de pagamento de cana — estudo da S. de Estudos Econômicos 173
 Produção de açúcar na Índia 1943/44 190
 Limites de produção — distribuição de aumentos entre usinas 253
 A situação do açúcar — “Correio da Manhã” 342
 Aumento no país — entrevista do Sr. Barbosa Lima Sobrinho ao “Jornal de São Paulo” 350
 A situação do açúcar 380
 O açúcar e a produção agrícola — Barbosa Lima Sobrinho 586

— Q —

QUÍMICA AÇUCAREIRA

Melaço — matéria prima para solventes — Walter M. de Oliveira 104
 Plano de trabalho para a Distilaria Central Presidente Vargas — Vinitius dos Anjos 110
 Produtos químicos à base de melaços 150
 Novo coeficiente do trabalho das caldeiras 230
 Velocidade da fermentação alcoólica — Jaci Botelho 308
 Processo “Amatos” — para fermentações alcoólicas industriais contínuas — Anibal R. Matos 412
 Investigações sobre o açúcar 416
 Purificação do caldo 448
 Perda de sacarose por inversão durante a fermentação 480
 Colóides e adsorção — Jaci Botelho 508
 Caldo desidratado 536
 Açúcar líquido 541
 Purificação do açúcar — Jaci Botelho 604
 Recuperação da sacarose dos melaços pela fermentação seletiva dos açúcares redutores 639

QUOTAS DE DISTRIBUIÇÃO

Da safra açucareira 45/46 — Resolução 108/45 fixando-as 28
 Reajustamento de quotas inferiores a 20.000 sacos — resolução 111/45 250
 Aumentos de limites de produção, entre usinas e sua distribuição 253

QUOTAS DE PRODUÇÃO

Reajustamento das usinas de quotas inferiores a 20.000 sacos 560

— R —

RACIONAMENTO

De combustível para os médicos	98
Portaria n. 418 da C. M. E. extinguindo a Com. de Racionamento de Combustíveis de São Paulo	475

RAPADURA

A dieta da rapadura no vale do São Francisco — Raimundo Estrêla	386
Decreto n. 513 do Governo do Ceará sobre impôsto a que está sujeita a venda da rapadura	462

— S —

SAFRAS

Plano de defesa 45/46 — resolução número 107/45	17
Seguro global das safras cubanas	89
Safra argentina de 1945	494

SUBPRODUTOS

Melaço — matéria prima para solventes — Walter M. Oliveira	104
O açúcar nos materiais plásticos	564
Lâminas para construção fabricadas com bagaço de cana	106
Produtos químicos à base de melaços	150

— T —

TRABALHO

Salários dos trabalhadores industriais e agrícolas da produção açucareira na Argentina	12
--	----

Salários dos trabalhadores na indústria do açúcar em Pernambuco	150
Salários dos trabalhadores em Campos	248
Aumento de mensalidades no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar do Est. do Rio	473
Contrato coletivo de trabalho entre o Sind. da Ind. do Açúcar de Alagoas e o Sind. dos Trabalhadores na Ind. do Açúcar	582

TRANSPORTE

Precariedade da safra fluminense	353
Iates para transporte de açúcar do Est. do Rio — Comissão de Marinha Mercante	474

TRIBUTAÇÃO

Decreto-lei n. 1390 do Governo fluminense sobre impôsto da aguardente	4
Decreto n. 513 do Governo do Ceará sobre impôsto a que está sujeita a venda da rapadura	462
Arrecadação da taxa de Cr\$ 1,00	557

— V —

VARIEDADES

Resistentes à broca	292
A Co. 281 na África do Sul	306
Velhas e novas variedades cultivadas no Havai	372
Atividades da Estação Experimental de Barbados	418

INDICE POR ESTADOS E PAÍSES

— A —

ALAGOAS

O meio geográfico do açúcar em Alagoas — Manuel Diégués Jr.	325
Os engenhos alagoanos durante o domínio holandês — Manuel Diégués Jr.	436
Contrato coletivo de trabalho, na indústria açucareira	582
Aspectos da monocultura açucareira nas Alagoas — Manuel Diégués Jr.	626

ARGENTINA

Decreto n. 678/45 criando a Junta Nacional do Açúcar	5
Censo canavieiro — safra 44/45 — Financiamento da produção 1942/43/44	88

BRASIL AÇUCAREIRO

Açúcar para a Embaixada inglesa na Espanha — Açúcar para o Paraguai — Greve dos plantadores de Tucuman	194
Produção 1939/1944	392
Vagões para o transporte de álcool	411
Quadro sobre sua safra de 1945	494
Censo canavieiro argentino	496
Decreto sobre fornecimento de álcool anidro	564
Indústria açucareira: resumo do censo	587
Cultura da beterraba	599

AUSTRÁLIA

Economia açucareira	192
A indústria açucareira australiana no após-guerra	410

— B —

BÉLGICA

Redução de direitos sobre o açúcar	88
Panorama açucareiro de 1927 a 1944	294

BOLÍVIA

Corporação Boliviana de Fomento	194
---------------------------------------	-----

— C —

CANADA'

Quotas de açúcar para o consumo	89
Aumento de áreas beterrabeiras	194
Quota individual de açúcar, em 1944	486

CEARA'

Decreto n. 513 sobre impôsto a que está sujeita a venda da rapadura	462
---	-----

CHILE

Fomento da beterraba	194
----------------------------	-----

CHINA

A refinação do açúcar no sudoeste da China	290
--	-----

COLÔMBIA

Produção de refinados e "panela"	393
--	-----

CUBA

Venda da safra de 1945 — Distribuição do valor médio dos méis finais — Seguro global da safra de 1945	89
Normas reguladores de vendas de açúcar — Início da moagem da safra 1945 ..	90
Características da safra de 1945 — Acôrdo para a compra da safra — Término da safra	195
Movimento açucareiro	295
Produção alcooleira — 1945	306
Sobre nova política açucareira	393
Produção alcooleira	411
Sobre venda da safra e moagem da mesma	480
Perspectivas açucareiras para 1946	500
Expectativa açucareira cubana	592

BRASIL AÇUCAREIRO

— E —

EGITO

Produção de açúcar em 1944	90
----------------------------------	----

EQUADOR

Movimento açucareiro em 1944	296
Produção e consumo em 1944	487
Deficit nos suprimentos de açúcar	599

ESPAÑA

Açúcar americano para a Espanha	197
Açúcar de Angola para a Espanha	394
Importação de açúcar das Antilhas	487

ESTADO DO RIO

Decreto-lei n. 1390 sobre impôsto de exploração agrícola	4
C. A. do Est. do Rio — tabelamento do açúcar	63
Os fazendeiros de Campos, no século passado — 120 — 218 — 324 — 434 — 522 —	620
Iates designados para o transporte de açúcar	474

ESTADOS-UNIDOS

Abastecimento de açúcar	83
Causas da escassez de açúcar	90
Suprimento de açúcar nos EE. UU.	188
Sobre açúcares de substituição	197
Crise de açúcar	286
Produção abaixo do consumo	296
Suprimento de álcool	306
Trabalhadores para a colheita no Colorado — Safra na Luisiana — Açúcar para as abelhas — Racionamento — Fornecimento à Europa	394
Informe sobre a crise de açúcar	398
Causas fundamentais da atual escassez de açúcar	401
Redução de açúcar para o consumidor	488
O contrôlo do açúcar nos Estados- Unidos	492
Ainda a compra da safra cubana	599

— F —

FILIPINAS

Situação açucareira em 1945	395
Reabilitação da indústria açucareira	599

FRANÇA

Martinica: Situação do açúcar	92
Reunião: Safra açucareira de 1944	92
Produção metropolitana em 1945	197
Açúcar brasileiro para a França	246
Produção açucareira de Madagascar	396

— G —

GUATEMALA

Produção de açúcar refinado e rapadura ..	91
Exportação de refinados	197
Contrôle de produção, venda e distribuição do açúcar	296

— H —

HAITI

Filiação à Sugar Research Foundation	91
Produção de açúcar e melaços, em 1944 ..	395

HAVAÍ

Subsídio aos produtores, em 1945	197
Velhas e novas variedades cultivadas . . .	372

HOLANDA

Importação de açúcar pela Guiana	600
--	-----

HUNGRIA

Situação de sua indústria açucareira em 1945	600
--	-----

— I —

ÍNDIA

Produção de açúcar	190
Movimento da safra 1944/45	198
Pagamento de cana em bases racionais ...	601

INGLATERRA

Jamaica: Safra 1944/45	92
Barbados: Aquisição de seus excessos pela metrópole	194
Perspectivas do racionamento na metrópole	296
Safra na Jamaica, 1945	296
Trinidad: Subsídio aos plantios de cana	396
Contribuição da indústria do açúcar à produção de alimentos	489

IRLANDA

Produção açucareira em 1944	91
---------------------------------------	----

ITÁLIA

Distribuição das fábricas de açúcar	92
Restauração de áreas beterrabeiras	395

BRASIL AÇUCAREIRO

— J —

JAPÃO

Cultura da cana em Ryukyu	601
-------------------------------------	-----

JAVA

A indústria açucareira de Java	298
Estoques açucareiros	600

— M —

MARANHÃO

Edital para montagem de novas usinas	369
--------------------------------------	-----

MÉXICO

Aumento de tributos sobre açúcar	198
Produção em 1944/45	296
Queda de produção e aumento do consumo	490
Expansão da indústria açucareira mexicana	503
Evolução da indústria açucareira mexicana — José Ch. Ramirez	596
Dificuldades na situação açucareira	600

— N —

NICARÁGUA

Panorama da situação açucareira	296
---------------------------------------	-----

— P —

PARAÍBA

Concorrência para montagem de novas usinas	376
--	-----

PARAGUAI

Decreto n. 9153 estabelecendo normas para a indústria açucareira	13
Perspectivas agrícolas no país	92
Fixação de zona de influência de cada usina	198

PERNAMBUCO

Salários dos trabalhadores na indústria do açúcar	150
O regime das chuvas em Pernambuco ..	372
O açúcar pernambucano e o abastecimento de São Paulo	479

PERU

Exportações para o México e o Uruguai	198
Instalação de usinas	247
O Peru na economia açucareira mundial	283
Redução na produção açucareira	296
Produção de 1943	396
O Peru como exportador de açúcar	406
Cultura da cana em comparação com outros cultivos	501
Os mercados exteriores do açúcar peruano	594
Movimento açucareiro, em 1945	601

PÓRTO RICO

Estimativa da safra 1944/45 — Problemas da mão de obra	297
--	-----

— S —

SÃO DOMINGOS

Legislação sobre impostos açucareiros	93
---------------------------------------	----

SÃO PAULO

Quotas de fornecedores junto às suas usinas	376
Extinta a Com. de Rac. de Comb. Liq. e Sólidos	475

O açúcar pernambucano e o abastecimento de São Paulo	479
--	-----

SUIÇA

Movimento açucareiro em 1944	198
------------------------------	-----

— U —

UNIÃO SOVIÉTICA

Redução no preço do açúcar	297
A União Soviética restaura sua indústria açucareira	408
Início da produção em usinas da Ucrânia	490
Importação de açúcar americano	601

URUGUAI

Açúcar cubano por charque uruguaio	297
Importações de açúcar brasileiro — Crise no abastecimento interno	490
Culturas canavieiras	595

— V —

VENEZUELA

Redução na safra	297
------------------	-----

INDICE POR AUTORES

— A —

ALMEIDA (Dalmiro) — Quotas de fornecedores junto às Usinas de São Paulo	376
ANDERSON (Clinton P.) — Informe sobre a crise de açúcar nos EE. UU.	398
ANJOS (Vinitius dos) — Plano de trabalho para a Distilaria Central Presidente Vargas	110

— B —

BARBOSA LIMA SOBRINHO — Influência dos preços tetos	80
— A crise mundial do açúcar	282
— Entrevista ao "Jornal de São Paulo"	349
— Informe à Com. Executiva sobre críticas do Sr. Joaquim Bandeira	551
— O açúcar e a produção agrícola	586
BOTELHO (Jaci) — Mosaico	260
— Velocidade da fermentação alcoólica	308
— Colóides e adsorção	508
— Purificação do açúcar	604

BRASIL AÇUCAREIRO

— C —

CASANOVA (José Manuel) — Perspectivas açucareiras para 1946	500
CROSS (William E.) — A cana entregue à usina deve ser bem despontada	506

— D —

DIÉGUES JÚNIOR (Manuel) — O meio geográfico do açúcar em Alagoas	325
— Os engenhos alagoanos durante o domínio holandês	436
— Aspectos da monocultura açucareira nas Alagoas	626
DUBEUX JÚNIOR (Luís) — O açúcar pernambucano e o abastecimento de São Paulo	479
DUTT (N. L.) — Contrôlo do florescimento da cana de açúcar	94

— E —

ESTRÊLA (Raimundo) — A dieta da rapadura no vale do São Francisco	386
— Pequena contribuição ao folclore da cana	532

— G —

- GARDNER (John C.) — Causas fundamentais da atual escassez de açúcar 401
 GONZALEZ (A. de J.) — A cachaça como adubo para canaviais e pastagens 93

— H —

- HAYWARD (Kenneth J.) — O "carvão" da cana de açúcar e os insetos 98

— L —

- LACERDA DE MELO (Mário) — Os custos de produção, os preços do açúcar e as novas bases de pagamento da cana 173
 — A curva dos preços do açúcar 476
 — Reajustamento de usinas (parecer) 560
 LAMEGO (Alberto) — Os fazendeiros de Campos, no século passado — IX 120
 — Idem, idem — X 218
 — Idem, idem — XI 324
 — Idem, idem — XII 434
 — Idem, idem — XIII 522
 — Idem, idem — XIV 620

— M —

- MAGALHÃES (Basílio de) — O açúcar nos primórdios do Brasil Colonial — VIII 202
 — Idem, idem — IX 218
 — Idem, idem — X 18
 — Idem, idem — XI 616
 — Idem, idem — XII 608
 MANARA (Prof. Miguel) — O açúcar como remédio 608
 MATOS (Anibal R.) — Processo "Anus-triais contínuas" 412
 MAYA (Alfredo de) — O tabelista da cana e o preço do açúcar (entrevista) 72

— O —

- OLIVEIRA (Crisóstomo) — O tabelamento da cana e o preço do açúcar (entrevista) 71
 OLIVEIRA (Walter M. de) — Mel e matéria prima para solventes 104

— P —

- PALMEIRA (João Sbares) — O tabelamento da cana e o preço do açúcar (entrevista) 68
 PINTO (Joaquim) — O tabelamento da cana e o preço do açúcar (entrevista) 68

— R —

- RAMIREZ (José Ch.) — Evolução da indústria açucareira mexicana 596
 RIBEIRO (Joaquim) — Folklore do açúcar XXI 129
 — Idem, idem — XXII 228
 — Idem, idem — XXIII 335
 — Idem, idem — XXIV 420
 — Idem, idem — XXV 528
 — Idem, idem — XXVI 634
 RODRIGES (José Honório) — Agricultura e economia açucareira no século XVIII
 — II 112
 — Idem, idem — III 210
 — Idem, idem — IV 312
 — Idem, idem — V 427
 — Notas à literatura brasileira no século XIX — I 512
 — Idem, idem — II 609

— S —

- SETE (Mário) — A guerra dos engenhos 446

— T —

- TEIXEIRA LEITE (Edgar) — A ação e os trabalhos do Instituto do Açúcar e do Alcool (entrevista) 66

— V —

- VARZEA (Afonso) — Vitória de Sá, senhora de engenho 125
 — A dama do Garay 224
 — Dinheiros de D. Vitória 331
 — Duros tempos de Vitória 622
 VIDAL (Ademar) — Planta de cana 132
 — Cambiteiros 232
 — Bôca de fornalha 338
 VIVEIROS (Jerônimo de) — O açúcar através do periódico "O Auxiliador da Indústria Nacional" — XI 122
 — Idem, idem — XII 219
 — Idem, idem — XIII 329
 — Idem, idem — XIV 444
 — Idem, idem — XV 524
 — Idem, idem — XVI 630

"MEMORIA SOBRE O PREÇO DO ASSUCAR"

D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho

Introdução de Sérgio Buarque de Holanda

REEDIÇÃO DO INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL
 2.º Vol. da "Série História"

A S A I R

PUBLICAÇÕES DO I. A. A.

	Preço do exemplar
	Cr\$
BARBOSA LIMA SOBRINHO — “Problemas Econômicos e Sociais da Lavoura Canavieira”	12,00
— “Os fundamentos nacionais da política do açúcar”	5,00
LEONARDO TRUDA — “A Defesa da Produção Açucareira”	12,00
EDMUNDO O. VON LIPPMANN — “História do Açúcar” (2 Vols.)	40,00
ANIBAL R. DE MATOS — “Alcool — Alcoometria, Este- reometria e análise”	15,00
— “Alcool Absoluto”	6,00
— “Problemas da indústria do álcool”	10,00
— “Uniformização dos métodos de análise nas usinas de açúcar”	20,00
— “A questão das caldas de destilaria em Pernambuco”	5,00
EDUARDO SABINO DE OLIVEIRA — “Alcool-motor e mo- tores a explosão”	20,00
O. W. WILLCOX — “A economia dirigida na indústria açucareira”	8,00
TEODORO CABRAL — “Léxico açucareiro Inglês - Por- tuguês”	12,00
— “Dicionário comercial Inglês - Português”	20,00
JOAQUIM DE MELO — “A política do álcool-motor no Brasil”	10,00
— “Um decênio de defesa do açúcar”	5,00
AFONSO VÁRZEA — “Geografia do Açúcar, no Leste do Brasil”	50,00
VASCONCELOS TORRES — “Condições de vida do traba- lhador na agro-indústria do açúcar”	15,00

BANCO DO BRASIL

O maior estabelecimento de crédito do País

Agências e sub-agências em tôdas as capitais e principais cidades do Brasil,
Correspondentes nas demais e em todos os países do mundo.

Condições para as contas de depósitos:

<u>SEM LIMITE</u>	2% a. a. (retiradas livres)
<u>POPULARES</u> (limite de Cr\$ 10.000,00)	4% a. a. (" ")
<u>LIMITADOS</u> (limite de Cr\$ 50.000,00)	3% a. a. (" ")
<u>PRAZO FIXO</u> — de 6 meses.	4% a. a.
— de 12 meses.	5% a. a.

Prazo fixo com renda mensal:

— de 6 meses.	3, 1/2 % a. a.
— de 12 meses.	4, 1/2 % a. a.

NOTA — Nesta conta, o depositante retira a renda, **mensalmente**,
por meio de cheques.

DE AVISO — Para retiradas (de quaisquer quantias) mediante
aviso prévio :

— de 30 dias.	3, 1/2 % a. a.
— de 60 dias.	4% a. a.
— de 90 dias.	4, 1/2 % a. a.

Letras a prêmio - (sujeitas a sêlo proporcional)

— de 6 meses.	4% a. a.
— de 12 meses.	5% a. a.

DIREÇÃO GERAL E AGÊNCIA CENTRAL :

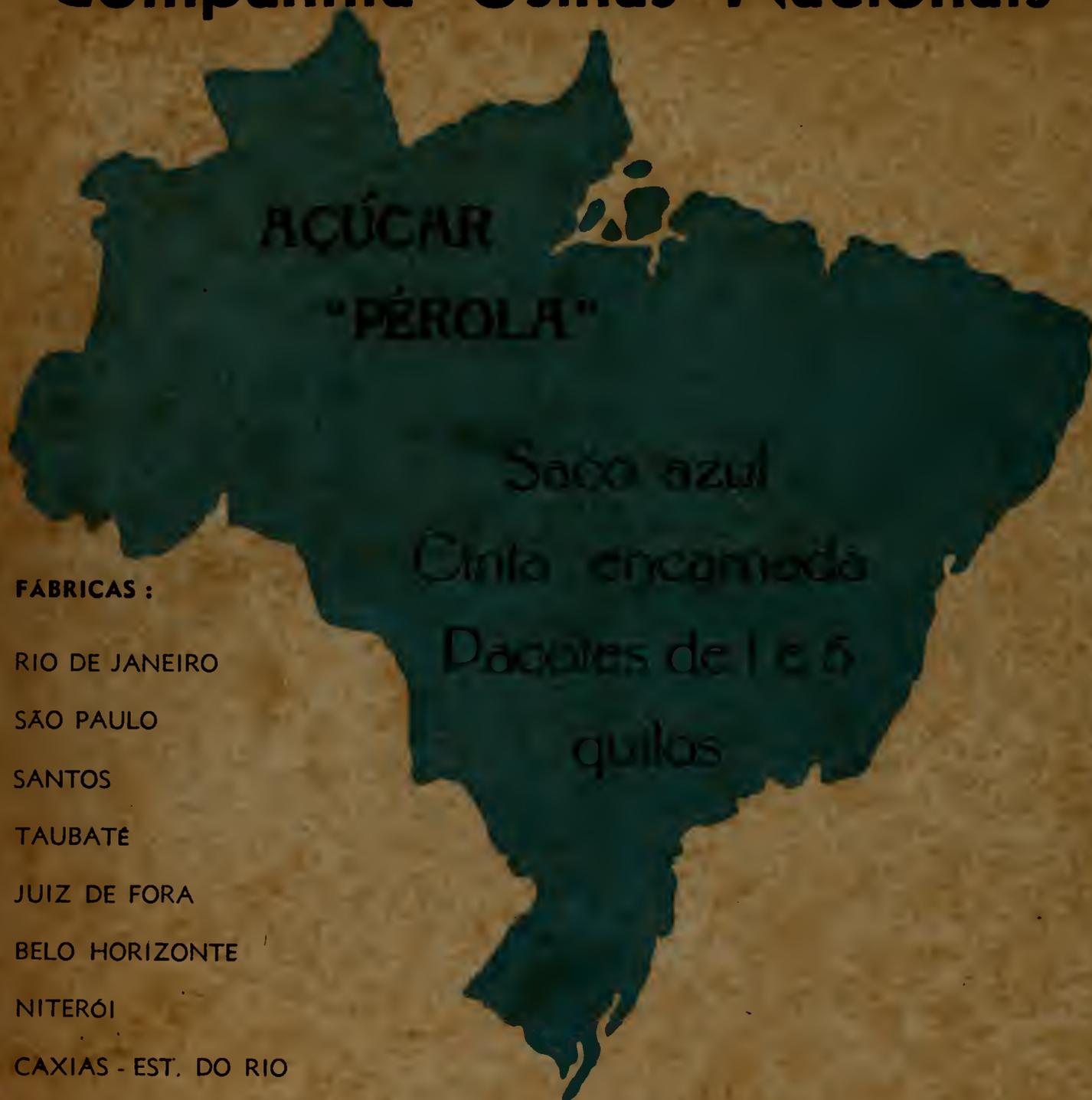
66 - RUA 1.º DE MARÇO - 66

R I O D E J A N E I R O

AGÊNCIAS METROPOLITANAS :

GLÓRIA - Pça. Duque de Caxias (Edf. Rosa)	MADUREIRA - R. Carvalho de Sousa, 299
BANDEIRA - Rua do Matoso, 12	MEYER - Av. Amaro Cavalcanti, 27
TIRADENTES — Rua Visconde do Rio Branco, 52	
CAMPO GRANDE — Rua Campo Grande, 100	
RAMOS — Rua Leopoldina Rêgo, 78	SAÚDE — Rua do Livramento, 63

Companhia Usinas Nacionais



FÁBRICAS :

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO

SANTOS

TAUBATÉ

JUIZ DE FORA

BELO HORIZONTE

NITERÓI

CAXIAS - EST. DO RIO

ENTRE RIOS " "

SEDE :

RUA PEDRO ALVES, 319

TELEGRAMAS "USINAS"

TELEFONE 43-4830

RIO DE JANEIRO

